

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**PEDRO HERMES DE OLIVEIRA**

**A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL DURANTE O REINADO DE FILIPE II:  
transformações e permanências**

Alfenas/MG  
2017

**PEDRO HERMES DE OLIVEIRA**

**A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL DURANTE O REINADO DE FILIPE II:  
transformações e permanências**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Maria Nunes.

Alfenas/MG  
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Oliveira, Pedro Hermes de

A Companhia de Jesus no Brasil durante o reinado de Filipe II:  
transformações e permanências / Pedro Hermes de Oliveira. – Alfenas/MG,  
2017.

167 f.

Orientadora: Aparecida Maria Nunes.  
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) –  
Universidade Federal de Alfenas, 2017.

Bibliografia.

1. Jesuitas - Missoes. 2. Espanha - Historia - Felipe II - 1556-1598.  
3. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. I. Nunes, Aparecida  
Maria. II. Título.

CDD-946

PEDRO HERMES DE OLIVEIRA

“A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL DURANTE O REINADO DE FILIPE II:  
TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação apresentada como parte dos  
requisitos para a obtenção do título de Mestre em  
História Ibérica pela Universidade Federal de  
Alfenas. Área de concentração: Ensino e  
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 05/10/2017.

Profa. Dra. Aparecida Maria Nunes  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas  
UNIFAL-MG

Assinatura:



Prof. Dr. Hércules Alfredo Batista Alves  
Instituição: Centro Federal de Educação  
Tecnológica de Minas Gerais CEFET-MG

Assinatura:



Prof. Dr. Marcos Roberto de Faria  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas  
UNIFAL-MG

Assinatura:



## AGRADECIMENTOS

Ao saudoso professor Dr. Pe. João A. A. A. Mac Dowell, grande homem na Filosofia e que muito me auxiliou nessa primeira fase acadêmica. Em todas conquistas que eu vier a fazer no ramo acadêmico, todas deverei um pouco a você.

Ao querido professor Dr. Bruno Batista Pettersen, que também me acompanhou na graduação em Filosofia e é um dos exemplos que carrego como professor. Foi o incentivador para que eu buscasse o mestrado e, como se não bastasse, auxiliou em todo meu pré-projeto, pois acreditava em minhas capacidades. Confesso que sem este apoio não teria almejado tão cedo algo mais.

Aos professores do Mestrado Profissional em História Ibérica da UNIFAL-MG que nos acompanharam, tanto no estudo quanto nas partilhas. Em especial ao professor Dr. Paulo Romualdo Hernanes e o professor Dr. Marcos Roberto Faria, que partilhando de uma linha de pesquisa comum, auxiliaram com orientações, livros, artigos e teses.

Ao professor Dr. Hércules Alfredo Batista Alves que, além de participar da minha banca de defesa, contribuiu para que o trabalho viesse a ser ainda mais preciso.

Aos amigos e companheiros dessa jornada no Mestrado: Ademir, André, Bruno, Cidinha, Cleiton, Crosley, Érica, Flávio, Janaína, João Paulo, Júlio, Priscila e William.

A professora que tive a honra de ter como orientadora, Dra. Aparecida Maria Nunes que, além de contribuir muito com suas orientações, me auxiliou nessa jornada do mestrado e abriu horizontes que ainda pretendo aventurar. Que não zelou apenas por minha dissertação, mas por minha pessoa também.

Aos meus primos, Gabriel Pereira e Jéssica Ribeiro, que auxiliaram em um dos aspectos da dissertação.

A Maria Zilda que participou efetivamente dos momentos finais do mestrado. Que, além de me suportar, foi suporte.

E em especial a minha família que nunca poupou esforços para me ajudar. A minha irmã, Hellen Thaís, que sempre torceu tanto por mim, ainda que a distância; a minha mãe, Regina Helena, que é grande amiga e companheira, mesmo sem entender nada das minhas explicações diz sempre que está tudo lindo para me motivar; e ao meu pai, José Raimundo (Zezão), que além de ser um dos grandes responsáveis pelo meu gosto por história, sempre me apoiou nas decisões que eu tomei, desde que acreditasse que nela poderia ser feliz, o que me fez ter coragem para ousar e recomeçar na vida.

## RESUMO

Esta pesquisa examina os primórdios da colonização do Brasil, notadamente sobre a evangelização realizada pelos missionários da Companhia de Jesus, entre 1549 e 1598. Apresentarei a trajetória da missionação desses religiosos, no século XVI, concentrando informações sobre a chegada dos inacianos no Brasil com a missão entre os indígenas e as alterações no modo de proceder jesuítico, quando os membros da Companhia no Brasil foram então governados pelo rei espanhol Filipe II. A fim de contribuir para os estudos sobre a conquista no Novo Mundo, farei uma compilação da trajetória de Filipe, focalizando aspectos que o conduziram à disputa e conquista do trono português. Dois aspectos são importantes ressaltar aqui: os jesuítas eram os únicos missionários da Igreja Católica no Brasil Colonial até o início da União Ibérica e Filipe II não nutria simpatia pelos inacianos em seu reino. Embora os jesuítas fossem os escolhidos para o Projeto Ultramar, que preconizava a expansão territorial e defesa da América Espanhola, os missionários priorizaram esforços para a consolidação dos Colégios.

Palavras-chave: Companhia de Jesus. Filipe II. Brasil Colônia. União Ibérica

## **ABSTRACT**

This research examines the beginning of the colonization of Brazil, especially about the evangelization carried out by the missionaries of Jesus Company, between 1549 and 1598. I will introduce the trajectory of religious people evangelization, in XVI century concentrating some information about the arrival of Ignatian people in Brazil with the evangelization between the natives and the changes in the Jesuit way of being, when the members of the Company in Brazil were then governed by the Spanish King Philip II. In order to contribute for the studies about the conquest in the New World, I will make a compilation of Philip II trajectory, focusing on aspects that led him to the dispute and conquest of the Portuguese throne. There are two important aspects to note here: the Jesuits were the only missionaries of the Catholic Church in Colonial Brazil until the beginning of the Iberian Union and Philip II had no sympathy for the Ignatian people in his kingdom. Although the Jesuits were chosen for the Ultramar Project that propagated the territorial expansion and defense of Spanish America, the missionaries prioritized efforts for the consolidation of the Colleges.

Keywords: Jesus Company. Philip II. Cologne Brazil. Iberian Union.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Moeda de Dom Sebastião .....                | 80  |
| Figura 2 – Moeda de 3 Réis.....                        | 81  |
| Figura 3 – Medalha de Filipe II.....                   | 87  |
| Figura 4 – Mapa da expansão jesuíta no século XVI..... | 122 |

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2</b>     | <b>COMPANHIA DE JESUS: ASPECTOS FUNDANTES E OS PRIMEIROS ANOS NO BRASIL.....</b> | <b>14</b> |
| 2.1          | FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS.....  | 14        |
| 2.2          | IDENTIDADE DOS JESUÍTAS.....   | 17        |
| <b>2.2.1</b> | <b>Organização.....</b>  | <b>17</b> |
| <b>2.2.2</b> | <b>Missão.....</b>   | <b>20</b> |
| 2.3          | CONTEXTO.....  | 21        |
| <b>2.3.1</b> | <b>Padroado.....</b>   | <b>21</b> |
| <b>2.3.2</b> | <b>Reformas Religiosas.....</b>  | <b>23</b> |
| 2.4          | MISSÃO NO NOVO MUNDO.....  | 26        |
| 2.5          | EVANGELIZAR PARA TRANSFORMAR.....  | 28        |
| <b>2.5.1</b> | <b>Primeiras Impressões e Empecilhos.....</b>                                    | <b>28</b> |
| <b>2.5.2</b> | <b>“Superação” e Novos Empecilhos.....</b>                                       | <b>34</b> |
| 2.6          | AS CARTAS: MEIO DE COMUNICAÇÃO E PODER.....                                      | 42        |
| <b>2.6.1</b> | <b>Por que escrever? .....</b>   | <b>42</b> |
| <b>2.6.2</b> | <b>Pedidos, críticas e partilhas.....</b>  | <b>44</b> |
| <b>2.6.3</b> | <b>Respostas das cartas.....</b>   | <b>48</b> |
| 2.7          | O RELACIONAMENTO COM OS PODEROSOS.....   | 51        |
| <b>2.7.1</b> | <b>Igreja Local.....</b>   | <b>51</b> |
| <b>2.7.2</b> | <b>Senhores de Engenho.....</b>  | <b>53</b> |
| <b>2.7.3</b> | <b>Governadores.....</b>   | <b>54</b> |
| <b>3</b>     | <b>FILIPPE II E A UNIÃO IBÉRICA – UM SONHO REALIZADO.....</b>                    | <b>59</b> |
| 3.1          | A INFÂNCIA DO PRÍNCIPE.....  | 59        |
| <b>3.1.1</b> | <b>História: nascimento, descendência, local.....</b>                            | <b>59</b> |
| <b>3.1.2</b> | <b>Contexto da Coroa Espanhola.....</b>  | <b>62</b> |
| 3.2          | O JOVEM PRÍNCIPE.....  | 65        |
| <b>3.2.1</b> | <b>Primeiras nomeações.....</b>  | <b>65</b> |
| <b>3.2.2</b> | <b>Casamentos.....</b>   | <b>67</b> |
| 3.3          | UM REI DIFERENCIADO.....   | 72        |
| 3.4          | UM SONHO, PESADELO ANTIGO.....   | 76        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>3.4.1 Carta de D. Manuel.....</b>                            | <b>76</b>  |
| <b>3.4.2 Manobras políticas de Filipe II.....</b>               | <b>78</b>  |
| 3.5 UNIÃO DAS COROAS.....                                       | 84         |
| <b>3.5.1 Tratados realizados para União Ibérica.....</b>        | <b>84</b>  |
| <b>3.5.2 O Sonho de Filipe.....</b>                             | <b>87</b>  |
| 3.6 MISSIONAÇÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA.....                       | 88         |
| <b>4 A RELAÇÃO ENTRE A COMPANHIA NO BRASIL E FILIPE II.....</b> | <b>95</b>  |
| 4.1 UMA MUDANÇA DE PERSPECTIVA NA COMPANHIA DE JESUS.....       | 95         |
| <b>4.1.1 Alteração do foco da missão.....</b>                   | <b>95</b>  |
| <b>4.1.2 A crise.....</b>                                       | <b>97</b>  |
| <b>4.1.3 Nas “portas” da União Ibérica.....</b>                 | <b>101</b> |
| 4.2 A COMPANHIA DE JESUS NO TERRITÓRIO DO REI PRUDENTE.....     | 102        |
| <b>4.2.1 Na Espanha.....</b>                                    | <b>103</b> |
| <b>4.2.2 Na América Espanhola.....</b>                          | <b>106</b> |
| <b>4.2.3 Em Portugal.....</b>                                   | <b>107</b> |
| 4.3 SOB DOMÍNIO DE UM NOVO SENHOR.....                          | 109        |
| <b>4.3.1 Uma Companhia entre Ordens Religiosas.....</b>         | <b>109</b> |
| <b>4.3.2 Apologia de Anchieta ao monarca.....</b>               | <b>112</b> |
| 4.4 CÂMBIO DE PODER.....  | 115        |
| <b>4.4.1 Teles Barreto.....</b>                                 | <b>115</b> |
| <b>4.4.2 Nova missão.....</b>                                   | <b>117</b> |
| 4.5 CONFLITOS INTERNOS DOS INACIANOS NO BRASIL COM ROMA.....    | 124        |
| <b>4.5.1 Gouveia e Aquaviva.....</b>                            | <b>124</b> |
| <b>4.5.2 Pero Rodrigues e Aquaviva.....</b>                     | <b>129</b> |
| 4.6 MUDANÇAS DURANTE O REINADO DE FILIPE II.....                | 131        |
| <b>4.6.1 No Brasil.....</b>                                     | <b>131</b> |
| <b>4.6.2 Na Companhia de Jesus.....</b>                         | <b>133</b> |
| <b>5 OBJETO DE APRENDIZAGEM.....</b>                            | <b>136</b> |
| 5.1 TICS - VÍDEO.....   | 136        |
| 5.2 OBJETO.....   | 138        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                              | <b>141</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>146</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>   | <b>158</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Século XVI, Brasil Colônia, Companhia de Jesus no Brasil, índios, evangelização indígena, Filipe II, União Ibérica. Como se encontrava a Europa no decorrer do século XVI? O que era o Brasil para os portugueses até metade do século de seu descobrimento? Qual a importância da Companhia de Jesus para o Brasil Colônia, especificamente nesse século? Como viviam os indígenas? Quais os métodos utilizados para evangelização ameríndia no território brasileiro? Quais as atitudes de Filipe II, rei da Espanha, para conquistar o trono português? O que foi a União Ibérica? Como se encontrava a missão jesuítica antes da União das Coroas? Quais as limitações foram impostas ao rei hispânico para que essa União acontecesse? Que tipo de relação os missionários passam a ter com esse novo monarca? Qual a importância desses missionários para Filipe II no Brasil? Algumas dessas perguntas são respondidas na faculdade, enquanto, no ensino fundamental e médio são mencionadas em poucas páginas.

A princípio, o foco do trabalho estava voltado para cosmovisão brasileira. Quais os traços do homem colonial no homem contemporâneo. Porém, no decorrer dos estudos e das disciplinas ofertadas questionamentos sobre nossa história foram modificando. Preciso relatar que a matéria da professora Dra. Aparecida Maria Nunes sobre *Século XVI: narrativas de viagem*, foram o pontapé para essa mudança. Na disciplina, cada aluno teve que fazer um artigo para avaliação. Desse artigo que fiz, *Nóbrega: missionário de Cristo e da Coroa*, rendeu junto com outro colega a apresentação no IV Simpósio Nacional (I Internacional) de História da UEG em Morrinhos/GO. Lá, tive a oportunidade de partilhar o trabalho que não era o foco do meu estudo no mestrado, mas com as contribuições dos ouvintes, comecei a ter mais interesse de aprofundar nesse assunto.

No mesmo período de 2015, tive aula com o professor Dr. Marcos Roberto de Faria sobre *Península Ibérica: História, Fontes e Historiografia da Antiguidade aos princípios da Idade Moderna*. A matéria era dividida entre três professores, sendo o professor Faria o responsável de adentrar na Idade Moderna. Com alguns textos que lemos ficou claro que meu interesse de estudo já era outro. Tanto que nesse ano criei outro artigo, *Índios no Brasil: da liberdade à escravidão a uma pseudo-liberdade?*, que apresentei na VI Semana de História da UFTM em Uberaba/MG. Mas mudar todo pré-projeto que havia construído, que estava aparentemente amarrado, só foi possível ao perceber nos livros didáticos do ensino de História, uma defasagem grande sobre a importância da União Ibérica.

No terceiro bimestre desse ano, 2015, fui trabalhar o Brasil Colônia com os alunos de 7º ano do Ensino Fundamental II, assim como era proposto pelo livro didático. O que chamou minha atenção foi o fato de que pouco se falava da Companhia de Jesus no Brasil, ciente que eles eram os responsáveis pela evangelização em nossas terras no século XVI, e de que em momento algum Filipe II ou a União Ibérica foram citados. Peguei o livro dos outros anos e percebi que apenas no terceiro ano seria novamente trabalhado o Brasil Colonial, mas que novamente a Companhia de Jesus seria vista como secundária e tanto o rei Filipe quanto a União das Coroas não seriam trabalhados. A pesquisa, sobre eles, nos livros didáticos limitou-se a dois sistemas de ensino apenas. Mas foi o bastante para ser o motivador do foco do meu trabalho.

Muitos alunos não sabem que fomos governados pela Espanha e que herdamos características dos hispânicos seria privar o jovem de conhecer sua história como nação. O professor é responsável de ser essa ponte entre a história e o aluno. Porém, como trabalhar temas que não estão no currículo escolar? Mesmo assim ou talvez por isso, defini qual seria minha dissertação.

O professor de história ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vistas históricos, levando-o a construir, por adução, o percurso da narrativa histórica (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 34).

Na verdade, as aulas de História são um espaço privilegiado onde a leitura de mundo, que cada aluno faz, mesmo que de forma bastante incipiente, calcada no senso comum seja ampliada e criticada num processo em que ele deve ser considerado pelo professor um interlocutor ativo (MONTEIRO, 2001, p. 25)

No ano seguinte, 2016, contei com a colaboração do prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandez, que com a disciplina *Jesuítas: a educação e a cultura na América portuguesa do século XVI* contribuiu grandemente para a realização desse trabalho, pois, muitos textos trabalhados em sala acabaram compondo o primeiro capítulo da dissertação.

O presente trabalho está, então, vinculado a uma proposta de revisar os conteúdos da disciplina de História, mais voltado para o 7º ano do Ensino Fundamental II, onde se estuda os primórdios da colonização do Brasil pelos missionários da Companhia de Jesus. Dando luz ao período governado por Filipe II, chamado de União Ibérica, que é desconhecido pelos alunos.

O trabalho será dividido em quatro capítulos:

- a) O primeiro capítulo foi destinado à trajetória da Companhia de Jesus até 1580. Nele aprofundarei a história da fundação e a identidade da Companhia. Porém, para uma melhor clareza da importância do surgimento dos jesuítas e da escolha dela para ser

enviada ao Novo Mundo, apresentarei o contexto da época, focalizando no Padroado e as Reformas Religiosas. Com os inacianos já estando no Brasil, explanarei qual foi a primeira impressão que tiveram de nossas terras, assim, como da evangelização com os indígenas. Seguindo os passos dos missionários, exibirei os empecilhos da missão, como buscaram superá-los e quais os novos problemas que surgiram ao longo da evangelização. Para finalizar esse capítulo, mostrarei como foi a relação dos membros da Companhia no Brasil com a Igreja, os senhores de engenho e os governadores, que eram os poderosos de nossas terras no século XVI;

- b) O segundo capítulo foi destinado à trajetória de Filipe II até 1580. Nele aprofundarei a história do príncipe, desde seu nascimento, primeiras nomeações e casamentos. Porém, para uma melhor clareza da formação desse rei, apresentarei o contexto da coroa espanhola na época. Sendo Filipe rei da Espanha, irei apresentar como ele era um monarca diferenciado. “Concluída” a imagem de Filipe, exibirei o sonho da União das Coroas, hispânica e lusa, pelo avô de Filipe, o rei português D. Manuel I, mas que foi concretizado com o rei espanhol. Desse modo, fez-se necessário a apresentação de a que custo Filipe conseguiu o trono luso. Para finalizar esse capítulo, elucidei como era a missionação das Ordens Religiosas na América Espanhola;
- c) O terceiro capítulo foi destinado a cruzar às trajetórias da Companhia de Jesus no Brasil com a de Filipe II durante a União Ibérica. Nele, para uma melhor compreensão, apresentarei como estavam os jesuítas no Brasil ao começar esse período do reinado espanhol e como era o contato do monarca com os inacianos na Espanha, América Espanhola e em Portugal. Após esse esclarecimento, trabalharei os conflitos que aconteceram na Companhia sob os cuidados de um novo senhor, Filipe, assim, como as posturas que assumiram ante os regimentos criados por ele. Para finalizar esse capítulo, exporei as mudanças que aconteceram no Brasil e na Companhia de Jesus durante o período do reinado de Filipe na União Ibérica;
- d) O quarto, e último, capítulo foi destinado ao Objeto de Aprendizagem. Nele irei expor o que é um TIC e sua importância para a educação nos dias atuais. Para isso, trabalhei com alguns dados de pesquisa sobre ensino e capacidade de apreensão, o que justificara a escolha do meu Objeto como vídeo.

Sendo assim, este trabalho de pesquisa recapitula a criação da Companhia de Jesus e sua missionação no Brasil e a história de Filipe II de Espanha até tornar-se, também, Filipe I de

Portugal, cruzando informações com a participação dos jesuítas na formação do Brasil e as interferências de Filipe II para tal.

O trabalho que é uma compilação desse momento histórico, visa iluminar e auxiliar o tema. Ele será em primeira pessoa onde deixo claro quando sou eu e quando são os historiadores que selecionei. Os trechos citados permaneceram com a ortografia dos livros e artigos. O mesmo acontece com os trechos em outras línguas, que não foram traduzidos por serem de fácil compreensão.

Como proposto pelo programa do Mestrado em História Ibérica da UNIFAL-MG, foram criados três vídeos como Objetos de Aprendizado. Importante, desde já ressaltar, que os Objetos têm um público alvo: alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II. Por isso, ao assistir qualquer um dos vídeos, faz-se necessário a compreensão de que a linguagem, imagens, narrativa e, até mesmo, os recortes históricos selecionados para melhor compreensão desse público. Anexados aos vídeos estarão os questionários, que buscam auxiliar o professor no uso do Objeto de Aprendizado. São questões, de cunho conteudistas ou de reflexão, referentes ao exposto em cada vídeo.

## 2 COMPANHIA DE JESUS: ASPECTOS FUNDANTES E OS PRIMEIROS ANOS NO BRASIL

Este capítulo é subdividido em duas partes. Na primeira parte, visarei apresentar, resumidamente, a história da Companhia de Jesus, a identidade dos jesuítas; e o contexto em que a Companhia fora criada. Na segunda parte, apresentarei a realidade dos missionários mais voltada para o Brasil: a missão do Novo Mundo;<sup>1</sup> a escolha dos jesuítas; a evangelização e os desafios; as cartas, como meio de comunicação e poder; o relacionamento com os poderosos. Essa explanação limitar-se-á ao século XVI, mais precisamente até o fim da década de 1570.

### 2.1 FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

Apresentarei de modo sucinto a história da Companhia. Não a citar, impede uma melhor compreensão do espírito em que ela surge. E esse espírito é importante ser observado, pois é com ele que os primeiros missionários enviados vem ao Brasil. Essa breve apresentação será feita em base da *Autobiografia* de Loyola.

Iñigo Lopez, nasceu no Castelo de Loyola em Azpeitia, em 1491. Ficou conhecido mundialmente como Inácio<sup>2</sup> de Loyola ou, apenas, Loyola.<sup>3</sup> Até 1521 não havia nada em sua vida que o divergisse de outro homem. Porém, nesse ano, após ter sido ferido em batalha e ficado muito enfermo, começou a repensar sua vida. Como gostava muito de ler, pediu livros para aqueles que cuidavam dele. Os livros que lhe foram emprestados não tinham nada das histórias de cavaleiro como gostava, mas ainda assim conseguiam prender a sua atenção. O *Flos Sanctorum*, obra que conta a história dos santos, e *Vita Christi*, que fala sobre a vida de Jesus, mudaram a história desse espanhol. Desse período, surgem as reflexões que geraram os primeiros escritos dos *Exercícios Espirituais* (LOYOLA, 2005, p. 31-32).

---

<sup>1</sup>Todas as vezes que no decorrer deste trabalho eu utilizar a expressão Novo Mundo, será para designar necessariamente o Brasil, ainda que nesse período ainda não exista a concepção de Brasil. Essa escolha é para facilitar a leitura e compreensão. Caso venha citar a parte do Novo Mundo que pertenceu a Coroa hispânica, utilizarei a expressão América Espanhola.

<sup>2</sup> Ele decide passar a assinar por esse nome e não mais o que recebera.

<sup>3</sup> Na Igreja Católica Apostólica Romana, que durante esse trabalho apresentarei apenas como Igreja, ele também é conhecido como Santo Inácio ou Santo Inácio de Loyola.

Dois anos após a batalha de 1521, Loyola decidiu ir para Jerusalém. Em contato com os locais sagrados, o peregrino<sup>4</sup> permaneceu lá como mendicante, buscando auxiliar as almas com o fruto de sua experiência. Impedido por um frade, que era superior, decide voltar para Europa, estudar e quem sabe depois entrar em uma Ordem mendicante.

Em Barcelona, Loyola começou o curso de gramática em 1524. Mas, dois anos depois, resolveu partir para Alcolá, onde estudou Artes (filosofia). A sua opção por uma vida mais despojada, atraiu simpatizantes,<sup>5</sup> o que acabou gerando alguns problemas. O estilo de vida que levavam se assemelhava aos “alumbrados”, os quais, segundo o próprio Loyola, eram iludidos pelo demônio, pois viviam apenas em oração e em penitência, mas desprezavam a piedade. Por causa da semelhança entre o estilo de vida de Loyola e os alumbrados, ele passou a ser investigado por inquisidores.<sup>6</sup> Mas ao perceberem que não havia nada de herético na sua opção de vida, não foi submetido a julgamento. O mesmo não pode se dizer do que fez o Vigário Figueroa, em 1527, que colocou Loyola na prisão, a primeira das duas vezes em que foi preso. E, mais uma vez, foi tido como inocente e nada mais grave aconteceu (LOYOLA, 2005, p. 87).

Em 1527, vai para Salamanca continuar o curso de Artes, a conselho do bispo de Toledo, D. Fonseca. Fez isso para poder fugir de Figueroa, que o havia proibido de falar sobre aspectos da fé enquanto estivesse em Alcolá e fosse estudante. Se pelo anseio de permanecer evangelizando viajou para Salamanca, pelo mesmo desejo foi preso novamente, juntamente com os simpatizantes que o seguiam. Os *Exercícios Espirituais*, difundidos por Loyola, tornaram-se fruto de discussão e motivo de prisão. Julgado por quatro juízes, novamente, foi absolvido, embora, assim como o fizera Figueroa, tentaram limitar a evangelização. Motivado pelos limites impostos, Loyola decidiu ir para Paris, contudo sem seus companheiros. Iria à frente, para tentar ver a possibilidade para que todos fossem. Sendo assim, mantiveram o contato por meio de cartas.<sup>7</sup> O curioso é que nenhum desses primeiros companheiros viria a ser missionário da futura Companhia de Jesus.

Ao chegar em Paris, continua estudando Artes. Primeiramente no Colégio de Montaigu e, posteriormente, no Colégio de Santa Bárbara. Três aspectos creio serem importantes ressaltar (LOYOLA, 2005, p. 102-103 e 110):

---

<sup>4</sup> Durante a autobiografia, quando se fala de Loyola, foi usada a expressão “peregrino”, que possivelmente, tenha sido cunhada por ele próprio.

<sup>5</sup> Estes seguidores não são os mesmos que começaram a Companhia de Jesus com Loyola. Ainda que seja inegável a influência deles para o desejo de fundação de uma Ordem.

<sup>6</sup> A primeira das cinco vezes que foi inquirido.

<sup>7</sup> As cartas que viriam a ser a grande auxiliar para organização da Companhia de Jesus, começa a ser utilizada por Loyola para partilhas, pedidos, consolações antes mesmo da fundação.

- a) Quando, em Paris, Inácio começou a aplicar os *Exercícios Espirituais*, o que fez três notáveis darem tudo o que tinham aos pobres. O que favoreceu para mais uma investigação dos inquisidores sobre a pessoa dele;
- b) Quando mudou de Colégio, conheceu o reitor Diogo da Gouveia, que de perseguidor veio a se tornar grande amigo e responsável para o envio da futura Companhia para Portugal e Brasil;<sup>8</sup>
- c) E, quando conheceu os cofundadores da Companhia de Jesus: o francês Pedro Fabro, o português Simão Rodrigues<sup>9</sup>, os espanhóis Francisco Xavier, Alfonso Salmerón, Nicolau de Bobadilla e Diego Laynez.

Um novo grupo de seguidores de Inácio era constituído de cristãos inflamados pelo desejo de auxiliar na “salvação das almas”, de “lutar contra as heresias e hereges”, mendicantes desapegados a tudo para “maior glória de Deus”. Traçaram juntos dois planos. O primeiro era ir para Jerusalém e lá cuidarem das almas. O segundo era ir para Roma, e se colocarem à disposição do papa para fazer o que ele achasse mais necessário.<sup>10</sup> Nesse momento, a Companhia de Jesus já havia sido fundada na Capela de Saint-Denis, em Paris no ano de 1534. Loyola, com seus companheiros, tinha professado os votos de castidade e pobreza. Porém, a Companhia só foi reconhecida em 1540 com a bula *Regimini Militantis Ecclesiae* do papa Paulo III (VASCONCELOS, 1865, p. 2).

Anos se passaram. Em 1537, o grupo era composto por onze membros, todos padres, que viram o desejo de ir para Jerusalém não se realizar. Ficaram com o segundo plano e se colocaram à disposição do papa. Obedientes à Igreja e decididos a defender e ensinar a fé, a qualquer custo, ainda que com a própria vida, deveriam fazê-lo. Nesse sentido, uma mentalidade de martírio era formada em cada novo membro. Quando se leem as histórias contadas sobre eles, ou por eles próprios, é perceptível a semelhança com a dos primeiros apóstolos citados na Bíblia. Foi com esse espírito paulino, de evangelização e obediência, que Loyola e os seus, aos poucos conquistaram espaço na Europa.<sup>11</sup> Principalmente porque fortaleciam os ideais que estavam surgindo no Concílio de Trento.

Não pretendo expor aqui qual rumo a Companhia tomou na Europa. Não o farei aqui, mas posteriormente. Isso por que para entender melhor a missão dos jesuítas no Brasil, creio

---

<sup>8</sup> Aprofundarei esse aspecto posteriormente no trabalho.

<sup>9</sup> Por ser português, acabou auxiliando para que a Companhia de Jesus, posteriormente, fosse para Portugal.

<sup>10</sup> Pode se perceber aqui, a raiz do quarto voto (*CONSTITUIÇÕES...*, VII, cap. 1, 605).

<sup>11</sup> É hoje, a maior ordem religiosa do mundo.

ser necessário expor qual a missão do jesuíta. Sendo assim, quando o fizer falarei sobre os primeiros passos da Companhia e que rumo ela tomou e como se fixou.

Por fim, queria apenas apresentar um aspecto que para este trabalho é de grande relevância. Em 1535, a Companhia recebe apoio de Dom João III, após tentarem com os reis da Espanha, da Inglaterra e da França, tudo em vão (HANSEN, 2010, p. 56). Esse apoio do monarca, foi um dos grandes impulsos que receberam para lutar pela fé com a Coroa Lusa. Apenas em 1540, dois missionários, Xavier e Rodrigues, são enviados para missão nas Índias. E, em 1546, funda-se a primeira província da Companhia, em Portugal, sendo Rodrigues,<sup>12</sup> o provincial. Anos depois os missionários já se espalharam, com o patrocínio da Coroa, entre as colônias portuguesas.

## 2.2 IDENTIDADE DOS JESUÍTAS

Nesta seção, apresentarei como a Companhia se organizava e sua essência. Farei, pois, uso das *Constituições* escritas pelo próprio Loyola. Vale salientar que após a bula papal que aprovou a Companhia, favorecendo vocações e missões em curto prazo de tempo, fez-se necessário um conjunto de regras para poder mantê-la em unidade. Se, por um lado, as *Constituições* cuidavam da vida em grupo, por outro, os *Exercícios Espirituais* cuidavam da vida interior dos missionários, pois o que diferencia uma empresa de Ordens Religiosas é justamente o aspecto espiritual. Para que toda organização jesuítica não se tornasse apenas empresarial, os *Exercícios* foram fundamentais.

### 2.2.1 Organização

Antes de começar a explicar sobre as *Constituições*, ainda que sucintamente de acordo com a necessidade do trabalho, é importante relatar que por mais que essa obra tenha começado a ser escrita em 1539, sendo finalizada em 1550. Ou seja, já havia a missão no Novo Mundo. Porém, isso não quer dizer que não havia regras pelas quais os missionários se organizassem.

---

<sup>12</sup> Simão Rodrigues, que chamarei posteriormente de Mestre Rodrigues tal qual os historiadores.

As *Constituições* estão divididas em dez partes. Por mais que não explorarei parte por parte nem buscarei resumir cada uma delas, creio ser importante apresentar como é essa divisão. Pois auxiliará para compreensão da visão de um todo da Companhia:

- a) Admissão à provação (quatro capítulos);
- b) Demissão da Companhia (quatro capítulos);
- c) Noviciado - conservação e formação dos noviços (dois capítulos);
- d) Formação dos futuros jesuítas após o noviciado (dezessete capítulos);
- e) Admissão ao corpo da Companhia (quatro capítulos);
- f) Vida pessoal dos que já foram admitidos na Companhia (cinco capítulos);
- g) Missão e ministérios da Companhia (quatro capítulos);
- h) Fomento da união entre os membros da Companhia (sete capítulos);
- i) Governo da Companhia (seis capítulos);
- j) Conservação e expansão da Companhia (um capítulo).

O que está nas *Constituições* é a essência da organização da Companhia. Entre todos os aspectos que estão descritos nela, a obediência é o plano de fundo que permite que toda organização aconteça, assim como é necessária para o êxito das missões. De acordo com Arnaut e Ruckstadter (2002, p. 106), a obediência é a principal característica da Ordem, que é organizada militarmente. Por ela, os membros da Companhia se submetem a obediência ao papa e à hierarquia da Igreja.

Entretanto, essa Companhia tão rígida não engessa as atitudes de seus soldados.<sup>13</sup> Como eram missionários, deparavam-se com povos, culturas muito distintas da dos fundadores. Ainda que houvesse uma série de normas a serem seguidas, os missionários tinham autonomia para se adaptarem a realidade na qual estavam. Eram como camaleões que, pela realidade da missão, se adaptavam para um melhor êxito. Fazendo, necessariamente, do missionário na colônia, diferente dos que permanecem na Europa (ALMEIDA, 1998, p. 4). Estes faziam uma socialização prolongada, para depois poderem transformá-los e incorporá-los na cristandade, valorizando as semelhanças entre eles (BAETA NEVES, 1978, p. 45). O que explicará muitas das atitudes que apresentarei, posteriormente, neste trabalho. Para poder ilustrar essa realidade:

Começamos, pois, a empenhar-nos com todo o nosso esforço humano. Propusemo-nos algumas questões dignas de cuidadosa consideração e prévia análise. Durante o

---

<sup>13</sup> A utilização de expressões como soldados, militantes e exército, não serão utilizadas nos subcapítulos que virão. Isso porque palavras como missionários, inacianos, jesuítas e membros da Companhia expressão melhor a minha visão sobre eles. Ainda que tenham militado, a expressão ao ser utilizada conduz a uma visão de valorização do aspecto temporal. Não quero dizer que eles não valorizassem o temporal, apenas que o espiritual caminhava junto e por isso, a ausência dessas palavras.

dia refletíamos e meditávamos sobre elas, aprofundando-as no coração. À noite, cada qual comunicava ao grupo o que julgava mais útil e apropriado, com a intenção de que todos unanimemente abraçassem a posição mais verdadeira, testada e comprovada por razões de maior peso e pelo voto da maioria (TONER, 1947, p. 21).

Além da obediência à hierarquia, outro aspecto fundamental na Companhia era a inteligência. Talvez fundamental não seja a palavra correta. Porém, existia uma valorização dela para quem quisesse entrar para os jesuítas. Ao reparar os frutos que tiveram em cada missão, as coisas que criaram, as adaptações que fizeram, as traduções de orações, cantos etc., é perceptível que não era um “grupo qualquer” de homens. O uso da inteligência permitiu que eles alcançassem boa parte daquilo que almejavam. Obediência e inteligência podem ser consideradas as duas faces de um missionário.

O exército dos jesuítas, de acordo com Santos (2009, p. 11), tinha como tripé: a palavra, Bíblia; os sacramentos; e as obras. Elas eram o eixo da vida do jesuíta. Havia também, algumas determinações, antes mesmo da promulgação das *Constituições*, deixadas pelo general, Loyola, aos seus soldados, segundo Hansen (HANSEN, 2010, p. 11-14). São elas:

- a) Agir segundo o seu talento;
- b) Arranjar um lugar decente para ficar;
- c) Dar exemplo;
- d) Ensinar as devoções;
- e) Exortar o próximo;
- f) Fazer exame de consciência, duas vezes por dia, analisando o que aconteceu;
- g) Instruir as crianças;
- h) Ministras lições públicas;
- i) Pedir, para outro irmão, que lhe corrija as faltas de três em três dias;
- j) Planejar sempre o dia seguinte;
- k) Pregar;
- l) Visitar os pobres.

Ainda gostaria de ressaltar um último aspecto sobre as normas que a Companhia tinha. O de que casas e Igrejas que lhes pertencessem não deveriam ter rendas. Ou seja, deveriam viver de esmolas, benfeitorias. Essa norma poderia ser apenas “violada”, caso o Geral autorizasse (*CONSTITUIÇÕES...*, VI, cap. 2, p. 555-556). Por isso, a posse de animais e engenhos será um tema de discussão entre os membros da Companhia no Brasil.

Esse exército ainda trouxe algumas novidades para época moderna e para Igreja. Uma primeira, e importante para a conquista do espaço da Companhia na Igreja, foi o quarto voto.

Lembro que as Ordens Religiosas faziam três votos: pobreza, castidade e obediência. O quarto voto é próprio dos jesuítas. É o voto missionário, de total disposição ao papa. Quem o faz pode abandonar a Companhia de Jesus, caso o Sumo Pontífice ache uma missão que lhe seja mais importante. Não se deve, neste momento, mais obediência ao Superior Geral da Companhia, mas ao Geral da Igreja. O voto não era feito por qualquer missionário. Quem o tinha era estudado e havia feito os votos perpétuos (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 96).

Outras inovações foram: supressão do coro monástico; não adotaram hábitos particulares, como faziam os monges e frades;<sup>14</sup> não aceitaram o ramo feminino;<sup>15</sup> tinham um noviciado e formação literária mais extensa, pois queriam formar bem os jovens antes da batalha pela fé; supressão do sistema capitular; não tinham penitências instituídas nas regras; e o ministério apostólico era universal (ARNAUT; RUCKSTADTER, 2002, p. 107).

### 2.2.2 Missão

Poderia resumir pelos lemas dos missionários, a missão inacianos. São dois os lemas: *perinde ac cadaver*,<sup>16</sup> ou seja, “até a morte”; e *ad maiorem Dei gloriam*,<sup>17</sup> ou seja, “para maior glória de Deus”. O espírito militar que existe dentro da Companhia é bem claro.<sup>18</sup> A Igreja no mundo no século XVI está em um período em que precisa não apenas de pessoas devotas, mas de pessoas que com coragem arrisquem sua vida pela fé, combatendo o “espírito herético” que vinha ganhando forças por toda Europa.

Tendo em vista não guerrear por teorias, mas pela fé viva, graças à contemplação, Inácio de Loyola, que já havia iniciado a elaboração da obra *Exercícios Espirituais*, decidiu instituir essa leitura como parte de um treinamento específico para quem quisesse entrar para Companhia, para os noviços e os missionários (SANTOS, 2009, p. 17).

---

<sup>14</sup> Outra diferença entre os monges e frades com os inacianos era o modo de se relacionar com o mundo. Enquanto os primeiros se afastavam do “mundo” para viverem em seus mosteiros e conventos onde o povo ia até eles para conversão, os inacianos vão atrás do povo para evangeliza-los. Está atitude cria um novo modo de viver o cristianismo entre as ordens religiosas de seu tempo.

<sup>15</sup> Apenas Dona Joana de Áustria, filha de Carlos V, foi aceita para Companhia. Porém, com autorização papal e sigilo de todos os envolvidos. Usando o pseudônimo masculino de Mateo Sánchez.

<sup>16</sup> Este que veio a se tornar um lema, faz parte das *Constituições da Companhia de Jesus* quando se refere a obediência (CONSTITUIÇÕES..., VI, cap. 1, 547).

<sup>17</sup> Assim como o outro lema, está nas *Constituições* (CONSTITUIÇÕES..., VII, cap. 1, 605).

<sup>18</sup> Na *Fórmula do Instituto* que foi entregue a Cúria Romana para análise do desejo de vida dos seguidores de Loyola, havia a frase *militare Deo sub vexillo crucis*, que quer dizer “soldado de Deus sob a bandeira da Cruz”. Ilustrando esse espírito militar da Companhia (O'MALLEY, 2008, p. 75)

Ao levar em conta o pressuposto da Igreja de que, quem não fosse evangelizado iria para o inferno, não sendo, pois, cristão, a Companhia de Jesus acatou para si a ideia de que evangelizar seria uma caridade com a alma do próximo. A partir daí, os jesuítas ampliam esse pensamento, estabelecendo a mentalidade de que um evangelizador, precisa, para salvar a sua alma, ter sucesso na empreitada de converter o evangelizado. Por isso, a pessoa deveria viver os bons costumes pelo amor ou pela dor, já que apenas assim ambos poderiam ser salvos (HANSEN, 2010, p. 67). Ou como define Castelnau-L'Estoile (2006, p. 95) sobre a missão jesuítica: “o fim expresso da Companhia é o de salvar a alma de seus membros, e a salvação da alma do próximo é o meio para atingir esse fim”.

## 2.3 CONTEXTO

Para melhor compreensão do trabalho, creio ser fundamental expor sobre o contexto da época a existência do Padroado e as Reformas Religiosas. Por que falar do Padroado como um fato a ser ressaltado como importante para compreensão do contexto em que a Companhia de Jesus foi criada? Essa pergunta não é a certa. Certo seria perguntar a importância do Padroado para a missão no Novo Mundo. E o que foram as Reformas Religiosas? Para responder essa pergunta, seguirei como a historiografia comumente apresenta: Reforma Protestante e Contrarreforma. A Contrarreforma surge em oposição ao Reforma Protestante, um movimento de defesa da Igreja que se via ameaçada pelas ideias dos reformistas.

### 2.3.1 Padroado

O Padroado consistia em dar a uma instituição ou a um indivíduo a autoridade de, como padroeiro daquele território, zelar pelos interesses da Igreja, que são a manutenção e propagação da fé. Porém, além desse estilo de Padroado, existe o Padroado Régio ou Real. Nele, o monarca se torna o padroeiro de seu território, mas com autoridade papal. Desse modo, poder temporal e espiritual permanecem na mão da mesma pessoa, o rei. Criação de dioceses, nomeação de bispos, prioridades da Igreja no território, tudo passava pelo crivo do monarca, o qual recebe o nome de *beneplácito*.

Mas, quando surgiu o Padroado? Como? Quais países tiveram seus reis como padroeiros? Qual a relevância disso para o nosso estudo?

A datação do surgimento do Padroado é controversa, podendo ser do século IV, quando a Igreja se encontrava à margem do Império Romano, ao ter o imperador Constantino se convertido ao Cristianismo. Esse fato permitiria ter sido ele o primeiro padroeiro da Igreja. Mas não podemos esquecer também de que, na era medieval, mediante as fundações de Igrejas e Mosteiros por algum indivíduo nesse período, a fundação fazia parte da herança da família e deveria ser cuidada, vigiada pelos herdeiros, para que não perdessem a ideia inicial de quando foram fundadas, concedendo a estas refeições, pousos, vindo até a poder aposentar nelas, ou seja, morar até o fim da vida (OLIVEIRA, 1950, p. 141-142).

Obviamente, esse tipo de Padroado gerou muita confusão, pois nem sempre uma fundação tinha apenas um benfeitor. Irei me prender a descrição dos séculos XIII ao XVI, visando o Padroado Régio. No decorrer desse período, os monarcas de Portugal e Espanha tornam-se padroeiros em suas terras. Como chegaram a receber e o uso que fizeram dos mesmos são partes relevantes para o nosso trabalho.

O Padroado Régio foi concedido a Portugal e à Espanha devido à expansão marítima. O Novo Mundo precisava ser evangelizado. Por essa razão, concedeu às maiores potências marítimas o direito de propagar o cristianismo nas terras descobertas e que poderiam vir a ser. A divisão do mundo em dois hemisférios, cedidos a esses dois países pelo papa Alexandre VI na bula *Inter Caetera* de 1493, gerou um Tratado que foi firmado entre ambos e mediado pela Igreja em 1494 na cidade de Tordesilhas e validado posteriormente pelo papa Júlio II em 1506 com a bula *Ea quae* (PONTIN, 2012, p. 188). Porém, para Portugal a bula *Dum Fidei Constantiam* do papa Leão X em 1514 diz que os mesmos receberam não só para poderem cristianizar o mundo, mas também em reconhecimento, gratidão à obra cruzadística e missionária realizada pelos reis portugueses. Segundo Boxer (1981, p. 98-99), houve nesse período uma aliança estreita e indissolúvel entre a Coroa e Cruz, o Trono e o Altar, o Império e a Fé, quando uma das principais preocupações comuns aos monarcas ibéricos, ministros e missionários em geral era sua permanência. Pois concedia à Igreja a soberania sobre os homens frente aos pagãos e hereges. Sintetizando a ideia de um só rebanho. Ele ainda diz que se, em 1452, o papa Nicolau V, pela bula *Dum Diversas*, concedeu à Coroa Lusa a autorização da expansão ultramarina com liberdade para subjugar e escravizar os pagãos que fossem contrários ao nome de Cristo. Embora, em 1537, pela bula *Sublimis Deus*, o papa Paulo III condena-se a privação de liberdade e escravização, tais determinações não foram acatadas pelos monarcas lusos (BOXER, 2002, p. 46).

Pensar nesses monarcas com o poder da Igreja pode nos fazer pensar em um enfraquecimento do papa nesses territórios, como no caso dessa bula de 1537. Mas, para Igreja perder um pouco de seu poder e deixar de ter poder, a primeira opção pareceu mais válida para aqueles que a administravam. Desobedecer ao rei não é mais apenas digno de morte, mas sim de morte eterna, no inferno. Pois como representante de Cristo, desobedecer ao monarca é desobedecer ao próprio Cristo. Os padres, bispos, ordens religiosas que no território sob domínio desses reis estavam, não prestavam mais contas ao papa, mas ao próprio rei. Desse modo, ser servo de Cristo significava ser servo do rei.

Castelnau-L'Estoile (2006, p. 18) ressalta que “o projeto missionário dos jesuítas no Brasil inscreve-se desde a origem no cerne da Política do Padroado, controle da monarquia portuguesa sobre a Igreja no âmbito da expansão marítima”. Fazendo assim, o Padroado algo fundamental para compreensão de algumas posturas dos inicianos, como, o que apresentarei no terceiro capítulo, ir contra o desejo do Geral da Companhia em Roma.

### 2.3.2 Reformas Religiosas

A Igreja havia enriquecido durante a Idade Média devido ao sistema feudal. Porém, permanecia com o discurso evangélico, para os seus fiéis, de não acumular riquezas na terra, mas antes, preocupar-se com o Reino dos Céus. Estimulando os fiéis a alcançarem a Vida Eterna, a Igreja vendia indulgências, perdão dos pecados. Essa prática, somada com as riquezas já acumuladas, apresentavam grande hipocrisia do Cristianismo nesse tempo, que provinha de séculos antes.

Nesse contexto surgem as Reformas Religiosas. Essa Reforma foi dividida em duas partes: Reforma Protestante e Contrarreforma. Segundo Romag (1941, p. 91), não existiu uma contrarreforma, mas uma reforma católica. Isso porque ele não considera que houve uma reforma protestante, mas sim, uma pseudo-reforma e porque a Igreja estava passando por uma reforma antes mesmo do protestantismo surgir.

Guilherme de Ockham havia sido excomungado no século anterior por criticar o papa e essa realidade da Igreja,<sup>19</sup> porém esse era um movimento que vinha surgindo. Erasmo de

---

<sup>19</sup> No artigo *O conceito de Pletinuto Potestatis na primeira questão das Octo Quaestiones de Guilherme de Ockham O. Min.*, Souza e Couto apresentam as divergências causadas entre o pensamento do Ockham com a

Roterdã e Martinho Lutero, assim como outros, no século XVI, permaneceram buscando uma Reforma na Igreja. O caminho desses dois foi de certa proximidade, ao ponto de levantar suspeitas sobre o apoio de Erasmo a Lutero, sendo o livre arbítrio o aspecto de ruptura entre eles,<sup>20</sup> ainda que ambos ansiassem à volta do estilo de vida da Igreja Primitiva (FEBVRE, 2012, p. 280). Erasmo de Roterdã criticou o modo de vida dos clérigos de seu tempo, tanto que em 1504, com a obra *Manual do Soldado Cristão*, escreve sobre as autoridades religiosas e a religiosidade decadentes. Com a obra *Elogio da Loucura*, de 1510, ele satiricamente denuncia os abusos da Igreja, ainda que se apresente contrário a qualquer tipo de revolução (LEMOS, 2013, p. 145). Em 1516, ao fazer a tradução do Novo Testamento, sem se basear na *Vulgata*, pode ser visto como fundamental para nova exegese daqueles que ansiavam uma reforma. Reforma da Igreja era algo que Erasmo desejava, ainda que não tenha conseguido fazê-la.

Lutero, que era um monge agostiniano alemão, por sua vez, não tinha como preocupação central uma Reforma da Igreja, mas uma reforma teológica, sendo a salvação humana e a justiça divina aspectos centrais (CUNHA, 2014, p. 55 e 57). Em 1517, prega, na porta da igreja do Castelo de Wittenberg na Alemanha, as 95 teses para denunciar publicamente as posturas que a Igreja havia assumido (FEBVRE, 2012, p. 107). Foi chamado a se retratar, porém preferiu permanecer com as convicções que tinha, continuando a lançar mais críticas. Em 1520 chega a propor aos eclesiásticos que fosse feito um Concílio, onde deveriam ser discutidos a situação em que a Igreja se encontrava ante a proposta evangélica, o que pode ser visto como inspiração para o Concílio de Trento. Um ano depois, é condenado na Dieta de Worms e excomungado pelo papa Leão X.

Nesse ínterim, a atitude de Lutero tinha ganhado uma dimensão maior do que ele possivelmente esperaria, uma vez que não tinha interesse de romper com a Igreja. Suas teses foram traduzidas do latim para o alemão, assim como a Bíblia, que até então apenas era publicada em latim. Suas propostas foram sendo aceitas pelos clérigos e pelo povo. Os nacionalistas e os príncipes alemães viram no apoio a esse movimento que estava acontecendo, não apenas um meio de afrontar ao Imperador, nesse período Carlos I da Espanha, e ao papa Leão X, mas a possibilidade de independência política. Já os burgueses encontraram no

---

Igreja na época que culminaram em sua excomunhão. Assim como Boni em *O não-poder do papa em Guilherme de Ockham*.

<sup>20</sup> Erasmo com sua obra *De Libero Arbítrio*, em 1524. E Lutero com *De Servo Arbítrio*, que escreveu para contrapor a obra de Erasmo, em 1525. Segundo Cunha (2014, p. 55), como havia uma visão na época de que ele poderia ser apoiador dos ideais de Lutero, foi pedido sugerido que escrevesse uma obra contrária a ele. Daí surge a obra de 1524.

movimento a possibilidade de ascensão. Assim, a Reforma Protestante, iniciada por viés religioso, ganha aspecto político que a fortalece (PARKER, 1992, p. 20-21).<sup>21</sup>

Da Alemanha, a Reforma Protestante estende-se a Suíça, França, Países Baixos, Países Bálticos, Hungria, Escandinávia, entre outros países. Surgem então outros reformadores, como Calvino (Calvinismo), Zwínglio (Zwinglianismo) e Conrad Grebel (Anabatistas), que foram alguns dos principais reformadores.<sup>22</sup> Porém, o principal, depois de Lutero, foi o monarca do Reino Unido, Henrique VIII. Este por não conseguir a anulação do seu casamento com Catarina de Aragão, filha dos reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel I de Castela, rompe com a Igreja apoiado pelos bispos ingleses, casa-se com Ana Bolena, funda a Igreja Anglicana, “comprando briga” com Carlos I e com a Igreja Católica (GONZÁLES, 1995, p. 124-127).

Se por um lado com a Reforma Protestante algumas pessoas estavam buscando renovar o cristianismo, por outro, a Igreja Católica<sup>23</sup>, que havia permanecido por mais de mil anos como soberana no Ocidente, se via ameaçada. O protestantismo, com o auxílio dos reis, veio a se tornar uma fonte de temor para o poder clerical. Mas depois de tantos séculos com hegemonia no poder, a Igreja não permitiria perdê-lo.

Luteranismo, Calvinismo e Anglicanismo eram igrejas, de hereges, que agora preocupavam a supremacia da Igreja Católica. Em 1536, o papa Paulo III convoca um Concílio, como havia sido proposto por Lutero. Porém, dois anos antes, a Inquisição, agora chamada de Tribunal do Santo Ofício, volta a trabalhar na procura de hereges. Dando, assim, início a Contrarreforma.

O Concílio que havia sido convocado por Paulo III tem uma série de dificuldades para se iniciar. Isso porque Carlos I da Espanha e Francisco I da França estão em guerras. As datas são remarcadas, locais modificados, mas ainda assim muitos bispos não conseguiam chegar. O Concílio de Trento, como ficou conhecido, recebeu esse nome porque, depois de quase dez anos, a cidade de Trento ofereceu condições estratégicas para que fizesse funcionar um Concílio

---

<sup>21</sup> Interessante constatar que não havia a primeiro momento a ideia em Lutero da fundação de uma nova Igreja. O nome que hoje damos a essa reforma, “protestante”, apresenta bem essa ideia de protesto e não de desejo de fundação, criação de algo. De acordo com Valentin (2010, p. 62), apenas após 1555 quando o imperador Carlos V assina o tratado de *Paz de Augsburgo*, é que pode se falar que a Reforma religiosa, tornou-se uma nova religiosidade, a protestante. Ainda que tenha se iniciado pelo marco de 1517.

<sup>22</sup> Para se ter uma visão geral, mas aprofundada do tema, sugiro o livro *E até os confins da Terra: uma história ilustrada do Cristianismo*, de Gonzáles. Onde começa apresentando o contexto da Igreja Católica na época e partindo de Lutero, apresenta cada um dos reformadores mais importantes e os movimentos e igrejas que deles surgiram. Finalizando com a Contrarreforma e a presença do protestantismo em terras espanholas. E o *Compêndio da História da Igreja* (III volume), onde o Frei Dagoberto Romag no capítulo *O protestantismo fora da Alemanha*, aprofunda esse alvorecer protestante em outras nações.

<sup>23</sup> A expressão Igreja Católica é utilizada apenas nesse parágrafo. Durante todo o trabalho, não distinguirei o catolicismo de protestantismo. Por isso, o termo Igreja, será designado para expressar o catolicismo. Já as Igrejas Protestantes, quando citadas, serão especificadas.

em local aceito pelo Imperador Carlos, cuja localização favorecia o acesso aos bispos (MARTINA, 1995, p. 266). Sendo assim, o Concílio de Trento teve início em 1545 e foi até 1563, vindo a acontecer em quatro pontificados: Paulo III, Júlio III, Marcelo II e Pio IV.<sup>24</sup>

Ressalto que, de acordo com Dickens (1972, p. 224), os franceses se uniram aos turcos para poder enfrentar o Imperador. O Concílio de Trento já tinha Carlos à frente dele. Se o Concílio viesse a acontecer, fortaleceria ainda mais o Império Romano-Germânico, e seu Imperador, Carlos, o que não era bem visto por outros reis. Imperador e rei tiveram papéis importantes que devido a uma postura do papa Paulo IV de colocar seu sobrinho Carlos Carafa como cardeal, e assim um conciliar,<sup>25</sup> os espanhóis se revoltaram abertamente contra o papa, o que levou a derrota do mesmo (COSTA; MARTINS, 2010, p. 90). Em seu papado, o Concílio ficou estagnado e assim o permaneceu durante todo esse pontificado.

O Concílio que, para discutir a fomentação de hereges, acabou, como aspectos centrais, reafirmando a autoridade papal (que estava sendo questionada) e a confirmar os dogmas da Igreja.<sup>26</sup> O Concílio não veio a modificar a vida da Igreja, mas as novas ordens que surgiram no século XVI, demonstraram um espírito reformista e missionário nos fiéis. A saber: a Ordem dos Barnabitas, os Somascos, os Oratorianos, Ordem dos Teatinos, os Oblatos de Santo Ambrósio, as Ursulinas, os Camilianos e outras. Porém a mais significativa foi a Companhia de Jesus, que utilizava de todos os meios para poder defender e propagar a fé.

## 2.4 MISSÃO NO NOVO MUNDO

Como apresentei na seção anterior, os missionários de Inácio de Loyola foram os mais significativos representantes da Contrarreforma. Para entender o porquê da escolha dos jesuítas como missionários para evangelizar a colônia lusa, creio ser importante conhecer um pouco da história dos inicianos junto à Coroa.

O que foi o Novo Mundo? O Novo Mundo é o que hoje chamamos de América. Havia sido descoberto em 1492 por Cristóvão Colombo. Pelo Tratado de Tordesilhas, as 300 léguas

---

<sup>24</sup> O Concílio teve: dezoito anos de duração; foi duas vezes suspenso por virtude política; vinte e cinco sessões (dez com o papa Paulo III, seis com Júlio III e nove com Pio IV); e apenas no papado de Marcelo II, não houve nenhuma sessão (OLIVEIRA, 1952, p. 207).

<sup>25</sup> Nome utilizado para fazer menção aqueles que foram convocados e participaram do Concílio.

<sup>26</sup> Para aprofundar, sugiro a leitura de SABEH, 2014, p. 196-206.

ao leste da ilha de Cabo Verde, havia ficado como posse de Portugal. Nessas léguas, o Brasil foi encontrado em 1500 por Pedro Álvares Cabral. Porém, não foi visto como foco para os lusos, já que eram as Índias o centro do monopólio comercial, de onde se comercializava especiarias, ouro e marfim (HANSEN, 2010, p. 58). Através do mercantilismo, os portugueses expandiam e fortaleciam o reino.

O Velho, como era conhecido Diogo de Gouveia, foi um dos grandes responsáveis para o surgimento da Companhia de Jesus em Portugal e, posteriormente, no Brasil. Enviado ainda jovem para estudar em Paris, com bolsa concedida por D. Manuel, permaneceu lá, mesmo depois de ter sido ordenado sacerdote. Atuou, também, como diplomata do rei na França e, quando Dom João III assumiu, propôs a construção de cinquenta bolsas de estudos para portugueses na França, podendo, desse modo, fortalecer tempos depois o ensino português. Além disso, com Cristóvão Jacques, sugeriu ao rei a instalação do sistema de Capitânicas Hereditárias no Brasil (NEVES, 2007, p. 42-43). Como se pode perceber, era uma pessoa de confiança para os monarcas. Graças a sua importância e preocupação com os ataques franceses às terras portuguesas no Novo Mundo, Diogo de Gouveia, que na época era reitor da Universidade de Paris, insistiu para que o monarca acolhesse um grupo de alunos que tinha zelo especial pela Igreja e pretendia ser missionário. Em 1540, no mesmo ano da fundação oficial da Companhia, Simão Rodrigues de Azevedo e Francisco Xavier são acolhidos em Lisboa.

A realidade brasileira começou a preocupar o sucessor de Dom Manuel, Dom João III, porque as Capitânicas Hereditárias não estavam dando certo. Havia ainda as invasões francesas, as guerras contra os indígenas e a ausência de Cristo nessa terra. Além disso, na América Espanhola o governo hispânico havia encontrado ouro e, posteriormente, pérolas, prata e mercúrio, trazendo, assim, maior interesse para descobertas das riquezas do Brasil e, também, o perigo de novas invasões por parte de outros países da Europa (DEVEZA, 2006, p. 79).

O envio do primeiro governador geral, Thomé de Souza, foi realizado por dois motivos: para sanar os problemas da Colônia e organizá-la como fonte de renda para a Coroa Lusa. Isso aconteceu mediante a exploração e defesa militar, agricultura extensiva e conquista espiritual (HANSEN, 2010, p. 78). Saliento que Thomé de Souza era homem treinado em guerra e descobertas nas Índias. Assim, as Capitânicas que antes viviam independente, cada uma ao seu modo, recebeu ponto de unificação na colônia, mais especificamente na Capitania da Bahia, em Salvador.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Essa Capitania havia sido devolvida para Coroa após a morte de seu donatário Francisco Pereira Coutinho pelos índios. A cidade de Salvador foi fundada onde era o arraial do Pereira, arraial fundado por seu antigo donatário.

Outro aspecto importante é que era urgente a evangelização nessas terras, na visão de D. João III, pelo crescimento do protestantismo. A França aos poucos abandonava a tradição católica, mas não o cristianismo. Por isso, estando os franceses invadindo nossas terras, o perigo de que as “heresias” fossem fomentadas no Brasil trouxe a urgência de evangelização da “verdadeira fé”. Dessa forma, missionários da Igreja se fizeram necessários (SILVA, 2011, p. 113). Mas, se, por um lado, o risco do protestantismo de vir para o Brasil era um problema para os portugueses, por outro, os rituais antropofágicos dos indígenas eram um problema interno importante a ser combatido, ainda mais ao considerar o espírito da Inquisição que ainda se respirava na Península Ibérica.

Nesse período, os missionários da Companhia de Jesus estavam expandindo seu trabalho em Portugal, tornando-se cada vez mais famosos e homens de confiança de Dom João III. O fato das missões de Francisco Xavier, no Oriente, estarem dando bons resultados pesou na decisão do monarca. Ainda que houvessem ordens antigas e outras novas que surgiram, pelo espírito da Contrarreforma, com o apoio de Diogo de Gouveia os jesuítas foram os escolhidos para serem enviados para a missão na colônia portuguesa do Novo Mundo.

## 2.5 EVANGELIZAR PARA TRANSFORMAR

Quais foram as primeiras impressões que os jesuítas tiveram ao desembarcar no Novo Mundo? As visões difundidas no Velho Mundo sobre ele eram reais? Quais empecilhos surgiram para a missão e como eles fizeram para tentar superar as dificuldades que apareceram? Explanarei, também, sobre quais foram as consequências das buscas da superação dos problemas encontrados para evangelização. Importante lembrar que para salvação, seja dos gentios ou deles próprios, os jesuítas não poderiam ficar inertes em meio aos problemas. Segue nesse subcapítulo: a impressão que tiveram, os empecilhos que encontraram, a busca da superação e as novas dificuldades que surgiram.

### 2.5.1 Primeiras Impressões e Empecilhos

Duas foram as impressões que marcaram os navegadores e colonos no contato com o Novo Mundo, durante a primeira metade do século XVI. A primeira observação é a que essa terra era tal qual o paraíso (COLÓN, 1498, p. 216). A segunda, que o demônio, tendo fugido da Europa, tinha vindo para cá. Por isso, a presença da Igreja era mais que necessária, seja para expulsá-lo, seja para salvar as almas dos pagãos, os indígenas (SOUZA, 1993, p. 30). Outro ponto, mas que não é uma impressão, e sim uma necessidade que já foi citada anteriormente, era a de banir os “hereges franceses” que estavam começando a povoar a terra.

Em 1549, o padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, um dos fundadores da Companhia de Jesus e superior da mesma em Portugal, a pedido do rei Dom João III, formou o primeiro grupo de missionários jesuítas que foram enviados para o Brasil concomitantemente com a vinda do nosso primeiro Governador Geral, Thomé de Sousa. Esses missionários jesuítas se tornaram os grandes pioneiros do cristianismo no Brasil. Eis, os nomes dos escolhidos para expulsar os “hereges”<sup>28</sup>, reconhecer e desbravar o Novo Mundo: Pe. Leonardo Nunes, Pe. João de Azpilcueta Navarro, Pe. Antônio Pires, Ir. Vicente Rodrigues, Ir. Diogo Jácome e, o superior, Pe. Manoel da Nóbrega.

A viagem de Portugal à Bahia durava cerca de dois meses, tempo bastante para, quem cria em Deus como a causa e o fim de tudo, evangelizar. Ainda mais ao considerar que haviam cerca de mil tripulantes, sendo eles trezentos funcionários régios, duzentos e oitenta colonos e quatrocentos degredados (BORIS, 1995, p. 46). Todas as embarcações e todos que estavam nelas ouviram de Nóbrega e seus companheiros sobre os “bons modos cristãos”.

No tempo que durou a navegação, fez grande fructo em toda a nau capitanea, á qual se passou, desterrando jogos e juramentos e fazendo muitos exercícos de devoção, com os quaes foi de muito proveito a todos os da nau. Nesta jornada traz a historia da nossa província e delia a do Brasil, o caso da cabeça de um peixe, que dizia succedera com o governador Thomé de Sousa (NÓBREGA, 1931, p. 31).

Esse trecho da vida de Nóbrega escrito por Antônio Franco diz que o governador geral também foi atingido por essa evangelização. Ele era devoto de São João Batista, e, por isso, não comia cabeça de peixe como penitência. Quando o capitão do navio preparou esse prato, ele não quis comer. O padre, por sua vez, insistiu para que ele comesse, dizendo que havia outras penitências que agradariam mais a Deus do que àquela. Mas, mesmo assim, Thomé de Sousa não quis comer. Incansável, o padre pediu para que se lançasse um anzol ao mar, pois Deus responderia se aquela devoção do governador era válida. Para surpresa de todos, menos do

---

<sup>28</sup> Aqueles que para cá vinham evangelizar, mas que eram “protestantes”.

jesuíta, o peixe pescado não tinha corpo, era apenas uma cabeça. Com isso, a fama de Nóbrega se espalhou ainda mais e ele ganhou o respeito e a amizade do governador (VASCONCELOS, 1865, p. 20).

Ao chegarem no Brasil, os jesuítas começaram a construção de casas de barro, para morarem, e da Capela de Nossa Senhora da Ajuda. A primeira carta enviada pelos inacianos foi a de Nóbrega ao mestre Simão Rodrigues de Azevedo, o responsável pela Província no Brasil. Ela foi escrita com menos de dois meses de missão, mas contém a síntese daquilo que seriam os trabalhos e dificuldades nessas terras durante o século XVI. Apenas os métodos de aproximação que eles utilizaram com os índios e as dificuldades encontradas com os clérigos, o bispo e os senhores de engenho, que não estavam presentes nessa carta endereçada ao mestre Simão Rodrigues em Portugal (1549). Eis, os temas tratados nesta epístola (NÓBREGA, 1931, p. 71-76):

- a) O povo da terra estava em pecado mortal;
- b) Início de escola onde o Ir. Vicente ensinava;
- c) Alguns jesuítas foram morar nas aldeias para aprender a língua brasílica, afim de facilitar depois a doutrinação, sendo que o Pe. Navarro [que era sobrinho do doutor Azpilcueta Navarro] já estava adiantado nessa arte;<sup>29</sup>
- d) Algumas amizades foram feitas com pessoas importantes no Brasil;
- e) Os cristãos não se confessavam há anos, fato esse que deveria ser comunicado ao rei;
- f) A terra era boa e auxiliava na saúde;
- g) E que os índios andavam nus, menos os batizados que receberam a partilha das roupas dos jesuítas, também têm vários ídolos, comem carne humana, mas que queriam se tornar cristãos e temiam os jesuítas [o que, para Nóbrega, era bom sinal].

Os jesuítas tinham como regra da própria ordem escrever de dois em dois meses para a sede deles em Roma. As cartas eram lidas e traduzidas para outras línguas, sendo enviadas para outras missões, de modo que uma missão motivasse a outra. Assim, também, os superiores teriam melhor conhecimento de como estava cada uma delas (HANSEN, 2010, p. 111).<sup>30</sup> Os primeiros missionários e os que vieram depois deles também escreviam continuamente. Eles, no texto dessas correspondências, apenas explicitaram aquilo que já havia sido dito pelo seu

---

<sup>29</sup> O aprendizado da língua e a conversão de textos para ela, era visto como algo fundamental entre os inacianos. Isso se deu primeiramente com o Pe. Francisco Xavier, que entendia ser a língua uma das grandes ferramentas para conversão, já que possibilitava a pregação na língua e no modo de cada povo. Tanto que em 1560, o provincial Luiz da Grã torna obrigatório o estudo do tupi (SABEH, 2014, p. 57-58 e 65).

<sup>30</sup> Trabalharei um subcapítulo sobre as Cartas. Pois ela é fundamental para organização e missão dos jesuítas.

superior, Nóbrega, na primeira carta e/ou exemplificaram com fatos ocorridos sobre esses casos acima relatados. Ressalto que, até receberem as respostas das cartas enviadas iam longos meses, ou seja, havia certa autonomia no modo pelo qual os jesuítas agiam nas missões.

A missão dos jesuítas no Brasil ficou dividida entre os colonos e negros, modo como também eram chamados os indígenas naquele tempo. O foco da missão, porém, eram os índios. Ainda que tal foco, na minha opinião, ao longo dos anos tenha sido modificado, vindo a ficar os indígenas em segundo plano. Por isso, apresentarei alguns aspectos importantes que interferiam diretamente na evangelização dos índios, deixando para posteriormente falar sobre a evangelização com os colonos, seguindo a cronologia da missão.<sup>31</sup>

Como disse anteriormente, os colonos, que eram cristãos-velhos,<sup>32</sup> são descritos por Nóbrega como pessoas que estavam em pecado mortal, pecado esse que não eram denunciados pelos clérigos que aqui se encontravam, já que esses eram mais sacerdotes do demônio que do próprio Cristo (*CARTAS...*, 1931, p. 76). Expressão pesada, mas que fez o padre pedir o Tribunal da Inquisição nessas terras, além da vinda de bispos, para que esses cristãos, conhecedores do amor de Cristo, não mudando seu mau comportamento, talvez pelo medo e pela dor, abandonassem o estilo de vida blasfêmico (NÓBREGA, 1931, p. 75). Vida essa que comportava do pecado da luxúria aos jogos de cartas e dados.

Para compreender esse ponto, creio ser importante enfatizar que Nóbrega não está apenas preocupado com a salvação dessas almas cristãs. Mas, com o mal que esses falsos cristãos faziam para a imagem da Igreja. E como era prejudicial para evangelização indígena, já que os batizados deveriam ser testemunhos de como viver a fé para os gentios e não, de como não se devia viver. O que fica claro neste trecho de outra carta para o Mestre Simão, também em 1549: “Cá ha clérigos, mas é a escoria que de lá vem; omnes qucerunt qum sua sunt. Não se devia consentir embarcar sacerdote sem ser sua vida muito aprovada, porque estes destruem quanto se edifica”<sup>33</sup> (NÓBREGA, 1931, p. 77).

Para melhor compreensão, um fato: um índio, principal, havia sido amaldiçoado por um padre, já que este não quisera lhe dar o que tinha pedido. Porém, a força da imaginação do indígena era tão forte que veio a falecer (MASSIMI, 2003, p. 80). Seus filhos, então, buscaram a vingança. Desse modo, os colonos tinham um motivo para fazerem guerra contra os indígenas e de escravizá-los. Tendo as índias por escravas e faltando mulheres na colônia, muitas dessas

---

<sup>31</sup> Desde o início haviam missionários que ficavam nas cidades. Porém, o número dos que iam para as aldeias eram maiores. Houve, posteriormente, uma inversão.

<sup>32</sup> Cristãos-velhos são aqueles que tinham descendência cristã. Não tinham em seu sangue o paganismo. Diferente dos judeus que ao serem batizados ficavam conhecidos como cristãos-novos.

<sup>33</sup> Todas as citações serão feitas no original.

se tornaram mancebas de seus donos. Por esse motivo, Nóbrega (1931, p. 81 E 133) chega a enviar carta ao rei Dom João III, em 1552, pedindo que fossem enviadas mulheres órfãs e errantes para colônia. Assim, seria evitado esse tipo de pecado.

Preocupados com a salvação da alma indígena, que era a condição de possibilidade da salvação de suas próprias almas, os jesuítas assumiram a postura de defensores dos índios. Assumindo essa postura, eles vão de frente contra os interesses dos colonos. Pois, após um período de escambo, os indígenas não tinham mais tanto interesse nas trocas. Para conseguir o que desejavam, os colonos precisavam de mão de obra, mão de obra essa que veio à força, fruto de guerras e extermínios. Certa inimizade, portanto, surgiu entre colonos e jesuítas, inimizade que perdurou por todos os dias até serem expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759.

Na missão com os índios outros empecilhos foram encontrados para doutrinação, além do fato deles não terem fé, lei e rei, como escreve Gândavo (1980, p. 14). Porém, antes de falar sobre essas outras dificuldades faço questão de ressaltar um aspecto. A expressão de Gândavo, se considerada isoladamente, reduz as tribos indígenas a uma só. No *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, é apresentado, separadamente em capítulos, vários povos indígenas que habitavam essas terras, como os índios: aymorés, tupiniquins, guaytacazes, papanazes, goyanazes, carijós, tupinambás, tupinães, amoipiras, tamóios, ubijaras e tapuias. Em 1554, Anchieta estando em Piratininga escreve que os ibirajáras, que consideravam as cabeças de seus inimigos como troféus, eram os mais avantajados, civilizados, de todos os índios da colônia. Isso porque (ANCHIETA, 1933, p. 48):

- a) tinham um chefe;
- b) não comiam carne humana;
- c) tinham uma mulher;
- d) as virgens eram cuidadas e entregues aos maridos;
- e) não eram idólatras;
- f) não criam em “feiticeiros”;

Por isso, ao falar dos indígenas, tratarei dos que têm sua raiz no povo Tupi, não especificando os povos. Obviamente, ao fazer isso, darei mais uma visão geral do que aprofundada na relação dos missionários com os indígenas.

No centro das dificuldades, além da língua que lhes era estranha, sintetizarei em outros três aspectos, que os missionários tiveram que lidar: os “feiticeiros”; o nomadismo; e a antropofagia.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Outra dificuldade, era o “apetite sexual”. O que levava os indígenas a viver em poligamia e a cometer incesto. Sobre o incesto, é importante ressaltar que para os indígenas o parentesco se dava apenas pelo homem, desse

Para poder abordar tal questão, preciso expor que alguns índios desejavam o batismo. Não posso afirmar se o interesse era de serem católicos e irem para o “céu”, ainda que o padre Nunes nos diga diferente em sua carta de 1551: “...têm grandíssimo desejo de conhecer a Deus e de saber o que hão de fazer para se salvar, porque temem muito a morte e o dia de Juízo e o Inferno, de que têm já alguma notícia” (*CARTAS...*, 1931, p. 66). Segundo Almeida (2003, p. 148-149), a busca de uma definição sobre o que os indígenas acreditavam ser o batismo é algo impreciso. Isso pelo fato que muitas foram as interpretações sobre o batismo que os nativos tiveram, talvez tão amplo como a quantidade de índios que existiam. Fato é que ser cristão trazia consigo a possibilidade de participar da realidade colonial, de “ser alguém”. Índios batizados no início eram mal vistos pelos seus companheiros de tribo, mas eram bem vistos pelo governador e eram cuidados pelos jesuítas. Em meio a essa dicotomia, surgem os empecilhos para dificultar a vida dos missionários. Além disso, como explanarei posteriormente, esse cuidado dos jesuítas com os negros da terra, acompanhado pela proteção do governador, gerava certo descontentamento por parte dos colonizadores, pois dificultavam esses a conseguirem escravos.

Por meio desses índios, os padres jesuítas foram cada vez mais tentando fazer com que a fé cristã fosse propagada. Nas tribos, encontravam a dificuldade de fazer com que um índio já velho acolhesse aquela nova verdade, que ia, em muito, contra o que esse acreditava. Para ajudar a atrapalhar, os pajés e/ou caraíbas, chamados de “feiticeiros” pelos europeus, que eram como mestres para os índios, considerados descendentes dos deuses, donos da vida e da morte, iam de anos em anos nas tribos, dando conselhos de guerra e profetizando prosperidade.<sup>35</sup> Segundo Thevet (1978, p. 117), o pajé era a figura do diabo, diabo que era adorado pelos indígenas. De acordo com o autor, eles não passavam de impostores que iludiam seus semelhantes, fazendo-os crer ser o pajé o porta-voz dos espíritos. “Os selvagens sentem-se bastante felizes quando conseguem cair nas boas graças do pajé e quando este lhes concede o privilégio de aceitar um de seus presentes”. Esses pajés propagavam em meio às tribos que o batismo era “fonte de desgraça”, dizendo que quem se batizasse viria a falecer. Interessante lembrar que, nesse período, milhares de índios estão sendo dizimados pela varíola, sarampo

---

modo, o que os portugueses consideravam incesto, era algo visto como normal se a relação fosse dada através de parentes por parte da mãe. Através da evangelização, doutrinação, batismo e política de vigilância, que foi intensificada com os aldeamentos, os missionários tentaram eliminar esse empecilho. Segundo Faria, poderia se resumir em três os grandes empecilhos para evangelização e repúdio ao indígena: canibalismo, nudez e incesto (FARIA, 2009, p. 25).

<sup>35</sup> No decorrer do tempo, os inácianos passaram a ser conhecidos entre os ameríndios como caraíbas, já que tornaram-se referência para os indígenas, como conselheiros e profetas de uma terra para além da vida (ALVES FILHO, 2007, p. 17)

e gripe, e que muitos deles foram batizados *in extremis*, ou seja, quando já estavam prestes a perder a vida, para morrerem como cristãos (VAINFAS, 2005, p. 60).

Outra dificuldade para missão era o nomadismo. Os índios não tinham o costume de ficar muito tempo em um lugar. Não tinham a prática de cuidar da terra, quando essa deixava de dar o que eles necessitavam, buscavam outro lugar para a aldeia (STADEN, 1930, p. 141). Algumas vezes, segundo Navarro em carta aos missionários na Europa, acabavam antecipando a mudança ao colocarem fogo em suas próprias “casas” estando embriagados (CARTAS..., 1931, p. 51). Isso dificultava na sequência da doutrinação, catequese. O batismo só era concedido sem doutrinação em caso de risco de vida. No mais, o Caminho Catecumenal, a catequese, durava cerca de dois anos.

A última dificuldade, das que considere mais importante, é a antropofagia. Diferente do canibalismo que se come a carne pelo sabor, os índios além do gosto pela carne humana, que consideravam como um manjar dos deuses, comiam uns aos outros, de tribos diferentes, após serem capturados em guerra como um modo de vingança (VASCONCELOS, 1865, p. 32-33). Ao comer a carne do capturado, o índio acreditava estar adquirindo as virtudes do mesmo. Incluindo em seu nome, o nome daquele que acabara de ser comido. Quanto mais nomes um índio tinha, mais respeitado ele era. Isso se manifestava, de acordo com Léry (1998, p. 182), conforme as incisões feitas no corpo, por isso, quanto mais incisões, mais nomes e, conseqüentemente, mais respeitado ele era. No caso dos jovens, apenas após o rito antropofágico e a aquisição de novo nome, ele estaria em condições para se casar (FERNANDES, 2006, p. 153).

Um aspecto que está como plano de fundo de toda a missão é o risco de vida. Em 1552, o padre Navarro estando em Salvador escreve aos irmãos que, além das dificuldades já citadas (“feiticeiro”, nomadismo e antropofagia), os rios, os animais e os matos colocavam a vida inicianos em contínuo perigo (CARTAS..., 1931, p. 69).<sup>36</sup> Seja por conta dos colonos, que viam os jesuítas como empecilho para fazer do índio escravo e lucrar com ele, seja pelos próprios índios que as vezes os atacavam, como narra Anchieta ao ter que carregar Nóbrega, já doente, em suas costas para fugirem da morte, como escreve ao Geral Diogo Lainez em 1565 (ANCHIETA, 1933, p. 211-212).

### 2.5.2 “Superação” e Novos Empecilhos

---

<sup>36</sup> Importante lembrar que para o iniciano, o martírio era almejado. Sacrificar-se por Cristo para salvação das almas, morrer por elas e tornar-se exemplo para os demais.

Os pajés, que foram considerados feiticeiros pelos europeus, são um dos grandes problemas para a missão jesuíta. Fato notável, e digno de nota, foi o encontro de Nóbrega com o maior dos “feiticeiros” daquele tempo, esse que se dizia filho do Criador do Céu e da Terra. Segundo Léry (1998, p. 38), “...os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim...”. O padre, estava ciente de que se “desmascarasse” o pajé (xamã), os indígenas iriam tentar entender o porquê e, com isso, acabaria ganhando muitos fiéis para Cristo. Após longo diálogo, com esse que dizia se comunicar com os deuses, a vista de todos o jesuíta conseguiu “desmascará-lo”. Com o pajé, mais de oitocentos índios se converteram. Interessante é o fato de apenas cem desses terem sido batizados, enquanto outros setecentos permaneceram no Caminho Catecumenal (NÓBREGA, 1931, p. 35). O padre, ao batizar esse grupo, escolhido a dedo, fez com que esses se tornassem auxiliares da formação cristã desses outros. Segundo Fernandes (2006, p. 270), os pajés eram os responsáveis de “resolver”, de dar um sentido prático aos problemas sociais enfrentados pelas tribos, devido seu poder de comunicar com o além. Ao batizar um líder espiritual entre os indígenas, Nóbrega estaria dando um passo maior do que havia imaginado para evangelização dos indígenas.

Contudo, o método mais eficaz contra os empecilhos foi a criação das escolas e dos Aldeamentos. A escola não surgiu como um meio de ensinar gramática ou aritmética, mas como meio de doutrinação.<sup>37</sup> Um programa de “catequese-escola”, onde o índio ainda pequeno, que estava em fase de aprendizagem, aprendia os “bons costumes cristãos”. Dom João III chega a dizer que “neles se imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios” (*apud* LEITE, 1954, p. 6). Desse modo, ao aprender tais costumes, possivelmente a criança indígena iria confrontar o modo de vida dos seus familiares ao buscar ensinar e vivenciar o que aprendeu, gerando, assim, uma visão diferente sobre a fé cristã a partir de dentro da tribo e não de fora, fomentando a criação de uma nova cultura. Além disso, os pais evitariam a mudança das aldeias, “acabando” com o nomadismo, para que seus filhos permanecessem estudando e, com isso, os jesuítas ganhariam, concomitantemente, a proteção dos índios.

Os Aldeamentos faziam com que várias tribos, até mesmo rivais entre elas, viessem a morar juntas, diferente das Aldeia d’El Rei, que eram tribos que permaneciam onde estavam,

---

<sup>37</sup> Ainda que esse período esteja no decorrer do Concílio, ao seu término, a alfabetização viria a ser vista como meio de controle. Além da alfabetização, a procissão, pregação, representações teatrais e visitas pastorais seriam utilizadas para formação do índio (FARIA, 2009, p. 62-66).

mas tanto os costumes quanto a fé eram submetidos ao cristianismo.<sup>38</sup> Aquele que fosse contra isso, estaria indo não apenas contra a catequese recebida, mas contra a própria Coroa. Desse modo, os índios também se vigiavam para não terem problemas com o governador. Como exemplifica Nóbrega (1931, p. 94), em 1549 em uma carta ao Dr. Navarro, que foi seu mestre em Coimbra, com o caso do índio que mata um cristão e foi levado pelos próprios índios para ser julgado pelo governador.<sup>39</sup>

Os indígenas, porém, não se sujeitaram totalmente a essa realidade. Essa é uma interpretação que ausenta o índio da participação de sua própria história, deixando de serem agentes históricos para serem passivos ante as ações dos portugueses. De algum modo, os indígenas fizeram uma “antropofagia cultural”, sejam aqueles que permaneceram aldeados ou aqueles que se tornaram escravos ou, ainda, que fugiram para o Sertão (GARCIA, 2007, p. 136).

Os Aldeamentos, aconteciam sob o mandato do governador, visando, forçadamente, a paz entre índios e colonos, tendo os jesuítas como responsáveis. As tribos indígenas que não aceitaram entraram em conflito com a defesa da Colônia, enquanto, os que aceitaram o mandato, conviveram “em paz”, plantando, cultivando, aprendendo novos ofícios e, o mais importante, foram mais facilmente doutrinados (SANTOS, 2005, p. 7). Além disso, vivendo aldeados, não eram mais nômades e tinham vigias entre eles próprios quanto as práticas contrárias ao cristianismo. Quem desobedecesse poderia ser punido até com a morte, desde o decreto, em 1558, do Governador Geral Mem de Sá. Os inicianos foram transformando a pedagogia do amor, aos poucos, em pedagogia do medo, da vigilância, onde um erro que a princípio era apenas admoestado deveria, agora, ser fortemente punido (HANSEN, 2010, p. 37 e 110). “A persuasão que ascenderia a vontade dos nativos pelo batismo, era substituída pela força bruta; já a ortodoxia da fé praticada pelos novos cristãos era garantida pela punição” (SABEH, 2014, p. 51-52).<sup>40</sup>

Vigiados entre eles próprios nas Aldeias d’El Rei e pelos jesuítas nos Aldeamentos, tendo o governador como ameaça constante, a antropofagia perdeu o espaço que havia na cultura indígena. Se antes o ritual antropofágico esperado por toda a tribo, eles passaram a ser realizados as escondidas, quando feitos. Pensando nisso, resalto mais um problema, e talvez o

<sup>38</sup> Segundo Baeta Neves (1978, p. 41), os Aldeamentos foram utilizados como um meio de controle da natureza indígena.

<sup>39</sup> Os Aldeamentos eram escolhidos em locais estratégicos, próximos a uma vila e várias tribos. Nele, os missionários formavam seu “quartel general” da doutrina cristã (SABEH, 2014, p. 70).

<sup>40</sup> O autor não está falando dos jesuítas na Colônia Portuguesa no Brasil, mas na missão em Goa liderada pelo Pe. Francisco Xavier. Porém, ainda que em outro povo, os meios utilizados foram os mesmos.

mais sério para conversão indígena, a grande acolhida do cristianismo que os índios tiveram. Pois, o que a primeiro momento veio a ser fonte de animação, para os inacianos, se tornou grande empecilho para permanência dos indígenas na vivência da fé. Muitos nativos viviam uma vida dupla. Pois, por mais que fossem batizados, casados, não abandonavam seus costumes, fazendo então uma nova antropofagia. Antropofagia cultural, já que fazia proveito daquilo que era necessário para subsistir e no mais, permanecia com a sua cultura (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 30). Essa abertura do indígena ao novo, acolhendo tudo o que lhe fosse oferecido, mas permanecendo com a sua cultura como plano de fundo, fazendo então um verdadeiro sincretismo, foi um dos auxiliares para crise da missão dos inacianos no Brasil.

O grupo de jesuítas era pequeno, mas não de inteligência. Além de buscarem formar lideranças, criarem Colégios, fazerem os Aldeamentos, outros métodos foram utilizados para alcançar cada vez mais os gentios. Entre os indígenas quem soubesse tocar bem algum instrumento musical, podia entrar em qualquer tribo, ainda que essa fosse inimiga. Os missionários começaram a utilizar a música como meio de aproximação e comunicação. O filme *A Missão* de Roland Joffé ilustra bem essa aproximação. A música, porém, era proibida em meio aos jesuítas por Loyola, tanto que havia uma expressão entre eles: “Jesuítas não cantam!” (WITTMANN, 2008, p. 6-7). Mas, ante a necessidade de métodos para aproximação, essa regra não veio a ser problema. Um ano depois do começo da missão, sete meninos órfãos de Lisboa foram enviados ao Brasil, e os jesuítas ensinaram cantos para que eles auxiliassem na missão<sup>41</sup> (HANSEN, 2010, p. 27). Por mais que os visitantes não concordassem e condenassem essa atitude, exceto o Pe. Azevedo, os inacianos que aqui estavam, não deixaram de utilizá-la.

O padre Navarro foi o primeiro a aprender a língua brasílica. Vindo a pregar e confessar os índios em sua própria língua. Também traduziu orações e cantos, visando alcançar cada vez mais os negros da terra (VASCONCELOS, 1865, p. 32). Porém, outros como Nóbrega<sup>42</sup> morreram sem conseguir falá-la. Mas com essa dificuldade de comunicação, o uso de línguas, pessoas que eram utilizadas como tradutores, auxiliou muito na missão.<sup>43</sup> Até mesmo em confissões essas pessoas estavam presentes. Mas o fato dos línguas fazerem juramento de sigilo sacramental não foi o bastante para não gerar conflito. D. Pedro Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil (CARDIM, 1925, p. 394). Para o bispo, os índios não eram capazes de receber

---

<sup>41</sup> Posteriormente alguns desses meninos viriam a se tornar irmãos e, alguns até, sacerdotes jesuítas, como: Symeon Gonçalves, Antônio de Pina e Joan Perera (HERNANDES, 2016, p. 135).

<sup>42</sup> Ele talvez pela gagueira.

<sup>43</sup> Muitos dos línguas eram crianças mestiças, filhos de colonos com indígenas.

a fé, muito menos de serem mediadores de um sacramento. Por outro lado, os missionários da Companhia faziam de tudo para conversão dos nativos, até mesmo ceder em alguns pontos, como o casamento entre tio e sobrinha (ALMEIDA, 1998, p. 6). Lembrando que, na cultura indígena, o parentesco se dava, apenas, pela parte dos homens e não dos dois (NÓBREGA, 1931, p. 90).

Nessa busca apostólica de tentar salvar a maior quantidade de almas possíveis, além de tradutores para evangelização e confissão, dos Colégios, dos Aldeamentos, da utilização da música, os inacianos tiveram muitas outras iniciativas, como: a utilização de teatros para catequese, a tradução de músicas e orações para língua tupi (língua que se tornou obrigatória ser estudada), a realização de procissões, e além disso, as crianças órfãs, além do canto, tinham o corte de cabelo como das crianças indígenas para entrarem mais na realidade dos nativos (WITTMANN, 2008, p. 3-4).

Se, por um lado, muitos foram os problemas encontrados para evangelização dos missionários, como: falta de rei, lei e fé; o nomadismo; os “feiticeiros”; a antropofagia; a língua; os padres seculares,<sup>44</sup> que viviam em pecado e ensinavam erroneamente os colonos; o conflito com o bispo Pero Sardinha; a mortalidade indígena; e a associação feita pelos índios entre batismo e morte. Por outro lado, enquanto buscavam solucionar estes problemas, com as “soluções” que apresentei, novos problemas surgiram ou intensificaram. No decorrer do século, apareceram novos desafios para evangelização, assim como problemas em decorrência da mesma. Para facilitar o entendimento fiz esse trajeto de primeira impressão, empecilhos, “superação” e agora novos empecilhos. Sendo assim, eis os empecilhos que achei digno de nota:

- a) A relação com os poderosos: senhores de engenho e governadores;
- b) A confusão entre os indígenas sobre a relação da antropofagia com a teofagia;
- c) O batismo e a mudança de nome;
- d) A apropriação das palavras em tupi, por parte jesuítica, tentando ressignificá-las;
- e) E a falta de missionários da Companhia em terras brasileiras.

Irei fazer um percurso do desenrolar desses problemas, para uma melhor compreensão da realidade desses missionários, onde visarei apontar para crise que estavam vivendo no início da União Ibérica.

---

<sup>44</sup> Padres seculares eram aqueles que estavam submetidos diretamente à Coroa. Enquanto os regulares eram aqueles submetidos à alguma Ordem Religiosa. Porém, devido ao Padroado, ainda sim estavam indiretamente submetidos à Coroa.

Se os índios viviam em guerra entre si, não seria diferente a relação deles com os colonos. Os tupiniquins, por exemplo, viviam em paz com os lusos, mas havia algumas tribos que eram inimigas do portugueses e amigas dos franceses, como os caetés que foram aqueles comeram o bispo Sardinha, e os tupinambás, que fizeram de Hans Staden<sup>45</sup> prisioneiro por pensarem ser ele português. Essas alianças, com algumas tribos em detrimento com outras, aconteciam quando ao se unirem a uma tribo, se uniam aos aliados dela contra seus inimigos. Os lusos ganhavam apoio de algumas tribos contra os invasores europeus e apoiavam as tribos contra seus inimigos indígenas (STADEN, 1930, p. 72-74). Curioso que ao mencionar a morte de Sardinha que “virou sardinha”, não se fala que cerca de cem pessoas foram mortas também, dentre eles dois cônegos e que apenas três pessoas conseguiram fugir (SOUSA, 1879, p. 26). A morte de toda uma tripulação ilustra claramente essa inimizade entre colonos e algumas tribos.

Os Aldeamentos, como disse anteriormente, colocavam muitas vezes tribos inimigas no mesmo espaço, que deveriam então viver em paz. Pois, ou viviam em paz entre elas ou guerrearíamos com o exército da colônia, ao comando do Governador Geral, como algumas tribos fizeram. Imagine qual era o clima entre os aldeados. Se não fosse o bastante já terem que abandonar seus costumes em pró de uma organização de vida diferente das suas. Os índios que são dados a natureza, agora tinham que ficar presos a ofícios que eram considerados importantes para a organização da Aldeamento, desde construções de coisas, ao cuidado com plantações. Os Aldeamentos tinham conotações diferentes, dependendo apenas da perspectiva de quem a olhava. Segundo Almeida (1998, p. 5), para o índio era o mal menor, já que ou ia para ela, ou deveria fugir para o sertão. Para os missionários jesuítas, era o local da evangelização, o melhor meio para salvação das almas. Para o governo, era um meio de se encontrar a paz na colônia.

Não demorou muito para os índios preferirem fugir para o sertão do que permanecer aldeados. Nas duas primeiras décadas de missão, chega-se a ter no Nordeste quatorze Aldeamentos, um montante de quarenta mil índios (SANTOS, 2009, p. 35). Porém, esse número cai grandemente, das quatorze, restaram apenas três na Bahia segundo Anchieta no início da União Ibérica, somando cerca de três mil e quinhentos índios (SANTOS, 2008, p. 4). Para entender profundamente o porquê dessas fugas, creio ser necessário conhecer um mito indígena, o da Terra Sem Mal.

Na Terra Sem Mal, segundo Vainfas (2005, p. 47-48 e 52), viviam os “deuses” indígenas, os criadores da terra, céu, fogo, chuva e agricultura, além dos heróis indígenas. A

---

<sup>45</sup> O alemão Hans Staden (1525-1576) foi um aventureiro mercenário. Esteve no Brasil duas vezes, sendo que em uma dessas ficou por nove meses como “refém” dos índios tupinambás. Ao voltar para Alemanha, escreveu o livro *Duas viagens ao Brasil*, que se tornou um sucesso na época.

Terra, não era apenas para os mortos, podendo ser encontrada pelos vivos. Os índios viviam, então, a procura dela, o que justifica o nomadismo. O movimento que os motivava constantemente a essa procura, ficou conhecida como Santidade, nome cunhado por Nóbrega (1931, p. 180), registrado na carta aos Padres e Irmãos de Portugal em 1549, após presenciar um desses momentos. Nela, os “feiticeiros”, caraíbas, que eram considerados encarnações dos deuses e interpretadores dos espíritos, ao passarem nas tribos de anos em anos, profetizavam entre tantas coisas, o dia que encontrariam essa Terra. Porém, se nela viveriam em paz, o período que estavam vivendo com os colonos era de tormenta. Pois, estavam sendo massacrados, física e culturalmente. Os pajés, começaram a incitar não apenas a apologia a guerra contra outras tribos, mas contra os brancos e, até mesmo, os inacianos.

Se, por um lado, os caraíbas instigam os indígenas a não se unirem aos colonos, como uma resistência a colonização, por outro lado, os senhores de engenho também o fazem, mas em relação aos nativos aldeados. Os colonos diziam que os negros da terra não precisariam viver aquela realidade caso fossem morar em suas fazendas. Índios rivais, domesticação, o sentimento de opressão, o desejo da Terra sem Mal, o apoio dos senhores de engenho para fugirem, acabaram fazendo dos Aldeamentos, em muitos momentos, “um caos”. Concomitantemente, os missionários começaram a desejar mais o trabalho com colonos do que com os indígenas. A missão que era de caráter itinerante começa a se limitar aos Aldeamentos e, com o passar do tempo, o número dos que desejam ir para essas missões se torna cada vez menor, gerando um problema interno na Companhia que aprofundarei no terceiro capítulo deste trabalho.

Ciente da importância de apresentar a relação entre os missionários da Companhia de Jesus com os colonos, mais especificamente os senhores de engenho, deixarei para fazê-lo em um subcapítulo posteriormente. Do mesmo modo, que o farei sobre a relação deles com os governadores.

Dentre tantos problemas que os jesuítas enfrentavam, alguns eles mesmos acabaram provocando. Começarei por aquele que talvez seja da parte indígena, o de mais difícil compreensão: a antropofagia e a teofagia. A antropofagia é o ato de comer carne humana, mas não como no canibalismo onde se come apenas pela carne. Na antropofagia, come a carne para adquirir as virtudes daquele que foi comido, que a partir daquele momento faria parte de você. Como dizer que isso era errado e explicar a Eucaristia para os índios? Onde, segunda a crença católica, Jesus estaria no pão consagrado na Missa e que aquilo não era mais pão, mas que pela transubstanciação, agora era a carne do próprio Cristo (YOUCAT, 2011, p. 129-130). Carne essa que deveria ser comida, que faria parte de você e lhe faria mais forte. Não é o mesmo que a

antropofagia, só que ao invés de ser carne humana, era divina? Por isso, Santos (2009, p. 42) afirma que a teofagia era um dos aspectos incompreensíveis para os índios.

Outro aspecto de difícil compreensão e ligado a antropofagia, é o batismo. Se na antropofagia o índio ao matar e comer a carne de seu inimigo, ganhava mais um nome, no batismo, ele morreria para vida velha e assumiria um novo nome, nome que Cristo lhe chamaria no dia do juízo, nome para salvação (*YOUCAT*, 2001, p. 116-120). Como explicar que ao invés de matar, como seus ancestrais faziam, teriam que morrer? Que mesmo morrendo permaneceriam vivos, já que morreriam para seus costumes gentios? Que sem matar seus inimigos, se morressem para si, assumiriam um novo nome? Que uma vez batizados, deveriam ser fiéis aos costumes cristãos, aos jesuítas, a Igreja, ao governador, a coroa? Que não eram mais gentios, pagãos, mas que a partir daquele momento eram fiéis e se fizessem algo contrário a fé, eram dignos de condenação? E, por fim, como o batismo para liberdade poderia ser compreendido por premissas que os conduziam a escravidão?

Mais um problema, também gerado pelos missionários, foi o da utilização de palavras indígenas para expressar aspectos cristãos, uma ressignificação. Se traduzir é trair, imagine no primeiro contato com uma cultura totalmente distinta. Como falar para um índio sobre Deus, sendo que esse não tinha um ser criador de tudo, que participava ativamente no mundo? Como comparar esse Deus cristão a *tupã*? (SANTOS, 2009, p. 40-41). Ou ainda a palavra *karai bebe* para falar sobre o anjo, um neologismo que deriva de *karai*, o profeta para o ameríndio, e *bebe*, que significa alado. Um profeta voador seria a transliteração, uma palavra que, segundo Alves Filho (2010, p. 21), foi uma das tantas que foram estranhas tanto para o indígena quanto ao europeu, mas que eram utilizadas para auxiliar na evangelização. Para contrapor Deus e seus anjos, *anhanga* que para os nativos significava o protetor da selva e dos animais, que tinha destreza e força sobrenatural, seria o demônio. O mesmo autor (2007, p. 100) já tinha escrito, anteriormente, que mesmo os indígenas não tendo a noção de demônio em sua crença, tinham medo de *anhanga* e, por isso, poderia ser bem utilizado para pelo medo deter os impulsos carnis deles.<sup>46</sup>

Existe ainda mais um problema, que não foi exclusivo da missão dos jesuítas. O da falta de missionários. Segundo a Bíblia no Evangelho de Mateus, a messe é muito grande para poucos operários (Mt 9, 37). No Novo Mundo não foi diferente. Muitas foram as cartas escritas pedindo reforços, como apresentarei no subcapítulo a seguir. Por isso, começam a ser recrutados jovens colonos, índios e brasis, para buscar, cada vez mais, expandir a missão. Gostaria de

---

<sup>46</sup> Alves Filho em sua tese de doutorado, com o título *Tradução e sincretismo nas obras de José de Anchieta*, irá aprofundar o tema. Especialmente o segundo capítulo.

ressaltar apenas Pero Corrêa, homem importante de São Vicente e um dos tantos acolhidos para missão, que como relata a cópia de uma carta que ele mesmo escreveu, em 1554, ao Padre Belchior Nunes em Coimbra, que foi o primeiro a ser admitido na Companhia na colônia e que era grande língua (*CARTAS...*, 1931, p. 92). Posteriormente, morreu como mártir a flechadas pelos carijós, junto com João de Sousa, sendo os primeiros mártires da missão.

A apresentação dessa trajetória, dos missionários no Brasil, foi de suma importância para compreensão do porquê os inacianos chegaram a União Ibérica em uma crise. Obviamente, outros fatores aconteceram, como os problemas com senhores do engenho, governadores e clero, que ainda aprofundarei, assim, como os desentendimentos sobre a missão dos jesuítas no Novo Mundo, seja por aqueles que estavam aqui, seja com o superior em Roma. E, além disso, a organização da Companhia feita por cartas que demoravam meses para chegarem ao destinatário e mais meses para voltar, quando não eram extraviadas. Fazendo com que a carta, ao chegar, encontrasse ou um problema maior, ou problema algum referente ao escrito, ou outro problema que ainda não havia sido mencionado.

## 2.6 AS CARTAS: MEIO DE COMUNICAÇÃO E PODER

Nesta seção, não desejo apresentar minuciosamente o que foi relatado nas cartas jesuíticas. Mas, expor um panorama geral da importância delas. Pois, foi utilizando dessas cartas e de historiadores delas, que fiz o percurso da Companhia de Jesus no Novo Mundo até aqui. Por isso, os fatos que forem citados, serão para aprofundar na compreensão desse percurso já trabalhado e para auxiliarem na compreensão do que ainda virá. Limitarei a dizer: o porquê eles escreviam; alguns pedidos, críticas e partilhas; e apresentarei algumas respostas das cartas.

### 2.6.1 Por que escrever?

Creio ser importante relembrar que as cartas viajavam por meses até encontrar o seu destinatário, quando o encontrava. Entre escrever uma carta e receber a resposta dela levava, aproximadamente, quatro meses no mínimo em correspondência com Portugal, e até seis meses

quando direcionada ao superior em Roma (HANSEN, 2010, p. 112). Mas se era tão difícil obter respostas, por que esses missionários a escreviam? Qual o objetivo delas?

O sistema de organização jesuítico, tem em sua base a correspondência epistolar. Que, segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 65-67), pode ser considerado um método de organização burocrático. Como comentei anteriormente, ela era utilizada para comunicar a situação da província, depois era traduzida e enviada para outras províncias. Mas não parava nisso, ela era o meio para se descobrir como estava a missão, podendo, assim, ser acompanhada a distância. Dependendo da carta, era lido aos fiéis, seja para apresentar os frutos da missão, seja para, de algum modo, conhecerem as diferenças dessas terras, seja para poderem conseguir mais benfeitores para Companhia.

Segundo Hansen (2010, p. 111-112), eram utilizados quatro tipos de cartas por eles nesse tempo:

- a) De coleta e divulgação de dados sobre o local de missão;
- b) De informações sobre o relacionamento com as elites;
- c) De consolação, apresentando os frutos da missão;
- d) E, de relatório do superior da província para o superior em Roma.

Porém, nem todas cartas eram enviadas para os superiores. Algumas eram enviadas aos monarcas e seus representantes, buscando assim, ao apresentar a realidade da missão conseguirem apoio e favores. Eram quatro os objetivos principais de uma carta: pela coleta de informações do local de missão, confeccionar dicionários e gramáticas para preparar os novos missionários; o controle das missões; o reforço para unidade mundial da ordem, já que eram enviadas para outras missões espalhadas pelo mundo desde 1562; e atender a demanda da elite letrada da Europa que desejava conhecer melhor o Novo Mundo, como as comidas, bebidas e cultura. Santos (2009, p. 21), porém, apresenta outros três motivos, sendo apenas um diferente dos citados por Hansen, o da edificação do próprio emissor, que ciente que sua carta seria lida em outras missões, deveria buscar viver bem para ser um testemunho de edificação.

Creio que se não fosse essa regra da Companhia de Jesus de escrever, considerando todos os escritos que temos do Brasil Colônia, pouco se teria sobre a nossa história. É inegável a importância dessas cartas, que hoje são utilizadas como documentos e fontes históricas.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Como todos os missionários deveriam escrever ao menos bimestralmente, é fato que existe uma documentação gigantesca sobre as missões. Porém, muitas dessas cartas permanecem inacessíveis em Roma. Na verdade, podem ser consultadas, para quem puder ir até lá fazer tal serviço. Como não tive a oportunidade de ir, trabalhei com muitas das cartas já conhecidas. Isso não tira o mérito das mesmas e nem do trabalho. Pois como já falei, as cartas vão repetindo os mesmos pedidos, como se de algum modo, fosse combinado o que deveria ser pedido. Não convém analisar se o ditado popular “água mole pedra dura, tanto bate até que fura” tenha suas raízes na

Pelo fato da carta passar de mão em mão até chegar ao destinatário, o modo com que era escrita devia ser bem pensado. Uma carta enviada ao rei ou ao superior, relatando fatos ocorridos na colônia, não poderiam ser descritos abertamente. Como o relatório que deveria ser escrito de quatro em quatro anos falando especificamente sobre cada missionário. Havia, assim, um estilo de escrita como que codificado, para que apenas aqueles a quem eram endereçadas tais cartas, pudessem compreender facilmente. Em qualquer carta, não se pode desconsiderar quem escreve e para quem escreve, pois, existe um contexto por trás dela, que não pode ser esquecido. As cartas que nesse trabalho apresento são marcadas por uma cosmovisão religiosa, missionária, desbravadora e “contrarreformista” dos inacianos.

### **2.6.2 Pedidos, críticas e partilhas**

Os superiores da Companhia pediam as cartas para uma melhor organização da missão. Problemas de todos os tipos deviam ser comunicados: com colonos, com padres, com bispos, com gentios e entre missionários. Porém, se isso era um meio de controle do Geral, o mesmo servia para os inacianos que estavam na Colônia. Ainda que as cartas demorassem muito tempo até chegarem aos seus destinatários, quando chegavam, eram levadas a sério. Como descredibilizar o único meio de comunicação que se havia? Desse modo, os pedidos, críticas e partilhas feitas pelos religiosos eram muito importantes.

Como disse anteriormente, as cartas também eram enviadas aqueles que sentaram no trono luso. Dom João III, Dona Catarina de Áustria, Cardeal Dom Henrique de Évora, Dom Sebastião, Filipe II da Espanha e I de Portugal, Filipe III da Espanha e II de Portugal comunicaram-se com esses missionários durante o século XVI. Focarei em Dom João III e os primeiros inacianos, para expor melhor como foi formada a base dessa importância de comunicação entre a Companhia de Jesus na colônia do Novo Mundo com os monarcas.

Quando se pensa nos missionários enviados, não se pode esquecer do Padroado. Isso quer dizer que a escolha dos membros foi feita pelo superior da Companhia em Portugal, Mestre Simão, mas foi aprovada pelo rei Dom João III. A escolha de Nóbrega foi feita pelo próprio rei, que, estando o jesuíta missionando em Portugal, não conseguiu chegar a tempo para a partida da embarcação com Thomé de Sousa, mas não foi substituído (NÓBREGA, 1931, p. 21 e 31).

---

insistência desses missionários. Por outro lado, isso não tira o fato que muitas novidades podem estar contidas nessas cartas em Roma, apenas esperando pesquisadores.

Uma embarcação ficou a espera do inaciano para poder ir. Talvez pela influência familiar que Nóbrega tinha no reino ou pela fama que crescia e se espalhava na Europa, de um missionário zeloso pelas almas.

Escolhidos pelo rei, tinham a missão de, além de como missionário de Cristo que era trazer o catolicismo para essas terras e expulsar o demônio, ser os olhos de Dom João III. Tudo aquilo que acontecesse nas terras brasílicas deveria ser comunicado. A carta de Nóbrega (1931, p. 123-127) ao monarca em 1551, descreve a realidade da missão e da colônia, faz pedidos e, por fim, uma sugestão. Eis, os pontos principais:

- a) Informa que os padres, cinco ou seis, que estavam na colônia antes da chegada deles, viviam abandonados ao pecado;
- b) Notícia que os gentios começam a procurá-los. Pois, a fama dos missionários está se espalhando;
- c) Pede que sejam enviados mais irmãos para o auxílio da missão;
- d) Solicita que ordene ao governador construir ao menos uma casa para os meninos, já que o Colégio da Bahia foi edificado sem o auxílio do monarca;
- e) Comunica que os homens estavam em pecado com as índias e sugere que sejam enviadas mulheres errantes e órfãs para aqui se casarem;
- f) Avisa que Thomé de Sousa solicitou que um padre pudesse acompanhá-lo na missão de descobrir ouro.

Alguns dos pontos principais aqui expostos, vão ser reforçados em outra carta enviada ao monarca, em 1552. A sugestão foi que o próximo Governado Geral viesse com sua esposa, para não fazer como Thomé de Sousa que deixou sua mulher em Portugal (NÓBREGA, 1931, p. 133-137).

Não se pode esquecer que essas cartas eram entregues aos navegantes, que cruzando o Oceano Atlântico chegariam até Portugal. Nesse processo, muitas cartas eram perdidas. Uma mesma carta geralmente era copiada e enviada em outros navios. Pois, o navio poderia naufragar, os piratas ingleses ou franceses poderiam atacar. Ainda que uma não chegasse a mão do destinatário, a outra, possivelmente, chegaria. Embora demorassem longos meses para isso.

O pedido de Dom João III, de escrever comunicando fatos da Colônia, permaneceu com seus sucessores, tanto que Nóbrega (1931, p. 220) ao escrever para o Cardeal D. Henrique de Évora, em 1560, deixa claro que estava lhe escrevendo o que sabe porque este lhe pediu. Com essa missão adicional, torna-se perceptível que os jesuítas eram homens de confiança dos monarcas. Tanto que, em suas cartas, além de escrever sobre os problemas da Colônia, faziam

pedidos e davam sugestões de como poderiam ser resolvidos. Além das mulheres e órfãs, outros pedidos feitos e que também foram atendidos são:

- a) A vinda de um bispo;
- b) A chegada de homens para povoar a terra, dando menos espaço para invasões;
- c) O envio de mais jesuítas para messe;
- d) E, o mando do próximo governador geral com sua família.

Se com os reis essas cartas produziram efeito positivo para missão na colônia no Novo Mundo, não foi diferente com os superiores da Companhia de Jesus.<sup>48</sup> Quando os missionários foram enviados, tiveram Nóbrega como seu superior, mas esses ainda pertenciam a Província de Portugal. Isso quer dizer que o superior da missão no Brasil era o Mestre Simão. Assim, as cartas tornavam-se ainda mais fundamentais para instauração da missão nessas terras. Porém, apresentarei algumas comunicações fundamentais para fundação da Companhia, assim como para compreensão do poder da escrita desses missionários. Por isso, as cartas não serão apenas para o Provincial, mas casas de missões, mestres, superiores.

Nóbrega (1931, p. 110), em 1551, escreveu ao superior em Lisboa, o Mestre Simão, pedindo para que ele peça ao rei o envio de Inquisidores para organizar a colônia. Depois escreveu, no mesmo ano, aos Padres e Irmãos em Portugal dizendo que os clérigos no Brasil eram oficiais do demônio e que perseguiram os jesuítas. Esses mesmos sacerdotes, dizem ser normal um senhor ter relações sexuais com sua escrava, já que essa é pertença dele. Pediu para que eles recorressem ao rei, solicitando o envio de Bispo para cuidar da Igreja no Brasil (NÓBREGA, 1931, p. 116).

Outra carta enviada pelo superior no Brasil, em 1552, apresenta algumas dúvidas. A carta destinada ao Mestre Simão, para que ele levasse os questionamentos aos mestres no Colégio de Coimbra, buscando o auxílio para melhor condução da missão. Eis as cinco dúvidas (NÓBREGA, 1931, p. 141-142):

- a) Poderiam os gentios serem confessados com intérpretes?
- b) Poderiam os nativos assistir a missa com os cristãos?
- c) Poderiam, para evangelização dos gentios, ser utilizados música e gestos dos indígenas, tal qual eles fazem em suas festas?
- d) Poderiam os índios serem batizados primeiro para depois convencê-los a se vestir ou teriam que vestir para depois serem batizados?

---

<sup>48</sup> No terceiro capítulo desse trabalho apresentaremos que existiram problemas entre a Companhia no Novo Mundo e o superior Aquaviva em Roma. Porém, isso não descarta a efetividade das cartas como meio de comunicação e organização.

- e) E, poderiam fazer guerra contra o gentio que desejasse permanecer em pecado mortal?

Essas dúvidas surgiram no decorrer da missão e foram enviadas para o Mestre Simão em Portugal, pedindo que esse repassasse essas dúvidas, algumas até teológicas, para os mestres em teologia. Nóbrega estava visando uma melhor compreensão de qual o limite doutrinal para evangelização, para poder “salvar” mais almas. Os pontos apresentados, curiosamente, foram os mesmos que entram em conflito com o bispo Sardinha nesse mesmo ano.

O relato sobre os indígenas, sobre sua cultura é também de suma importância, o que chamei de partilhas sobre a missão. Não como o escrito por Pero Vaz de Caminha para apresentar o índio como “facilmente domesticável” (CUNHA, 1990, p. 93). Nem o do ritual antropofágico para justificar a evangelização, como apresentei anteriormente, ou como as dificuldades encontrada na evangelização e, por isso, os pedidos, que também já apresentei. Nem tão pouco a crítica à alguns colonos. Ao invés disso, apresentarei alguns aspectos da vida dos indígenas que justificam uma crítica a Europa. Para não fazer um recorte de várias cartas, sintetizarei em uma carta de Anchieta, onde apresenta os índios como indivíduos que (*apud* MASSIMI, 2003, p. 77):

- a) Os nativos amavam muito seus filhos;
- b) A nudez era sinal de uma pureza natural;
- c) As casas não tinham portas, mas ninguém furtava ninguém;
- d) Os indígenas eram acolhedores;
- e) E, eram uma tábula rasa. Por isso, tinham facilidade de aprender a doutrina, a aritmética, a língua, a escrita e o canto.

Ainda que autores como Gandavo, considerem-se tudo o que havia na Europa como superior ao Novo Mundo, outros pensadores de seu tempo vão contra esse pensamento, como Thomas Morus, Bartolomeu de Las Casas e Montaigne. Estes valorizaram os costumes indígenas e, concomitantemente, questionaram a sociedade em que viviam (ALMEIDA, 1998, p. 4).

Portanto bem podemos chamá-los de bárbaros com relação às regras da razão, mas não com relação a nós, que os sobrepujamos em toda a espécie de barbárie. Sua guerra é totalmente nobre e generosa, e tem tanta justificativa e beleza quanto pode receber essa doença humana: seu único fundamento é o zelo pela virtude (MONTAIGNE, 2000, p. 316).

Montaigne nunca foi as Américas. Ainda que seus escritos fossem embasados nas narrativas de viagem, e, por isso, foi criticado por estar falando sobre aquilo que ouviu dizer e

não sobre aquilo conheceu. Por outro lado, o francês Jean de Léry não escreveu uma crítica a partir do que ouviu dizer, ele conviveu alguns meses com os tupinambás.<sup>49</sup> Ele veio com outros franceses para a França Antártica. Era homem instruído, missionário da Igreja Reformada de Genebra e, posteriormente, se tornou pastor.

Por mais obtusos que sejam, atribuem êsses selvagens maior importância à natureza e à fertilidade da terra do que nós ao poder e à providência divina; insurgem-se contra êsses piratas que se dizem cristãos e abundam na Europa tanto quanto escasseiam entre os nativos. Os tupinambás, como já disse, odeiam mortalmente os avaros e prouvera a Deus que êstes fôsem todos lançados entre os selvagens para serem atormentados como por demônios, já que só cuidam de sugar o sangue e a substância alheia (LÉRY, 1998, p. 38).

Esses relatos serviram como impulso para revolução que estava acontecendo na Europa. Pois buscando uma superação da Idade Média, a mentalidade europeia deveria ser renovada. O contato com o Novo Mundo, serviu para contrastar o estilo de vida europeu. Hoje, a descoberta das Américas e esses os relatos sobre a cultura dos povos que aqui viviam, são considerados como alguns dos fatores que conduziram ao início da Época Moderna.

### 2.6.3 Respostas das cartas

Após a espera de alguns meses, a resposta da carta chegava. Um negociante sabe que, em uma negociação, nem tudo o que se deseja conseguir se consegue. Os jesuítas não se diferiam desses negociantes, são negociantes da empresa de Cristo no Novo Mundo. Muitas coisas que pediram, na resposta das cartas lhes foram negados. Porém, diferente de muitos negociantes, pela persistência alcançavam aquilo que desejavam. Algumas vezes não no tempo que queriam, mas alcançavam.

Os meninos órfãos, assim como o primeiro reforço de missionários ocorreu no ano seguinte ao pedido, em 1550. Estes meninos vieram a ter tal importância no Projeto Evangelizador Jesuíta que, segundo Hernandez (2016, p. 131), esses “...meninos órfãos

---

<sup>49</sup> O jovem francês Jean de Léry (1536-1613), veio para o Brasil enquanto era seminarista. A missão era auxiliar na França Antártica, colônia francesa estabelecida na baía de Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, governada por Nicolas Durand de Villegagnon. Porém, Villegagnon, embora inicialmente aceitasse os protestantes, passados oito meses da chegada destes, expulsou-os acusando-os de heresia. Léry e os demais passaram mais dois meses na região da Baía de Guanabara, acolhidos pelos índios tupinambás. Alguns dos missionários retornaram para a colônia e foram mortos pelo seu governador. Anos depois, publica o livro *Viagem à terra do Brasil*.

encantavam a todos nas aldeias e nos aldeamentos, misturando aspectos da cultura indígena e da cristã”.<sup>50</sup> Ao decorrer dos anos, o pedido por mais auxiliares na empresa de Cristo, a messe, permaneceram acontecendo. Assim, o terceiro grupo chegou com o novo Governador Geral, D. Duarte da Costa, em 1553. Quatro anos depois da chegada dos primeiros missionários, Nóbrega (1931, p. 153) escreveu, em 1556, a Loyola, dizendo entre outras coisas, que eles são vinte e um membros, sendo seis padres e quinze irmãos, da Companhia de Jesus cuidando dessa terra.

No ano da chegada do segundo grupo de missionários, outro pedido de Nóbrega veio nas embarcações, as órfãs. Segundo Simão de Vasconcelos (1865, p. 57), são enviadas por D. Catarina para se casarem com os colonizadores. Já Gabriel Soares de Sousa (1879, p. 105) diz que foram enviadas nobres donzelas para se casarem, mas a pedido de Thomé de Sousa. Independente se órfãs ou donzelas, o importante é que uma parte daqueles que estavam em “pecado da carne”, voltariam aos costumes de vida cristão. Ou ainda mais importante, esse pedido dos inacianos, reforçado pelo governador, foi atendido.

Limitando as respostas das cartas, ao que coloquei anteriormente como pedidos, podemos nos lembrar do Bispo Sardinha, enviado em 1553. Um bispo com zelo, autoridade e bom exemplo (SOUSA, 1879, p. 104). O bispo pode ser considerado como um “presente de grego” para os missionários, pois, estavam ansiosos para chegada de um membro do alto clero para organizar o cristianismo nas terras do Novo Mundo, porém, o epíscopo enviado lhes foi contrário. Primeiro, porque para Dom Sardinha o importante era a evangelização dos colonos. Segundo, porque o bispo acreditava que os índios não eram dignos do cristianismo. Desse modo, podemos imaginar como os métodos de evangelização dos jesuítas pareciam excessivos e desnecessários para ele. Tais divergências entre os inacianos e o epíscopo, resultaram em algumas cartas, que tiveram por fim, a criação da Província do Brasil, onde o superior dos missionários não precisaria mais prestar contas ao bispo Pero Sardinha, senão ao seu superior geral da Companhia em Roma e ao rei (HANSEN, 2010, p. 28-30).

Ainda sobre o bispo Sardinha, uma partilha é digna de nota. A carta de Nóbrega (1931, p. 193) a Thomé de Sousa, em 1559. Onde o jesuíta comentou, com certo sarcasmo, o fato do bispo Sardinha, três anos antes, ter virado comida daqueles que ele desprezava. Sei que não é a resposta de uma carta como é o meu objetivo nesse momento, mas parece que nessa carta, o

---

<sup>50</sup> De acordo com o mesmo autor, essa proximidade entre indígenas e os meninos órfãos, poderiam não estar se dando pelo fato que o índio estaria aderindo ao cristianismo, como pensavam os jesuítas. Mas talvez, porque o índio pensasse que os meninos estavam aderindo a cultura indígena, ainda que de modo híbrido, ao dançar em festas cristãs ao som do maracá e tocar seus instrumentos pelas aldeias (HERNANDES, 2016, p. 132-133).

superior jesuíta apresenta o fato como uma resposta divina para suas preces, a de livrar-se desse bispo.

Anteriormente havia citado a carta de Nóbrega para os mestres de Coimbra, buscando entender melhor o que fazer quanto a evangelização nessas terras. As dúvidas que vieram a ser apresentadas, motivos de conflito com o primeiro bispo, são historicamente respondidas. Foram os índios confessados com línguas? Ainda que tenha fortalecido a ideia de que cada jesuíta deveria aprender o tupi, enquanto não soubessem, poderia ser utilizado línguas para salvação das almas. Os gentios poderiam ir nas missas com os cristãos? Não só poderiam, mas deveriam. Poderia ser feito uso de música e de gestos, como os indígenas faziam, para poder evangelizá-los? Batizar ou vesti-los primeiro? Permaneceram os critérios mínimos para o batismo, como: serem catequisados, exorcizados, crerem em Cristo de todo coração e mudarem os maus costumes. Seria lícito entrar em guerra contra o gentio que não deseja aceitar a evangelização? Foram inúmeras “Guerras Justas” que aconteceram, tendo os jesuítas na frente carregando a Cruz.

Já o Tribunal do Santo Ofício, os Inquisidores pedidos por Nóbrega para através do medo colocarem os cristãos-velhos de volta aos bons costumes, só chegariam em 1591. Mas não focam os cristãos-velhos, mas sim, os cristãos-novos, ou seja, judeus convertidos (HERMANN, 2000, p. 10). Não havia da parte da Coroa Portuguesa uma preocupação com os judeus até esse período, como havia na Coroa Espanhola. Porém, 1591 já havia a união das duas Coroas e o monarca era Filipe II da Espanha.<sup>51</sup>

Outro aspecto curioso, foi que assim como sugerido por Nóbrega, Duarte da Costa, o Governador Geral que sucedeu a Thomé de Souza, foi enviado com sua esposa para colônia lusa. Não tem como dizer que Dom João III escolheu alguém que fosse casado, para não ser aqui, tentado pelos pecados da carne. Assim, como, não se pode dizer que o novo governador só foi designado para a missão por aceitar vir com sua mulher, já que não se pode afirmar que havia alguma condição nesse sentido. Fato é que Nóbrega pediu e o próximo governador veio com a esposa.

Gostaria de ressaltar um aspecto importante para encerrar essa seção e um fato curioso. As vezes quando a carta não auxiliava para resolução do problema, ou quando se estava desejando uma mudança séria em algo na Companhia, algum missionário era enviado aos superiores. No início para Portugal e depois para Roma. Como foi o caso de Miguel Torres,

---

<sup>51</sup> Sobre as posturas desse monarca referente aos rumos da Igreja na Colônia Portuguesa no Novo Mundo, trabalharemos no terceiro capítulo.

onde carregava o novo programa de evangelização da província no Brasil (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 113).

O fato curioso é que ao lembrar dos quatro tipos de cartas que os jesuítas deveriam escrever, as que relatei anteriormente, uma era dos relatos da terra. O padre José de Anchieta, tão conhecido em nossos dias, foi enviado a Colônia brasileira devido a sua saúde frágil. Não foi escolhido por ser grande evangelizador, mas para poder se cuidar nessa missão (RODRIGUES, 1897, p. 4). Estando aqui, a terra que era mesmo boa para saúde, permitiu que como evangelizador, viesse a ser um dos fundadores da cidade de São Paulo de Piratininga, a desbravar o sertão, a ser provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Hoje tal ímpeto missionário é reconhecido com o título de Apóstolo do Brasil pela Igreja Católica. Porém, se não houvesse a comunicação falando sobre a terra, ele possivelmente não teria vindo. O que considero, uma resposta as cartas dos jesuítas, não advindo dos pedidos, mas sim, dos relatos da terra.

## 2.7 O RELACIONAMENTO COM OS PODEROSOS

Se, por um lado, havia o desejo dos missionários de estarem próximos dos poderosos para financiarem e facilitarem a missão, por outro, havia uma atitude generosa e de amizade por parte de alguns dos poderosos. Para que a missionação ocorresse bem, deveriam buscar ser amados pelos lusos nos Brasil, mas nunca odiados. Neste subcapítulo apresentarei a relação dos jesuítas com a Igreja no Novo Mundo, com os senhores de engenho e com os governadores.<sup>52</sup>

### 2.7.1 Igreja Local

Creio não ser mais necessário apresentar as divergências entre o primeiro bispo do Brasil, Dom Sardinha, com os membros da Companhia, assim, como com os clérigos que aqui estavam, que foram considerados interesseiros pelo jesuíta Leonardo Nunes, em sua carta de 1550 (*CARTAS...*, 1931, p. 57). Como ministros de Satanás pelo jesuíta Antônio Pires, em 1551

---

<sup>52</sup> Entre os “poderosos da terra” estão os pajés e caraíbas. Porém, não apresentarei a relação dos inacianos com eles, pois já o fiz anteriormente.

(*CARTAS...*, 1931, p. 76).<sup>53</sup> Já que isso foi apresentado anteriormente, visarei de modo sucinto expor a relação que os inacianos tiveram com os outros clérigos e bispos durante o século XVI.

Sobre os clérigos, que foram enviados, as informações são poucas<sup>54</sup> e todas com a mesma conotação dos adjetivos utilizados pelos inacianos, que apresentei anteriormente. A exceção está em uma carta de Anchieta, de 1585, direcionada ao Geral, onde ele relata um trabalho conjunto com os seculares. Dizendo que os missionários auxiliavam na evangelização na Capitania do Pernambuco, pois os clérigos não conheciam a língua indígena (ANCHIETA, 1933, p. 412). Isso leva a crer que no decorrer dos anos, a distância entre os mesmos diminui. Mas a falta de relatos nas cartas, não permite essa conclusão.

Já sobre os bispos, se tem mais informações. Dom Pedro Leitão, o segundo episcopo do Brasil, tem um relato bem distinto dos que haviam sido feitos sobre o primeiro, Dom Sardinha. Eis, um resumo sobre a presença dele na colônia lusa do Novo Mundo:

D. Pedro Leitão, também clérigo foi o segundo bispo e veiu do ano de 1559. Este visitou toda a costa do brasil, crismando e dando ordens e muitas vezes visitando as aldeias dos índios cristãos e batizava e casava muitos por si mesmo e lhes era muito afeiçoado, ajudando muito sua conversão e conservação. No seu tempo se fez um sínodo, no qual não se acharam senão os seus clérigos, nenhum dos quais era letrado. Algumas constituições se fizeram nela, posto que em todo o Brasil sempre se guardaram as de Lisboa, ordenando alguns dias santos de novo. Morreu na baía no ano de 1573. Deixou uma livraria ao colégio da companhia, de que foi muito devoto e amigo (ANCHIETA, 1933, p. 309).

Nesse relato de 1584, Anchieta apresenta Dom Leitão como um bispo preocupado com a evangelização indígena. Esse sim, pode ser considerado um “presente” para os missionários da Companhia, pois, além de preocupado com a conversão dos gentios e a permanência deles na fé, era amigo e devoto dos jesuítas.

Após sua morte, Dom Antônio Barreiros, do hábito de Avis, foi designado. Ele foi enviado, em 1575, para ser o terceiro bispo dessas terras. Assim como seus antecessores, era zeloso pela missão na colônia, porém, não tinha o mesmo zelo que Dom Pedro Leitão pelas causas indígenas. Contudo, também não era indiferente a essa realidade como Dom Pero Sardinha. Sua postura quanto aos índios, ficou entre os dois. Não era afeiçoado, mas não deixava de fazer o que tinha que fazer. Já sobre sua relação com a Companhia, não se tem

---

<sup>53</sup> Interessante pensar no posicionamento dos jesuítas ante esses clérigos. Se os padres que aqui estavam e para cá vinham eram vistos com maus olhos pelo “povo da terra”, os missionários ao tomarem posição contrária a eles, declaradamente, estão se colocando em uma posição próxima aos indígenas. Ganhando assim, um crédito de confiança.

<sup>54</sup> Para encontrar os nomes, quantos eram, de onde vieram, é necessária uma boa pesquisa. Pesquisa essa que ainda está em falta na historiografia.

relatos de afeto como tinha seu sucessor, mas era efetivo no que precisava, como ordenar os inacianos (ANCHIETA, 1933, p. 309 e 407). Como permaneceu como bispo até 1600, e este estudo se volta para o século XVI, ele é o último a ser apresentado.

Além de clérigos seculares e bispos, a presença da Igreja é marcada também, no século XVI, por Ordens Religiosas. Essas durante a União Ibérica ganharam muita força na colônia, chegando a tirar o monopólio da evangelização indígena dos cuidados jesuíticos. Como o período é o da União das Coroas sob o governo de Filipe II de Espanha e I de Portugal e Filipe III de Espanha e II de Portugal, limitarei apenas a apontar nesse momento que eles existiram e tiveram uma relação delicada com os inacianos. Posteriormente, no terceiro capítulo desse trabalho, especificamente, irei aprofundar essa questão.

### **2.7.2 Senhores de Engenho**

Ao apresentar a missão dos jesuítas e ao considerar um pouco do que foi relatado sobre os senhores de engenho, uma pergunta surge: como pensar a relação dos missionários protetores dos indígenas com os senhores de engenho? Como já falei anteriormente, os senhores precisavam de mão de obra para conseguir lucrar cada vez mais e os missionários podem ser considerados o empecilho deles. Apenas por considerar os inacianos como empecilho para se conquistar mais indígenas, já era motivo bastante para que os senhores de engenho fossem inimigos destes. Imagine o que aconteceria se esses missionários ao visitarem uma fazenda e perceberem que nela haviam gentios escravizados injustamente, os instigasse a fugir. Como ficaria o clima entre eles?

Por se considerarem responsáveis de cuidar dos índios, eram capazes de muitas coisas para evangeliza-los, como já apresentei anteriormente. Porém, eles não paravam nisso. O que lhe propus a pensar acontecia. Eles instigavam a fuga desses índios, prometendo que iriam acolhe-los nos Aldeamentos. Conseqüentemente, de modo obvio, isso ao ser descoberto pelo senhor daquele engenho, gerava cada vez mais atritos (SANTOS, 2009, p. 65).

Se por um lado os jesuítas instigavam para que o índio fugisse do engenho. Por outro, os senhores também o faziam. No subcapítulo que tratei sobre os “Novos empecilhos”, já apresentei essa realidade. O faço novamente, para poder ressaltar que não é só um lado que foi prejudicado, mas ambos, pois era recíproco. Porém, nem todos os senhores de engenho viam

os inacianos como inimigos. Alguns, tinham atenção e cuidado como relata Cardim (1925, p. 329) em sua visita ao Brasil como secretário.

Mandavam de ordinário cavallos para seis dos nossos com seus feitores que nos acompanhassem todo o caminho, elles mesmos em pessoa vinham receber o padre ao caminho duas, três léguas, dando-nos pelo caminho muitos jantares, almoços e merendas, com grande abundância mostras de grande amor e respeito á Companhia.

Por mais que apresentarei isso no terceiro capítulo deste trabalho, vale a pena apenas citar que Cardim sugere que seja feito um engenho para Companhia no Novo Mundo ao superior em Roma. Cinco anos depois, em 1590, o Colégio da Bahia é autorizado a cultivar a cana de açúcar (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 58-59). Apenas o fato dos missionários que iam contra os senhores de engenho, para que o indígena não fosse mão de obra escrava nos engenhos, ter agora seus indígenas para o mesmo trabalho, já dá uma curiosa reflexão. Por mais que, sobre isso, seja ainda mais importante, para este trabalho, o fato de que os missionários cada vez mais criavam costumes que faziam com que eles permanecessem fixos em algum lugar pelas responsabilidades.

Havia, se posso assim definir, uma guerra de interesses entre eles. Não utilizo a palavra conflito porque ela traz uma conotação mais branda do que foi entre eles. No terceiro capítulo apresentarei melhor como ficou pior essa relação. Pois o monarca Filipe II favoreceu os jesuítas nas causas indígenas.

### **2.7.3 Governadores**

Como já expus no começo deste trabalho, os jesuítas foram enviados para missão nessas terras junto à Thomé de Sousa, em 1549. E desde o “fato da cabeça do peixe”, criaram uma relação especial, principalmente entre o governador e Nóbrega. Essa relação se deu muito bem durante os quatro anos que ele permaneceu como Governador Geral. Do mesmo modo que fiz ao falar dos bispos, farei com os governadores. Apresentando de modo sucinto a relação que os missionários tiveram com cada um até o início da União Ibérica.

Um recurso bastante utilizado pelos inacianos foi a persuasão dos “principais da terra”, nome dado pelos missionários às pessoas com proeminência política ou social cuja conversão pudesse garantir a consequente cristianização de grandes massas ou, no mínimo, de grupos detentores de poder. Esse método era inspirado no sucesso de

procedimento semelhante aplicado na conversão dos reinos “bárbaros” da Europa Medieval (SABEH, 2014, p. 52-53).<sup>55</sup>

Sobre Thomé de Sousa, creio ser desnecessário rerepresentar aspectos dessa relação. Apenas citarei que ela perdurou até mesmo quando ele deixou de governar. Em 1559, Nóbrega chega a escrever uma longa carta para ele, partilhando as novidades da missão, mas não como para um superior ou poderoso, mas para um amigo (NÓBREGA, 1931, p. 192-204).

Com o fim dos quatro anos de governo de Thomé de Sousa, D. Duarte da Costa foi enviado como segundo Governador Geral do Brasil. Este demonstrava antipatia por Nóbrega. Talvez, D. Duarte, não tivesse nada contra a pessoa do jesuíta, mas era favorável a outro missionário, o seu amigo padre Luís da Grã, que veio junto com ele na embarcação, em 1553. Luís da Grã foi enviado para ser colateral de Nóbrega, um vice-provincial, e tinha, sobre alguns aspectos, pontos de vista distintos do primeiro superior do Brasil (SOUZA E SILVA, 2012, p. 8). Além disso, o Mestre Simão, grande apoiador de Nóbrega, havia sido substituído pelo padre Diogo Mirão, que queria romper com as ações de seu antecessor e, para isso, enviou da Grã como emissário, o que fomentava ainda mais essa postura ante o antigo jesuíta (HANSEN, 2010, p. 32-33).

Em 1557, o novo governador geral foi enviado. Mem de Sá, que diferente de D. Duarte e similar a Thomé de Sousa, se tornou grande amigo de Nóbrega. É dessa amizade que quero ressaltar um aspecto histórico que evidencia a importância do padre como missionário da Coroa. Se anos antes ele havia fundado, com mais doze irmãos, uma Vila, um Colégio em homenagem ao apóstolo de todos os povos, a Vila de São Paulo de Piratininga, hoje a famosa cidade de São Paulo, com Mem de Sá, ele veio a fundar outra importante cidade brasileira.

Dom João III havia pedido para o governador Duarte da Costa expulsar os franceses, mas este fez pouco caso. Quando Mem de Sá assumiu, o pedido foi feito. Porém, apenas após a morte do monarca, com o pedido da rainha Dona Catarina, em 1560, foi que Mem de Sá se mobilizou para atacar os franceses e seus aliados, os Tamoios (SOUSA, 1879, p. 76-77). Ele recorreu a Nóbrega, ao receber a ordem, pedindo seu conselho sobre o que foi lhe pedido pela rainha. Visionário que era, no desejo de expulsar os “hereges franceses” de Villegagnon, que estavam fundando a França Antártica, e os índios Tamoios, o jesuíta diz ser certa a vitória naquela “guerra santa”. O padre foi então com o governador e os soldados para batalha contra do forte de *Coligny*, onde adquiriu um novo apelido, o de “pai dos necessitados”, devido o

---

<sup>55</sup> Importante lembrar que o número de missionários que existiam na missão era pequeno. Sendo assim, atingir os poderosos da terra era uma estratégia para alcançar o maior número possível de pessoas.

auxílio que prestava aos inacianos, trabalhando muito. Após essa conquista, que durou pouco, Nóbrega escreveu, em 1562, ao Cardeal D. Henrique que ocupava o trono, pedindo que aquelas terras fossem povoadas, ou seja, que os franceses fossem expulsos para sempre. Sabe-se que foi o Estácio de Sá, sobrinho do governador, quem fundou a cidade do Rio de Janeiro, mas pouco se fala da importância do padre, dos jesuítas nessa fundação (HANSEN, 2010, p. 41).

Quando, em 1564, Estácio de Sá foi enviado pelo tio para expulsar os franceses e povoar a terra, tanto ele quanto os soldados estavam com medo da guerra. Porém, o governador havia pedido que seu sobrinho ouvisse os conselhos de Nóbrega, como se fosse ele próprio a lhe falar. O jesuíta motivou Estácio para guerra e fez um sermão para motivar todos guerreiros para batalha. Em 1º de março de 1565 foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas a escolha do nome foi realizado por Nóbrega, em honra ao rei D. Sebastião. Essa motivação da parte dos jesuítas, além de render uma contínua motivação da parte do governador para missão, rendeu posses para os missionários (SANTOS, 2009, p. 24). Dentre elas, cerca de dez léguas da costa. Entretanto, não conseguiram povoar, já que os aimorés os expulsaram da terra (SOUSA, 1879, p. 44).

Com a morte de Estácio de Sá em batalha, Salvador Correa de Sá, também sobrinho do governador Mem de Sá assumiu o governo do Rio de Janeiro. Assim como seu antecessor, tinha a recomendação do tio de seguir os conselhos de Nóbrega. O que esse fez até a morte do padre em 18 de outubro de 1570. Com sua morte, perde-se o reitor do novo Colégio, o provincial da cidade e das Capitanias do Sul, e até mesmo, o pai de São Sebastião do Rio de Janeiro, além do conselheiro do Governador e os olhos da Coroa.

Em 1570, ano da morte do primeiro superior jesuíta no Brasil, Dom Luís de Vasconcelos foi nomeado Governador Geral, mas morreu antes de chegar na colônia em confronto com os franceses no mar. Sendo assim, Mem de Sá permaneceu no governo até 1572. Com sua morte, o rei Dom Sebastião, em 1573, mandou dividir a Colônia em duas. Começou a ter dois governadores gerais. O Governo do Norte, sendo Salvador a capital, ficou por conta de Luís de Brito e Almeida e o Governo do Sul, tendo Rio de Janeiro como capital, para o desembargador Antônio Salema. O fracasso desse estilo de governo, fez que, em 1577, o governo voltasse a ser unificado, ficando Almeida como Geral. No ano seguinte até o início da União Ibérica, o Governo Geral ficou aos cuidados de Lourenço da Veiga.

Segundo Anchieta (1933, p. 304), Luís de Brito era defensor dos indígenas. Não deixando que houvesse vexação com os índios que estavam aos cuidados dos missionários. Também quando alguns índios eram capturados erroneamente no sertão, ficavam aos cuidados dos membros da Companhia e ele não permitia que os portugueses os tocassem. Já sobre

Antônio Salema, Anchieta pouco fala. Relata apenas a vitória que o mesmo teve contra os franceses e tamoios. Não chega a citar a relação que esse governador tinha com os missionários. Mas, se posso arriscar um palpite pela investigação, era indiferente tal qual o bispo Dom Antônio Barreiros. Pois, se fosse ruim ou bom para missionação dos jesuítas, seria descrito, assim como o próximo governador o foi.

Após a reunificação do governo, Lourenço da Veiga assumiu. Anchieta faz um breve resumo sobre a relação dele com a missão e com os missionários.

No principio do ano de 1578 veio por governador Lourenço da Veiga, o qual por si mesmo visitou as aldeias da doutrina que estão a cargo dos Padres, com muito gosto e lagrimas de devoção, vendo as doutrinas, procissões, diciplinas e comunhões dos índios e as missas oficiadas em canto de órgão, com flautas, pelos filhos dos mesmos índios. Favoreceu a cristandade no que pôde, mandando ir para as ditas aldeias dos Cristãos alguns índios que os Portugueses trouxeram do sertão enganados e nunca os quis mandar entregar aos que os pretendiam por mais que nisto insistiram, e assim muitos deles morreram batizados e alguns vivem ainda e trabalhou sempre de conservar a liberdade de todos os índios (ANCHIETA, 1933, p. 305).

Como esse capítulo se limita a conduzir-nos as “portas da União Ibérica”, não citarei os governadores que assumiram após Lourenço da Veiga. Aqui, coube descrever a relação dos mesmos com os governadores, nas três primeiras décadas de missão. Importante ressaltar que os jesuítas foram enviados pelos governadores, algumas vezes, para negociar a paz com as tribos. Como Nóbrega e Anchieta em 1563 (HANSEN, 2010, p. 42).

Um último aspecto dessa relação e não menos importante. Foi quando a Coroa, em 1566, mandou debater sobre os “cativéis injustos dos índios” com o auxílio dos jesuítas, pedindo que o governador tivesse uma postura mais firme a partir das conclusões dos debates. O fruto desse debate é a lei portuguesa proclamada por Dom Sebastião, em 1570, onde o indígena do Aldeamento não poderia ser escravo, pois, eram súditos da Coroa Lusa. Sendo assim, só era permitido o índio ser escravo em caso de guerra justa ou se esse fosse pego comendo carne humana (HANSEN, 2010, p. 44 e 79).

Nesse subcapítulo apresentei a relação entre a Companhia de Jesus no Brasil e os poderosos. Bispos, senhores de engenho e governadores marcaram a vida da missão dos jesuítas. Alguns foram apoiaram o desenvolvimento da missão e outros foram empecilhos. Creio ser importante lembrar que os missionários não eram só de Cristo, mas da Coroa. Pois, foram enviados pelo monarca e recebiam apoio dos que passaram pelo trono. As relações dos inicianos na Colônia no século XVI foram conturbadas, já que como missionários eram responsáveis da salvação das almas, aspecto espiritual, mas estavam atrapalhando nos lucros, aspecto temporal. A Coroa preocupava-se com a salvação assim como com os lucros. Tentou

então conciliar as duas realidades. Mas, durante a União Ibérica, qual postura de Filipe II, o primeiro rei espanhol da União das Coroas? Irei responder essa pergunta no terceiro capítulo, porém, para isso, creio ser necessário apresentar a vida do monarca Filipe. Sendo assim, o segundo capítulo se dedicará a vida desse rei, desde o nascimento até a União Ibérica. Todavia, a pesquisa, e a explanação, foi voltada para aspectos que auxiliaram no aprofundamento do terceiro capítulo, onde apresentarei a relação de Filipe com a Companhia no Brasil.

### **3 FILIPE II E A UNIÃO IBÉRICA – UM SONHO REALIZADO**

Neste capítulo apresentarei a vida de Filipe II.<sup>56</sup> Meu intuito é expor uma visão geral da vida do monarca espanhol. Sendo assim, alguns aspectos são importantes ressaltar, como: criação, educação, contexto histórico, casamentos, manobras políticas, alianças e desavenças. Irei de modo cronológico apresentar os fatos ou dados sobre a vida do Rei Prudente. O modo escolhido para explanação facilitará a compreensão, ao menos um pouco, de sua mentalidade, para assim, posteriormente, compreender o que irei abordar no terceiro capítulo, onde analisarei a relação de Filipe com os Jesuítas no Brasil durante a União Ibérica.

#### **3.1 A INFÂNCIA DO PRÍNCIPE**

As biografias de Filipe retratam pouco desse período de sua vida. Devido essa limitação historiográfica, apresentarei apenas os dados que creio ser importantes para uma melhor compreensão do monarca e, assim como os historiadores, pularei para o jovem príncipe com quatorze anos. Porém, creio que para o entendimento do trabalho, seja importante resumir qual era o contexto que a Espanha vivia em meados do século XVI, por isso, sucintamente apresentarei alguns fatos da vida de Carlos I, que auxiliaram no entendimento do “clima” da Coroa Espanhola quando Filipe chegou ao trono.

##### **3.1.1 História: nascimento, descendência, local**

Filipe nasceu em Valladolid na Espanha, em casa de Bernadino Pimentel, conde-duque de Benavente, em 21 de maio de 1527. Seus pais,<sup>57</sup> o Imperador Carlos V do Sacro Império

---

<sup>56</sup> Filipe II de Espanha e I de Portugal. Porém, irei utilizar apenas Filipe ou Filipe II ou, ainda, algum “título” que veio a receber, como por exemplo o de Rei Prudente.

<sup>57</sup> Cf. Árvore Genealógica de Filipe II no Apêndice A - p. 154.

Romano-Germânico, rei Carlos I de Espanha,<sup>58</sup> e de Isabel de Portugal. Em sua descendência materna, tem como avós os monarcas: Manuel I de Portugal e Maria de Aragão e de Castela. Os pais da rainha Maria foram os reis: Fernando de Aragão e Isabel I de Castela, ou seja, seus bisavôs foram aqueles que receberam o título de reis Católicos. Título que foi um legado que o nosso monarca carregou durante sua vida. Porém, seu nome Filipe foi escolhido pelo pai de Carlos I, seu avô Filipe de Gante de Habsburgo, “el Hermoso”, que era casado com Dona Joana, que ficou conhecida na história como “a Louca”<sup>59</sup>.

Don Felipe por la gracia de Dios rey de Castilla, de León, de Aragón, de Inglaterra, de Francia, de las dos Secilias, de Ierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorcas, de Sevilla, de Cerdeña, de Córdoba, de Córcega, de Murcia, de Jahén, de los Algarves, de Algeciras, de Gibraltar, de las islas de Canaria, de las Yndias, islas e tierra firme del mar oceáno, conde de Barcelona, señor de Vizcaya e de Molina, duque de Atenas e de Neopatria, conde de Ruysellón, de Cerdania, marqués de Oristán e de Gociano, archiduque de Haustria, duque de Borgoña de Vrabante e de Milán, conde de Flandes e del Tirol, etcetera. (*LA CARTA...*, 2003, p. 24)

Filipe II foi o primogênito do casal, mas não de seu pai. Seus cinco irmãos legítimos foram: Maria de Espanha (1528-1603)<sup>60</sup>, futura Imperatriz da Alemanha; Isabel, que morreu ainda na barriga da rainha (1529); Fernando, que também morreu antes de nascer (1530); Joana de Habsburgo (1537-1573), que terá fundamental importância para Companhia de Jesus na Espanha, como apresentarei posteriormente; e João, que faleceu no parto (1538). Por parte apenas de pai, teve mais cinco irmãos: Isabel de Castela (1518-1538); Margarida de Parma (1522-1586); Joana de Áustria (1522-1530); Tadea de Áustria (1522-1562); e João de Áustria (1547-1578).

Por ser o filho mais velho, Filipe deveria ser preparado para reinar. Por isso, em 1535, o príncipe já morava em uma casa independente para receber instruções rígidas, a pedido de seu pai (WIRNSBERGER, 2005, p. 9). Para monarquia da época, ainda mais a espanhola, não adiantava saber reinar, era necessário reinar como cristão.

O primeiro “governante”, responsável da educação, de Filipe foi o filho do duque de Infantado, Pedro González Mendoza. Em 1534, Carlos nomeou o padre Juan Martínez de Siliceo, que era formado em Paris e Salamanca, como tutor para o futuro monarca. No ano

<sup>58</sup> Utilizarei o título de Carlos I e não de V. Isso porque ele foi o primeiro da Espanha e não o quinto, o que foi no Sacro Império. Como o estudo é voltado para região Ibérica e os historiadores se dividem em chamá-lo de quinto e primeiro, optarei por Carlos I.

<sup>59</sup> Segundo Kamen (2003, p. 33), Joana viria a ficar louca após a morte inesperada de seu esposo Filipe, o Belo.

<sup>60</sup> Também conhecida como Maria de Áustria. Casou-se com seu primo Maximiliano de Áustria (SÁNCHEZ, 1998, p. 777).

seguinte, ele acrescenta Juan Zúñiga, que era companheiro do monarca e grande comandante de Castela, para auxiliar na formação do jovem. Nesse período, com sete anos, o príncipe já tinha acomodação, assistentes e capela, tudo separado de sua mãe. Manuais de leitura e gramáticas foram escritos para ele, até mesmo a tradução para o espanhol da obra *Instituição de um príncipe cristão* de Erasmo de Roterdã.

Como a corte espanhola era muito dada a música, Filipe como professor o compositor Granada Luiz Narváez que lhe ensinou a tocar *vihuela*, violão de mão. Ainda que, a grande inclinação do príncipe era a caça. Com quatorze anos, seu tutor Siliceo foi nomeado bispo de Cartagena<sup>61</sup> (1541), sendo substituído por nomes como Cristóbal Calvet de Estrella, Honorat Juan, Juan Ginés de Sepulvéda e Francisco de los Cobos. Porém, mesmo com tantos tutores, o príncipe nunca viria a se tornar erudito, permanecendo como aluno mediano. Entretanto, em áreas como arquitetura e arte, magia e teologia, música e arte da guerra o futuro monarca era um leitor assíduo e colecionador (KAMEN, 2003, p. 20-24). Colecionava além de quadros e livros, relíquias sagradas.<sup>62</sup> Os bailes e concursos de cavaleiros, que também faziam parte da corte hispânica, vieram a fazer parte de sua vida, tanto que com dezesseis anos já havia organizado um com o Duque de Alba.

Para finalizar sua infância, neste resumo, Filipe foi durante a infância instruído em espanhol e em português. Em espanhol pelos instrutores escolhidos pela família real e em português por sua própria mãe. O príncipe cresceu ouvindo histórias lusas, pois vivia cercado de aias e amas portuguesas que acompanhavam a rainha, vindo a ter inclinação para cultura lusa (KAMEN, 2003, p. 19-20).<sup>63</sup> Sua mãe veio a falecer em 1539, durante o parto de Fernando,<sup>64</sup> assim como morreu a avó de Filipe. Curioso que, Maria de Aragão e Castela como Isabel de Portugal, além de falecerem pela mesma causa, morreram com a mesma idade de trinta e cinco anos. O pequeno príncipe com doze anos de idade, nunca mais viu seu pai casar ou usar outra cor de vestimenta além do preto. Um meio de demonstrar que estava em contínuo luto pela perda de sua rainha amada. O mesmo que acontecerá com Filipe após a morte de uma de suas esposas (USÓ ESPINOSA, 2008, p. 11).

---

<sup>61</sup> Segundo o próprio Kamen (2003), essa nomeação se deu pelo fato de que Carlos não estava satisfeito com o padre como tutor.

<sup>62</sup> Ao morrer, tinha mais de sete mil relíquias sagradas, mais de mil quadros e cerca de quatorze mil livros (THOMAS, 2013, p. 33-34 e 38).

<sup>63</sup> Uma das amas portuguesas que acompanhavam sua mãe, Leonor Mascarenhas, foi tida com tanto apreço por Filipe, que ela foi a designada para cuidar de seu filho D. Carlos (KAMEN, 2003, p. 20).

<sup>64</sup> Kamen (2003, p. 25) diz que não faleceu no parto, mas que teve um aborto espontâneo e que dias depois, em consequência do aborto, veio a falecer.

Ao fazer quatorze anos, em 1541, o padre humanista Gonzalo Pérez foi nomeado como secretário pessoal de Filipe, que permaneceu nessa função por vinte e quatro anos (KAMEN, 2003, p. 27-28). Começou, então, a busca de um casamento digno para o príncipe, e, além disso, a experiência de governar como regente do reino.

### 2.1.2 Contexto da Coroa Espanhola

O século XVI foi marcado fortemente pelas Reformas Religiosas, com a Descoberta da Américas, Renascimento e Revolução Científica. Talvez nada tenha afetado tanto a mentalidade europeia quanto os ataques Igreja nesse período. Se a Igreja começou a enfraquecer com a sucessão de fatos do fim do século XV para o início do XVI, foi com as teses de Martinho Lutero e todo movimento que se cria a partir disso, que instauram uma crise no poder pontifício. A Reforma Protestante, aconteceu em território alemão, que pertencia ao Imperador católico Carlos V.<sup>65</sup>

Antes de entrar no “mérito da questão”, quero ressaltar que o Império de Carlos vem por “heranças”. Seu pai não era o imperador do Sacro-Império Romano Germânico e rei da Espanha,<sup>66</sup> é nele que esses povos se unem.

As heranças de Carlos I abrangiam os reinos de Castela e conseqüentemente os territórios no além-mar vinculados a esta Coroa; Navarra; a Coroa de Aragão, que incorporava os reinos de Aragão, Valência e o Principado da Catalunha; o reino de Nápoles, que incluía a Sicília e a Sardenha; o ducado da Borgonha, que abrangia os Países Baixos e o Franco-condado; e o ducado de Milão, conquistado em 1540. Para completar este quadro, em 1519 Carlos I foi eleito imperador do Sacro Império sob o título de Carlos V (MIRANDA, 2014, p. 11).

Em 1516, Carlos herda o reino espanhol dos Reis Católicos, unindo o trono que até então era consorte, dividido entre seus avós, e, em 1519, o Sacro-Império de seu avô Maximiliano I. Com apenas vinte anos, Carlos de Gante é declarado Carlos I de Espanha, tornando-se responsável do maior e mais poderoso governo da terra. Porém, na tentativa de conciliar tais poderes para formar um governo católico, não teve êxito como desejava.

---

<sup>65</sup> Aqui utilizo Carlos V e não I, pois a referência não é sobre a Espanha, mas sobre o Império, onde ele foi o quinto desse nome.

<sup>66</sup> Utilizarei a expressão Império e Imperador quando for me referir ao Sacro-Império Romano Germânico e Reino e Rei, ou Monarca, quando for me referir ao Reino Espanhol.

Importante relembrar que segundo o testamento da avó de Carlos, Isabel de Castela, Joana, mãe desse futuro rei, deveria ser sagrada rainha. Como morava nos Flandres, seu pai, Fernando de Aragão, ficaria como administrador do reino até ela chegar. Porém, Fernando não quis abandonar o trono e, por isso, depois de uma série de problemas nas tentativas de Joana para reivindicar a Coroa, o Rei Católico retornou à Aragão. Logo em seguida Filipe, o “Belo”, morreu (1506), deixando Joana no trono sozinha, quando começa a agravar seus problemas mentais. Quando o pai de Carlos morreu em 1516, o trono ficou por testamento para sua mãe Joana, porém, seu filho conseguiu apoio do cardeal Cisneiros e assumiu o trono no lugar dela (MIRANDA, 2014, p. 20-21).<sup>67</sup>

Jovem e rei, Carlos teria alguns problemas em terras espanholas, como as exigências feitas pelas Cortes de Castela, em fevereiro de 1518, que cito para exemplificar (ALVAR EZQUERRA, 2011, p. 16):

- a) Deveria aprender o castelhano;
- b) Deveria nomear apenas pessoas de Castela para o governo do território;
- c) Deveria manter metais preciosos e cavalos na região;
- d) E, deveria ter mais respeito com sua mãe Joana de Castela.

Conflitos se espalharam em Castela, Aragão e Navarra contra o novo rei, que tiveram que ser contidos pelos exércitos do monarca. Apenas, em 1522, quando Carlos I retornou do Sacro-Império Romano Germânico, começou a reforma na organização do reino, que seria concluída por seu filho Filipe (FLORISTÁN SAMANES, 2005, p. 150).<sup>68</sup>

Carlos I buscou, como rei e imperador, a defesa do Cristianismo, tentando fazer com que a Igreja retomasse seu caráter Universal, sem espaço para o protestantismo. Para isso, acreditava que o mundo precisava de uma supremacia Imperial que conduzisse todos os reis na defesa do catolicismo. Dois foram aqueles que se opuseram a ele por conta disso: Francisco I, rei da França, e Clemente VII<sup>69</sup>, papa.<sup>70</sup> Ressalto que, mesmo sendo o pontífice a favor da causa

<sup>67</sup> Para aprofundar sobre a chegada de Carlos ao trono espanhol e ao Sacro-Império, sugiro a leitura do livro *Carlos V – 1500-1558. Una biografía* de Alfred Kohler, que foi escrito em comemoração aos 500 anos do nascimento de Carlos. No segundo capítulo *La toma de poder de Carlos en los reinos españoles (1516) y su candidatura para la elección imperial (1519)*, o autor dedica-se a aprofundar esse aspecto.

<sup>68</sup> Porém, segundo Filipe II em carta ao Duque de Osuna e Cristóbal de Moura (em 1579), diz que "Unir alguns domínios a outros não é uma consequência de ter um único governante, pois, embora Aragão e Castela tenham um único governante, eles não estão unidos e sim tão separados quanto quando tinham governantes distintos" (*apud* KAMEN, 2003, p. 253). Deixando claro que mesmo organizado, não estavam unidos.

<sup>69</sup> Interessante que o antecessor de Clemente foi Adriano de Utrecht, que tomou o nome de Adriano VI. Ele era nascido nos países baixos e quando foi eleito papa, estava como regente e inquisidor geral na Espanha. O que para Carlos parecia ser um designo divino, transcorreu de outra forma, já que Adriano atuou de modo imparcial (KOHLE, 2000, p. 169-172).

<sup>70</sup> Francisco I chegou a ser prisioneiro de Carlos I, após a batalha de Pavia em 1525. Para ser libertado do cativo chegou a prometer casar-se com Eleonora, irmã de Carlos que fora casada com D. Manuel I de Portugal, para

de Carlos contra o crescente protestantismo, não aceitava o rei como cabeça na defesa das causas da Igreja, o que era função exclusiva do Santo Padre. Tanto que, o Concílio que estava acontecendo em Trento, seria deslocado para Bolonha, onde o papa tentava subtrair a influência do rei espanhol. Porém, isso gerou mais problemas, vindo até mesmo a precisar suspender o Concílio (WERMERS, 1956, p. 206).

Depois de quase quarenta anos como rei e imperador, Carlos se encontra doente e cansado das batalhas. Batalhas como (KAMEN, 2003, p. 19):

- a) Revoltas no reino em Castela, Aragão e Navarra;
- b) Guerra contra a crescente do protestantismo em seu império e contra Francisco I, que foram de 1521 até 1544, com curtos intervalos;
- c) Batalhas físicas e religiosas contra o Império Otomano;
- d) Conflitos com papas, como em 1527, ano do nascimento de Filipe, que atacou e saqueou Roma em represália a invasão da tropa papal em Milão.<sup>71</sup>

As personalidades que ele havia tratado durante seu tempo no trono, haviam falecido, como: Erasmo de Roterdã (1536); Martinho Lutero (1546); Henrique VIII de Inglaterra e Francisco I da França (ambos em 1547). Viu seu sonho de Império Cristão esvaír-se, já que se automeava o maior defensor dos interesses da Igreja<sup>72</sup> e o protestantismo surgiu e se difundiu em suas terras. Os países tinham novos monarcas e era a vez de ele também dar espaço para um. Talvez o fato de sofrer de gota, auxiliou a abdicar do trono, em 1556.<sup>73</sup> Dividiu o reino entre seu irmão, Fernando, e seu filho, Filipe. Seu irmão ficou responsável pelo Império, enquanto seu filho do Reino. Segundo Miranda (2014, p. 27-28), a tentativa de Carlos em conciliar o Império e o Reino<sup>74</sup> havia fracassado e por conta disso, ao abdicar a coroa, divide entre os seus parentes para que, desse modo, não enfrentem o mesmo problema para governar e consigam administrar melhor os territórios.

---

evitar futuros conflitos com os franceses e limitar o poder da coroa pela descendência que viria. Casamento que aconteceu em 1530. Além disso, a França deveria fazer concessões políticas em favor da Espanha. Porém, como após liberto Francisco decidiu não cumprir tudo o que havia prometido, o papa Clemente inspirado nesse ato desafiador do rei, junta tropas e ataca forças do imperador Carlos em Milão. Em consequência disso, Carlos saqueia Roma em 1527, ultrajando a capital do cristianismo, um choque para toda Europa (KAMEN, 2003, p. 19).

<sup>71</sup> Essa é uma das atitudes que mostra certa ambiguidade da postura de Carlos I ante os Papas. Se por um lado era considerado defensor do Catolicismo, por outro, era visto como defensor do seu modo de ver o Catolicismo. Vindo a estar, até mesmo, do lado oposto aos administradores da Igreja.

<sup>72</sup> Sinal desse perfil de defensor da fé, foi que Carlos I levou a Inquisição para além das terras espanholas (STELLA, 2000, p. 145).

<sup>73</sup> Segundo Kohler (2000, p. 381), desde 1527 ele sofria dessa doença, ou seja, foram trinta anos governando enfermo.

<sup>74</sup> Havia a tentativa por parte de Carlos de criar a Monarquia Católica ou Monarquia Universal. Mas a eclosão do protestantismo em terras do Império e as constantes exigências de ambas partes para que o ele estivesse na terra governada, acabaram sendo dois dos fatores principais para o fracasso desse sonho.

## 3.2 O JOVEM PRÍNCIPE

Neste subcapítulo, apresentarei a trajetória de Filipe até o momento em que foi investido rei. Dividirei desse modo, ciente que após essa investidura, não estarei tratando mais de um “pequeno” ou jovem príncipe, mas de um rei, ainda que jovem. Sendo assim, exporei posteriormente seu modo de governar. Porém, antes de ser monarca, o jovem príncipe casará duas vezes. Por isso, como uma escolha metodológica, resumirei os quatro casamentos do futuro Filipe II, ciente que esses matrimônios foram de fundamental importância para o monarca que ele foi, pois, as esposas eram princesas ou rainha e pertenciam a um reino diferente.

### 3.2.1 Primeiras nomeações

O trecho a seguir é da carta de Francisco de los Cobos para Carlos I, em 1543. O jovem príncipe tinha apenas dezesseis anos, mas segundo as palavras de seu educador, era diferenciado. Se, por um lado, parece óbvia a postura do educador falar coisas boas para um pai, ainda mais sendo este pai um rei, por outro, a história não deixa los Cobos como mentiroso.

Lo primeiro, señor, el rey Philippo mi senõr lo es ya tan grande que se ha adelantado su saber y su suficiencia a su edad, pues lo que con ella parece imposible pudiera facer lo face com su entendimiento tom grande e com su alta comprehension. Su diversiones son un puro entregamiento perpetuo al trabajo y a los negocios importantes de su reyno. Siempre está pensando y discurriendo en las cosas de la buena guvernation y justicia sin dar entrada ni parcialidad al ocio ni a la lisonja ni a ningún vicio. [...]

Enciérrese muchas veces conmigo por algunas horas para tratar negocios de Estado de muncha monta. Lo mismo hace después con el Presidente para comunicar las de justicia y con el Duque de Alba para hablar de las de guerra. [...] e asseguro a vuestra majestad cesárea no solamente que no tengo que repudiar nada de lo que provee, sino que me admiran sus deliveranzas tan prudentes y calificadas. (KENISTON, 1922, p. 258)

Assim que nasceu, em 1527, Filipe recebeu o título de Príncipe de Áustria. Como primogênito do rei Carlos I, esse título lhe era natural. Porém, o de duque não! Em novembro de 1535, Francisco II, Duque de Milão, veio a falecer sem deixar herdeiros. O ducado ficou então para aquela “velha disputa dos poderosos”. Francisco I, rei da França, de um lado, e, de

outro, Carlos. Como ambos queriam algo em comum, eles começaram uma guerra, ou melhor, recomeçaram! Essa foi a terceira guerra entre eles. Em 1538, a guerra acabou com a Trégua de Niza, e, dois anos mais tarde, secretamente Filipe foi investido Duque de Milão aos treze anos, em outubro de 1540 (KOHLENER, 2000, p. 265-266)

Entre 1542 e 1543, Filipe partiu em viagem pelos povos da Espanha para ser garantido como herdeiro do trono em todo reino, onde deveria prestar juramento com relação aos direitos locais. Aos dezesseis anos de idade, o príncipe foi nomeado como regente do reino hispânico na ausência de seu pai, ausência esta que chegou a durar quatorze anos. Jurou manter dois princípios: o de estar sempre com Deus em sua mente e estar sempre aberto para aceitar bons conselhos. Carlos ainda deixou alguns conselhos em carta para o príncipe regente (KAMEN, 2003, p. 29-31):

- a) Não aceitar bajuladores;
- b) Defender o território das heresias e hereges;
- c) Apoiar a Inquisição;
- d) Não fazer nada que pudesse vir a ser prejudicial ao reino;
- e) Defender a justiça e eliminar a corrupção entre os funcionários;
- f) Ser moderado e comedido em qualquer atitude;
- g) Preservar sua liberdade;
- h) Manter-se livre da raiva;
- i) Não fazer nada quando em cólera;
- j) Agir pacientemente nas audiências;
- k) Ter tempo para o povo, para se aproximar deles;
- l) Permanecer estudando, pois, ser homem não é questão só de corpo, e, por isso, o latim é indispensável e o francês aconselhável;
- m) Não ficar muito tempo na presença de sua futura esposa, ainda que sempre fiel a mesma;
- n) E, recorrer ao seu tutor e amigo Zúñiga, em caso de dúvidas.

Apenas em 1553, recebeu o título de rei, ainda que não fosse o de monarca espanhol. Filipe, que era nesse momento príncipe e Duque Milão, estava prometido a rainha Maria I de Inglaterra, Carlos renunciou ao trono de Nápoles em seu favor, pois era impensável uma rainha casar com alguém que não era rei. Foi investido como Rei de Nápoles, em julho de 1554, no mesmo mês que veio a se casar com a prometida. Se para casar o príncipe recebeu o título de rei, ao casar, ganhou mais um, agora de Rei de Inglaterra e de Irlanda (RAMALHO, 1986, p. 185). Como mostrarei melhor a seguir.

### 3.2.2 Casamentos

O primeiro casamento de Filipe se deu aos dezesseis anos (1543). Idade que, como vimos acima, já ficava como príncipe regente no lugar de Carlos I. A escolhida foi Maria Manuela,<sup>75</sup> filha de D. João III e Catarina de Áustria que era irmã de Carlos. A prima do jovem era também princesa de Portugal e tinha a mesma idade que ele. O que levou esses primos a se casarem? De acordo com a historiografia, os casamentos de príncipes, reis e poderosos, visavam a perpetuação do poder, sendo as uniões estratégicas e os casamentos arranjados, buscando a paz entre países e/ou acordo de negócios. O casamento de Filipe e Maria Manuela (Maria de Portugal) foi combinado pelos reis por conta de negócios entre os países. Kamen (2003, p. 43) chega a dizer que “a frieza de Felipe para com sua esposa era de se esperar em um casamento arranjado entre duas pessoas muito jovens”.

O matrimônio, porém, não dura muito tempo, pois a jovem Princesa das Áustrias não chegou a completar dezoito anos, vindo a falecer logo após o parto do primeiro filho do casal, em 1545 (RAMALHO, 1986, p. 176). A avó de Filipe morreu no parto, assim como sua mãe e agora sua esposa, sendo todas elas portuguesas. Como os conjugues eram primos, tanto por parte de pai como de mãe, a chance da criança ter problemas era altíssimo. O infante D. Carlos, primogênito do jovem, veio a nascer com limitações físicas e psicológicas. Sendo considerado, por Usó Espinosa (2008, p. 4), como uma pessoa de caráter difícil e muito cruel. Thomas (2013, p. 254), por sua vez, diz que o filho de Filipe tinha traços de irracionalidade, como, posteriormente, sua bisavó Joana. No decorrer dos anos mostrou que não teria capacidade para suceder ao trono quando chegasse a hora. Confirmando os receios do pai de Filipe sobre seu neto (PIERSON, 1998, p. 73). Porém, D. Carlos morreu aos vinte e três anos, trinta anos antes da morte de seu pai.

Creio ser importante frisar que, segundo Ramalho (1986, p. 176-178 e 185), Filipe era prometido a outra portuguesa, a Infanta D. Maria que era seis anos mais velha que ele, e irmã de Dom João III. Porém, o monarca preferiu o casamento entre sua filha e o príncipe espanhol, ao invés do casamento de sua irmã. Após a morte de sua filha, atitudes foram tomadas para que

---

<sup>75</sup> Cf. Árvore Genealógica de Maria de Portugal no Apêndice B - p. 155.

Filipe casasse com a infanta, mas isso não aconteceu. A escolha de não casar com sua tia, D. Maria, se repetiu anos mais tarde.

Ainda jovem, em 1554, Filipe se casa novamente. Dessa vez, a escolhida era inglesa. Não era uma princesa como Maria Manuela, mas uma rainha. Será a única esposa mais velha que o jovem, onze anos mais velha que ele, Maria de Tudor ou Maria I de Inglaterra<sup>76</sup> era também prima de Filipe, filha de sua tia-avó Catarina de Aragão,<sup>77</sup> muito devota ao catolicismo (CARLOS LOSADA, 2005, p. 1). Foi a primeira rainha soberana da Inglaterra,<sup>78</sup> já que rainhas reinantes outras haviam sido, como sua mãe Catarina em tempos de guerra e ausência do rei (SILVA, 2015, p. 165).

Para chegar ao trono, Maria de Tudor teve que fazer algumas manobras, similares as que o jovem faria posteriormente contra Portugal. Para ilustrar, apenas cito que Eduardo VI de Inglaterra, irmão de Maria, estando para morrer de tuberculose, receando que ela restaurasse o catolicismo, nomeia Joana Grey como sucessora, tirando o trono por direito da irmã. Porém, o reinado de Grey, durou menos de duas semanas, pois, futura rainha agrupou aliados e a destronou. Suas primeiras atitudes como rainha, Maria I de Inglaterra, foram favorecer o catolicismo (SÁNCHEZ, 2010, p. 4 e 7).<sup>79</sup>

Talvez tenha sido a preocupação de Maria com o reino, o motivo que fez com que ela escolhesse Filipe, pois buscando favorecer o catolicismo em todas as instâncias, precisava de um herdeiro que mantivesse o reino na fé (GONZÁLES, 1995, p. 130). Sua irmã Isabel, que era anglicana, seria sucessora ao trono caso a rainha não deixasse herdeiros. O jovem príncipe<sup>80</sup> era o melhor candidato, segundo a propaganda de seu pai, Carlos, à rainha<sup>81</sup>. Pois, juntos poderiam defender os interesses católicos, além dos reinos. Loades (2010, p. 209) ressalta algumas exigências que foram firmadas, para que o casamento viesse a acontecer:

O príncipe deverá deixar a cargo da rainha a utilização de todos os ofícios, terras e rendimentos dos seus domínios; deverão ser utilizados por quem lá nascer. Todas as questões serão tratadas em inglês [...]. Poderá celebrar-se outro contrato, em que o príncipe jurará que não promoverá um estrangeiro a qualquer posto em Inglaterra [...].

<sup>76</sup> Cf. Árvore Genealógica de Maria I de Portugal no Apêndice C - p. 156.

<sup>77</sup> O rei Henrique VIII, havia rompido com Catarina de Aragão, rompendo assim com a Casa de Habsburgo e com a Igreja Católica.

<sup>78</sup> Segundo Silva, na Inglaterra “a posição de uma mulher como rainha governante por si só, sem um marido – ou o marido como co-regente, como no caso de Maria I e Filipe II - ainda era visto com maus olhos”. (SILVA, 2015, p. 164).

<sup>79</sup> Segundo o mesmo autor, Maria consegue essa façanha contando com o apoio da Igreja Católica e de Carlos I. Para que essa aliança contra os protestantes permanecesse, o rei prometeu a mão de seu filho.

<sup>80</sup> Diferente de Ramalho, López diz que Carlos I apenas abdicou ao trono quando Filipe II já estava casado, ou seja, já era rei (LÓPEZ, 1886, p. 9).

<sup>81</sup> Segundo Dias (2011, p. 20), a propaganda que chegou a Filipe sobre a rainha, foi um retrato de uma bela moça, ainda que posteriormente ele tenha dito ter sido enganado.

Se não restarem filhos, e a rainha falecer antes dele, ele não reclamara qualquer direito sobre o reino, mas permitirá que a sucessão a quem pertencer por lei e direito [...]. Inglaterra não se verá envolvida na guerra entre o imperador e o rei francês.

Um reino que estava influenciado pelo protestantismo não aceitaria facilmente a possível volta do catolicismo, e, menos ainda, a união com a Casa de Habsburgo. Surgiu uma conspiração contra essas possibilidades, mas terminou com a execução dos envolvidos, incluindo a até então poupada Joana Grey. Depois de quase exato um ano, a rainha se casa, em julho de 1554, com Filipe, o agora rei de Inglaterra e de Irlanda, mas como consorte.<sup>82</sup> Com a presença do monarca, o Reino intensificou a luta contra o protestantismo em favor do catolicismo. Maria I, durante o reinado, tomou muitas medidas para reprimir os protestantes. Segundo Gonzáles (1995, p. 130-131), ela ganhou o apelido de “Bloody Mary” que significa “Maria, a Sanguinária”, como reconhecimento do seu modo de governar ao queimar cerca de duzentos e oitenta e oito pessoas ao longo de seu reinado.<sup>83</sup>

O tão esperado herdeiro da rainha não chegou. Ela acreditou estar grávida por duas vezes. A primeira se deu no mesmo ano do casamento, quando possivelmente teve uma gravidez psicológica, já que deixou de menstruar e sua barriga começou a crescer, porém, não havia bebê. Chegou até a deixar, no testamento, que Filipe ficaria como regente até o herdeiro ter idade para reinar. Com o passar dos anos, correndo o risco de não ter filhos e o trono ficar com sua irmã anglicana, comenta com o parlamento que seu esposo deveria assumir o reino caso não houvessem herdeiros (SÁNCHEZ, 2010, p. 8). Aos poucos, vai se tornando deprimida, pois não engravida e porque o rei está distante em guerra contra a França. Meses depois da última “falsa gravidez”, sem esperanças de rever seu esposo, morreu, em novembro de 1558, de uma epidemia de gripe, no mesmo ano que faleceu o pai de Filipe, Carlos I. O rei que estava guerreando e, cada vez mais, tornava-se impopular entre os ingleses pelas últimas derrotas contra os franceses,<sup>84</sup> ainda tentou se casar com Isabel, sucessora ao trono, mas não conseguindo retornou à Espanha (CARLOS LOSADA, 2005, p. 3).<sup>85</sup>

Após dois casamentos estratégicos, com Portugal e Inglaterra, aconteceu o terceiro casamento, dessa vez com a França. Isabel de Valois,<sup>86</sup> foi prometida para Eduardo VI de

<sup>82</sup> Significa que o rei é apenas o marido da rainha reinante. Ele não tem poder sobre o reinado, senão quando consentido pela rainha. Como ocorreu com os reis Católicos.

<sup>83</sup> Sanchez (2010, p. 8-9) vai dizer que foram 273 pessoas, sendo 51 mulheres, condenadas a fogueira.

<sup>84</sup> Na herança recebida por Filipe, haviam as guerras contra a França. Durante a quinta guerra, na batalha de “San Quintín” (1557), o exército espanhol contou com o apoio de nove mil ingleses. Um apoio diferente do que aconteceria de acordo com os tratados travado entre os monarcas. O que desagradou os ingleses (LÓPEZ, 1886, p. 9).

<sup>85</sup> Segundo Wirnsberger (2005, p. 16), volta para Península Ibérica e nunca mais sai de lá.

<sup>86</sup> Cf. Árvore Genealógica de Isabel de Valois no Apêndice D - p. 155.

Inglaterra, mas ele morreu ainda jovem, e, posteriormente, para D. Carlos de Áustria, filho de Filipe. Isabel era filha de Henrique II da França e Catarina de Médicis. Depois de muitas batalhas entre Espanha e França, a mão da princesa havia sido ofertada a D. Carlos para cessarem as batalhas entre as Casas. Porém, com a morte de Maria I de Inglaterra, Filipe modificou o tratado e casou com Isabel.<sup>87</sup>

Segundo Thomas (2013, p. 15-17), a união das coroas, espanhola e francesa, pelo casamento, aconteceu por três motivos:

- a) A França não tinha mais recursos financeiros para permanecer em guerra, por isso, precisava de algo para assegurar a paz;
- b) O protestantismo estava crescendo no território francês e se unissem com a Espanha poderiam utilizar dos Inquisidores espanhóis para dissipar as heresias;
- c) E Filipe II só tinha D. Carlos como herdeiro, que, como expus anteriormente, não tinha condições para reinar, por isso, o rei precisava de outro filho;

Para os hispânicos ainda tinha mais um aspecto, o herdeiro asseguraria não só a união das coroas, mas um espanhol no trono francês. Filipe colocou, então, seu nome para o casamento, que foi selado pelo Tratado de Cateau-Cambrésis, em abril de 1559. Dois meses depois, em 22 de junho, eles se casam na Catedral de Notre Dame (Paris). Curioso é o fato de que o monarca espanhol não foi para o casamento. Seu “braço direito”, o Duque de Alba,<sup>88</sup> foi representá-lo. Chegando a tomar o leito matrimonial, simbolicamente, para Filipe.<sup>89</sup>

Esse casamento havia sido planejado pela rainha Catarina de Médicis, que tinha como objetivo conseguir um “bom partido” para sua filha e, naquele tempo, não havia nenhum melhor que Filipe II, o homem mais poderoso da terra. Porém, antes de sua filha ir para Espanha, o rei Henrique II morre dias depois do casamento, deixando seu filho Francisco II no poder. Isabel, depois de um breve período de luto, vai para Espanha seguida de uma corte real, quando em 29 de janeiro do outro ano, conheceu Filipe e se casou em terras espanholas. Segundo Usó Espinosa (2008, p. 7), o objetivo de Catarina era além de ter pessoas ao lado de sua filha para apoiá-la, era que elas visassem influenciar nas decisões da coroa hispânica em favor da França e informar o reino francês dos acontecimentos na Espanha.

Isabel era uma adolescente de cabelos negros e olhos brilhantes, com imensa vivacidade e energia, que mais que compensava sua falta de beleza natural. Ela trouxe

<sup>87</sup> Essa rainha ficou conhecida na Espanha como “rainha da Paz”. Pois por esse casamento, cessaram as batalhas entre os reinos, ao menos enquanto estava viva.

<sup>88</sup> Dom Fernando Álvarez de Toledo, que também havia sido o “braço direito” de Carlos I.

<sup>89</sup> O ato simbólico era ir até a cama da noiva e colocar, perante as testemunhas que acompanhavam o gesto, o braço direito e a perna esquerda em cima da cama (USÓ ESPINOSA, 2008, p. 6).

de volta para Felipe a energia de sua juventude. Ele lhe dedicava muito tempo e chegava mesmo a discutir seu trabalho com ela. Apesar disso, há alguma dúvida se eles tinham um relacionamento emocional profundo. Todos os relatos otimistas sobre amor emanaram de uma única fonte: os embaixadores franceses que estavam ansiosos para demonstrar a seu governo que o casamento era um sucesso (KAMEN, 2003, p. 205).

Isabel tinha apenas quatorze anos quando se casou com Filipe, que tinha trinta e dois. Tinham um gosto em comum por obras de arte.<sup>90</sup> Até então, Toledo era a “residência” do rei, porém, como Isabel tinha uma saúde frágil e precisava de um ambiente favorável, Madrid é escolhida por questões geográficas e localização como a nova capital do Reino, em março de 1561.<sup>91</sup> A rainha que se casou virgem tem sua primeira menstruação no dia 11 de agosto de 1561,<sup>92</sup> que foi festejada no reino (USÓ ESPINOSA, 2008, p. 9). Após o aborto espontâneo de gêmeos, três anos depois da menarca, e desesperada por não ter dado herdeiros à Espanha, pede que lhe tragam a relíquia de Santo Eugênio, quando por milagre ou não, engravida. Após seis anos de casada nasceu a primeira filha do casal, Isabel Clara Eugênia, em agosto de 1556, que será vista como esperança dinástica dos Habsburgo nesse momento. Ela viria a ser a governadora dos Países Baixos.<sup>93</sup> No ano seguinte, nasceu outra filha, Catarina Micaela, em outubro de 1567, futura duquesa de Saboya (GARCÍA PRIETO, 2013, p. 201). No ano seguinte, engravida novamente, mas com saúde frágil tem, então, aborto espontâneo e, poucas horas depois, morre em outubro de 1568.

Com vinte e dois anos, Isabel de Valois morreu assim como a primeira esposa de Filipe, Maria Manuela, como sua mãe, Isabel de Portugal, e sua avó, Maria de Aragão e Castela. Três meses antes, o rei havia perdido D. Carlos, seu único filho. Após essa sequência dolorosa, assim como seu pai, usaria apenas o preto como cor de vestimenta. Ainda que, talvez, ele usasse o preto apenas por gostar de usar preto como seu pai (THOMAS, 2013, p. 30). Albabejo Martínez (2013, p. 3 e 10) diz que o preto foi recomendando como um símbolo de seriedade e rigor para os seguidores da Contrarreforma, e que por esse motivo Filipe não o tirava. Porém, creio ser mais interessante a análise de Usó Espinosa (2008, p. 11), ainda que pareça poética, que diz ser

<sup>90</sup> Segundo Usó Espinosa (2008, p. 8), foi ela a responsável de levar o Renascimento para Espanha. Já que na França, o Renascimento já era forte nesse período.

<sup>91</sup> Thomas (2013, p. 38) não chega a se quer mencionar o nome da rainha. Para ele, a mudança para Madrid foi apenas para centralização dos arquivos.

<sup>92</sup> Coloquei a data da menstruação propositalmente. Não é algo comum na historiografia, mas ter a data que isso aconteceu, propõe uma questão: “quão esperado era um herdeiro para o trono espanhol?”

<sup>93</sup> Estando a Coroa francesa sem alguém, devido o problema sucessório, Filipe tentará fazer com que sua filha assumo o trono francês, pois era neta de Henrique II. Utilizando o viés da argumentação sobre a legitimidade ao trono e do fortalecimento militar aos Católicos da França, buscou essa coroação. Porém, seu plano fracassou (MIRANDA, 2014, p. 31)

o preto representação da dor por ter perdido uma pessoa querida. Independente disso, como não tinha um filho homem para herdeiro do trono, precisou casar novamente.

O novo casamento se deu por dois motivos: a necessidade de herdeiro e uma mãe para criar as filhas que o monarca teve com Isabel. A escolhida para essa “missão” foi Ana de Áustria<sup>94</sup> (GARCÍA PRIETO, 2013, p. 53).<sup>95</sup> A nova rainha era filha de Maximiliano II e de Maria da Espanha. Se, por parte de pai, Ana era prima de Filipe, por parte de mãe, ela era sobrinha do monarca, pois sua mãe era irmã do rei. Diferente das outras rainhas, essa teve cinco filhos do monarca, sendo quatro homens: Fernando (1571-1578), Carlos Lourenço (1573-1575), Diogo Félix (1575-1582), Filipe III (1578-1621) e Maria (1580-1583). Fiz questão de colocar os anos do nascimento e de morte para chamar atenção em um ponto, todos os filhos que Filipe veio a ter com essa rainha, exceto seu sucessor, Filipe III, morreram antes dele.<sup>96</sup> Assim como já fazia parte de sua vida, em outubro de 1580 veio a enterrar sua esposa, que morreu vítima da peste.

A última rainha, Ana de Áustria, por mais que tenha tido muitos filhos com Filipe, o trato que ele dava para ela não era o mesmo que havia dado para as anteriores, especialmente comparado a Isabel de Valois (USÓ ESPINOSA, 2008, p. 9). Porém, Kamen (2003, p. 204) discorda ao dizer:

*Petit e elegante, com uma pele incrivelmente branca, olhos profundamente azuis e cabelo louro esvoaçante, Ana não poderia ser mais diferente que Isabel de Valois. Felipe expressou ‘minha grande alegria e contentamento, Deus me deu toda a felicidade que eu podia desejar nesta terra’, e falou do ‘grande amor que existe entre nós’. Um diplomata observou que ‘o rei a ama profundamente’.*

Ao apresentar a vida afetiva do monarca, busquei ilustrar um pouco de suas manobras políticas, ante a necessidade de paz, de poder e de herdeiros. Por consequência do constante sofrimento vivido pelo monarca, a morte de suas esposas e filhos foi fazendo dele aos poucos um homem mais cético, frio e calculista. O príncipe amadureceu forjado pela perda contínua de pessoas que o cercavam. Tornando-se um ímpar de seu tempo, mas sem par.

### 3.3 UM REI DIFERENCIADO

<sup>94</sup> Cf. Árvore Genealógica de Ana de Áustria no Apêndice E - p. 158.

<sup>95</sup> Segundo a mesma autora, ela não foi apenas rainha consorte, foi mãe e modelo de como viver em um universo cortesão (GARCÍA PIETRO, 2013, p. 9-10).

<sup>96</sup> Imagine para o rei como era ver seus herdeiros morrendo. Ter um reinado onde o sol jamais se punha, mas correndo o risco de não ter um herdeiro para dar continuidade.

O jovem príncipe educado para reinar a serviço de Deus, começa sua vida política aos dezesseis anos como regente. Mesma idade que se casa pela primeira vez e começa a ter contato direto com as decisões políticas. Qual foi o modo de proceder desse jovem rei? Afinal, ele foi o homem que se tornou rei de um reino onde o sol jamais se punha.

Creio ser importante, ao começar, lembrar o legado deixado pelos seus ancestrais. Não estou falando sobre Reinos ou Impérios, mas um título em específico, o de Rei Católico. O título decorria pela defesa da Igreja, divulgação da mesma em terras pagãs e pela vida piedosa que levavam. Seus bisavôs ficaram conhecidos como Reis Católicos<sup>97</sup> e seu pai como o grande defensor do cristianismo, como lidar com esse legado? A resposta encontrada por Filipe, se resume na incorporação do título de Rei Católico. Segundo Wirnsberger (2005, p. 23), “Felipe II era un soberano radical como pocos otros, a favor de la causa católica”. Sabeih (2014, p. 93) chega a afirmar que é “bastante evidente que a religião foi tomada como um dos principais elementos de intervenção em seu vasto império”. Ao longo de sua vida, foi grande impulsionador da evangelização em terras pagãs como seus bisavôs, e grande defensor do cristianismo, como seu pai. Como diz Contreras (1998, p. 6), o governo de Filipe resumia-se em essência em uma Monarquia Católica, a serviço de Deus.

Nesse período, século XVI, existia o Padroado Régio, como expliquei no capítulo anterior. Apenas para lembrar, Filipe como monarca de um dos países aos quais havia sido concedido o Padroado, tinha o poder do papa em sua terra. Tal qual aconteceu com seu pai, esse poder resultou em complicações com a Igreja em Roma. Pois, como tinha “carta branca” para atuar em nome da fé, permaneceu agindo como acreditava que seria melhor para Igreja, e seus interesses, em seu território. “...había conseguido inclinar para sí el favor de Dios y, a cambio, este, otorgábale un servicio espiritual de vasallaje” (CONTRERAS, 1998, p. 30). “En servicio de Dios y mío” (THOMAS, 2013, p. 32).

Judeus, cristãos-novos, mulçumanos e pagãos, nada nem ninguém escapavam do olhar do homem mais poderoso da terra. Guerra Santa,<sup>98</sup> Guerra Justa<sup>99</sup> e Tribunal do Santo Ofício<sup>100</sup> que já haviam existido, retornam e/ou permanecem com mais força em seu reinado. Exemplo

---

<sup>97</sup> Dentre tantas atividades realizadas por Fernando II e Isabel I, Dornelles ressalta a expulsão dos mouros e a conversão/expulsão dos judeus em terras hispânicas, que servem como ilustração desse título (DORNELLES, 2011, p. 69).

<sup>98</sup> Guerra realizada por cristãos contra os pagãos. Visava divulgar a fé e salvar a alma desses pecadores.

<sup>99</sup> Guerra que era tida como aceitável. Visava defender a fé.

<sup>100</sup> “Guerra” contra hereges. Visava manter a catolicidade no reino.

claro disso foi quando descobriu a existência de protestantes em Sevilla e Toledo, enviando, por isso, os inquisidores, onde depois de julgamento, foi realizado os Autos de Fé<sup>101</sup> (THOMAS, 2013, p. 23). Sua máxima era: “Mejor es no reinar, que reinar sobre herejes” (LÓPEZ, 1886, p. 12).

Se ele era um rei que não deixava nada passar, como fazia para ter o controle sobre tudo? Aqui existe um aspecto que o diferencia de seu pai. Carlos I gostava de viajar por suas terras, ter contato com seus súditos. Enquanto Filipe não.<sup>102</sup> Dizia que era perda de tempo, vindo posteriormente a aconselhar seu filho Filipe III a viajar apenas quando necessário (THOMAS, 2013, p. 34). Segundo Castelnau-L’Estoile (2006, p. 65-67), o método de organização jesuítico era burocrático, ou seja, realizado predominantemente via carta. Um método de controle hierárquico imposto por Loyola aos jesuítas, mas que seguia o método de organização militar espanhol. Já Thomas (2013, p. 37), diz que Filipe gostava de ter toda notícia e informação registrada e escrita, o que me permite dizer que o método de organização jesuítico era o mesmo que o utilizado pelo monarca. López (1886, p. 11-12) ressalta que ele era homem organizado, que lia tudo o que recebia, comentava e retornava. Das coisas maiores às pequenas coisas, nada passava despercebido pelo rei. Porém, Silva (2000, p. 245) discorda dessa imagem de um rei burocrático, que governava apenas de seu gabinete. Ainda que o método burocrático fora o mais utilizado por Filipe, dizer que sua vida se resumia a uma postura burocrática trancada em um escritório pode ser um erro. Pois, ainda que não gostasse de viajar como seu pai, viajou muito pelo Reino.

O homem mais poderoso da terra, não poderia sê-lo sozinho. Por isso, Filipe contava com a ajuda de Conselhos. Tinha onze Conselhos, sendo o Real e o Supremo de Castela os mais importantes. Eles haviam sido criados pelos seus bisavôs, os Reis Católicos, que viram nos Conselhos um modo ideal para governar. Os Conselhos eram formados em sua maioria por nobres, mas de homens cultos (THOMAS, 2013, p. 44 e 46). Kamen (2003, p. 34), por sua vez, vai dizer que os conselheiros eram da alta nobreza.

Enquanto o rei seguia o modo de governar com Conselhos, assim como seus antecessores, no modo de guerrear ele trouxe novidade. A novidade não foi apenas para o reino espanhol, mas para a Europa. Pois diferente de seu pai, Carlos, e dos reis que o precederam ou eram seus contemporâneos, ele não ia para guerra, mesmo que tenha guerreado em toda Europa

---

<sup>101</sup> Uma cerimônia que o réu (herege), era obrigado a participar, antes de sua condenação. O réu poderia ser absolvido e passar apenas por um ato de humilhação, purificação, ou condenado a fogueira.

<sup>102</sup> Ainda que tenha passado muitos meses fora da Espanha viajando: quatorze meses na Inglaterra, quinze meses na Alemanha, vinte e oito meses em Portugal, sessenta meses entre os Países Baixos, Itália e França (THOMAS, 2013, p. 31-32).

(LÓPEZ, 1886, p. 11). Independente do motivo pelo qual o rei Prudente não ia para as guerras, essa afirmação endossa a ideia de que Filipe II era uma figura distinta dos outros.

Um rei que, pelo Padroado, representava o próprio Cristo em suas terras, dificilmente seria bem visto pelo papa. Porém, contou com apoio declarado de Gregório XIII e de Clemente VIII. O segundo veio a ser considerado por Contreras como hispanofílico.<sup>103</sup> Isso se deu pelo fato que Filipe vivia em guerra contra os hereges e príncipes que apoiavam o protestantismo, vindo a gastar grande parte de seu patrimônio em defesa da fé. Além de que, o monarca, não era a favor da liberdade de consciência. O papa Clemente viu nele um modelo ideal de soberano naquele período de Contrarreforma (CONTRERAS, 1998, p. 8-9).

Como havia mencionado na introdução desse subcapítulo, a figura de Filipe é muito discutida na historiografia. Thomas em seu livro, *El señor del mundo: Felipe II y su imperio*, cita três visões de historiadores sobre o monarca: 1) Baodero diz que o monarca era um homem de natureza tranquila e amável, que gostava de sair à noite e de jogos, que preferia a paz a guerra, que amava arquitetura e Espanha, e que diferente de seu pai, gostava de ouvir a opinião dos outros; 2) Soranzo, por sua vez, diz que Filipe era tranquilo, de voz baixa e sempre sabia se controlar; 3) Ludwig von Pastor, escreve que o rei era absolutista e minucioso até o último detalhe (THOMAS, 2013, p. 30-31). Já Contreras não aprofunda na personalidade de Filipe. Apenas diz que ela é fruto de divergências entre historiadores franceses, ingleses e americanos. E que Braudel (1998, p. 7-8) considerava que a vontade régia, do monarca, havia se resumido à inanidade. Silva (2000, p. 248) considera o monarca uma pessoa fria, calculista, prudente e sincera. Embora o rei se demonstrasse sensível e terno com as pessoas que amava, como suas filhas. Para Wirnsberger (2005, p. 3 e 8), Filipe era homem trabalhador, de excelente memória, lento nas decisões, obstinado, ranzinza, calado, mas, ainda assim, dócil com suas filhas e católico fervoroso. Por fim, López (1886, p. 6 e 10) ressalta que, nos últimos anos de vida do rei, surgiram escritos de que ele era tirânico, assim como digno de imitação, mas que, independente disso, ele era reservado e frio.

Tirânico ou digno de imitação, dificilmente poderá se dizer certamente o que ele foi. Creio ser importante considerar que o plano de fundo era Reforma e Contrarreforma, na qual, Filipe era o rei que conduzia a “batalha” do lado da Igreja. Os protestantes tinham motivos suficientes para espalharem difamações ou calúnias, assim como os portugueses pela União Ibérica, enquanto, para os espanhóis e devotos católicos, o monarca como modelo de homem era algo positivo.

---

<sup>103</sup> Termo utilizado por Contreras que designa alguém extremamente simpatizante a nação espanhola, vindo a ser protetor e promovedor da mesma.

### 3.4 UM SONHO, PESADELO ANTIGO

A União Ibérica não foi idealizada por Filipe II, mas por D. Manuel de Portugal. Nesta parte, apresentarei o sonho desse outro rei, décadas antes do nascimento de Filipe. Porém, já no tempo de D. Manuel, essa ideia já era vista como pesadelo para Portugal. Ainda que, o sonho da União das Coroas não fosse do Prudente, quais foram as manobras utilizadas por ele para que ela viesse a se tornar realidade? Para poder entender as atitudes do Prudente, creio ser necessário entender o que estava acontecendo no reino de Portugal, por isso, irei expor, sucintamente, o problema com a sucessão ao trono luso e dizer o porquê quem veio a assumi-lo foi o rei Prudente.

#### 3.4.1 Carta de D. Manuel

Antes de entrar nos tópicos da carta deixada pelo monarca D. Manuel, creio ser necessário contextualizar um detalhe. Os espanhóis começaram a desejar a União a partir do momento que Portugal veio a se separar do Reino de Castela, em 1385, quando se deu início a Dinastia de Avis (HERMANN, 2000, p. 16).<sup>104</sup> Não havia esse pensamento antes, pois eram um.<sup>105</sup>

O rei português, D. Manuel I, havia se casado com Isabel de Aragão, que era a filha mais velha dos reis Católicos e sucessora ao trono. Sendo assim, o filho gerado pelo casal, D. Miguel da Paz, seria o futuro do trono luso e espanhol. Ciente das problemáticas que seriam enfrentadas pelo seu filho, para unir os reinos, o monarca português escreveu vinte e cinco capítulos para servirem de auxílio ao futuro rei. Porém, o príncipe<sup>106</sup> morreu antes de completar dois anos de idade. Com a morte de sua esposa, D. Manuel chegou a casar, novamente, com outra filha dos reis Católicos, Maria de Aragão e Castela. Porém, ela era, nesse momento, a

---

<sup>104</sup> Segundo Schaub (2001, p. 11), desde a invasão árabe na Península em 711, havia um desejo da formação da Hispânia novamente, que só veio a ser concretizada nove séculos depois.

<sup>105</sup> É claro que o próprio reino espanhol não era um nesse período. Porém, digo assim para mais fácil compreensão.

<sup>106</sup> Era chamado de D. Miguel da Paz, pois iria trazer a paz entre os reinos.

segunda na linha de sucessão, pois tinha uma irmã mais velha, Joana de Castela, “a Louca”. Joana se casou com Filipe I, o Belo, e gerou Fernando e Carlos I, o pai de Filipe II. Desse modo, o filho que D. Manuel teve com Maria, D. João III, veio a ser rei apenas de Portugal.

Irei fazer um resumo, por tópicos, de alguns dos capítulos vinte e cinco capítulos escritos por D. Manuel I de Portugal e, posteriormente, aceitos por Filipe nas Cortes de Tomar (SILVA, 2000, p. 255-257):

- a) Respeitaria os foros, usos e costumes, privilégios e liberdades concedidos ao longo dos tempos pelos reis lusitanos (1º cap.);
- b) Nomearia para governador de Portugal, apenas portugueses ou familiares próximos do rei, como: filho, irmão, tio ou sobrinho (3º cap.);
- c) Manteria todos os ofícios da Casa Real de Portugal em plena atividade sempre que o rei se achasse no Reino (5º cap.);
  - i. Fossem eles visitantes, oficiais da Justiça, Fazenda e Administração local, do mar e da terra, superiores e inferiores (4º e 6º cap.);
  - ii. Fossem eles soldados das guarnições, eclesiásticos, inquisidor-mor, ofícios das Ordens Militares, entre outros (9ª cap.);
- d) Não poderia alterar a estrutura da organização dos tratos comerciais com a Índia, Guiné, Angola e outras terras descobertas ou que viessem a ser descobertas pelos lusitanos. Sendo assim, deveria ficar reservado aos portugueses os postos de oficiais da marinha e a propriedade dos navios envolvidos nesse comércio, que além das especiarias, compreendia o tráfico de escravos (7º cap.);
- e) Exibiriam apenas armas portuguesas as moedas cunhadas em Portugal, feitas com o ouro e prata dos lusitanos (8º cap.);
- f) Não seriam vinculados aos tributos, tais como terças ou subsídios, os bens das igrejas do reino (10º cap.);
- g) Seria atribuído aos seus herdeiros naturais a função de detentor de jurisdições e direitos reais nas cidades, vilas e lugares do reino, quando vagasse (11º cap.);
- h) Deveria ser utilizado apenas o português nos documentos oficiais (15º cap.);
- i) Deveria ter um Conselho de Portugal, formado por portugueses, para auxiliar o rei em suas decisões, referentes a Fazenda, Justiça e Administração, e quando as Cortes fossem convocadas, deveriam se reunir em território português (15º e 16º cap.);
- j) Não perderiam seu provimento dos cargos da administração periférica nas matérias de justiça e finanças, os corregedores, os provedores, os contadores dos contos que

eram castelhanos e outros estrangeiros que já vivessem em Portugal e haviam sido súditos dos monarcas portugueses (17º cap.);

- k) Deveriam ser admitidos portugueses no serviço da Casa Real em Madrid, não apenas castelhanos (19º cap.);
- l) Deveriam ser abolidos os portos secos para que as mercadorias pudessem passar livremente e sem direitos nas fronteiras terrestres entre Castela e Portugal (21º cap.);
- m) Deveria facilitar Castela na importação de cereais para auxiliar os lusos que tinham déficit em sua produção (22º cap.);
- n) Utilizariam todos os recursos disponíveis de Portugal, como dos outros seus reinos, para combater os corsários que ameaçavam as naus da Índia e para conservar as fronteiras africanas. Devendo serem utilizados todos recursos disponíveis dos reinos para combater as ameaças. (24º cap.);
- o) Ficaria o príncipe herdeiro residindo no lugar do rei, quando ele se ausentasse. Mas, deveria prologar sua presença Portugal pelo máximo prazo possível (25º cap.).

Esses capítulos foram considerados fundamentais pelos portugueses para que o rei espanhol governasse sobre eles. Estranho quem está em posição de vulnerabilidade exigir tanto, mas talvez, seja mais estranho quem está em posição de superioridade aceitar tais exigências. Porém, Filipe não hesitou em assinar. Já se “cumpriu a risca”, é outra história, que ainda apresentarei. Hermann (2000, p. 9) ainda ressalta que “sem herdeiro direto, Portugal foi anexado à Espanha, dando fim a um período de glórias e conquistas que marcaram sua história. O século, para os portugueses, acabava mais cedo”.

### **3.4.2 Manobras políticas de Filipe II**

Com o Tratado de Saragoça, em 1529, entre Portugal e Espanha, os lusos saíram em vantagem sobre os hispânicos. Pois, ainda que Carlos I tenha recebido 350 mil ducados dos portugueses, os reinos permaneceram sem se entender, sendo o comércio da noz moscada e cravo no Oriente o principal motivo. Segundo Silva (2000, p. 247), essas desavenças levariam, posteriormente, Portugal a se preparar para invadir as Filipinas. Porém, ao invés de invadir, foram invadidos por Filipe.

Outro motivo, que pesou na decisão da tentativa da União Ibérica, foi o fato de que Filipe havia perdido sete Províncias nos Países Baixos e com a união das coroas, voltaria a ter

um grandioso reino. Onde além de ter acesso as colônias lusas, poderia fechar os portos portugueses no oceano Atlântico, enfraquecendo assim os Países Baixos e facilitando uma vitória sobre eles (RUIZ, 2004, p. 50). Creio que o monarca, como o mais poderoso da terra, começava a passar uma imagem de poder, mas sem autoridade, pois, tudo aquilo que seus ancestrais haviam conquistado, começava a minguar em suas mãos. Qual o melhor caminho para mudar essa imagem, senão agregar outra potência mundial em seu território? Se o rei estava sendo visto como frágil, ainda mais frágil era a Coroa Lusa no final do século XVI.

Segundo Stella (2000, p. 16-18 e 20), foi pelo zelo com o catolicismo que Filipe acabou perdendo parte de seu tesouro real em guerras. Havia alguns motivos que segundo a autora se fazia necessária a união das Coroas:

- a) Havia de permanecer defendendo o catolicismo. A união com Portugal, que era uma das maiores potências da época, seja em tamanho quanto em força, seria de grande auxílio;
- b) Havia o medo de que os franceses entrassem pelo Brasil em suas terras e descobrissem as preciosidades dela. Desse modo, era necessário reforçar a segurança na Costa;
- c) Havia minerais preciosos no Peru, além do açúcar e pau-brasil, a América Portuguesa também deveria tê-las.

Para Ramalho (1986, p. 187), os portugueses, cientes da fragilidade do Reino, tinham medo de que seu reino se unisse aos espanhóis novamente. Isso porquê João Manuel, príncipe de Portugal, havia falecido enquanto sua esposa, Joana de Áustria que era irmã de Filipe II, estava grávida de D. Sebastião<sup>107</sup>. O título de rei Desejado, dado ao sobrinho do rei Católico, foi devido ao medo que os lusitanos tinham da possível união das coroas. Por isso, o descendente português foi visto como um rei que faria maravilhas ao povo luso, tal qual seus ancestrais. Dentre essas maravilhas, transformar o norte da África em Império Cristão e não deixar o trono para os hispânicos (HERMANN, 2000, p. 16-17). Por mais que ele só viesse a assumir o governo aos quatorze anos, seu caminho ia sendo preparado para ser um novo D. Manuel para Portugal, conduzindo-a aos tempos de glória (OLIVEIRA, 2017, p. 52-53).

Para aprofundar nesse aspecto que ansiavam os portugueses, vou apresentar duas moedas que auxiliam na compreensão de como o caminho do futuro rei estava sendo preparado. Sendo a numismática de grande auxílio para uma melhor compreensão da história (LAGO, 2015, p. 11). Escolhi moedas que o rei D. Sebastião mandou cunhar, sendo o critério para

---

<sup>107</sup> Cf. Árvore Genealógica de D. Sebastião, o Desejado no Apêndice F - p. 159.

escolha duplo. O primeiro foi porque elas haviam sido cunhadas no início de seu reinado. O segundo porque são moedas de valor baixo, o que fez com que elas circulassem por todo o reino português e nas suas colônias.

Figura 1 – Moeda de Dom Sebastião



Fonte: < <https://goo.gl/eMjKXM> >. Acesso em: 12 ago. 2015.

A moeda acima, assim como a próxima, foi cunhada na Casa da Moeda de Lisboa. No anverso,<sup>108</sup> se lê o escrito: *.R. SEBASTIANVS .I.* e no reverso a letra *S*, sob uma coroa e cercado por duas estrelas. Não detalharei o peso, bordo, diâmetro e eixo, apenas confirmarei a pouca validade monetária da moeda, dizendo que o material utilizado para fabricá-la, assim como na que apresentarei depois, é cobre.

O anverso da moeda não traz nenhuma novidade, pois apenas cita o nome do rei. Já o reverso, traz consigo uma curiosidade histórica, ou melhor dizendo, uma propaganda.<sup>109</sup> O *S*, letra inicial do nome do rei, está situado debaixo de uma coroa e ao lado de duas estrelas. Na historiografia, o jovem Otaviano, conseguiu legitimar seu poder, contando com o auxílio de duas estrelas. Quando, segundo ele, seu tio-avô Júlio César, havia comunicado que ele era seu sucessor. Essas duas estrelas, representam a natureza celestial do escolhido (CARLAN, 2013, p. 30 e 68), estão nessa moeda cunhada por D. Sebastião.

Já a segunda moeda, com um valor mais alto, de 3 réis, contém o sonho português!

<sup>108</sup> O reverso é a primeira moeda, que também é conhecida como “cara”. O anverso por sua vez, é a segunda imagem, “coroa”.

<sup>109</sup> Pela moeda, pode se compreender a manipulação e/ou propaganda que o monarca realizava com seus súditos (FUNARI; CARLAN, 2007, p. 26).

Figura 2 – Moeda de 3 Réis



Fonte: < <https://goo.gl/za6snY>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Nessa moeda, dá para perceber no reverso, o escudo de Portugal sob a coroa e, ao lado dele, a letra *L* e o número 3. No anverso por sua vez, temos a coroa e sob ela o escrito *SEBASTIANVS .I.*, tendo orlada a inscrição *PORTVG ET ALGARB REX AFRIC*. O reverso não contém nenhuma informação que possa auxiliar no estudo da propaganda, mas o anverso contém o título de “Rei da África”. Ao considerar o sonho português de formar o Império Cristão no Norte da África e o que está escrito nessa moeda, torna-se perceptível que o sonho precedeu o rei Dom Sebastião e foi por ele levado a sério. Uma profecia que o precedeu e que ele tomou posse.

Os desgastes das moedas acima são próprios das que têm valor pequeno, possivelmente de modo estratégico foram cunhadas assim. Pois, desse modo, todos os súditos lusos, puderam perceber por essas simples moedas, estando em Portugal ou em alguma Colônia, que seu rei era o escolhido, como ilustra a primeira moeda, para poder fazer o sonho Luso Cristão se tornar realidade, elucidado na segunda moeda.

Porém, a profecia do sonho português, não durou muito tempo. Já que o rei sumiu após a batalha de Alcácer Quibir. Existe uma divergência entre alguns historiadores sobre a participação de Filipe no desaparecimento do jovem D. Sebastião, em agosto de 1578.<sup>110</sup> Citarei Hermann, Zúquete e Silva para ilustrar.

- a) Segundo Hermann (2000, p. 21-23), Moulay Mohammed havia se desentendido com seu tio Al-Malik. Ele vai a Filipe II pedindo ajuda para guerrear contra o tio. O monarca não concede, mas encaminha o Mohammed para seu sobrinho, que possivelmente aceitaria o auxiliar, Dom Sebastião. O rei de Portugal aceita ajudá-lo

<sup>110</sup> Como o corpo de D. Sebastião não foi encontrado, criou-se uma lenda de que ele voltaria para libertar Portugal das mãos dos reis espanhóis. Essa lenda foi chamada de Sebastianismo.

e pede a seu tio, Filipe, que o ajude. O rei espanhol teria combinado de ir, mas não foi. O jovem monarca luso batalha e morre sem deixar herdeiros;

- b) Zúquete (2012, p. 362-363 e 365), diz que Dom Sebastião passou parte dos últimos anos de sua vida preparando para invadir o norte da África. Que encontrou Filipe no Mosteiro de Guadalupe, para pedir apoio militar para a expedição. Porém, tanto o monarca quanto o Duque de Alba teriam tentado desencorajá-lo, mas não obtiveram sucesso. Mas, ainda sim, o rei espanhol prometeu ajuda com soldados e mantimentos. O autor chega a dizer que um embaixador de Castela se une a eles, entretanto, sem aprofundar sobre se foi ou não um exército para auxiliá-lo;
- c) Silva (2000, p. 247), por sua vez, não aprofunda o que aconteceu, apenas diz que Sebastião possivelmente haveria consultado seu tio para decidir o que fazer.

Não é difícil de imaginar que Filipe II tenha participado do sumiço de seu sobrinho. Como rei que almejava o trono Luso, o desaparecimento ou morte de D. Sebastião era necessário. Como seu sobrinho era o tão esperado, aquele que constituiria um Império Cristão no Norte da África, o monarca espanhol sabia que ainda que ele não fosse com sua poderosa tropa, o rei luso não deixaria de tentar cumprir a profecia. Schaub (2001, p. 16), porém, diz que não se pode afirmar que o rei Prudente tinha interesse na Coroa Lusa, mas que a união das coroas foi um passo importante para uma “Monarquia Universal” e que a atitude de Filipe, ao tentar assumir o trono, foi vista, pelos portugueses, como um modo de auxiliá-los a sair da situação em que se encontravam, de desastre, após serem derrotados em Alcácer Quibir e perderem seu jovem rei.

Com a morte do jovem rei português, o cardeal D. Henrique, tio avô de D. Sebastião e tio de Filipe II, reassumiu o trono.<sup>111</sup> O rei-cardeal assumiu o trono, como não tinha descendentes, foi pressionado por todos aqueles que almejam a coroa lusa. Dos que tentaram convence-lo, três dos dois mais fortes conseguiram. Os três eram: a duquesa de Bragança, Catarina; o Prior do Crato, Antônio de Portugal;<sup>112</sup> e o monarca espanhol, Filipe II.<sup>113</sup> Porém, não nomeia ninguém para quando viesse a morrer, o que aconteceu menos de dois anos após ter sido coroado.

<sup>111</sup> Após a morte de João Manuel, pai de D. Sebastião, o futuro rei era ainda um bebe. Sua avó Catarina de Áustria, tia do monarca espanhol, fica como regente de 1557-1562, até ser substituída pelo cardeal D. Henrique, que reina de 1562-1568. Até o rei ter idade para assumir o trono.

<sup>112</sup> Antônio havia se sagrado sacerdote contra a vontade de seu tio, o cardeal e futuro rei D. Henrique. Assumiu o arcebispado de Évora, mas o detalhe importante é que conseguiu com o apoio de seu primo Filipe II, que interferiu na política lusitana. Segundo Hermann, desse modo Filipe conseguiu um informante e auxiliar para uma possível união das Coroas, o seu futuro opositor na sucessão D. Antônio (HERMANN, 2010, p. 147).

<sup>113</sup> Cf. Árvore Genealógica de D. Catarina de Bragança, do Cardeal D. Henrique e de D. Antônio, Prior do Crato no Apêndice G - p. 160.

Ao considerar a árvore genealógica de cada um, o trono deveria ser passado para a duquesa de Bragança. Ela era prima de Filipe e, como ele, neta de D. Manuel I. A diferença é que ele era neto por via materna, enquanto ela por via paterna.<sup>114</sup> Desse modo, ainda que fosse mulher, deveria ser ascendida ao trono. E o Prior do Crato? Era também primo deles, neto de D. Manuel. Seu pai, o Duque de Beja, Luís de Portugal, era mais velho que o Duque de Guimarães, Eduardo de Portugal, pai de Catarina de Bragança. Sendo assim, não seria ele o candidato mais forte ao trono? Seria, se sua mãe, Violante Gomes não fosse uma cristã nova, como ressalta Hermann (2000, p. 30).

O rei-cardeal D. Henrique não testamentou ninguém para seu lugar, embora houvesse apoiado D. Catarina, mas a Corte não o apoiou. Porém, o monarca não desejava que o trono caísse nas mãos de alguém que era filho de uma cristã nova, como o Prior do Crato. Restava apenas o rei espanhol que o pressionava fortemente. A corte e súditos estavam divididos quanto a isso. Havia o grupo dos pró-filipistas, que viam na união o meio seguro de se ter exército e dinheiro para dar continuidade nos projetos do reino, e os anti-filipistas, formados predominantemente da classe simples, eram aqueles que não conseguiam perceber vantagens na união das coroas. Assim como os judeus que viviam em Portugal, que haviam sido expulsos pelos reis Católicos da Espanha (STELLA, 2000, p. 31 e 33).

Do lado espanhol, havia um grupo que acreditava na União por via legal, já que Filipe estava na linha de sucessão, e outro grupo que cria na conquista militar como único caminho. Porém, o fato do Prior do Crato começar a criar meios para assumir o trono, conseguindo o apoio de franceses, ingleses e da Corte lusa, fez da conquista a via necessária para o rei Prudente.

Como dito anteriormente, dois dos três que almejavam o trono o conseguiram. A mais forte candidata por legitimidade, a duquesa de Bragança, não foi uma das três pessoas. O primeiro a conseguir foi D. Antônio, que reinou por dias. Isso porque o “braço direito” de Filipe, o duque de Alba,<sup>115</sup> com uma tropa formada de espanhóis e alemães, invadiu Portugal<sup>116</sup> e dizimou os “rebeldes”<sup>117</sup> que haviam se unido com o Prior do Crato, perdoando apenas aqueles

---

<sup>114</sup> Para Dornelles (2011, p. 111), Filipe era o mais forte candidato. Pois sua mãe era a primogênita de D. Manuel I. Fato é que ela era a terceira filha, mas a primeira na linha de sucessão, já que era a única que estava viva. Porém, para sucessão ao trono, não se pode esquecer que apenas na ausência de um filho, a filha viria a assumir.

<sup>115</sup> O Duque de Alba havia sido sugerido por Carlos a Filipe em carta como o homem de guerra. Aquele que deveria ser utilizado nesses casos, pois era o melhor do reino (KAMEN, 2003, p. 32).

<sup>116</sup> Segundo Stella (2000, p. 47), havia uma tropa se preparando para invadir o Brasil. Desse modo, os portugueses que aqui viviam, pediram ajuda para franceses e ingleses para se defenderem. O que gerou ainda mais apoio ao projeto do Prior do Crato, ainda que não tenha vindo a atacar a Colônia.

<sup>117</sup> Que devido o fracasso da missão no Norte da África, Portugal tinha um exército debilitado e não eram todos portugueses que estavam do lado de D. Antônio o que facilitou a “conquista” (WIRNSBERGER, 2005, p. 14).

que haviam pedido clemência (STELLA, 2000, p. 42). Essa atitude, por mais que não tenha conseguido encontrar o Prior, rendeu alguns governadores e capitães portugueses a favor de Filipe. Pois, se eles demorassem a se posicionar favoráveis ao rei Prudente, poderiam ser vistos como rebeldes, já que o trono era praticamente espanhol depois da invasão do duque. D. Antônio tinha fugido para Inglaterra, onde visava encontrar ajuda da rainha Isabel I de Inglaterra, ex-cunhada de Filipe, e, posteriormente, foi para França, onde teve o apoio da rainha Catarina de Médicis. Em 1595, veio a falecer depois de inúmeras tentativas de tomar o trono, mas sem sucesso (SERRÃO, 1968, p. 14 e 24-26).<sup>118</sup>

### 3.5 UNIÃO DAS COROAS

De modo sucinto, irei apresentar além dos vinte e cinco capítulos da carta de D. Manuel I, anteriormente mencionados, mais alguns tópicos do Tratado assinado por Filipe II nas Cortes da Vila de Tomar. Tendo como objetivo a compreensão do que estava incluso na realidade da União Ibérica para os dois lados. Enquanto o monarca, mais poderoso da terra, assinava o Tratado que limitava suas ações políticas, o sonho de expandir o catolicismo aos confins da terra, assim como seu pai Carlos desejava, permanecia. Utilizarei da numismática para expor esse anseio do rei Prudente.

#### 3.5.1 Tratados realizados para União Ibérica

Em 1581, o Rei Católico esteve nas Cortes de Tomar para assinar o Tratado da União das Coroas e, em 16 de abril do mesmo ano, foi jurado rei, Filipe II de Espanha e I de Portugal.<sup>119</sup> Creio ser importante ressaltar que qualquer rei que tenha alcançado o trono por conquista, dificilmente aceitaria assinar um “acordo”. Essa postura de Filipe, ante aos portugueses,<sup>120</sup> expõe um caráter de quem quer conquistar o povo e não o suprimir, como rei benevolente e justo, ao invés de autoritário.

---

<sup>118</sup> Em dezembro de 1640, o neto de sua prima, veio a ser aclamado rei, D. João IV, após um golpe vitorioso.

<sup>119</sup> No Brasil, apenas no dia 25 de março de 1582 ele é proclamado rei na Câmara da Bahia.

<sup>120</sup> Sendo a primeira, a invasão com seu exército em terras lusas. Guerreando e conquistando o trono.

Obviamente, o Tratado assinado pelo monarca não foi de seu inteiro agrado, já que o limitava. Se, por um lado, ele agiu como benevolente com os lusitanos, por outro, o Tratado assinado “amarrava suas mãos”. Não é típico de um rei aceitar ser submetido a regras que não o favoreçam. Creio que Filipe sabendo que o caminho para conquistar os lusos era esse, aceitou, ainda que sem agrado. Porém, o monarca também sabia como fazer com que as regras fossem aparentemente cumpridas, fazendo assim o que já havia pensado. Afinal, o fato dele ter marchado contra os aliados do Prior do Crato em terras portuguesas não lhe tinha concedido imagem positiva com seus novos súditos,<sup>121</sup> era necessário saber como proceder.

Para participar do Conselho luso, havia uma imposição: “que los miembros del Consejo Imperial sean todos declaradamente católicos y que, entre ellos, asistan algunos prelados católicos de firmes convicciones y de actitudes precisas” (CONTRERAS, 1998, p. 20). Tal imposição auxiliava para que o governo permanecesse estritamente católico. Sendo assim, não haveria espaço para que o protestantismo adentrasse na “cabeça” da organização das terras do monarca.

Já para representar o rei durante sua ausência, apenas alguém que tivesse o sangue real poderia permanecer em seu lugar. Caso isso não acontecesse, o governo ficaria nas mãos do Conselho. Sendo assim, Filipe nomeia D. Alberto, que era cardeal e filho de sua irmã Maria com o Imperador Maximiliano,<sup>122</sup> como Vice-rei de Portugal (CONTRERAS, 1998, p. 19). Ele que será um dos Inquisidores nas terras portuguesas.

D. Filipe trouxe para terras lusitanas uma *sui generis* fusão entre um governo piedoso e regido por razões teológicas, e uma lógica governativa mais pragmática e utilitarista, assente na agilidade de meios, na coordenação e na direção mais centralizada, apoiada em raciocínios mais abertamente políticos e mais puramente econômicos (CARDIM, 2002, p. 281).

Um dos aspectos do Tratado era que a administração hispânica, referente aos lusos, deveria utilizar apenas o português. Isso se deu pelo medo que, aos poucos, a identidade linguística portuguesa fosse perdendo espaço para o castelhano. Porém, não foi apenas no aspecto linguístico que os portugueses temeram os espanhóis, mas em toda sua cultura. Havia forte temor de uma castelhanização do território luso. De acordo com Cardim (2002, p. 298-299), por conta disso, Gândavo, Duarte Nunes de Leão, entre outros, estudaram a história portuguesa a fundo, assim como língua e cultura. Talvez, esse medo tenha se dado pelo fato de

---

<sup>121</sup> Segundo Silva (2000, p. 251), as tropas permanecem durante o reinado dos filipes, ainda que a contragosto dos súditos. Para Stella (2000, p. 41), a permanência das tropas foi para assegurar que não haveriam rebeliões, ainda que isso fosse contra um dos capítulos do Tratado assinado na Corte.

<sup>122</sup> Ou seja, era irmão da quarta esposa de Filipe, Ana de Áustria.

que diferente de Carlos I, que valorizava a pluralidade cultural, Filipe valorizasse mais a cultura espanhola em detrimento a qualquer outra cultura (CONTRERAS, 1998, p. 13).

O rei Prudente cedeu espaço para os portugueses e não se posicionou como quem queria aproveitar dos lusos. Por isso, abriu as fronteiras deixando que houvesse um trânsito livre entre as coroas. Foi ciente disso, que muitos portugueses, segundo Stella (2000, p. 31), foram pró-filipistas, pois teriam o acesso aos minérios espanhóis. Se isso pode ser visto como positivo para os lusos, o fato de ao unirem as coroas, concomitantemente, todos os inimigos que Filipe havia feito na Europa, tornaram-se inimigos de Portugal, o que foi bem negativo. Reinos como da Holanda, França e Inglaterra já tinham motivos para “odiar” o monarca espanhol, mas, agora, com a união das coroas, espanhóis e portugueses, poderiam ter o monopólio sobre todos e isso era motivo suficiente para esses reinos tornarem-se, declaradamente, inimigos também de Portugal (SILVA, 2000, p. 249 e 251).

Segundo Stella (2000, p. 66), haviam, ainda sim, outros aspectos positivos que os pró-filipistas esperavam, como:

- a) a defesa do catolicismo;
- b) a dominação do Atlântico, eliminando a pirataria;
- c) a continuação da exploração das colônias na América;
- d) a incrementação do comércio com o Ocidente;
- e) a restituição da confiança dos súditos na Monarquia;
- f) a promoção da expansão para o Oriente;
- g) a conservação dos domínios do Império;
- h) E, a volta dos ibéricos ao centro dos negócios na Europa.

Filipe ao assumir o trono, sabia que D. Sebastião não havia deixado uma boa imagem para os Conselhos de Portugal. Experiente que era, o monarca espanhol assumiu uma postura diferente de seu antecessor. Segundo Cardim (2002, p. 280-282), Sebastião era um jovem desregrado, afastado do Conselho, não era dado a ouvir conselhos e que por sua paixão guerreira se expunha demais.<sup>123</sup> Enquanto Filipe, por sua vez, ciente dessa brecha deixada pelo monarca luso, se mostrou disposto a ouvir os portugueses. A imagem que ele construiu foi a de um rei disposto a ouvir seus súditos e realizar, na medida do possível, seus desejos. Filipe, porém, permanecia com uma postura diferente dos reis portugueses, pois, enquanto os lusos estavam sempre no meio do povo, o espanhol se “mostrava ausente”. Seu modo de ouvir o povo, consistia em ser mais pela leitura de relatórios do que pelo ouvido.

---

<sup>123</sup> Curioso o fato de ter sido criado pela corte portuguesa sem participação de sua mãe. Pois esta, ainda que viva, havia voltado para Espanha logo após o nascimento de D. Sebastião (DIAS, 2011, p. 24)

### 3.5.2 O sonho de Filipe

Para alcançar o trono luso, Filipe realizou técnicas ensinadas por Maquiavel em seu livro, ainda que talvez nunca tenha lido *O Príncipe*,<sup>124</sup> para permanecer no poder e prepará-lo para os seus, não foi diferente. Esta frase de Silva (2000, p. 260) ilustra bem essa realidade: “Bem sabemos que Filipe II, embora adepto da centralização e do absolutismo autoritário, aproveitava todas as ocasiões para decretar medidas que agradassem aos novos súditos”.

Quanto ao *Estatuto de Tomar* e às condições nele estipuladas, ao longo deste texto verificámos que tal Estatuto esteve sempre presente, condicionado a actuação dos diversos intervenientes no processo político. Todavia, as suas condições foram frequentemente discutidas e pontualmente violadas durante o reinado de D. Filipe I (CARDIM, 2002, p. 303).

Para ilustrar esse projeto de Filipe de centralização do poder, escolhi essa medalha:

Figura 3 – Medalha de Filipe II



Fonte: < <https://goo.gl/H2qyZa>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

Nessa medalha, Filipe deixa claro qual era o seu objetivo. Ela foi cunhada de modo comemorativo pela União das Coroas, por isso, a data nela de 1580. O material para cunhagem foi o cobre. Como apresentei sobre as moedas de Dom Sebastião, ao fazer uma moeda ou medalha com valor baixo, o rei pretende alcançar o povo, já que as moedas de alto valor

<sup>124</sup> Segundo Kamen (2003, p. 23), ele tinha o livro de Maquiavel em sua biblioteca. Mas não afirma se ele leu ou não essa obra.

circulavam mais entre os nobres. O reverso da medalha, tem o busto do rei e o escrito *PHILIPP II HISP ET NOVI ORBIS REX* (Filipe II, rei da Espanha e do Novo Mundo) onde deixa claro que a anexação dos territórios, faz dele o senhor do Novo Mundo. Já no anverso, tem o escrito *NON SVFFICIT ORBIS*<sup>125</sup> (O mundo não é o suficiente), ou seja, não basta ser senhor da Espanha e do Novo Mundo, ele ainda tem muito mais para conquistar. O cavalo por cima da esfera do mundo, no anverso, reforça a ideia de uma conquista ainda maior para ser realizada.

Creio ser curioso o fato do monarca não se intitular senhor de Portugal no reverso. Mas, ao lembrar do Tratado que ele assinou nas Torres de Tomar, essa medalha já deixaria claro que o rei não iria cumprir tudo o que se comprometeu. Outro aspecto é que para conquistar “todo o mundo”, o rei precisaria de um bom projeto e de pessoas, instituições, de confiança para auxiliá-lo.

### 3.6 MISSIONAÇÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA

O projeto colonizador hispânico se deu de modo diferente do luso. Em 1500, data do descobrimento do Brasil, Isabel I já havia criado a primeira lei que proibia a escravização indígena, o que no Brasil só viria a acontecer, em 1566, sob o governo de Mem de Sá. Ciente dessa visão diferenciada, irei explanar o modo de proceder da Coroa espanhola no aspecto religioso durante o início do século XVI,<sup>126</sup> não especificando as regiões ou tribos de atuação. Farei isso visando uma melhor compreensão para o modo de proceder do monarca durante a União Ibérica na colônia do Brasil no sentido religioso.

Um missionário em terras espanholas sabia que, mais do que evangelizar, tinha a missão de transformar o evangelizado em súdito da Coroa, assim como acontecia em Portugal. Porém, diferente do monopólio jesuítico nas terras além-mar, os Habsburgo utilizaram também de outras ordens religiosas para alcançar seu propósito. Além disso, toda política colonizadora espanhola era voltada para favorecer a missionação, cientes que, por ela, alcançariam o propósito de estender o reino católico para o Novo Mundo.<sup>127</sup>

<sup>125</sup> Na medalha, o escrito está separado deste modo: *NON SVFFI-CIT ORBIS*.

<sup>126</sup> A explanação se limita a este século assim como todo o trabalho. Porém o fato de trabalhar inicialmente os primeiros anos desse século, é porque após a segunda metade do século a Companhia de Jesus tem papel importante na América Espanhola.

<sup>127</sup> Diferente da América Portuguesa que veio a ter sua primeira Diocese com o Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha em 1551, na América Espanhola o rei Fernando no início do século, em 1511, criou três dioceses (Santo Domingo, Concepción e Porto Rico). E em 1512 ele já desfrutava do dízimo delas. Entre a criação das três

A evangelização era uma política de Estado porque na Espanha, como em Portugal, a conversão dos ameríndios ao cristianismo era mais que um discurso legitimador da conquista: era o imperativo de uma monarquia confessional em processo de expansão justamente em um período em que ocorriam, também, reformas político-culturais no seio da cristandade (SABEH, 2014, p. 91).

Pensar que na América Espanhola não houve escravidão indígena, é um erro. Assim como, após 1566, ainda no Brasil permaneceu havendo escravos ameríndios. O que Isabel I fez foi proteger o indígena da escravização, colocando critérios para que isso fosse impedido. Segundo Ruiz, o plano colonizador tinha três princípios: a interação na fé católica, a condição jurídica dos súditos e os vassallos da Coroa, e a obtenção de fama, riqueza e honra. Os dois primeiros aspectos estão voltados para os ameríndios, enquanto os dois últimos para os colonos. Leis foram criadas concedendo ao índio liberdade, mas visando transforma-los em súditos, vassallos. Para isso, a educação dos filhos dos ameríndios seria prioridade, inspirando boa disciplina, a moral cristã. Os indígenas viriam a ser bons cidadãos, católicos, sem ser necessário o uso de armas para isso (RUIZ, 2004, p. 47-48). Mas, segundo Sabeh (2014, p. 162), até a década de 1520, os indígenas continuavam sofrendo pelo trabalho pesado, onde muitos ficavam inválidos e até morriam de exaustão. Isso porque, assim como na América Portuguesa, o motivo pelo qual os colonos poderiam escravizar os indígenas era a “guerra justa”.

Interessante como na história, muitas vezes a exceção se torna meio legitimador para atitudes. Se o colono não poderia ter escravos, a não ser que por causa da guerra justa, a guerra justa passou a se tornar algo comum. De exceção à regra. Todo território brasileiro no período de colonização carecia de mão de obra, o que não foi diferente nas colonizações espanholas. Ciente dos problemas desenvolvidos por conta dessa ressalva, a Coroa criou o *repartimiento* ou *encomienda*.

A *encomienda*, criada em 1502, dava às autoridades régias o dever de reduzirem os indígenas e dividi-los entre os colonos. Os colonos, por sua vez, tornavam-se responsáveis de cuidar e instruir o índio na fé católica. Para instrução da fé, contavam com o apoio do clero secular, que percorria as fazendas e vilas para darem a *Doctrina*, ou seja, catequizar e exercer os sacramentos entre os ameríndios (SABEH, 2014, p. 85-87). Na *encomienda*, o rei dava licença aos colonos para utilizarem de mão-de-obra indígena sem remuneração, já que os ameríndios eram “súditos” da coroa. Porém, como ressalta Dussel (1982, p. 9), além do trabalho

---

primeiras até a primeira no Brasil, foram criadas mais dezoito dioceses na América Espanhola: Santa Mara do Darién (1513), Cuba (1517), Tierra Florida (1520), Puebla (1519), México (1530), Honduras, Nicarágua E Coro (1551), Santa Marta E Cartagena (1534), Oaxaca (1535), Michoacan (1536), Cuzco (1537), Chiapas (1539), Lima (1541), Quito e Popayán (1546), Assunção Do Paraguay (1547) Guadalajara (1548) (DUSSEL, 1982 p. 9-11). Isso deixa claro que o projeto cristianizador em terras espanholas foi visto com mais ardor para terras Americanas que o foi pelo monarca luso em suas terras.

forçado, escravo, que levou muitos nativos a morte por exaustão, outros faleceram por doenças que adquiriram no contato com os europeus.

As guerras justas permaneciam e, para piorar, o clero secular não obtiveram sucesso na evangelização ameríndia. Creio ser importante lembrar que eles eram responsáveis da manutenção dos princípios cristãos entre os colonos, mas não tinham formação missionária como o clero regular. Sendo assim, em 1510, o rei Fernando, “o Católico”, enviou os dominicanos<sup>128</sup> para o Novo Mundo. Foram eles os primeiros religiosos, oficialmente, enviados para terras espanholas do além-mar, ou melhor, os desbravadores das Américas na missão. Em 1511, eles contam com um grupo de dezoito frades responsáveis de auxiliar a Coroa hispânica em seu projeto colonizador.

Os dominicanos, assim como a ordem mendicante dos franciscanos,<sup>129</sup> têm como característica a inserção na cultura local em defesa dos mais fragilizados. Ao perceberem a realidade indígena vivida na colônia assim que chegaram começaram a provocar um movimento de indignação, pois, segundo Elliot (1990, p. 139), eles ficaram:

“[...] horrorizados por las condiciones en que encontraron las islas cuando llegaron en 1510. Su mayor exponente fue Antonio de Montesinos quien, en un sermón predicado en Santo Domingo el domingo antes de las navidades de 1511, denunció los malos tratos infringidos a los indios y se negó a dar la comunión a los encomenderos que consideraba más responsables”.

Esse sermão, do frade dominicano Montesinos, foi dado no quarto domingo do Advento e a Igreja estava cheia de autoridades locais. O dominicano disse, ainda, que os fiéis presentes estavam em pecado mortal, que eram cruéis e tirânicos em seu trato com os indígenas, que até turcos e mouros, mesmo rejeitando a fé em Cristo, tinham mais chances de salvação do que eles (FARIA, 2005, p. 12-13).

A historiadora Gomes (2006, p. 10) chega a afirmar que o sermão de Montesinos não só questionava os colonos e as *Encomiendas*, mas a posse da Coroa hispânica sobre o território indígena. Segundo a autora, o sermão não obteve resultado imediato, mas depois de um ano de

<sup>128</sup> Essa ordem foi fundada no século XIII, em 1216 na França, por Domingos de Gusmão, que nasceu em Burgos. Domingos já era religioso, pertencia aos agostinianos, onde veio a ser cônego. Ouvindo os pedidos do papa Inocêncio III, aos cistercienses, para que esses se dedicassem mais a evangelização do que a contemplação, decide viver em missão ante os hereges de modo mendicante (FALCI, 2007, p. 8-10).

<sup>129</sup> A ordem religiosa dos franciscanos foi fundada em 1209 na Itália por Giovanni Pietro Bernadone, também conhecido como Francisco de Assis. A princípio, era conhecida como Ordem predicante dos frades menores. Porém com o tempo o nome “franciscanos” foi se tornando mais conhecido e utilizado. Tinham como fundamento a fidelidade aos evangelhos, na pregação da fé e em Cristo e no voto da pobreza, sendo então uma ordem mendicante. Foram responsáveis da maior ordem religiosa católica, tendo missões na América, Ásia, África, Austrália e pela Europa (GONÇALVES, 2012, p. 180). Em 1517, tinham cerca de 50 mil frades: 30 mil observantes (GÓMEZ CANEDO, 1977, p. 23).

estudo entre teólogos e juristas, o rei Fernando viria a aprovar as Leis de Burgos, onde se previa a proteção indígena, tentando regularizar a colonização indígena. Porém, os dominicanos foram deportados para outra ilha, onde suspenderam seus ataques à coroa, mesmo que, permanecessem contra as *Encomiendas*. Mas, o sermão serviu para o rei entender que se não fizesse algo, os índios poderiam ser extintos. Desse modo, as Leis de Burgos, tinham entre outras, normas que diziam para dar alimentos e redes para os índios, e que as mulheres grávidas não deveriam estar inclusas nas divisões de serviços. Entretanto, as Leis não foram respeitadas (SENCIÓN VILLALONA, 2010, p. 41).

Todavia, enquanto demorou um ano para que o monarca agisse em favor da causa indígena, pouco tempo foi necessário para que esses religiosos tornassem mal vistos entre os colonos. Houve então, uma polarização entre aqueles que eram a favor e contra os missionários. O nome mais importante entre aqueles que ficaram a favor dos dominicanos foi do, então padre secular, Bartolomeu de Las Casas, que viria a ser o maior defensor da causa ameríndia na América Espanhola no século XVI.

Las Casas estava na Igreja durante o sermão, foi quem transcreveu e as palavras de Montesinos para história. Apenas em 1513, dois anos após o sermão, quando o padre secular estava como capelão militar em Cuba, renunciou seus escravos e começou “a pregar sobre exigindo respeito ao direito dos índios e buscando efetivar um novo modelo de colonização” (FARIA, 2005, p. 13-14). Segundo Gomes (2006, p. 10), Las Casas também devolveu as terras que havia ganhado dos Reis Católicos e se uniu aos dominicanos, ainda como secular, na luta contra o uso da força na evangelização e para o fim do sistema de *Encomienda*.

Em 1515, o padre viajou para Europa e propôs ao novo monarca espanhol, Carlos I, a criação de um espaço onde viveriam sacerdotes e nativos, para desenvolverem atividades no campo religioso sem intromissão dos colonos. A tentativa do secular não causou mudanças na realidade da colônia, os colonos permaneciam expandindo seus territórios e dizimando os índios ou escravizando. Em 1517, surgiu a Redução de Las Casas, que contou com o apoio dos dominicanos.<sup>130</sup> Como a ideia era não ter interferência dos colonos nas atividades, a Redução foi criada distante dos centros administrativos da colônia, mas, sem apoio, a Redução veio a passar por dificuldades. Em 1520, os franciscanos, que haviam chegado naquele mesmo ano, auxiliam grandemente na missão do padre. Porém, se, por um lado, Las Casas tinha medo da

---

<sup>130</sup> As reduções, aldeamentos, que eu havia apresentado no primeiro capítulo, que foram utilizadas pelos jesuítas para evangelização indígena na América Portuguesa, tem como modelo a Redução criada por de Las Casas.

interferência dos colonos que poderiam atrapalhar seu trabalho, por outro, foram os próprios ameríndios que eram hostis a redução que a destruíram em 1522 (SABEH, 2014, p. 90).<sup>131</sup>

Creio que mais importante que relatar casos de denúncias e defesa das Ordens Religiosas aos indígenas contra os colonos, para este trabalho, as atitudes realizadas pelo governo hispânico no seu modo de proceder referente a colonização. Independente dos “contratempos” que ocorriam na política colonizadora, entre colonos e religiosos, as ordens eram de fundamental importância.

Segundo Sabeh (2014, p. 90), ainda que tenha sido malograda a tentativa de Las Casas com a Redução, ficou perceptível aos espanhóis que os nativos aceitavam conhecer e aceitar a novidade hispânica, mas, que deveria ser melhor conduzida. Por isso, em 1523, os franciscanos são enviados ao México, onde deveriam cristianizar os indígenas para pacificar a região.<sup>132</sup> Em 1524, chega o grupo dos doze franciscanos encarregados da evangelização, liderados por Frei Martín de Valencia. A evangelização dos frades menores começa a ilustrar essa nova visão da coroa, cristianizar para pacificar. Isso porque ela oferece programa moralizante e modo coercitivo eficiente para normatização social<sup>133</sup>, surgindo então, a aliança entre Cruz e Espada nos territórios espanhóis (FERNANDES, 2007, p. 19).

Segundo López (2011, p. 209), o monarca “incentivou alguns membros da Ordem Seráfica a iniciar o estudo das culturas locais como uma forma, de um lado, de ‘diagnosticar a doença’ para depois ‘receitar e curar’”. O autor apresenta que tanto Joana quanto Carlos I, estavam preocupados em encontrar um meio para poder obter sucesso entre os ameríndios. Para que isso acontecesse, era necessário gastar tempo de estudo, pesquisa e análise da cultura indígena.<sup>134</sup> No reinado de Filipe II, o monarca pede para intensificar o estudo da realidade dos nativos, facilitando assim, as alianças com as tribos onde os religiosos assumiram a evangelização. Fruto disso, para o rei, foi o título de protetor das povoações indígenas (SABEH, 2014, p. 164). Para auxiliar na missão, tanto de evangelização como do projeto político

---

<sup>131</sup> Bartolomeu de Las Casas entra para os dominicanos no ano seguinte, em 1523. Onde vê a possibilidade de continuar lutando pela causa indígena. Nessa ordem, contava com o apoio de para redigir suas obras e tratados em favor dos nativos.

<sup>132</sup> Nove anos após o início da missão no México, já eram contabilizados cerca de oitocentos frades (ELLIOTT, 1990, p. 162).

<sup>133</sup> Muñoz-Arraco (2010, p. 31) vai dizer que Filipe II utilizou mais dessa teologia moral católica para estruturar seu plano político do que seu pai.

<sup>134</sup> Como o tema de estudo de López está voltado para o humanismo renascentista, ele vai apresentar como esses ideais influenciaram nas atitudes dos monarcas espanhóis e dos religiosos franciscanos ao longo do século.

espanhol, foram enviados<sup>135</sup> os agostinianos e mercedários<sup>136</sup>. Apenas no reinado do Prudente, em 1566, os jesuítas, seriam designados para missão na América espanhola.<sup>137</sup>

É bastante evidente que a religião foi tomada como um dos principais elementos de intervenção em seu vasto império. Visando obter maior controle sobre o clero regular, mas, sobretudo, transformar a evangelização em uma ferramenta de integração e manutenção dos seus domínios, Filipe II criou mecanismos que davam à atividade missionária um sentido prático (Sabe, 2014, p. 93).

O rei Prudente não recebeu esse apelido em vão, pois, se, por um lado, o monarca foi grande propagador do cristianismo e o maior defensor da fé ao longo do século, por outro, ele soube como aproveitar da religião para manter seus interesses. Exemplo disso foram os Tribunais do Santo Ofício, instalados nos territórios além-mar, na década de 1570, visando além da punição aos que estavam vivendo realidade contrária ao cristianismo, servir como meio de vigilância e de auxílio na reeducação religiosa entre os povos, seja dos ameríndios quanto dos colonos.

As ordens religiosas, por sua vez, iriam ganhar papel mais significativo para o projeto colonizador, em 1573, quando o rei promulga as *Ordenanzas de Descubrimiento*. Com esse documento de diretrizes para expansão territorial, ficou por responsabilidade dos missionários adentrar nos territórios ameríndios, onde deveriam buscar formar grupos indígenas com locais fixos. Os nativos deixariam, assim, o nomadismo para fazerem parte da sociedade cristã. Até então, a ida atrás dos nativos era feita por militares e, a partir desse momento, eles só poderiam adentrar os territórios com a presença dos inacianos. Desse modo, a colonização não se daria mais pelo sangue, mas de modo pacífico com o suor dos missionários. Quando um território fosse pacificado, um povoado seria formado. Porém, deveria apenas ser fundado o povoado em áreas litorâneas, por necessidade de defesa da costa, onde utilizariam da força indígena para defesa militar (SABEH, 2014, p. 93-96, 113 e 119).

<sup>135</sup> No primeiro capítulo fiz uma breve apresentação sobre o Padroado, focalizando em Portugal. Importante lembrar que na Espanha ele também existia e que por isso, ao dizer que as Ordens Religiosas foram enviadas para América Espanhola, estou dizendo que foi enviado por desejo do monarca.

<sup>136</sup> Ordem Religiosa fundada no século XII, precisamente em 1223, período em que a Península Ibérica estava sob domínio dos mouros. Foi fundada por Pedro Nolasco, Raimundo de Penaforte e Jaime I. Segundo eles, haviam recebido a visita de Nossa Senhora em sonho, onde esta pedia em nome de Deus para que eles criassem uma Ordem Religiosa para resgatar os cativos. Fundaram então a Ordem religiosa Nossa Senhora das Mercês, também conhecida como Ordem dos Mercedários. Curiosamente, tinham também um quarto voto, mas diferente do voto jesuíta que era a submissão ao papa para o serviço missionário, era de se tornarem escravos para salvação dos prisioneiros. Foram os primeiros religiosos a chegarem na América, pois estavam com Colombo em sua embarcação, assim como os franciscanos. Porém, apenas em 1534 são enviados para missão na América, onde evangelizavam os povos já submetidos aos colonizadores e, posteriormente, para evangelização indígena (GONÇALVES, 2012, p. 182-183).

<sup>137</sup> A situação da Companhia de Jesus no território Espanhol, seja na Europa quanto nas colônias na América, irei aprofundar posteriormente.

Evangelizar a América Espanhola foi visto como algo importante para Coroa hispânica desde o primeiro momento. A evangelização foi sendo transformada ao longo dos anos, não só para alcançar um meio mais eficaz de missionação, mas para alcançar êxito no projeto de pacificação para dominação. Enquanto, nesse mesmo período, na Coroa Portuguesa a missão religiosa acontecia de modo mais brando, já que apenas os jesuítas foram enviados e agiam de acordo tanto com os desejos do rei e da Companhia, na Coroa Espanhola muitas ordens foram enviadas e todas a serviço de um único propósito, o do rei.

## **4 A RELAÇÃO ENTRE A COMPANHIA NO BRASIL E FILIPE II**

Neste capítulo, buscarei analisar a relação entre a Companhia de Jesus no Brasil e o rei Filipe II. Os capítulos apresentados anteriormente, sendo o primeiro sobre a história dos missionários, de sua fundação até o início da União Ibérica, e o segundo capítulo sobre a vida do monarca até o início da união das coroas, foram necessários para compreensão do modo como essa relação aconteceu.

### **4.1 UMA MUDANÇA DE PERSPECTIVA NA COMPANHIA DE JESUS**

Para poder entender melhor a mudança que aconteceu na Companhia de Jesus, no fim da década de 1570, relembro qual era a perspectiva inicial. Até agora não foi trabalhado a importância dos Colégios para missão jesuíta. Deixei para apresentá-los nesse momento para melhor compreensão das mudanças que eles geraram na Companhia no decorrer do século XVI. Alterações que trouxeram consigo uma crise. Sendo assim, nesta seção, ao apresentar o porquê do envio dos jesuítas para o Novo Mundo, ressaltarei as transformações que foram acontecendo, até as “portas” da União Ibérica, ao ponto de o foco da missão ser modificado.

#### **4.1.1 Alteração do foco da missão**

Ao serem enviados pelo rei, Dom João III, os jesuítas tinham como missão a evangelização dos gentios. Desde o início, não são todos os missionários que ficam diretamente ligados às aldeias, já que na colônia, além dos gentios, existiam os colonos que estavam em pecado e precisavam ser “reevangelizados”. Porém, o foco da missão é nitidamente a evangelização indígena. As cartas enviadas aos superiores, às missões e ao rei, firmavam uma preocupação maior com a causa indígena.

Enviados à Colônia com o propósito de converter os nativos, fica claro haver, a partir da década de 1580, uma nítida distinção entre as posturas dos inicianos em função da opção pelos trabalhos despendidos junto aos Colégios, em detrimento àqueles realizados nas missões (SANTOS, 2008, p. 12).

No decorrer dos anos, o foco vai se alterando. As cartas já não falam tanto sobre os índios e o número de missionários ligados aos Aldeamentos e/ou Aldeias diminuem, enquanto o dos que permanecem na cidade crescem consideravelmente.

Em 1550 foi criado o Colégio dos Meninos de Jesus na Bahia. Destinado a acolher os meninos órfãos enviados de Portugal<sup>138</sup>. Esses meninos são aqueles que auxiliavam os missionários na evangelização das crianças indígenas. Seis anos depois a Confraria se tornou um Colégio Canônico, o que justificava ter posses e receber doações fixas do rei (SANTOS, 2009, p. 53-54). Desse modo, podiam expandir ainda mais o trabalho. Ressalto que o Colégio fazia parte das possibilidades que a regra concedia para missão jesuítica.

A Companhia procura ajudar o próximo, não só deslocando-se por diversos países, mas também permanecendo com residência estável em vários sítios, como nas casas e colégios (*CONSTITUIÇÕES...*, 2004, p. 184).

Por que seria bom os missionários investirem em Colégios no Brasil? Segundo o padre Navarro, em 1551, para poder dar paz e sossego na colônia, além do ensinamento da doutrina para os gentios e os cristãos (*CARTAS...*, 1931, p. 72). Sabeh (2014, p. 136) diz que o Colégio era o local ideal para formação de nova visão dos alunos, tanto religiosa quanto política. Mais do que necessidade de educação e auxílio para missão, era meio para construção de uma monarquia universalmente cristã. Prova disso é que, um ano depois, o Colégio de São Vicente já tinha cerca de cinquenta e cinco internos e, no outro ano, esse número chegou a oitenta. Assim como cresceu o número de internos, a necessidade de mão de obra para manter os Colégios também. Ainda que, em 1556, o internato tenha sido proibido, a dedicação dos missionários aos Colégios permaneceu aumentando (HANSEN, 2010, p. 99-100). Se, no surgimento dos Colégios, os inicianos limitavam ao ensino da doutrina católica, do canto, da flauta e da gramática, no decorrer do século, passaram ao ensino das Letras Humanas e os cursos superiores de Artes e Teologia. Embora apenas no Colégio da Bahia no início da União Ibérica isso veio acontecer (SANTOS, 2009, p. 56).

O Colégio deixou de ser apenas um meio para doutrinação. Tornou-se, também, um meio para formar novos missionários para as aldeias. Além de formar os jovens para ordem, havia a responsabilidade de prepará-los para o clero secular, profissões civis e liberais

---

<sup>138</sup> Em 1556 este Colégio se torna Canônico, sendo assim, os meninos órfãos não podem mais ser acolhidos. Nóbrega recorre ao Governador Mem de Sá para auxiliá-lo na hospedagem dos meninos (HERNANDES, 2016, p. 134).

(SANTOS, 2009, p. 3 e 55). Os inacianos que eram formados no Colégio, porém, queriam permanecer nele e não sair em missão. Aos poucos, foi sendo valorizado mais o trabalho com os Colégios e colonos, deixando assim os índios de lado (SANTOS, 2008, p. 6).

O problema da expansão dos Colégios é que ainda que recebessem os auxílios do rei e do governador, esses não bastavam para mantê-los.<sup>139</sup> Nóbrega propôs que os missionários deveriam possuir meios para manter o Colégio, como atividades agrícolas com mão de obra escrava nas terras que possuíam. Ainda que alguns jesuítas, como seu colateral Luís da Grã, fossem contrários a esse pensamento, não bastou para impedir que isso acontecesse. Com a morte de Dom João III, Dona Catarina assumiu o trono. Se por um momento ela agiu conforme seu antecessor, auxiliando fielmente os inacianos, depois ela deixou de ser constante nesse auxílio. Desse modo, os benefícios que os jesuítas recebiam diminuem e algo precisava urgentemente ser feito (SOUSA, 1879, p. 106).

Para manterem tudo o que já haviam iniciado, eles começaram a cuidar ainda mais de coisas temporais na colônia. Chegando, até mesmo, a ter engenhos, gados e plantações. De mendicantes na colônia, aos poucos, os jesuítas se tornaram um dos grandes da terra. Pois, além da esmola dos poderosos, dos auxílios do rei e do governador, lucravam com o fruto do seu trabalho, ainda mais que nem impostos precisavam pagar (SANTOS, 2008, p. 9-10).

#### 4.1.2 A crise

As transformações ocorridas, citadas anteriormente, mudaram o rumo da Companhia de Jesus no Novo Mundo. Essas mudanças é o que chamo de crise. Pois, transformou o desejo da salvação indígena em desejo de cuidar de bens temporais. Creio ser importante apresentar nesta seção o porquê.

Os crescimentos dos Colégios não justificavam, necessariamente, o porquê de muitos jesuítas perderem o desejo pela missão com os índios. As dificuldades para uma real adesão do indígena ao cristianismo e os problemas enfrentados nos Aldeamentos e aldeias em meio à

---

<sup>139</sup> O Colégio da Bahia recebia a redízima, que era o dízimo que a Coroa recebia e passava adiante. Em 1564, Dom Sebastião começou a repassar certa quantia de dinheiro do dízimo para a sustentação do Colégio. A redízima somado ao fato que os inacianos tinham muitas terras boas para plantio de cana no Colégio do Rio de Janeiro e da Bahia, gerava ainda mais desconforto entre colonos e missionários (FARIA, 2009, p. 28, 115 e 162). “Devido ao patronato, a coroa portuguesa era quem financiava e controlava o envio dos missionários no império” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 197). Auxiliar os jesuítas na missão do Brasil fazia parte do Padroado Luso, não do Hispânico.

perseguição dos colonos, contribuem para o fortalecimento dos anseios dos novos inacianos para permanência nos Colégios.

Sobre a conversão indígena (HANSEN, 2010, p. 82-83):

- a) Nóbrega: humanos, mas corrompidos pelas abominações de péssimos hábitos;
- b) Dom Sardinha: eram poucos aptos para conversão;
- c) Luís da Grã: o fato de não terem ídolos é um empecilho;
- d) Anchieta: eram feras, pelos seus maus costumes e malícias, só a espada e o ferro poderiam discipliná-los.

Já apresentei, ao longo deste trabalho, os problemas que foram surgindo no decorrer do século na evangelização com o indígena. Três dos acima citados foram responsáveis da Companhia no Brasil. Se existia essa visão negativa e/ou realista, desses que são a cabeça da missão, não é difícil imaginar como os outros jesuítas viam isso. Essa divergência interna, entre os membros sobre os indígenas, já havia sido descrita pelo próprio Nóbrega, em seu *Diálogo sobre a conversão dos gentios*<sup>140</sup> (MASSIMI, 2003, p. 71). Por um lado, os índios reconheciam no céu cristão a tão buscada Terra sem Mal, conduzindo assim, em primeiro momento, sucesso na evangelização (CLASTRES, 1978, p. 51). Por outro lado, a conversão indígena não passava, muitas vezes, de aparência. O que contribuiu grandemente com a crise à evangelização indígena que se instaurou na Companhia, de modo que “os índios tupis não opõem resistência à mensagem dos evangelizadores; ao contrário, eles adotam, mas não aderem a ela” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 30).

O elevado número de fugas dos Aldeamentos e a ineficiência da conversão, foram “coroadas” com a Santidade de Jaguaripe.<sup>141</sup> Nada seria mais desanimador, para os

<sup>140</sup> Nóbrega ao constatar que muitos missionários enviados da Europa para missão no Brasil ficavam doentes, acreditou que isso acontecia pelo sentimento de fracasso. Já que vinham com o espírito evangelizador de converter a todos, mas com o insucesso acabavam se martirizando (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 109).

<sup>141</sup> Antes de se unirem nas terras do poderoso Fernão Cabral, permaneciam espalhados em grupos pelos sertões de Jaguaripe. A Santidade de Jaguaripe aconteceu entre 1585-1595 no sul do Recôncavo Baiano, em território de Fernão Cabral de Taíde, vindo a juntar cerca de trezentos indígenas. Foi ela a responsável da vinda do Tribunal do Santo Ofício para nossas terras. As Santidades, foram lideradas por um ex-catecúmeno dos missionários no aldeamento de Tinharé, Antônio. Antônio dizia ser Tamandaré, o ancestral-mor dos tupinambás, assim como o Papa dos Índios e o senhor do mundo. Sua esposa era chamada de Santa Maria ou Mãe de Deus, que foi a responsável da Santidade de Jaguaripe com o auxílio de Santíssimo ou Santinho. Como a Santidade permanecia, mesmo que o governador Teles Barreto havia pedido para que fosse dizimada por Fernão Cabral, o governador então destruiu essa “abusão do gentio” (VAINFAS, 2005, p. 56-59 e 61). Azzi (1987, p. 196-198) diz que além do sincretismo que havia entre a religião cristã e a religiosidade indígena, que se manifestava nos rituais, objetos e novos costumes, a Santidade contava com a presença de brancos como Margarida da Costa, Luíza Barbosa que confessaram ao Tribunal terem participado dos ritos indígenas, ainda que pensassem ser rito católico. O Tribunal do Santo Ofício fica de 1591-1595 nos territórios da Bahia e Pernambuco, onde visava, assim como na América Espanhola, manter o catolicismo ante as heresias e o paganismo. Já que “a ‘santidade de Jaguaripe’ e as ‘heresias gentílicas’ demonstravam a forma como alguns silvícolas adultos apreendiam e se relacionavam com o cristianismo: mesclavam os ritos e os elementos dos dogmas católicos com os das religiões indígenas e usavam essa forma híbrida de religiosidade para se rebelarem contra a colonização branca” (SABEH, 2014, p. 103-104 e

missionários, do que perceber índios catequisados, utilizando dos ensinamentos cristãos para criar seita. Onde cristianismo e as crenças indígenas se misturavam (VAINFAS, 2005, p. 55).

Em 1562, cerca de um terço dos indígenas morrem por epidemia de varíola. O número dos nativos na costa do Brasil diminui significativamente. Anchieta encarou esse fato como um juízo divino, devido à má acolhida que os ameríndios deram a Deus e a fé (ANCHIETA, 1933, p. 356).<sup>142</sup> Se no Nordeste brasileiro os jesuítas chegaram a ter quatorze aldeamentos, com um montante de quarenta mil indígenas, no início da década de 1580, havia apenas cinco em toda colônia, sendo dois no Rio de Janeiro (São Lourenço e São Barnabé) e três na Bahia (Espírito Santo, São João e Santo Antônio), que somados tinham cerca de seis mil e quinhentos índios (SANTOS, 2009, p. 35).

Para Moreau (2003, p. 86), “clérigos do nível de Nóbrega e Anchieta começaram a rarear, e [, por isso,] o interesse pelos índios diminuiu”. Independentemente do modo que Anchieta e Nóbrega viam os nativos, eles foram os maiores representantes pela luta da causa indígena no século XVI. Representavam o ideal dos primeiros missionários, do porquê foram enviados para essa terra, mas que foi se perdendo e/ou transformando ao longo dos anos.

Considero importante ressaltar a diferença entre a realidade dos missionários nos Aldeamentos e aldeias, com os indígenas, em contraposição a dos que permaneciam nos Colégios, na cidade junto aos colonos. Aquele que ia para missão com os índios, era ordenado sacerdote mais rapidamente, porém, não poderia ser pregador nem professor. Correria contínuo risco de vida, seja carnal quanto espiritual. Relembro que os indígenas eram dados à sexualidade e que, em muitas tribos, ainda andavam nus. A mulher era vista como fonte de pecado, meio em que o missionário poderia vir a perder a alma (FARIA, 2009, p. 44).<sup>143</sup> Além disso, o jesuíta

---

220-221). Para Santos (2009, p. 47), a flexibilidade dos jesuítas antes algumas práticas indígenas nos aldeamentos, como vinho, música, nudez e dança, criaram um clima híbrido. Esse caráter mestiço dos aldeamentos, veio a culminar nas Santidades.

<sup>142</sup> Ainda assim, Anchieta (1933, p. 380) escreveu que os jesuítas cuidaram dos enfermos como médicos e enfermeiros, além do cuidado com a alma como padres. Já quando o índio falecia, atuavam como coveiros.

<sup>143</sup> “Quanto às mulheres, elas são menos consideradas como um público para a conversão do que como objeto de tentação cujo contato é preciso evitar a todo custo” e “O temor da mulher nua é a expressão do medo do pecado, pois uma mulher nua é a sua encarnação na tradição cristã” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 146 e 177).

aldeado não poderia fazer o quarto voto.<sup>144</sup> Ainda que, o padre João Pereira,<sup>145</sup> era um dos quatorze professos de quarto voto que estavam na missão no fim do século, e vivia nas aldeias (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 222-223).

Ao considerar a realidade natural dos inacianos que iam para as aldeias, pode-se entender melhor o porquê de muitos irem apenas por obediência aos superiores. Se a colônia, principalmente os aldeamentos, podiam ser vistos como local de perigo para alma do inaciano, o Colégio jesuítico aparecia como um oásis de salvação<sup>146</sup> (SOUZA, 1986, p. 77). De acordo com Santos (2009, p. 66), muitas vezes esses missionários abandonados em meio aos indígenas caíam em pecados sexuais, e/ou acabavam explorando os aldeados, negligenciando a vida espiritual e desobedecendo aos princípios jesuíticos. Enquanto quem permanecia nos Colégios poderia ter vida cômoda, próxima aos importantes da sociedade, podendo participar da vida política da região e da Coroa (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 47).

Para auxiliar na missão com os indígenas foram recrutados homens nascidos na Colônia. Porém, como eram inconstantes, em 1579, o geral da Companhia Everardo Mercuriano,<sup>147</sup> proibiu essa prática (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 166). Se, por um lado, Mercuriano estava tentando evitar problemas com os recrutados da colônia, por outro, o número dos que queriam ir para as aldeias já era pequeno, com essa mudança a messe permaneceria crescendo, mas com menos missionários.<sup>148</sup>

---

<sup>144</sup> Segundo O'Malley (2004, p. 461), o quarto voto não era feito para o papa, mas para Deus, pois era uma promessa missionária de ir pelo mundo atrás de “infiéis”, “heréticos” e “cismáticos” para salvação das almas e defesa da fé. Castelnau-L'Estoile (2006, p. 96, 157-158, 176 e 221), vai dizer que o quarto voto era apenas para elite da Ordem, já que apenas aquele que muito estudasse poderia fazê-lo. E como os que eram enviados para os aldeamentos, em sua maioria, faziam um curso menor, onde eram ordenados rapidamente para serem enviados para as missões, estes não o fariam. Já que nem o Latim, nem Ciências e Artes eles precisavam estudar. Porém, para serem ordenados tinham que saber a língua, já que seriam confessores. O estudo deles se resumia em cinco anos, enquanto a formação normal de um jesuíta era de doze anos. Por isso, para Lozano Navarro (2005, p. 28), não podiam também ser pregadores e professores. Isso porquê o próprio Nóbrega havia escrito em 1549 ao seu mestre em Coimbra, o Dr. Navarro: “Poucas letras bastariam aqui, porque tudo é papel branco, e não ha que fazer outra cousa, sinão escrever á vontade as virtudes mais necessárias e ter zelo em que seja conhecido o Creador destas suas creaturas (1931, p. 94). Além disso, não poderiam ser votados para funções importantes da Companhia, o que era reservado para quem tinha o quarto voto.

<sup>145</sup> Ele foi um dos meninos órfãos enviados ao Brasil.

<sup>146</sup> Lembrando que na salvação do outro, estava a salvação do jesuíta. Se o pecado do inaciano poderia conduzi-lo a condenação de sua alma, o pecado dos indígenas que eram sua responsabilidade de evangelização, também!

<sup>147</sup> Sacerdote jesuíta que foi superior da Ordem entre 1573-1580. Seu antecessor tinha sido Francisco de Borja, amigo dos reis espanhóis. Com a morte dele, o papa Gregório XIII, em 1572, a primeiro momento sugere que não seja eleito um novo geral da Espanha, mas depois proíbe que isso aconteça. Seu indicado é o cardeal luxemburguês Mercuriano, que foi eleito na primeira votação (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 104).

<sup>148</sup> Isso já havia sido recomendado após a Congregação Provincial de 1568. Mas após a proibição pelo geral, segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 228-231), cerca de vinte e dois entraram para Companhia no Brasil. Sendo vinte e um depois da vinda de Gouveia. Em 1595 Aquaviva vai reforçar que não se deve permitir a entrada no Brasil, mas em 1598, Fernão Cardim volta a permitir.

Cristóvão da Gouveia chegou a escrever de modo negativo sobre os aldeamentos ao geral Claudio Aquaviva, em 1583, dizendo que muitos não queriam ir para essas missões e que se achavam desperdiçados nelas (*apud* CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 128). Essa problemática ante a realidade das aldeias e dos Colégios se estende por todo século, tanto que, em 1600, o provincial Pero Rodrigues escreveu ao superior Aquaviva:

[...]me fizeram cuidar com mais diligência que era por uma parte a distração e perdição dos noviços e de outros de pouco tempo de Colégio, que a olhos vistos se iam perdendo. E da outra parte a moléstia e melancolia que outros sentiam por os fazerem estar muito tempo nas Aldeias quase por força. Pelo que uns me rogavam com lágrimas os tirassem delas, e se não, que corriam perigo (*apud* FARIA, 2009, p. 163).

A melhor opção seria então deixar de ir para as aldeias e os aldeamentos, evitando assim todo tipo de risco que pudessem vir a sofrer. Porém, deixar a aldeia não era interessante nem para Coroa, portuguesa ou espanhola, tampouco para a Companhia de Jesus em Roma. Ainda que tivessem visões distintas do modo de proceder do jesuíta no contato com os nativos, como aprofundarei.

#### 4.1.3 Nas “portas” da União Ibérica

Enquanto na missão com os indígenas as coisas iam mal no início da União Ibérica, diferente era a realidade dos Colégios, que concediam aos jesuítas posição de destaque na sociedade colonial. A partir de 1570, os Colégios passaram a funcionar, também, para os filhos dos colonos (SABEH, 2014, p. 133). Cada vez mais, os inacianos preferiam permanecer nos Colégios do que ir para as aldeias. Ao ponto que nem todo jesuíta era considerado missionário, surgindo assim uma divisão interna. Apenas os que iam para as aldeias e Aldeamentos eram reconhecidos como missionários (SANTOS, 2009, p. 55 e 61).<sup>149</sup>

A missão do Novo Mundo foi chamada de “vinha estéril” por Aquaviva, em 1582 (*apud* CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 20).<sup>150</sup> Isso se deu quando o geral, ao comparar a missão no Brasil com as outras espalhadas pelo mundo, vislumbrou que poucos são os frutos que aqui

<sup>149</sup> Permanecei utilizando a expressão missionários para todos aqueles que estão na Colônia. Independente se fazia ou não evangelização com os indígenas.

<sup>150</sup> A Companhia no Brasil, além dos poucos frutos, tinha uma realidade distinta do ideal da Companhia como um todo (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 102).

havia dado. Se, a primeiro momento, havia certa euforia por parte dos missionários no Brasil, quanto a crescente dos indígenas batizados, no decorrer dos anos, compreenderam que esse batismo era acompanhado, em sua maioria, pela falta de conversão e resistência indígena, o que viria a desanimar inacianos.

Ao iniciar a União Ibérica, o que pode se perceber, na Companhia de Jesus no Novo Mundo, são soldados buscando uma nova guerra para lutar. Um conflito interno entre os padres antigos<sup>151</sup> e os novos jesuítas. Os missionários antigos que, tinham desfrutado do tempo da itinerância, viram a Companhia começar a ter moradias fixas com o surgimento dos Aldeamentos e, depois, com ascensão dos Colégios, viram o caráter itinerante da missão dar lugar para missionário centralizada nos centros urbanos. A missão espiritual, tornar-se trabalho temporal. Os novos inacianos, que surgiram durante esse processo, não conheceram a essência da missão, mas a transformação que estava acontecendo. Se eles tivessem que lutar por algo, seria por aquilo que estavam vivenciado, uma realidade em torno dos Colégios.

Até 1580, a Companhia de Jesus chegou a ter um montante de 137 jesuítas<sup>152</sup>: irmãos, padres e noviços. Que estavam dispostos em três Colégios: Salvador, Olinda e Rio de Janeiro. Em cinco casas<sup>153</sup>: Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente e Piratininga. E em inúmeros aldeamentos, como: Sergipe, Itanhém, Piratininga, São Vicente, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro, Bahia e Pernambuco (SABEH, 2014, p. 132).

Foi nesse clima, que a Companhia de Jesus no Brasil chega à União Ibérica. Antes de aprofundar como se deu a relação entre os inacianos no Brasil com o rei Prudente, creio ser pertinente apresentar qual era a relação que ele tinha com a Companhia de Jesus em outras terras.

#### 4.2 A COMPANHIA DE JESUS NO TERRITÓRIO DO REI PRUDENTE

Como o intuito do trabalho é apresentar a relação de Filipe II com os Jesuítas no Brasil, não posso deixar de falar da existência da Companhia de Jesus em terras espanholas. O relacionamento do monarca com os missionários não é novidade, mas uma realidade que

---

<sup>151</sup> Nas cartas eles também são chamados de anciãos, por serem os mais experientes da Província (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 94)

<sup>152</sup> Em 1585, eles serão 140 inacianos no Brasil, sendo sessenta e oito padres, trinta e sete estudantes e trinta e cinco coadjutores (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 51).

<sup>153</sup> O de Salvador fundado em 1556, o do Rio de Janeiro em 1567 e o de Olinda em 1576. As casas eram dependentes dos Colégios e tinham número reduzido de missionários. Ofereciam uma escola elementar, de leitura e escrita, para os filhos dos portugueses, índios e mamelucos (SANTOS, 2009, p. 55).

acontecia de modo distinto em terras hispânicas, tanto na Europa quanto nas Américas. Mesmo que esse subcapítulo seja destinado a expor a relação entre o Filipe e a Companhia de Jesus em territórios espanhóis, expor como ela aconteceu em Portugal se faz importante porque os inacianos buscaram influenciar a disputa ao trono luso. Com a União das coroas, o rei Prudente torna-se, também, rei de Portugal e monarca dos inacianos em terras portuguesas.

#### 4.2.1 Na Espanha

A Companhia de Jesus, ainda que não tenha sido fundada em terras espanholas, tinha como fundador um espanhol, Inácio de Loyola. O espírito missionário dos jesuítas, como apresentei no primeiro capítulo, surgiu em meio à Contrarreforma, como pregadores do evangelho aos pagãos e defensores da fé contra os hereges, obedientes até a morte ao papa e à “Santa Igreja”, se encaixava perfeitamente no modo de pensar de Filipe.

Lozano Navarro em seu livro *La Compañia de Jesús – y el poder en la España de los Austrias*,<sup>154</sup> expõe uma imagem política dos jesuítas. Creio ser fundamental apresentar essa visão para contrapor a descrita sobre os jesuítas no Brasil. Penso ser dois grupos distintos pertencentes a mesma ordem, ainda que haja certas semelhanças.

É fato que os membros da Companhia tinham estrita relação com os poderosos de seu tempo. Os inacianos eram, muitas vezes, professores que, ensinando nos Colégios, viviam em contato com a elite. No decorrer dos anos, formaram a elite católica, seja laica ou eclesiástica. Obviamente que, para existência dos Colégios, eram necessários benfeitores, fundadores que apoiassem a missão jesuítica, esse apoio era útil em outros sentidos também. Para um poderoso, ter religiosos ao seu lado era sinal de prestígio entre a elite. Era necessário tê-los por perto, de modo que, no espírito da Contrarreforma, havia reacendido a importância da confissão. Deste modo, ter alguém para confessar, e que não buscasse fazer do penitente um modelo de santidade, era interessante. Diferente dos outros religiosos, os jesuítas eram conselheiros que visavam auxiliar o penitente. Concediam a paz e ganhavam benefícios em troca. Para Edmond (2000, p. 11), se a Inquisição era utilizada para quebra dos corpos dos hereges, os Exercícios Espirituais quebravam os pensamentos. Pois, por meio deles os missionários buscavam formar novos homens.

---

<sup>154</sup> *A Companhia de Jesus – e o poder na Espanha dos Austrias* (tradução livre).

Toda Ordem Religiosa tem como foco a proteção dos poderosos. Para a alcançarem, os jesuítas não deveriam ir contra eles ainda que estivessem errados. Lozano Navarro (2005, p. 39 e 50-51) chega a escrever que Avias Montano disse que os jesuítas não confessavam pobres. E que o frade Pedro Sevillano falou que o povo gostava de se confessar com os missionários, porque saíam como se fossem santos, de modo que eram poupados da verdade. Se eles mentiam para conseguir a proteção de um poderoso,<sup>155</sup> o que não estavam dispostos a fazer para alcançarem o cuidado do rei?

Los jesuitas perciben que, para llevar a cabo su finalidad principal, la salvación de las almas – pero también su objetivo secundario, la conservación y aumento de la propia Compañía de Jesús -, les es indispensable la cooperación de un verdadero príncipe cristiano que reúna en su persona um catolicismo fuera de toda sospecha – que intente conservar, cortener y restaurar la fe – y una clara actitud combativa frente a la herejía (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 84).<sup>156</sup>

Mas, o que seria essa proteção? Ela era tida mais como um apoio para realização da missão do que um benefício financeiro para os missionários. “Los poderosos les proporcionaron el prestigio que necesitaban como orden nueva y poco conocida”<sup>157</sup> (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 59). Como já apresentei anteriormente, o poder temporal foi um dos motivos da crise da Companhia de Jesus no Brasil, já que muitos missionários começaram a preferir os Colégios aos desafios da evangelização com os indígenas. Por serem conselheiros, estavam sempre, pelo viés espiritual, lidando com aspectos temporais. Seus conselhos podiam definir o caminho a ser tomado por um poderoso. Pois, os aspectos materiais e a política estão sempre presentes quando se trata da necessidade de um conselho. Ainda, assim, faziam o que fosse necessário, “apenas” guiados pela preocupação da salvação da alma do fiel.

A primeira proteção real que alcançaram foi de D. João III de Portugal. Porém, no reino espanhol não foi fácil. O Imperador Carlos I morreu sendo hostil aos jesuítas. Segundo Edmond (2000, p. 17), os dominicanos foram os responsáveis por atrasar a entrada dos jesuítas em terras espanholas. Em 1545, o Duque Francisco de Borja e Aragão, que havia sido vice-rei da Catalunha, perdeu sua esposa e, conseqüentemente, abandonou tudo e se torna jesuíta. Borja foi nomeado cardeal pelo papa Júlio III a pedido de Carlos. Essa nomeação foi uma via de mão

<sup>155</sup> Parece estranho dizer que até mentiam se necessário em um mundo onde ser sincero parece não ter mais valor. Mas naquela época, a sinceridade, ainda mais em uma Ordem Religiosa, era fundamental.

<sup>156</sup> “Os jesuítas percebem que, para realizar o seu propósito principal, a salvação das almas - mas também o seu objetivo secundário, a preservação e o aumento da própria Sociedade de Jesus -, a cooperação de um verdadeiro príncipe cristão que sua pessoa é um catolicismo a partir de toda suspeição - que tenta conservar, cortar e restaurar a fé - e uma clara atitude combativa contra a heresia” (tradução livre).

<sup>157</sup> “Os poderosos lhes deram o prestígio que eles precisavam como uma ordem nova e pouco conhecida” (tradução livre).

dupla. A primeira, é que, pelo Padroado, o rei escolhia homens de sua confiança para os altos cargos eclesiásticos, para que o representasse quando necessário, ajudando na propagação e defesa da fé. A outra via, é que, sendo ele agora jesuíta, os missionários ficariam mais próximos de alcançar prestígio da corte espanhola como já tinham na corte lusa. Sendo assim, em 1547, foi fundada a primeira província da Espanha em Araoz. Porém, desde 1543, os inacianos já estavam no território hispânico (SABEH, 2014, p. 94).

A princesa Joana de Áustria, irmã caçula de Filipe, foi a única mulher da história a entrar para os jesuítas, o que ajudaria ainda mais no fortalecimento da relação entre a Companhia de Jesus e os poderosos da Espanha. Isso teria ocorrido em 1554, mas em segredo. Segundo Jort Hernando (2016, p. 3), ela utilizava o pseudônimo de Mateo Sánchez, sendo autorizada a entrar para Companhia oficialmente por Inácio de Loyola em 03 de janeiro de 1555. A jovem ficava muitas vezes como regente do reino<sup>158</sup> e, além de ter o cardeal Francisco de Borja como confessor, era amiga pessoal de Loyola. No mesmo ano de sua entrada para os inacianos, três novas províncias seriam fundadas em território espanhol: Aragão, Bética e Castela (LOYOLA, 2005, p. 147-148).

A princesa se destacaria como a principal defensora da Companhia de Jesus na Espanha, tendo o seu apoio resultado na instalação de alguns colégios jesuítas na Península, assim como na anulação do interdito eclesiástico feito pelo bispo de Zaragoza, que proibia a frequência à Igreja dos inacianos nesta cidade. Porém, o exercício de sua influência duraria poucos anos, desaparecendo a partir da ascensão de seu irmão Felipe II ao trono, marcando o início de um período de mais quatro décadas de lento progresso para a Ordem nos domínios espanhóis (SANTOS, 2009, p. 26).

Independente de Borja ter se tornado jesuíta, assim como sua irmã, Filipe continua indiferente à Companhia de Jesus. Algumas posturas, ressaltadas por Lozano Navarro (2005, p. 98-100 e 105), explicitam isso:

- a) Quando Filipe casa com Maria I de Inglaterra, tornando-se rei consorte, não leva os jesuítas para auxiliar no combate aos hereges que se encontram em terras inglesas;
- b) Quando ele proíbe que os jesuítas da Espanha saiam do reino, exceto se for para defender a fé contra os hereges;
- c) Quando diz que nenhum dinheiro deveria sair da missão hispânica para outras terras, ainda menos para Roma;

---

<sup>158</sup> Como quando Filipe vai para Inglaterra casar-se com Maria de Tudor (SÁNCHEZ, 1998, p. 778). Segundo Lourenço (2003, p. 51), Joana de Áustria chega a ter um certo protagonismo durante o reinado de seu irmão. Interessante é o fato de que na corte espanhola, as mulheres exerciam papéis de governadoras e vice-reis, assim como acontecia nos Países Baixos (GARCÍA PRIETO, 2013, p. 18-19)

- d) Quando queria que a Companhia tivesse um Superior Geral local que independesse de Roma.

Filipe não entendia e tampouco aceitava que superiores religiosos de outras nações determinassem o que deveria ser vivido em terras hispânicas. Mas como “por deverem obediência apenas ao papa e aos seus superiores da hierarquia da Ordem, os jesuítas colocavam-se fora da jurisdição das autoridades religiosas locais” (EISENBERG, 2000, p. 36-37). Para o rei, se a Ordem Religiosa estivesse em território espanhol, o responsável teria que ser espanhol (CONTRERAS, 1998, p. 22).<sup>159</sup> Obviamente isso gera grande problema com os gerais das Ordens. Não apenas com os jesuítas, mas com todas aquelas que eram estrangeiras.

A relação de Filipe com a Companhia começou a se modificar quando Francisco de Borja é eleito o Superior Geral da Companhia em Roma.<sup>160</sup> Ele foi o quarto geral dos jesuítas, de 1565-1572. Tentando quebrar a barreira existente entre o monarca e os inacianos, em 1571, Borja vai de Roma até a Espanha para visitar a missão e a Corte, o que não era comum entre os inacianos (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 102). Os anos que antecederam a eleição de um espanhol ao cargo máximo dos missionários foram de difícil apoio por parte de Carlos e Filipe. A Coroa espanhola demorou para aceitar a se relacionar com os jesuítas, ao fazê-lo, porém, tornou-se um dos seus grandes protetores, ao menos de parte dela.

#### 4.2.2 Na América Espanhola

A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 e reconhecida pelo papa Paulo III em 1540. No mesmo ano, de seu reconhecimento pontifício, foi aberta a primeira missão dos jesuítas em Portugal, enquanto apenas em 1543 iriam missionar em terras espanholas. Já para as missões na América, os inacianos em 1549 foram enviados para o Brasil, porém para o território da coroa hispânica, somente em 1566 as “portas” da América se abririam para os missionários. Mas como foi a presença dos jesuítas na América espanhola durante o século XVI?

Os inacianos haviam pedido ao Conselho das Índias para poderem ser enviados em missão no território hispânico na América, mas não haviam sido liberados (SANTOS, 2009, p.

<sup>159</sup> Segundo o mesmo autor (2005, p. 96), a política de Filipe visava apossar as ordens para o seu “*Patronato*”.

<sup>160</sup> Um primeiro significativo passo, havia sido dado quando Carlos I enviou Borja em uma missão diplomática, sendo este já jesuíta, ou seja, estava enviando um inaciano para uma missão de confiança (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 94-95)

26). Segundo Sabe (2014, p. 95), a abertura se deu quando não havia mais opções de quem enviar para evangelização e auxílio na *encomienda*. Sendo assim, foram enviados vinte e quatro padres jesuítas. Porém, creio que o grande motivador tenha sido o fato de que no ano anterior, o amigo de Filipe e da corte real, Francisco de Borja, ter assumido o cargo de superior da Companhia em Roma. Ainda que Filipe tivesse permitido a entrada dos missionários na Espanha, liberar que eles fossem trabalhar no além-mar sem fiscalização da Igreja espanhola, seria dar um voto de confiança que até então os jesuítas não tinham alcançado com ele. Mesmo assim, ao serem enviados para missão, o trabalho dos missionários ao chegarem foi de “tapa buraco”. Não tinham uma missão específica a não ser ir onde as outras ordens não conseguiam ir. Viviam em contínua itinerância, sem criar raízes e estruturas.<sup>161</sup>

Interessante o fato de terem sido enviados no mesmo ano da morte de Bartolomeu Las Casas. Ele que era grande defensor da causa indígena foi “substituído” por uma Ordem que lutava no Brasil pela mesma causa. Las Casas, desde 1547, se encontrava na Espanha, onde escreveu, no ano de sua morte, uma carta ao Papa Pio IV e outra para o Conselho das Índias, apresentando seu modo de pensar sobre como deveria ser promovido o Evangelho no além-mar (SOUZA, 2006, p. 30).

O fato dos jesuítas terem sido enviados para América Espanhola, após Borja assumir como Geral, é um tanto curioso, pois foram enviados para o México no ano seguinte de sua visita a Filipe, em 1572. Dois anos depois, do início dessa missão, já tinham Colégios instalados. Em 1599 o Colégio Máximo já contava com cerca de 700 alunos, vindo a ser o principal da Nova Espanha (ESTRADA, 1996, p. 26).

O papel secundário dos inacianos foi até a promulgação das *Ordenanzas*, em 1573, quando começaram a trabalhar diretamente com os ameríndios. Com essas diretrizes colonizadoras os jesuítas tinham mais liberdade para atuação e começaram então a desenvolver expedições que chegaram ao Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Califórnia. Ainda que, após pacificado um território, assim como as ordens religiosas, deveriam entregá-las aos cuidados do clero secular (SABEH, 2014, p. 96 e 140-143).

### 4.2.3 Em Portugal

---

<sup>161</sup> O que se comparado ao que apresentei no primeiro capítulo, sobre o modo de proceder dos jesuítas sob os cuidados do governo luso, são bem diferentes.

A Companhia de Jesus foi privilegiada desde o início em terras lusas. Segundo SabeH (2014, p. 40-41), Dom João III ao trazer os jesuítas para seu reinado, colocou-os em habitações que, até então, pertenciam a outras Ordens Religiosas, mas foram confiscadas para que os inicianos pudessem atuar. Além disso, isentou os missionários de pagarem qualquer tipo de imposto. Loyola chegou a considerar Dom João III como o principal instrumento da “Divina Providência” para a missão. Pois, com o rei, alcançaram a “consciência”, pela confissão, dos monarcas portugueses (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 86).

Os jesuítas, por receberem as posições e locais que antes pertenciam a outros religiosos, tiveram, como consequência, movimento contrário a eles. Esse movimento não se limitou em terras lusas, mas se espalhou por onde havia as ordens religiosas que sofreram com essa atitude de Dom João. Sinal disso, foi que, na América Espanhola, os maiores opositores dos inicianos foram os dominicanos e agostinianos (SABEH, 2014, p. 94). Os franciscanos, que eram os confessores dos monarcas espanhóis, também atuaram fortemente nesse movimento. Como o Frei Juan de Regla que, como confessor de Carlos I, contribuiu para que o rei permanecesse hostil aos missionários (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 90).

Por mais que Filipe II tenha aberto as portas de seu território para os inicianos, quando chegou ao trono Luso, pela União Ibérica, acabou exilando muitos missionários. Isso porque, segundo Cardim (2002, p. 290), um grupo de jesuítas se posicionaram a favor do Prior do Crato, D. Antônio, na disputa da Coroa portuguesa e que, também, propagaram a crença do sebastianismo.<sup>162</sup> A atitude do monarca ao assumir o trono, foi exilá-los. Para o autor até mesmo os jesuítas espanhóis haviam intrometido nesse respeito contra os lusos. SabeH (2014, p. 83-84 e 103) diz que foi no púlpito que os inicianos participaram do movimento antifilipino para reclamar o trono a alguém que fosse natural da terra. Além disso, propagaram a possibilidade de D. Sebastião ainda estar vivo, de modo que não haviam encontrado seu corpo. O autor também diz que enquanto os dominicanos, agostinianos, carmelitas, seculares, jerônimos alcançaram o perdão público por terem apoiado ao trono um português, o mesmo não aconteceu com os inicianos. Enquanto o clero secular, em sua maioria, apoiou Filipe ao trono. De acordo com Silva (2000, p. 250), o problema estava no fato de que todos os jesuítas foram aconselhados a apoiarem Filipe e que, por isso, quem não apoiou foi, posteriormente, ameaçado e preso. Já

---

<sup>162</sup> Com a chegada de Filipe ao trono luso, algumas pessoas tentaram se aventurar fingindo ser o rei Dom Sebastião. “Em 1584, tal tentativa envolveu um noviço carmelita; em 1585, foi a vez de Mateus Álvares, filho de um pedreiro açoriano; em 1594, do pasteleiro Gabriel Espinosa e, em 1598, surgiu em Veneza Marco Tullio Catizone dizendo ser D. Sebastião. O arquivo de Simancas guarda farta documentação do ano de 1603, sobre a sentença ‘del Calabres’ que fingiu ser o Rei D. Sebastião e vários processos de seus cúmplices portugueses” (STELLA, 2000, p. 49).

para Stella (2000, p. 30), o problema se deu quando, mesmo sendo aconselhados pelo superior da Companhia, Mercuriano, oficialmente para se manterem neutros na disputa do trono, nem todos acataram o conselho. Por consequência, acabou gerando uma má vontade do rei com os missionários em Portugal.

Ao citar o evento acima mencionado, foi importante para compreensão de como se dará a relação de Filipe II com a Companhia no Brasil. Isso porque sendo, o Brasil uma colônia de Portugal, existia naturalmente um reflexo da metrópole em nosso território. Portugal também tinha outras colônias onde missionavam jesuítas que ficaram sob domínio do monarca, mas não irei trabalhá-las. Pois, segundo Sabeh (2014, p. 196), as colônias da Ásia e África não foram tidas como importantes para o rei Prudente, enquanto, a América Portuguesa, que formava um cinturão de defesa para América Espanhola, tornou-se privilegiada aos olhos do rei, pois, ela poderia ser utilizada como defesa da riqueza de seu território. Stella (2000, p. 104) ainda diz que Filipe II trabalhou para “submeter o Brasil aos desígnios da monarquia espanhola, a fim de preservar as ricas conquistas das Américas”.

#### 4.3 SOB DOMÍNIO DE UM NOVO SENHOR

Um novo rei, uma nova coroa, um novo tempo. Até 1580 os jesuítas foram os únicos a estabelecer missão no além-mar português.<sup>163</sup> Se a Companhia de Jesus foi a preferida pela coroa portuguesa, o mesmo não acontecia em terras espanholas. A postura de Filipe II, referente aos jesuítas no Brasil, implicaram mudanças significativas no modo de proceder dos inacianos. Mas se, por um lado, o rei não tinha os inacianos como seus preferidos, por outro, ele valorizou a experiência que os missionários tinham da missão no Brasil para auxiliá-lo em seus interesses. Sendo assim, apresentar um Auto escrito pelo padre jesuíta José de Anchieta, que era espanhol e o provincial da Companhia no início da União Ibérica, faz-se relevante, pois, diz muito sobre a visão dos inacianos na América portuguesa sob domínio de um novo senhor, Filipe II.

##### 4.3.1 Uma Companhia entre Ordens Religiosas

---

<sup>163</sup> Além dos dois franciscanos italianos que vieram no período pré-Colonial e aqui ficaram (SABEH, 2014, p. 140). Porém, como não foram enviados mais franciscanos para estabelecer uma missão, os inacianos são vistos como os primeiros e únicos até a União das Coroas.

A relação entre a Companhia de Jesus e Filipe não era das melhores. Como já apresentei anteriormente, ainda que sua irmã, Joana de Áustria, tenha sido a única mulher jesuíta na história, o rei não era simpatizante dos missionários. Tanto que na Espanha, demoraram a ganhar visibilidade, o que viria a acontecer apenas no reinado de Filipe III. Na América Espanhola, o papel dos inacianos foi secundário, vindo a ser modificado apenas com as *Ordenanzas*, quando começaram a contribuir significativamente para a coroa hispânica. Já em Portugal, em meio à disputa do trono luso, alguns jesuítas haviam se posicionado contrários ao monarca e, por isso, foram presos. Pensar que ao unir as coroas Filipe permaneceria deixando os inacianos como intocáveis, como representantes máximos do catolicismo e do rei, seria esquecer dessa relação delicada que eles tinham.<sup>164</sup> Isso se comprova ao constatar que “com a submissão de Portugal à Espanha, a Companhia de Jesus perdeu a exclusividade de cuidar dos índios. Em 1581 chegaram os carmelitas, que se ocuparam dos tupinambás, e em 1584 os franciscanos e os dominicanos” (MOREAU, 2003, p. 86), além dos beneditinos chegam em 1581. Mas pensar que os jesuítas seriam deixados de lado, é também esquecer que eram eles os especialistas da terra.

A carta de Anchieta, em 1584, relata essa chegada de outras ordens:

No ano de 1581 vieram em companhia de Frutuoso Barbosa, que vinha povoar o rio da Paraíba, três frades do Carmo e dois ou três de S. Bento a Pernambuco. Mas como não se povoou a Paraíba, não fizeram mais que prègar e confessar sem fazer mosteiro. Veio também em sua companhia um de S. Francisco que também prègou algum tempo em Pernambuco e tornou-se para o reino. No ano de 83 vieram dois de S. Bento com ordem de seu Geral. A êstes se deu um bom sítio na Baía e uma igreja de S. Sebastião e fazem já mosteiro: são três por todos até agora e começam a receber alguns outros a ordem. Na mesma cidade, no mesmo ano, se deu sítio e casa a uns dois de S. Francisco, que vieram mandados por El-Rei para o rio da Prata com outros; masêstes ficaramse na capitania do Espirito Santo, como ficaram outros em S. Vicente, que vieram na armada do Estreito. Praza a Deus que todos vão adeante para a sua glória (1988, p. 321-322).

A postura de Filipe ao trazer mais religiosos para o Brasil, foi para cumprir o Tratado assinado nas Cortes em Tomar, onde ele havia comprometido a dar continuidade no projeto

---

<sup>164</sup> Desde a promulgação da bula *Regimini Militantis Ecclesiae* do papa Paulo III, em 1540, os jesuítas tomaram lugar privilegiado no seio da Igreja, podendo atuar até mesmo independente da hierarquia episcopal. Ao longo dos anos, tornaram-se a ordem mais próxima dos papas (O'MALLEY, 2004, p. 442-443). Essa independência que permanecia nos territórios luso, não agradava a Filipe. Tanto é que assim que assumiu o trono português, o rei tentou com o papa tirar os privilégios que os inacianos tinham ante as outras ordens religiosas, mas sem sucesso. Porém, não auxiliou para que os jesuítas permanecessem aumentando seu poder em Portugal ou no além-mar (ASSUNÇÃO, 2004, p. 124-125).

evangelizador português na América. Mas que, de acordo com Sabeh (2014, p. 97-98), ao mesmo tempo o rei visava controlar o poder eclesiástico da Colônia que estava até então centrado nas mãos dos jesuítas. Como o monarca tinha uma política ultramarina, cuja evangelização era necessária na América espanhola, não demorou para ele apresentar como seria seu projeto para o além-mar português, onde as novas ordens e os inacianos eram de suma importância. “Os Filipes visaram tanto a Inquisição quanto as ordens religiosas como instrumento de execução de suas políticas ultramarinas, como já fazia na América Espanhola” (SABEH, 2014, p. 103).

As ordens utilizavam um sistema tripartite para evangelização: fundação de conventos, fazendas e aldeamentos. Porém, para isso precisavam de terras ou aldeias. Não tardou para que o monopólio dos jesuítas, sobre os indígenas, fosse dividido entre as ordens. Exemplo disso foi a aldeia que pertencia ao Colégio inaciano na Bahia, que o governador Teles Barreto passou para os religiosos beneditinos e as terras da Paraíba para os missionários franciscanos (SANTOS, 2009, p. 27).

Sendo o Brasil visto como um cinturão de segurança para as terras espanholas no além-mar, para proteger as riquezas que eram descobertas em seu território, cuidar das terras lusas<sup>165</sup> era proteger as riquezas que se encontravam na região que pertencia a Espanha. Por isso, durante os quarenta anos em que o Brasil ficou sob os cuidados da Coroa hispânica, vinte e oito fortalezas foram construídas, sendo que, durante o reinado de Filipe II as principais são: a de Santo Amaro da Barra Grande em 1584, a de Monte Serrate na Bahia em 1586 e a de São Jorge em 1590 (RUIZ, 2004, p. 56). Porém, a construção de fortalezas não era algo simples de ser realizado. Isso porque os pontos estratégicos onde foram construídos eram locais em que indígenas habitavam. Os jesuítas tornaram-se os grandes responsáveis para conquista dos espaços escolhidos para as fortificações. Mas se o número de inacianos no Brasil era pequeno, como dariam conta de alcançar cada vez mais indígenas em territórios distantes? As outras ordens assumiam o espaço pacificado pelos inacianos para que eles pudessem ir ao encontro de outras tribos. Já que, para o projeto espanhol funcionar, o rei precisava de especialistas no trato com os índios, o que Monteiro (1994, p. 47) deixa claro:

De fato, no seu esforço em transformar os aldeamentos em mecanismos ideais para a manipulação e controle dos povos indígenas, os jesuítas buscavam, de forma meticulosa, desmontar os elementos fundamentais da organização social e cultural de diversos grupos locais, substituindo-os por um modelo radicalmente divergente. Por exemplo, a criação de povoados fixos e permanentes com uma delimitação territorial

---

<sup>165</sup> Stella (2000, p. 164) chama atenção ao fato de que cuidar não era apenas no sentido militar, mas de administração e gestão econômica, preocupação que todos os filipes tiveram.

em termos absolutos contrastava fortemente com o padrão convencional de fragmentação e recomposição periódica de aldeias. [...] Ainda em outros casos, a substituição das unidades domésticas multifamiliares por unidades nucleares bem como a proibição da poligamia tiveram grande impacto, ao passo que a repressão de boa parte dos ritos nativos e a concomitante introdução de rituais cristãos buscavam reestruturar os contornos básicos da vida dos índios. Finalmente, e talvez mais significativo, os missionários procuravam inculcar nos seus súditos indígenas uma nova concepção do tempo e do trabalho, na qual a divisão sexual do trabalho e a organização rígida do tempo produtivo necessariamente esbarravam nos conceitos pré-coloniais.

Diferente do que acontecia na América Espanhola, onde a região após pacificada era passada aos cuidados do clero secular, no Brasil esse território ficaria nas mãos das ordens religiosas. Com essa abertura do campo missionário, os inicianos tiveram que aprender a lidar com outras congregações em seu território. Expandindo, também, sua atenção para os colonos a exemplo do que acontecia com os jesuítas na América espanhola (SABEH, 2014, p. 140 e 143).

A relação dos missionários com o clero secular no Brasil não era boa. Agora, com a chegada das ordens religiosas, passam a não ter uma boa relação com o clero regular. Isso fica evidente ao considerar a carta do visitador Cristóvão de Gouveia, em 1583, para Aquaviva, o superior Geral da Companhia em Roma:

Algumas vezes me há ocorrido que se fosse possível fazer com sua santidade que não enviasse à Índia, nem Brasil e mais partes em que há conversão, frades ou bispos, porque a experiência tem bem mostrado na Índia e agora em Angola, quão pouca conversão há por sua causa e pelos muitos impedimentos que a ela põe, não tendo para isto vocação ou o Espírito que se deseja (*apud* FARIA, 2009, p. 197).

Interessante o visitador Gouveia desejar que não fossem enviados frades ou bispos onde houvesse conversão. Considerando esses religiosos como empecilhos para boa evangelização ou permanência dos fieis na fé.

Se, por um lado, os inicianos perdem sua soberania como única ordem na América portuguesa, por outro, assumem um papel importante para o projeto filipino que irei, posteriormente, aprofundar nos Regimentos decretados por Filipe e as consequências desses na realidade jesuítica.

#### **4.3.2 Apologia de Anchieta ao monarca**

O padre jesuíta, José de Anchieta, “ao descrever animais e frutos encontrados no Brasil, fazia referência aos existentes na Espanha e nem mesmo deixou de utilizar o seu idioma natal” (STELLA, 2000, p. 61). O mais longo de todos os autos escritos por Anchieta,<sup>166</sup> “Na Vila de Vitória” ou “Auto de São Maurício”,<sup>167</sup> ele deixa claro seu engajamento político no domínio filipino. No Auto escolhido, quando ele não era mais provincial, o inaciano faz apologia ao monarca, manifestando sua preocupação com a defesa do Espírito Santo e a fidelidade do povo ao seu novo rei (ANCHIETA, 1989, p. 796-799).

Entra a Vila da Vitória, passeando:

Sentada em uma cadeira:  
No sabe al que dolerse entristecido,  
mi corazón lloroso y congojado,  
viendo de todo perderse, en el pecado,  
mi pueblo, de muchos vicios ya vencido.

Entra o Governo, passeando:  
Suspeito que está torvada  
a gente desta terra minha amiga,  
e que terá perdida a paz antiga,  
por não querer de Deus ser governada.

Vitória:  
Gracias os hago, señor,  
pues me queréis consolar.  
Creo, cierto, sin dudar,  
que es grande vuestro valor,  
digno de se venerar.

Governo:  
Não de balde, cá em meu peito,  
e no ponto que vos vi,  
grão crédito concebi,  
tendo-vos um tal respeito,  
qual sinto dentro de mi.  
Mas não me tenhais a mal  
Perguntar-vos, sem engano:  
pois que sois de Portugal,  
como falais castelhano?

Vitória:  
Porque quiero dar su gloria  
a Felipe, mi señor,  
El cual siempre es vencedor,  
y por él habré victoria  
de todo perseguidor.  
Yo soy suya, sin porfia,  
y él es mi rey de verdad,  
a quien la suma bondad

<sup>166</sup> Segundo Rumeu de Armas (1985, p. 6), Anchieta tinha um domínio das línguas indígenas, sobretudo do tupi, o que o levou a escrever para os indígenas gramáticas, poesias, catecismo e obras teatrais.

<sup>167</sup> Ato de São Maurício porque foi criado para ser encenado no dia do Santo. Ele que era padroeiro da confraria da Vila de Vitória.

quiere dar la monarquía  
de toda la cristiandad.  
Quien quiere a su rey honrar.  
debe en todo obedecer  
al que rige en su lugar.  
Esto solo es acertar,  
Todo al es ofender.

Governo:  
Quem o contrário disser,  
é dino de pena eterna;  
pois Jesus nos manda ser  
sujeitos, é obedecer,  
como a Deus, a quem governa.

Sabeh (2009, p. 237 e 257) frisa que o Auto tem o objetivo de colocar Filipe como o salvador ante aos inimigos, ingleses e os índios goitacás, que ameaçam a Capitania do Espírito Santo. A Capitania permanecia em contínuo estado de alerta, desde que foram saqueados por ingleses e tiveram dura batalha com os goitacás que desciam do litoral para enfrentar os nativos e invadir fazendas e vilas do litoral. Outro aspecto ressaltado por ele é que haviam portugueses que aproveitavam da fragilidade que se encontravam para capturar e escravizar índios já cristãos. Além disso, os ingleses eram inimigos não apenas porque saquearam a Capitania, mas porque traziam consigo a “falsa doutrina”, o protestantismo. O rei era então a presença de Deus salvador perante os problemas.

Escolhi esse trecho do terceiro ato por dois motivos. Primeiro, quando o Governo pergunta: “pois que sois de Portugal, como falais castelhano?” e Vitória responde: “Porque quiero dar su gloria, a Felipe, mi señor, El cual siempre es vencedor, y por él habré victoria de todo perseguidor.”. Nessa passagem, Anchieta coloca Filipe como seu senhor, senhor de Vitória, o vencedor das batalhas, a pessoa que se deve ter ao lado como aliado. Segundo, “Quien quiere a su rey honrar, debe en todo obedecer, al que rige en su lugar”. Nesse momento o ex-provincial deixa claro a obediência da Companhia de Jesus no Brasil ao monarca. Ao rememorar o Padroado, Anchieta está colocando não só os jesuítas, mas a Igreja como fiel ao rei.

O Auto é de 1595. Nesse momento já são cerca de quinze anos em que o rei espanhol governa sobre a colônia. Ainda que Anchieta não seja mais o provincial, ao escrever um auto dessa grandiosidade, ele, possivelmente, apresenta a visão dos inacianos no Brasil nesse período. Se não de todos, ao menos daqueles que estavam à frente da ordem e entendiam a importância de estarem unidos ao monarca.

Interessante que a primeira publicação feita por um missionário jesuíta no Brasil foi durante a União Ibérica, no reinado de Filipe, no mesmo ano do Auto citado. A *Arte de*

*Grammatica Brasílica*, também conhecida como *Arte da língua brasílica que compoz o irmão Joseph*, serviu como meio de divulgação da língua para conhecimento e estudo dos missionários. Desde o segundo superior do Brasil, Luis da Grã, o estudo da língua é obrigatório para todos, tanto que, em 1585, foi proposto que apenas os conhecedores dela deveriam ser ordenados padres (SABEH, 2014, p. 214-215). Porém, desde 1560<sup>168</sup>, existia gramática e catecismo em tupi. O que Anchieta fez foi reduzir a língua indígena as regras gramaticais latinas. Mas, apenas com a vinda de Gouveia o aprendizado da língua indígena se normatiza para toda Companhia no Brasil (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 151-155).<sup>169</sup>

#### 4.4 CÂMBIO DE PODER

A soberania do poder jesuítico na colônia portuguesa foi afetada quando novo senhor, monarca, assume o trono. O cuidado de Filipe II não foi apenas com o território, ele se deu também com os colonos e indígenas. Para isso, ele precisava de um governador geral de sua confiança. Que fosse luso, mas que favorece seus projetos na colônia. A vinda de outras ordens para o Brasil talvez não mudaria tanto a realidade da Companhia quanto o fato de que o governador enviado, escolhido por Filipe, lhes era contrário. Em meio às mudanças da União Ibérica, o cuidado com os nativos da terra permaneceu em local de destaque, tanto para salvação da alma, quanto para defesa da terra. Por isso, uma série de Regimentos foram sendo decretados pelo rei Prudente visando seu projeto para o ultramar. Recolocando, assim, os inacianos em evidência, mas ao mesmo tempo com uma missão diferenciada.

##### 4.4.1 Teles Barreto

---

<sup>168</sup> Nesse mesmo ano surge o primeiro curso de tupi no Colégio da Bahia, que durou até 1574, quando passa a ser ensinado em uma aldeia, para além da teoria se ter a prática.

<sup>169</sup> Nas *Constituições* já se falava que todo jesuíta deve aprender a língua da missão em que se encontra. Mas apenas em 1594, depois da quinta Congregação Geral, Aquaviva decreta que todos os que estão nas índias devem aprender a língua. No ano seguinte, é impressa a gramática em tupi. A partir disso, o bom missionário foi visto como aquele que sabe a língua e o mau, aquele que não sabe (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 158 e 162-163).

Manuel Teles Barreto, homem experiente, com cerca de sessenta anos de idade, foi nomeado, em novembro de 1581, para governador geral pelo rei Prudente.<sup>170</sup> Em 1579, havia sido eleito Vereador da Câmara de Lisboa, onde se posicionou favorável ao monarca na sucessão ao trono. Serrão (1968, p. 26) chama atenção ao fato de que Antônio Moniz Barreto, irmão do futuro governador, era governador da Índia e havia sido contrário a Filipe na disputa do trono, tendo o Prior do Crato, Dom Antônio, como seu escolhido. Mas, como Teles Barreto havia abraçado os ideais do rei, isso não foi um problema.

O governador chega em 1582 ao Brasil, onde permaneceu até 1587. Ele, porém, não tinha boa relação com os jesuítas, o que comprometia ainda mais a atividade missionária, de modo que estes eram acostumados a contar com o apoio do governo seja no sentido material, quanto de proteção, principalmente nos aldeamentos (SABEH, 2014, p. 146). Ele foi o primeiro governador a ir contra os jesuítas. Como apresentei no primeiro capítulo, tivemos aqueles que foram indiferentes ou até mesmo favoráveis ao pensamento de um jesuíta do que de outro, mas um governador avesso foi novidade para os inacianos. Segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 123), ele ficou do lado dos colonos, porque considerava os missionários da Companhia exploradores.

Durante a União Ibérica os favores que os inacianos recebiam da administração de Portugal cessaram, fazendo com que os jesuítas tornassem ainda mais dependentes do governo local. Porém, o governador era “inimicíssimo” deles. Isso teria começado já em Portugal, mas, no Brasil, ele faz questão de deixar claro, indo até mesmo contra aqueles que favoreciam os inacianos. O reitor do Colégio da Bahia, Luís da Fonseca, chegou a escrever ao rei dizendo que a má administração do governo estaria causando mau trato aos índios, além de dizer que o governador não obedecia ao rei em alguns pontos, fazendo com que o rei gastasse dinheiro em vão. Ainda, segundo ele, prova disso era o Regimento em que o governador que deveria “cuidar” dos jesuítas, para que eles zelassem pelas almas, não estava sendo cumprido (*apud* FARIA, 2009, p. 146-150).

Anchieta (1985, p. 23), em carta ao rei Filipe II, escreveu que havia recebido uma carta do monarca por mãos de Teles Barreto. Nela, o jesuíta não falou nada sobre o governador, apenas respondendo o que o rei havia pedido: “informações e avisos necessários para aumento da conversão dos índios a nossa Santa Fé e conservação nela”.

---

<sup>170</sup> Enquanto não chegava, foi formado uma junta para administrar o Brasil. Era formada pelo: prelado D. Antônio Barreiros, o Provedor da Fazenda Cristóvão de Barros, o Ouvidor-geral Cosme Rangel que foram investidos na Câmara de Salvador. Contavam com o apoio dos vereadores: Fernão Vaz, Antônio da Costa e Gabriel Soares de Sousa, que foi inimigo público dos inacianos. Além deles, o juiz ordinário Fernandes Pantoja (SERRÃO, 1968, p. 26-27).

O problema entre os missionários e Teles Barreto aumentou quando, em 1584, o jesuíta Diogo Nunes foi preso após ser acusado de mandar índios contra os representantes da justiça. Fazendo com que, ainda mais, a presença dos missionários fosse vista com maus olhos, e não só pelo governador. Um grande amigo do governador foi Gabriel Soarez de Sousa,<sup>171</sup> que escreveu quarenta e dois capítulos, ao rei Filipe em 1587, sobre o Brasil e contra a presença dos jesuítas.<sup>172</sup> Segundo ele, os inacianos enriqueciam as custas dos índios, que a missão de nada estava servindo e que os padres estavam em pecado com as índias nuas. Os missionários, em 1592, escreveram quarenta e dois capítulos à Roma para se defenderem e, em 1593, os inacianos assinaram e enviaram. Nela, membros da Companhia se colocam como “especialistas” do mundo indígena e intermediários inevitáveis entre índios e coroa (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 123, 254 e 277).

Chegou a tal ponto, esse problema entre eles, que o governador foi participar da missa e o padre jesuíta se recusou a começar enquanto ele estivesse presente (LEITE, HCJB, II, p. 161). Para poder amenizar os conflitos, entre a Companhia e o governador Teles Barreto, o visitador Gouveia propõe que os missionários cedam mão de obra indígena para os colonos pobres e que evitem conflitos, defendendo apenas os índios que a eles pertencem, tentando não interferir na realidade colonial (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 148-149).<sup>173</sup> Em 1597, Aquaviva chega a escrever a Pero Rodrigues, alertando a Companhia para tomar cuidado e não perder a amizade dos poderosos, pois esses poderiam ajudar nas causas jesuíticas (*apud* FARIA, 2009, 157). Por isso, os jesuítas mantinham estrito contato com a elite, seja para esmolas, quanto para se ter uma qualidade maior em seus recrutas. A elite era a clientela alvo dos jesuítas (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 62 e 148-149) e não era conveniente perde-los.

#### 4.4.2 Nova missão

Durante o reinado do Prudente, os inacianos aos poucos perderam a singularidade da missão que tinham no Brasil, cedendo espaço para as novas ordens e deixando de ir aonde quisessem para evangelizar. Antes eles percorriam as regiões procurando estabelecer o primeiro contato com os indígenas e vendo se era ou não interessante missionar naquela terra, visando

---

<sup>171</sup> Ele vendia indígenas como escravos pelas capitâneas. Em sua visão, os indígenas eram incapazes de viver em liberdade (LEITE, 1965, p. 82).

<sup>172</sup> *O Tratado Descritivo do Brasil*.

<sup>173</sup> Como as idas ao sertão e as “guerras justas”.

no sentido espiritual quanto no material. Desse modo, ao escolher uma tribo, já saberiam qual estratégia utilizar para evangelização. Porém, o rei passa a utilizá-los como peças estratégicas para ocupação e defesa de território.<sup>174</sup> Assim como já fazia com os missionários em terras espanholas. Ao pacificar um território, eles criavam aldeamentos, onde eles próprios deveriam governar e fazer do índio uma força militar para defesa contra as invasões estrangeiras.<sup>175</sup> “Porque bem se deixa ver e os portugueses assim confessam, que sem eles [os nativos] mal se poderá conservar este Estado do Brasil” (ANCHIETA, 1985, p. 23). Índios pacificados, defesa militar formada, faltava apenas a criação de um povoado, que seria feito logo em seguida (SABEH, 2014, p. 91 e 111-119).<sup>176</sup>

Começou então a expansão do território brasileiro, como consequência da missão dos jesuítas a pedido da coroa para defesa. Exemplo disso foi a criação da Companhia de Jesus em Assunção, em 1588. Nóbrega já tinha tido o desejo de abrir missões ao sul, para evangelizar os nativos que lá viviam e ao mesmo tempo protege-los dos maus tratos dos colonos. Ainda mais quando, em 1553, Antônio Rodrigues que era ex-militar espanhol entrou para Companhia no Brasil. Ele que era conhecedor do Rio da Prata e do Rio Paraguai, de Buenos Aires e Assunção. Porém, como era difícil delimitar onde terminava o território luso e começava o hispânico, Dom João III não permitiu esse desbravamento.

Franzen (2005, p. 12) chama atenção sobre a criação da Prelazia do Rio de Janeiro que tinha como limite ao sul o Rio da Prata como um dos grandes contribuintes para evangelização que viria a se desenvolver. Porém, foi na União Ibérica, durante a Congregação Provincial da Bahia, em 1583, que surgiu a proposta, novamente, de missionar o sul. Levaram o pedido então ao rei Filipe II, apresentando as vantagens que a Coroa receberia, como proteção do território e exploração. Em 1586, o bispo Dom Francisco de Vitória, em Tucumã, pede a presença dos missionários em sua diocese. Como havia sido proibido por Roma o envio de missionários para essa região, ela só aconteceu porque Gouveia podia enviar missionários *per modum missionis*, e o fez. Em agosto 1588, os inacianos chegam em Assunção onde fundam a Companhia (LEITE, 1965, p. 106). Pero Rodrigues escreveu a Aquaviva, em 1599, dizendo que o Rio Grande, era a região da “derradeira porta de conversão do gentio” (*apud* LEITE, HCJB, II, p. 67).<sup>177</sup>

<sup>174</sup> Isso se estende pelo reinado de seus descendentes, tanto que, em 1611, com a descoberta de esmeraldas em Minas Gerais, os jesuítas são enviados para tentar pacificar os indígenas. Facilitando então as entradas dos bandeirantes (SABEH, 2014, p. 112).

<sup>175</sup> Os indígenas nessa situação eram chamados de “arcos de guerra”.

<sup>176</sup> Se por um lado nenhum aldeamento que foi fundado durante a União Ibérica foi bem-sucedido, por outro, houve uma expansão territorial no Brasil (SABEH, 2014, p. 151-152).

<sup>177</sup> Nesse mesmo ano a missão foi encerrada.

Ressalto um fato curioso, o de que, em setembro de 1581, Filipe foi avisado por Juan Baptista de Tassis, seu embaixador na França, que Catarina de Médicis pretendia enviar cerca de seis mil franceses para invadir o Brasil. De lá, ainda que sem conhecimento da rainha, o comandante Filipe Strozzi após estarem instalados, pretendia passar para o Peru, onde estava a prata espanhola. O ataque seria em meados do ano seguinte e contava com o apoio do Prior do Crato, que provavelmente daria o Brasil para França quando com o enfraquecimento do rei espanhol, retomasse o trono luso.<sup>178</sup>

Os franceses não eram os únicos que ansiavam pelo Brasil. Também, em 1581, os ingleses despertaram um interesse por nossas terras. Em fevereiro desse ano, comerciantes desembarcaram em São Vicente levando mercadorias. John Withall escreveu aos comerciantes de Londres sobre as possibilidades de comércio e a proximidade com o Peru. Isso acabou despertando o interesse de alguns ingleses, que chegaram a formar a companhia “The adventures for Brasil”. Como um navio inglês poderia comercializar facilmente com a colônia luso-hispânica? Isso se deu porque Withall era viúvo da filha de Jerônimo Leitão, capitão-mor da Capitania de São Vicente, de onde herdou o apelido de João Leitão. Ele ainda casou a filha de José Adorno, um dos homens mais poderosos de São Vicente, ou seja, tinha as portas da Capitania abertas para seu comércio.<sup>179</sup>

Para defender o território, Filipe, em 1582, preparou grande esquadra tendo D. Álvaro de Bazán como comandante, para colocar fim aos planos estrangeiros. Em julho desse mesmo ano, Strozzi foi derrotado pelo comandante espanhol. Visando o fim das tentativas do Prior do Crato de alcançar o trono, Filipe, em 1583, montou uma grande frota formada por espanhóis, portugueses, italianos, tedescos e biscainhos para atacar a Ilha Terceira, onde Dom Antônio estava refugiado e apoiado por soldados franceses de Henrique III. A ilha foi tomada e o Prior se rendeu (STELLA, 2000, p. 43-47).

Em 1582, o governador da Capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, filho de Mem de Sá, e Anchieta, então provincial do Brasil, estavam no porto do Rio esperando o comandante espanhol Diego Flores de Valdez, que havia sido enviado por Filipe II. Valdez tinha responsabilidade de proteger o sul do Brasil. Por isso, construiu uma fortaleza a uma légua

---

<sup>178</sup> Serrão (1968, p. 24) contradiz a versão de Stella, dizendo que Tasis avisa o monarca sobre a preparação da esquadra para o ataque francês. Mas que o Prior do Crato não sabia de nada, assim como o rei. Atacar o Brasil, não passava de uma ambição pessoal da velha rainha. Porém, ainda assim, diz que o Prior do Crato favoreceria a Coroa francesa, em relação ao Brasil, para estabelecimento de comércio e paragem para atacar a Espanha. Por mais que não recusasse seu direito ao Brasil.

<sup>179</sup> Detalhe interessante que Stella (2000, p. 51) ressalta é que ainda em 1583 não existe nenhum registro na Câmara de São Paulo de aclamação ou menção de Filipe ao trono português. Ato que em julho de 1582 tinha acontecido na Câmara da capital do Brasil, Salvador.

e meia ao sul de Santos, a “Fortaleza da Barra Grande de Santos”. A Capitania de São Vicente além de guardião do Peru, tinha, possivelmente, ouro, pois, havia comentários de que um francês havia descoberto. O que reforçou ainda mais o desejo do rei de fortalecer segurança naquela região (STELLA, 2000, p. 58-60).

Creio ser interessante que quando Valdez retorna ao Rio de Janeiro, Anchieta estava lá, novamente, a sua espera, como escreveu ao rei Prudente:

(...) resta-me a mim dizer como estive esperando por ele no Rio de Janeiro todo o mês de março, como ele havia encomendado, e ainda depois mais todo o mês de abril e parte de maio, em que voltou da boca do estreito e achou as capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente como as deixara, muito quietas na obediência e serviço de Vossa Majestade, como o está toda a costa (ANCHIETA, 1985, p. 23).

O provincial ainda sugere que Filipe construa fortaleza também no Espírito Santo, já que lá quatro galeões ingleses haviam passado e porque os moradores estavam muito desejosos que a Capitania se tornasse Real.<sup>180</sup> Porém, como apresentei no Auto da Vila de Vitória, ele deixou claro que mesmo o povo e ele, Anchieta, desejando, isso não aconteceu. Por mais que o provincial jesuíta não tenha sido atendido nesse aspecto, a carta apresenta relação de proximidade entre ele e o rei. Além de uma submissão da Companhia, na presença de seu responsável, aos desejos do monarca.

Rumeu de Armas (1985, p. 7-8) chama a atenção na correspondência enviada pelo jesuíta, a existência de mais outras possíveis quatro cartas:

- 1ª. Carta del provincial de la Compañía de Jesús, P. José de Anchieta, a Felipe II con pormenores sobre la situación del Brasil (*probable*).
- 2ª. Comunicación de Felipe II al padre provincial de la Compañía de Jesús avisándole del inmediato arribo de la escuadra del Magallanes (*probable*).
- 3ª. Misiva de José de Anchieta al rey de España escrita en Río de Janeiro el 31 de enero de 1583 con pormenores sobre la llegada de la armada del capitán general Diego Flores de Valdés (*desaparecida*).
- 4ª. Carta del rey Felipe II para el provincial de la Compañía de Jesús en el Brasil, P. José de Anchieta, escrita probablemente en febrero de 1583, de la que fue portador en mano el sexto gobernador de la colonia Manuel Teles Barreto (*desaparecida*).
- 5ª. Misiva de José de Anchieta al rey de España escrita em Bahía de Todos los Santos (Salvador) el 7 de agosto de 1583, con pormenores sobre la defensa de la colonia y la conversión de los indios [única encontrada].<sup>181</sup>

<sup>180</sup> Enquanto a Capitania Hereditária pertencia a um capitão donatário, a Capitania Real pertencia ao rei.

<sup>181</sup> “1ª. Carta do Provincial da Sociedade de Jesus, Pe. José de Anchieta, a Felipe II com detalhes da situação no Brasil (provável).

2ª. Comunicação de Felipe II ao pai provincial da Companhia de Jesus, informando-lhe da chegada imediata do esquadrão de Magalhães (provável).

3ª. A missiva de José de Anchieta ao rei da Espanha, escrita no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1583, com detalhes da chegada do capitão-geral Diego Flores de Valdés.

Apenas por considerar o modo como a carta foi escrita por Anchieta e a possibilidade dessa continua troca de cartas, pode-se perceber que havia estreita relação entre Filipe II e Companhia. Que o rei exercia seu poder sobre os inacianos no Brasil.<sup>182</sup>

Até esse momento, apenas quatro anos de União Ibérica aconteceram. Apresentei esse breve resumo dos fatos sobre tal período para ilustrar que o Brasil sempre permaneceu visado por estrangeiros. Quando houve uma disputa de quem deveria assumir o trono e o olhar para o Brasil estava ainda disperso, mesmo que já tivesse Filipe como seu rei, planos foram criados para invasão, dominação e fortificação, seja dos ingleses quanto dos franceses, em nosso território. O interesse ao sul, porém, não se limita à nossas terras, mas ao que estava próximo, o Rio da Prata, sendo São Vicente a vila mais próxima ao Rio. Por isso, no ano seguinte, os jesuítas desejarem ir ao sul do país, não parece ser coincidência. Eles queriam, como apresentei, desde o início isso, mas por que só agora pedem novamente? É claro que com a União das Coroas, não haveria o problema sobre se aquela parte do território pertencia aos portugueses ou espanhóis como havia sido definido pelo Tratado de Tordesilhas, podendo assim descer “serenamente” ao sul para cuidar das almas indígenas. Porém, almas indígenas precisando serem cuidadas haviam por todo o sertão. A expansão do território para o sul era, ao meu ver, mais de interesse de Filipe para proteção do Rio da Prata e do território brasileiro, do que da salvação indígena pelos missionários da Companhia.

A expansão dos jesuítas durante a União Ibérica não foi apenas ao sul, ela também foi ao norte. Em 1585, os missionários da Companhia chegam a Paraíba, território que viriam a perder posteriormente a mandato do governador Teles Barreto para os franciscanos. Curioso que o comandante espanhol, Valdez, no ano anterior, uniu tropas para atacar franceses que haviam estabelecido um forte nesse território com o auxílio de indígenas. Ao derrotá-los, mandou construir um forte, que recebeu o nome de São Filipe e São Tiago<sup>183</sup> e foi fundado o povoado de Filipeia<sup>184</sup> (STELLA, 2000, p. 64). Teriam os jesuítas despertado um desejo maior

---

4ª. Carta do Rei Felipe II ao Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, Pe. José de Anchieta, provavelmente escrito em fevereiro de 1583, que foi realizado pelo sexto governador da colônia Manuel Teles Barreto (desaparecida).

5ª. A missiva de José de Anchieta ao rei da Espanha escrita em Bahía de Todos los Santos (Salvador) em 7 de agosto de 1583, com detalhes sobre a defesa da colônia e a conversão dos índios [única encontrada]” (tradução livre).

<sup>182</sup> Para aprofundar sobre essa carta do provincial ao rei, sugiro o artigo já citado no trabalho. RUMEU DE ARMAS, Antônio. Una carta del Apostol del Brasil, Beato Jose de Anchieta, al Rey Felipe II - La expedición de Diego Flores de Valdés a Magallanes. Hispania, Revista Española de Historia, Tomo XLV, 1985, p. 5-32. Nele o autor aprofunda sobre a vida de Anchieta, de Valdez e o contexto e como se deu essa relação. O que torna importante para uma melhor compreensão.

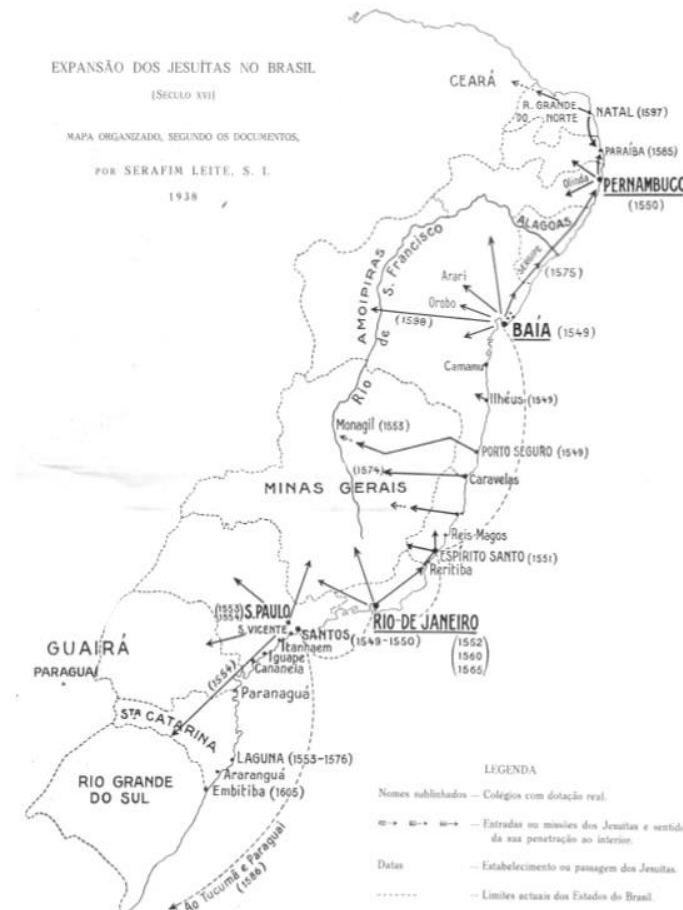
<sup>183</sup> Francisco Castrejon vai ficar como governador e capitão da fortaleza. O detalhe é que ele era espanhol, o que ia contra o que havia sido assinado por Filipe nas Torres de Tomar.

<sup>184</sup> Atual João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

para evangelizar o norte, concomitantemente a invasão francesa, ou teriam sido enviados pela Coroa hispânica?

O mapa a seguir ilustra a expansão dos missionários jesuítas no Brasil ao longo do século XVI:

Figura 4 - Mapa da expansão jesuíta no século XVI



ERRATA: Pernambuco (1551).

Fonte: SANTOS, 2009, p. 78

Se, por um lado, é difícil definir se foram os jesuítas para essas terras por desejo próprio ou do rei, por outro, onde quer que estivessem lutavam pela causa indígena. O que Anchieta (1985, p. 23) reforçou em carta a Filipe, em 1583:

a maior parte dos índios, naturais do Brasil, está consumida, e alguns poucos, que se não conservado com a diligência e trabalhos da Companhia, são tão oprimidos, que em pouco tempo se gastarão. Pelo que teem muita necessidade de particular favor de Vossa Majestade. Assim para que os já convertidos se conservem na Fé, como para que os outros venham do sertão a recebê-la de novo.

Como providências não foram tomadas, em 1584, o visitador Gouveia ameaçou fazer com que os jesuítas deixassem os aldeamentos caso não houvesse alguma atitude quanto à

violência que estavam sofrendo. Isso porque ainda que fossem considerados os protetores dos indígenas, permaneciam com dificuldades de evangelização e conversão dos nativos, e estavam em contínua luta contra os colonos (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 122). Em 1587, Filipe proibiu o resgate dos indígenas a não ser por “guerra justa” e que os descimentos dos indígenas para o litoral seriam feitos de modo pacífico, tendo os inacianos como responsáveis. Parece que o rei Prudente tomou partido dos inacianos, mas, segundo Sabe (2014, p. 168-170), ele apenas alinou os seus interesses aos dos jesuítas na estratégia de política ultramarina.

Como os inacianos tornaram-se responsáveis pelas decidas dos indígenas, o problema que eles tinham anteriormente com os colonos e senhores de engenho estende-se para os bandeirantes. Pois, os bandeirantes que antes saíam para capturar os ameríndios em regiões ainda não exploradas, agora só poderiam fazê-lo se contassem com a presença ou liberação dos jesuítas. Esse problema já acontecia antes do regimento de Filipe II em 1587, mas com ele as “guerras justas” expandiram-se e os bandeirantes atacavam até mesmo aldeamentos para poderem capturar e escravizar os indígenas (MONTEIRO, 1994, p. 42-56).

O conflito entre colonos e bandeirantes contra os jesuítas não era algo interessante para o rei. Os inacianos que eram responsáveis de transformar os indígenas em súditos da coroa e de Cristo, ao tomarem partido desses, prejudicavam o projeto do monarca (MORENO, 1955, p. 109). Tanto que, em 1596, Filipe criou uma lei visando favorecer os dois lados. Eis, alguns aspectos que beneficiavam aos ideais jesuíticos (SABEH, 2014, p. 170-171):

- a) apenas o rei pode declarar “guerra justa”;
- b) os jesuítas são responsáveis pelos descimentos;
- c) o colono, apenas com a licença do Governador e com o consentimento dos inacianos, poderia ir em uma tribo;
- d) os índios deveriam ser libertos e tornar-se-iam trabalhadores assalariados, podendo trabalharem no máximo por dois meses;
- e) cada povoação deveria ter um procurador e juiz para causas indígenas;
- f) e, trinta dias de prisão para quem desobedecesse ao Regimento.

Os jesuítas então:

- a) ficariam submissos ao Governo Geral;
- b) não poderiam ter escravos;
- c) não poderiam oferecer índios como escravos;
- d) e, deveriam dar salário aos indígenas que trabalhassem para eles. Sendo de dois meses o prazo máximo para prestação de serviço do índio.

Porém, “para os paulistas [bandeirantes], cuja atividade principal e mais lucrativa era a caça aos índios no sertão, as regulamentações que confiava aos jesuítas o monopólio das entradas para o interior das terras à procura de índios eram forçosamente inaceitáveis” (FARIA, 2009, p. 173).

As formas que a missão jesuítica tomaram durante a União Ibérica sugerem que a dinastia Filipina deu um caráter funcional à evangelização, quase que eminentemente político e voltado às ações de conquista territorial. Visto em seu sentido prático, o programa religioso espanhol parecia extrair o teor dogmático da atividade missionária, porque colocada a favor da construção e manutenção de um vasto império (SABEH, 2014, p. 182)

#### 4.5 CONFLITOS INTERNOS DOS INACIANOS NO BRASIL COM ROMA

Filipe II tinha o pensamento de que o geral, de qualquer ordem em seu território, deveria ser espanhol, batendo de frente com os superiores religiosos. Nesse trabalho, o padre Claudio Aquaviva D’Aragona, que foi eleito Superior Geral da Companhia de Jesus entre 1581-1615, é o nome relevante entre os gerais dos jesuítas. Os conflitos entre a Companhia no Brasil e em Roma, intensificariam sendo necessário o envio de um jesuíta para visita da província. Porém, ainda que, com as diretrizes do visitador os desacordos não cessam. Ainda no século XVI, novos embates iriam acontecer visando encontrar o local dos missionários nessas terras durante o reinado do Prudente. Dessa vez, Aquaviva tinha o provincial Pero Rodrigues como responsável para conduzir seus desejos na missão do além-mar. Contudo, o provincial não se posicionou em tudo a favor do proposto pelo geral.

##### 4.5.1 Gouveia e Aquaviva

Aquaviva enviou Cristóvão da Gouveia para o Brasil como visitador<sup>185</sup> de 1583 até 1589<sup>186</sup>, responsável por consolar e punir, visando edificar e manter a ordem da Companhia. Assim como os inicianos utilizavam a pedagogia da vigilância com os indígenas, o visitador utilizava a mesma pedagogia com os jesuítas. Para poder colocar ordem, Gouveia precisava conhecer as missões e os missionários, por isso, passou por todos os locais onde os jesuítas estavam espalhados, para poder assim, colocar cada um em seu devido lugar (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 49).

O tempo do visitador era dividido em três:

- a) Preparar para realização das visitas: rezar, ler as cartas, pegar indicações;
- b) Olhar para as coisas do culto e os membros da Companhia, durante a visita;
- c) Criar novas regras quando necessário. Porém, elas necessitavam do aval de Roma para entrar em vigor.

Ele só poderia ir embora quando fosse chamado de volta, e só o seria quando em carta comunicasse que tinha conseguido realizar os desejos do geral para a Província.

Ciente das complicações entre a Companhia de Jesus no Brasil e o governador Teles Barreto, Filipe fez de Gouveia árbitro para o conflito. Se, por um lado, o visitador visava o aspecto espiritual dos jesuítas, por outro, tinha também papel político sua visita. Onde deveria informar a Coroa o que deveria ser feito sobre essa relação conflituosa com o governador, visando o melhor para o serviço de Deus e para o Estado (THOMAS, 1982, p. 117). Gouveia, era árbitro de outra realidade também, entre a vontade do superior em Roma e dos jesuítas que conheciam a realidade da aldeia e da missão no Brasil. A presença de um visitador expõe o fato que os inicianos não estavam fazendo o que deveria ser feito, de acordo com o pensamento do superior.<sup>187</sup> Pois, essa presença de Roma, apenas ocorria quando a troca de informações e instruções não estavam funcionando, ou seja, um problema estava acontecendo. Ainda que

---

<sup>185</sup> Não existia um cargo dentro da Companhia de visitador. Ele era escolhido como representante do Geral dos jesuítas para uma missão ou por um período específico. Gouveia foi nomeado visitador em 1582, mas chega ao Brasil apenas no ano seguinte (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 76-78). Em 1607, o padre Manuel de Lima é enviado, por Aquaviva, como visitador à Província do Brasil, para tentar resolver os novos e velhos problemas que aqui se encontravam em consequência dessa visita.

<sup>186</sup> No caminho de volta para Portugal, o navio em que Gouveia se encontra é atacado por corsários franceses. Muitos papéis importantes da Companhia e para o rei estavam com ele, para que não caíssem em mãos inimigas, o visitador dá fim neles. Com isso, muitos documentos importantes dessa época para história do Brasil e dos jesuítas são perdidos, e ele ganha uma surra (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 83).

<sup>187</sup> A primeira visita que aconteceu à Companhia de Jesus no Brasil, foi 1566-1568 pelo padre Inácio de Azevedo, que foi o responsável por não permitir que meninos órfãos menores de quatorze anos fossem enviados para as aldeias aprender a língua. Isso porque eles se acostumavam aos hábitos dos nativos e deixavam os bons costumes de lado (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 156). A segunda visita é a que aprofundarei, pois se trata do período que esse trabalho contempla especificamente. Santos ressalta o fato de Aquaviva enviar visitadores para as Províncias assim que assume como um modo de conhecer melhor a realidade de cada uma (SANTOS, 2009, p. 31).

cartas fossem enviadas dando diretrizes aos missionários, eles tinham o aval na Constituição de não cumprir, caso eles entendessem que o proposto não se aplicava às condições locais (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 71 e 77).<sup>188</sup> Faria (2009, p. 210) chama atenção para um detalhe, o fato de que a maior parte do tempo de sua visita ser dedicado às aldeias mostra que este era o local central da Missão jesuítica no Brasil<sup>189</sup> e de maiores problemas no pensamento de Aquaviva. Ainda que as aldeias, não fossem os locais onde estavam a maioria dos inacianos.

Gouveia contava com o apoio de Fernão Cardim como secretário.<sup>190</sup> Cardim tinha a responsabilidade de notificar Aquaviva do que estava acontecendo nessas terras, dos problemas encontrados e das mudanças propostas pelo visitador, era um porta-voz que transmitia a presença dos jesuítas no Brasil para Roma (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 43). Para Santos (2009, p. 37), seu papel, além de relatar as missões na colônia, era o de estimular noviços para o ultramar.

Para Cardim, os donos da terra do Brasil eram os senhores de engenho. Estava no engenho a possível realidade de sustentação econômica para os jesuítas. Tanto que, em 1590, Aquaviva autorizou formalmente o cultivo de cana de açúcar no Colégio da Bahia (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 58-59).

A missão do visitador não se resumiu em conciliar interesses entre Coroa, jesuítas, governador, colonos e Geral em Roma. Ela tinha caráter de vigilância dos males que deveriam ser evitados, seja o modo de proceder entre os indígenas como a presença de inacianos

---

<sup>188</sup> Importante lembrar que uma carta demorava cerca de seis meses para chegar em Roma, ou seja, mais seis meses para a resposta chegar. Desse modo, uma correspondência de caráter urgente, poderia ao chegar não ter mais problema algum para resolver. A vinda do visitador, como representante do geral, tornando-se então provincial e reitor pelo tempo que estivesse na missão, é para colocar a ordem necessária nos problemas que ele encontrar.

<sup>189</sup> Os aldeamentos foram criados para auxiliar na evangelização indígena, porém foi uma escolha dos missionários no Brasil e não de Roma. Segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 90, 93 e 129-131), Gouveia deveria conduzir os aldeamentos para as Constituições. O resultado final, foi um documento enviado em 1586, que davam diretrizes que foram seguidas, em boa parte, até a expulsão por Pombal em 1759. Nele estão contidos nos noventa e quatro parágrafos e cinco seções, aquilo que deve ser vivido na Província. Onde continha: regras para os missionários (horários, formação, correspondência, estudo da língua); locais que deveriam estar e como atuar (Colégios, Aldeamentos, aldeias, Capitânicas); organização do tempo em relações internas e externas. Conhecido como Regimento de Gouveia ou *Confirmação que de Roma se enviou à Província do Brasil de algumas cousas que o P. Christóvão de Gouvêa Visitador ordenou nela o ano de 1586*. Onde foi adaptado a essência das *Constituições* a missionação no Brasil (MAIA, 2008, p. 192).

<sup>190</sup> Era ministro do Colégio de Évora, já professo do quarto voto, quando foi escolhido como companheiro e secretário do visitador. Era de família antiga e importante. A família veio a ter, além dele, outros cinco jesuítas. Sendo dois irmãos (Lourenço Cardim e Diogo Fróes) e três sobrinhos (João Cardim, Diogo Cardim e Francisco Cardim) do inaciano. Após o período de visitação, fica como reitor do Colégio da Bahia até 1593, passando então a dirigir o Colégio do Rio de Janeiro. Em 1598 é eleito procurador de Roma, na congregação provincial que foi realizada na Bahia. Em 1601 quando voltava para o Brasil, em companhia de João Madureira, seu navio foi atacado por corsários, que os fizeram prisioneiros. Apenas em 1603 foi resgatado. No ano seguinte volta ao Brasil para ser o Provincial da Companhia de Jesus, função que exerceu de 1604-1609. Nesse ano, retorna ao cargo de reitor do Colégio da Bahia, ainda que permaneça como vice-provincial. Em 1624, quando a cidade é tomada pelos holandeses ele ainda é o reitor. Nesse mesmo ano ele assume a função de provincial interino, até sua morte no ano seguinte (*apud* ANCHIETA, 1933, p. 286).

contrários aos ideais da Companhia. Tanto que seis jesuítas foram vistos como mal para a missão e dispensados pelo visitador, em 1584. Sendo três por indisciplina e três por pecarem contra a castidade (FARIA, 2009, p. 217). Além de enviar de volta para Europa, alguns missionários que foram vistos como intransigentes (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 127).

Os monarcas espanhóis se valeram da disposição dos inicianos de ganhar o mundo, da sua experiência e base material na colônia para colocá-los à frente desse que era apenas um, porém muito importante ponto da política ultramarina castelhana no Brasil (Sabeh, 2014, p. 129).

Cláudio Aquaviva ao assumir em 1581 a função de Superior Geral da Companhia de Jesus,<sup>191</sup> com a morte de Mercuriano, ansiava renovar a ordem. A carta que escreveu *Renovations Spiritus*, de 1583, esclareceu que desejava conduzir a Companhia ao “sopro original” de sua fundação. Porém, para isso, acabaria buscando modificar o modo de proceder dos missionários nos territórios em que se encontravam. Um estilo de governo que visava “regularizar” e unificar as práticas intelectuais, espirituais e administrativas das diferentes províncias (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 20 e 304).

O problema foi que tanto a Espanha quanto Portugal, viviam o Padroado,<sup>192</sup> ou seja, o rei Filipe não gostou dessas tentativas de mudança. O pensamento do monarca já era contrário ao ideal missionário proposto por Inácio. No fim da década, de 1580, o clima parecia mais tranquilo, mas foi apenas com a intervenção do padre José de Acosta, na década de 1590, que ficou responsável de mostrar para o monarca como o governo da Companhia estando em Roma seria melhor para seu funcionamento como um todo, que os ânimos entre o geral e o Prudente se acalmaram. Isso porque o rei poderia escolher os provinciais, reitores e visitadores (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 65 e 105-114).

Talvez o maior problema, dessas reformulações doutrinárias propostas por Aquaviva, foi que os inicianos espalhados pelo mundo, não gostaram das mudanças. Segundo Santos (2009, p. 32), isso gerou uma convulsão interna entre os jesuítas, que buscaram aliados de fora da Companhia para tirar o geral do poder, dentre eles, o rei Filipe II. Porém, Aquaviva foi tido como inocente das acusações de estar conduzindo erroneamente a ordem, na V Congregação Geral de 1592.

Gouveia ficava no meio de um ‘embate’: de um lado Aquaviva, contrário à ida dos noviços para aldeia, e de outro lado os ‘padres antigos’, que certamente enxergavam

<sup>191</sup> A companhia nesse período tinha cerca de cinco mil membros espalhados pelo mundo.

<sup>192</sup> “O Padroado colocava o clero secular e regular sob seu controle” (SABEH, 2014, p. 189).

nesse caminho uma condição para que a empresa missionária juntos aos índios não desfalecesse (FARIA, 2009, p. 200).

Em novembro de 1584, Gouveia se coloca contra os aldeamentos, escrevendo ao geral que os índios viam os jesuítas como peso, como parasitas que eles têm que alimentar. Por conta disso, propôs que fossem fechados os aldeamentos, para que a missão continuasse apenas como visita e não moradia. Considerando que os inacianos não queriam viver com os nativos nem os nativos com eles (*apud* CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 128). Mas, o Regimento de 1586 mostra que a visão de Gouveia mudou durante sua estadia no Brasil, pois, colocou os aldeamentos em posição de destaque para missão em nossas terras. Entretanto, para evitar os riscos da missão entre os nativos, o Regimento propôs uma série de práticas para prevenir o missionário, como: relatórios da missão; leitura diária do martirológico<sup>193</sup>; impossibilidade do missionário sair sozinho; onde um inaciano estivesse, outro deveria estar sempre no seu campo de vista; caso o missionário não visse o outro por certo tempo, ainda que pequeno, deveria ser relatado ao superior; nunca falar a sós com uma índia; evitar o quanto possível conversar com a nativa; e a noite a casa deveria ser trancada, ficando a chave com o superior. Além disso, a realidade da aldeia se tornou etapa obrigatória para formação da identidade dos jesuítas no Brasil, onde deveriam fazer missões, peregrinações, estudar a língua e serem provados (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 138-141).

Gouveia pediu que os jesuítas prestassem cuidados às fazendas, engenhos, vilas e fortalezas, nas quais deveriam administrar os sacramentos anualmente. Esse tipo de cuidado foi chamado de “missões rurais” ou “missões periódicas” (SABEH, 2014, p. 142).

Em 1585, os jesuítas contavam com 140 membros, e menos da metade cuidavam das causas indígenas que eram um montante de, aproximadamente, dez mil nativos. A maioria dos inacianos cuidavam de questões temporais, pois tinham os Colégios,<sup>194</sup> as casas de noviços e o seminário (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 51 e 57-58). Se Nóbrega insistiu, contra a vontade de Luís da Grã, para que os missionários pudessem ter bens temporais para auxiliar na missão, ele certamente não imaginava que sua ideia se voltaria contra aquilo que ele tinha mais apreço, a missão entre os nativos, já que a mão de obra para causa indígena viria a ser cada vez mais escassa ao longo dos anos.

<sup>193</sup> Livro que não continha apenas a história dos mártires, mas também dos santos da Igreja.

<sup>194</sup> O Colégio da Bahia recebia cerca de sessenta estudantes e três mil ducados do rei, o do Rio de Janeiro vinte e oito estudantes e 2500 ducados e o de Olinda vinte estudantes e 1000 ducados. Quanto mais problemas começaram a ter com os pagamentos, mais a alternativa foi criar fontes de renda. Já as residências/escolas, que contavam com no máximo dez membros, vivia de esmola do povo e, até mesmo, dos Colégios (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 52-54).

Reflexo dessa mudança foi a postura de Marçal Beliarde, que foi enviado para assumir o lugar de Anchieta como Provincial da Companhia no Brasil, o que fez entre 1588-1594. Em 1592, ele se torna porta voz dos noviços e escolásticos que não queriam ir para as aldeias. Pois, os escolásticos tinham contato com teologia e filosofia, com a língua latina, hebraica, aramaica e grega, para eles o estudo do tupi, o “grego da terra”, não lhes era interessante (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 179-180).

#### 4.5.2 Pero Rodrigues e Aquaviva

Em 1570, havia sido criada a primeira lei que favorecia os indígenas.<sup>195</sup> Nela, eles eram colocados sob responsabilidade do rei, do governador e dos Capitães das Capitâneas, deixando assim, os jesuítas de lado. O mesmo aconteceu no Regimento de 1587, quando qualquer entrada dos bandeirantes no sertão deveria acontecer somente com licença do governador (FARIA, 2009, p. 151-152). Apenas no Regimento de 1596,<sup>196</sup> o rei Filipe volta a dar posição de destaque aos jesuítas sobre a causa indígena:

me pareceo emcarregar por hora, em quanto eu nom ordenar outra cousa, aos religiosos da Companhia de Jesu o cuydado de fazer deçer este gentio do sertão, e o enstruir nas cousas da religião xpãa, e domesticar, emsinar, e encaminhar no q convém ao mesmo gentio, assi nas cousas de sua salvação, como na vivenda comum, e tratamento com os povoadores, e moradores daquellas partes (*apud* THOMAS, 1982, p. 225).

Qualquer “descida” só poderia ser realizada com a presença dos inacianos. O rei colocou então os missionários como protetores dos nativos, devendo proteger, converter e transformá-los em súditos.<sup>197</sup> Reassumiam um papel político importante, o de responsáveis do cuidado

---

<sup>195</sup> Ainda que desde o Regimento que Thomé de Souza trouxe para o Brasil, os inacianos já são responsáveis não só da conversão, mas da proteção dos nativos. O “estatuto das aldeias” de Mem de Sá, de 1558, não deixava os jesuítas com papel administrativo, mas do papel espiritual. A função administrativa era de um meirinho, uma autoridade indígena entre os índios, mas que fora escolhido pelo poder judiciário da colônia (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 273-274). Porém, esse poder não saía das mãos dos missionários, pois até mesmo o meirinho cumpria as ordens dos inacianos. Lozano Navarro chama atenção ao fato de que sendo eles os responsáveis da “consciência” do povo, tinham que constantemente lidar com aspectos temporais da vida desses, o que permitia a participação continua de aspectos temporais, que se quisessem, poderiam favorece-los (LOZANO NAVARRO, 2005, p. 73).

<sup>196</sup> De 1595 até 1611, outros quatro regimentos são criados pela coroa hispânica sobre a causa indígena. Sendo o de 95 referente a “guerra justa” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 271 e 277-278).

<sup>197</sup> O fato de que uma aldeia ter uma cruz no centro, era o símbolo de que ela era protegida por Cristo e pela Coroa (SANTOS, 2009, p. 82).

temporal e espiritual dos índios. Essa lei chegou ao Brasil apenas em 1597, sob governo de Dom Francisco de Sousa, que veio para substituir Teles Barreto como governador geral. Nesse mesmo ano, o superior da Companhia no Brasil, o padre Pero Rodrigues, escreve ao padre João Alvarez em Roma que, com essa lei, receberam mais abertura para evangelização, sem muitos impedimentos como estava acontecendo pela cobiça dos portugueses (FARIA, 2009, p. 153-154). Creio ser importante ressaltar que o novo governador, Dom Francisco de Sousa, tem como confessor Fernão Cardim, ou seja, ele é próximo aos inacianos (*apud* ANCHIETA, 1933, p. 286), o que facilitaria novamente a missionação jesuíta.

No mesmo ano, 1597, Aquaviva escreve para Pero Rodrigues, dizendo que, ainda que tivessem que ignorar a lei real, não deveriam cuidar do bem temporal dos indígenas, que isso ficasse por conta dos ministros e oficiais do rei, sendo apenas o bem espiritual responsabilidade deles (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 284). Porém, no ano seguinte, o superior no Brasil escreveu que todos os governadores tinham dado o cuidado dos índios para os jesuítas, seja ele espiritual ou temporal, pois, este era o melhor meio de alcançar frutos na evangelização com os nativos. Sobretudo, porque, os oficiais do reino eram vistos como inimigos para os índios, tanto que o próprio rei deixou os indígenas sob cuidados deles (FARIA, 2009, p. 157 e 161). Desse modo, Pero Rodrigues se colocava contra a posição de Aquaviva e a favor do Regimento da Coroa, de Filipe.

Essa discussão entre eles permanece durante todo período que Pero Rodrigues foi superior. O rei Filipe II já havia falecido, seu filho Filipe III estava no trono e o embate permanecia. Na mesma carta que o provincial enviou ao Geral, em 1600, falando sobre os jesuítas que pediam para não mais irem para as aldeias ou tirá-los de lá, ele escreve dizendo que não seria conveniente que isso acontecesse por quatro motivos (*apud* FARIA, 2009, p. 163):

- a) A palavra dos missionários havia sido dada para os índios, rei e capitães que cuidariam das causas indígenas;
- b) As rendas dos Colégios saiam da conversão dos gentios;
- c) Os nativos seriam esmagados pelos colonos, vindo a tornar-se cativos;
- d) Os indígenas correriam o risco de morrer sem batismo e confissão, pois, as aldeias eram distantes das vilas e cidades.

Além disso, para os indígenas apenas quem tinha autoridade sobre eles é que poderiam guia-los,<sup>198</sup> o que corroborava com os argumentos de Pero Rodrigues. Perder o poder temporal era perder a força da evangelização, que já não estava tão forte no fim do século (SABEH, 2014,

---

<sup>198</sup> Como os pajés e carafbas.

p. 228). No ano seguinte, Aquaviva enviou uma carta aceitando os argumentos de Rodrigues, e, no mês seguinte, retirou dele o cargo de Provincial do Brasil (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 296), esclarecendo assim, sua posição e a posição que os inacianos deveriam se colocar no Brasil.

#### 4.6 MUDANÇAS DURANTE O REINADO DE FILIPE II

A União Ibérica, passou por três Filipes. Pai, filho e neto, todos espanhóis comandaram o trono luso por sessenta anos. O trabalho se limitou ao primeiro deles, Filipe II de 1580-1598, e, por isso, irá expor as mudanças significativas para o Brasil nesse período. Porém, a presença de novo senhor foi importante para transformações não só no território brasileiro, mas, também, para vida espiritual da colônia. Pois, os inacianos eram, até então, os únicos representantes do clero regular, mas, com a União das Coroas, Filipe envia novas ordens religiosas. Fazendo, assim, com que os jesuítas busquem descobrir seu papel na missão no Brasil.

##### 4.6.1 No Brasil

Desde o início do governo de Teles Barreto, houve um impulso para a economia da colônia. O Brasil deixou de ser visto como secundário, ainda que Filipe II visse nossas terras como um cinturão de defesa para a prata da América Espanhola. O rei estimulou o crescimento dela. Segundo Brunetto (2014, p. 56), até 1580, buscava-se descobrir o que havia de bom na colônia para explorar, mas, quando os espanhóis assumiram, foram além, explorando o território com engenhos. O problema, consequente da expansão, foi que os colonos precisando de mais mão de obra, tinham os bandeirantes como fornecedores de indígenas como escravos, mas, os inacianos lutaram a favor da liberdade dos nativos. Por isso, aos poucos mais africanos foram sendo enviados para o Brasil.

A expansão do território é inegável, mas para Sérgio Buarque de Holanda (1976, p. 180-181):

Não há que negar a coincidência do período dos Filipes no Brasil com a mudança na orientação da colonização e da penetração. Coincide com o sistema espanhol de colonização mais no interior, a mudança no sentido de penetração colonizadora do Brasil. Coincide o período dos Filipes com o incremento da expansão provocada pelo gado, com a penetração e a conquista do Nordeste, com a expulsão dos franceses, com o impulso que irá provocar o bandeirismo. Quais os motivos de todos esses acontecimentos? Norma “política” espanhola para o Brasil ou simples ausência de uma política colonial propriamente dita para o Brasil e por isso capaz de impedir o natural desenvolvimento da penetração e da expansão partindo dos pontos iniciais de colonização?

O autor apresenta, como possível motivo para expansão territorial, a possibilidade de uma falta de administração política por parte da coroa hispânica e dos governadores durante a União Ibérica. Discordo dessa visão, pois, houve uma expansão como consequência da necessidade de defesa do território brasileiro, como guarda da prata espanhola, tal qual apresentei anteriormente. O que é corroborado com a obra de Dornelles (2011, p. 100-101, 123-126 e 155-156), que apresenta o fato do estilo arquitetônico ter se modificado durante a União das Coroas. Segundo ela, durante o século XVI, Portugal permaneceu com um estilo de construção medieval, sem muita regularidade. Enquanto a Espanha vivia o Renascimento, quando suas construções têm como característica o planejamento, tendo a praça como centro e a organização das vilas e cidades a partir disso. Thomé de Sousa veio com um Regimento de como deveriam ser construídas as povoações, o que foi passado para os outros governadores. Porém, enquanto as povoações no período de domínio luso sobre o Brasil eram feitas sem planejamento, o mesmo não acontece quando Espanha assume. Até mesmo engenhos são planejados para serem estruturalmente defesas militares, o que já acontecia na América espanhola.

O território brasileiro expandiu tanto ao norte quanto ao sul, marcados por uma europeização luso hispânica.

No podemos afirmar que Felipe II se interesase especialmente por el desarrollo cultural del Brasil y el fomento de empresas artísticas, aunque sí por su fortificación y defensa; pero con la protección dispensada a las órdenes religiosas y la continuidad de la política del padroado real con mayor efectividad en los pagos de dineros para esas obras, favoreció la consolidación de esa cultura europea trasplantada a las tierras de América (BRUNETTO, 2014, p. 70).<sup>199</sup>

---

<sup>199</sup> “Não podemos afirmar que Filipe II esteve particularmente interessado no desenvolvimento cultural do Brasil e na promoção de empresas artísticas, embora por sua fortificação e defesa; mas com a proteção concedida às Ordens Religiosas e a continuidade da política do patrocínio real com maior eficácia nos pagamentos de dinheiro para essas obras, favoreceu a consolidação dessa cultura europeia transplantada para as terras da América” (tradução livre).

#### 4.6.2 Na Companhia de Jesus

Os nativos eram um tema de importância para Filipe II, tanto que em seu testamento ao príncipe Filipe, ele ressalta isso:

El Reyno de Portugal con sus navegaciones y Islas y la parte que alcanza em Africa y en la India Oriental y el Brasil en las occidentales, es muy estendido Imperio, y haviéndolo yo heredado por los justos y claros títulos que a todo es notorio, assí como ha de andar perpetuamente unido con los otros mis Reynos y Señorios, según que en el dicho testamento expresamente lo tengo dispuesto y ordenado, assí también es justo que sea mirado, defendido y abrigado com particular cuidado, pues los naturales del han hecho muy buenas pruebas de su ley y fidelidad conmigo todas las vezes que han sido invadidos de enemigos. Atentas, pues, estas causas y su mucha importancia con particular cuydado encargo al Príncipe don Phelippe, mi hijo y heredero de mis Reynos y Señorios, que tenga mucha quenta con la defensa y buen gobierno de toda aquella Corona, y que los naturales della sean bien tratados y amparados en quanto se les ofreciere, y que haga que se les guarden sus privilegios, prerrogativas y inmunidades conforme a las concesiones y promesas que yo les tengo hechas sindisminución alguna, que en ella hará su servicio de más de emplear bien la merced y ser cosa justa y conveniente disminución alguna, que en ella hará su servicio de más de emplear bien la merced y ser cosa justa y conveniente (*apud* ATARES, 1953, p. 25).<sup>200</sup>

O interesse de Filipe pelos índios da terra ficou explícito no testamento, como pessoas que o auxiliaram e sempre o quiseram bem. O futuro monarca, Filipe III, deveria saber conduzir seu reinado sendo atento a eles. Esse cuidado com os indígenas fez parte do reinado de Filipe como de seus antecessores. Muitos foram os Regimentos decretados pelo rei Prudente referente aos nativos durante a União Ibérica. Isso permite pensar que os jesuítas que viviam na América Portuguesa, defensores das causas indígenas, conseguiriam avançar ainda mais na luta a favor dos ameríndios e para salvação das almas, dos evangelizados e evangelizadores.

---

<sup>200</sup> “O Reino de Portugal com suas navegações e ilhas e a parte que atinge a África e no leste da Índia e o Brasil no oeste, é um Império muito prolongado, e havendo herdado pelos títulos justos e claros que a tudo é notório, assim como deve ser perpetuamente unido aos outros meus reinos e senhores, de acordo com o qual, na referida vontade, eu o expresso organizado e ordenado, por isso também é certo que seja olhado, defendido e protegido com particular cuidado, já que os nativos têm feito muito bem testes de sua lei e fidelidade a mim toda vez que eles foram invadidos por inimigos. Portanto, presto atenção a estas causas e a sua grande importância, com particular atenção ao Príncipe Dom Filipe, meu filho e herdeiro dos meus reinos e senhores, que tem muito a ver com a defesa e o bom governo de toda aquela coroa, tratados e protegidos assim que são oferecidos, e ter seus privilégios, prerrogativas e imunidades concedidas a eles de acordo com as concessões e promessas que fiz com eles de qualquer maneira, o que tornará seu serviço mais do que o bom e que seja uma coisa justa e conveniente para diminuir, que nele ele fará seu serviço mais do que empregar o mérito e ser justo e conveniente” (tradução livre).

Castelnau-L'Estoile, analisando o Catálogo<sup>201</sup> de 1598 da Companhia de Jesus no Brasil apresenta alguns dados que auxiliam em uma compreensão mais profunda disso. Na colônia viviam cento e sessenta e quatro jesuítas, sendo: oitenta e um padres; quarenta e oito irmãos temporais; vinte e oito escolásticos, futuros padres; e sete noviços, futuros irmãos ou padres. Estes vinham de sete regiões diferentes: cento e dezessete de Portugal; onze da Espanha; quatro da Itália; dois dos Flandres; dois da Inglaterra; um da Alemanha; e vinte e sete foram recrutados do Brasil.

A quantidade de missionários portugueses era grande. Mas, desse número, apenas quarenta e seis foram enviados de Portugal, enquanto os outros setenta e um já estavam na colônia. O número de estrangeiros, por sua vez, também não era grande, apenas vinte. Em 1575, o irmão Alexandre Vallerregio, que foi procurador das missões em Portugal, escreveu ao superior Mercuriano, para que não envie missionários espanhóis, ingleses ou franceses para o Brasil, pois eles tinham interesses na terra e poderiam servir de auxílio para outras Coroas. A idade dos missionários era entre quinze e oitenta e cinco anos. Desses, apenas nove tinham título universitário e somente o padre Inácio Tolosa era doutor, sendo seu doutorado em Teologia. Sessenta e oito sabiam a língua tupi,<sup>202</sup> ainda que não tenhamos como mensurar o quanto sabiam. A divisão dos missionários se dava dessa forma: cento e sete nos Colégios; vinte e oito nas residências; vinte e três nas aldeias; e seis em missão. Com média de idade de quarenta e oito anos (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 195-202, 208 e 216-217).<sup>203</sup>

Por mais que com o Regimento de Filipe II, em 1596, colocando os jesuítas como responsáveis para causa indígena na colônia, a quantidade desses que eram fixos ou que estavam em missão nas aldeias com os índios era de aproximadamente 17,7% dos inacianos. Ou seja, ainda que Gouveia, como visitador, tenha reforçado a importância do trabalho com os indígenas para missão, Pero Rodrigues lutou por essa mesma causa e Filipe II tenha favorecido os jesuítas nesse intuito, a realidade inaciana pouco mudou referente a crise que se instaurou antes do início da união das coroas. Os missionários permaneciam mais inclinados para causa dos Colégios do que para as indígenas.

---

<sup>201</sup> Desde o início da Companhia existiam os Catálogos, ainda que antes eram cartas com informações precisas sobre os missionários. Isso auxiliava para definir em qual missão aquele jesuíta deveria ir, de acordo com seu perfil. Em 1574 surge o primeiro modelo e em 1580 já se tem um definitivo para todos os jesuítas. Ele deveria ser redigido pelo provincial em latim, ser feito anualmente (Catálogo Anual) e a cada três anos um geral (Catálogo Trienal). Nele deveria estar contido informações sobre os membros, casas, financeiro e sobre a parte jurídica. Era visto como algo “profissional” (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 188-192).

<sup>202</sup> Os padres que cuidavam das causas indígenas eram conhecidos na colônia como padres línguas (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 226).

<sup>203</sup> Lembrando que os mais novos sofriam com os problemas da carne. Deixar missionários mais velhos na missão, era evitar que esses caíssem em pecado.

No final do século 16, a província do Brasil parecia em muitos aspectos com uma missão europeia: os jesuítas se ocupavam da educação das elites nos colégios, das pregações da Quaresma e de Advento, das confissões para as populações europeias das cidades (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 206).

Segundo Sabe (2014, p. 279-281), durante a União Ibérica o batismo perdeu seu caráter de adesão ao cristianismo, passando a representar aliança social. Por isso, não se devia mais punir o indígena, mas reeducá-lo, doutriná-lo.<sup>204</sup> Os aldeamentos podiam ser então vistos, aos olhos do rei, como um meio para expansão e defesa territorial e para o nativo como local inserção na sociedade colonial. “Esses missionários de índios ocupavam assim uma posição paradoxal, ao mesmo tempo essencial e marginal na província” (Castelnau-L’Estoile, 2006, p. 532-533). Se, por um lado, havia missionários que buscavam inserir o ameríndio na realidade colonial, por outro, boa parte dos inicianos queriam permanecer nela, independente da inserção ou não do índio.

Durante o reinado de Filipe os jesuítas que estavam em missão com os indígenas, tornaram-se, ainda mais, responsáveis pela doutrinação dos ameríndios em favor do projeto político da coroa, mesmo que contra a vontade do geral. Enquanto Roma se preocupava com a identidade dos jesuítas no Brasil, os inicianos estavam preocupados em manter sua influência na sociedade colonial.

---

<sup>204</sup> Se com Nóbrega que havia passado de uma pedagogia do amor para uma pedagogia da dor, onde o nativo deveria sofrer duros castigos por seus erros, e depois foi pedido para que tivessem meirinhos que castigassem para não sujar a imagem dos missionários, na União Ibérica deveria se haver uma ostentação da fé, para que ele entendesse e vivesse o que lhe era proposto (SABEH, 2014, p. 225-226).

## 5 OBJETO DE APRENDIZAGEM

Neste capítulo, apresentarei sobre o Objeto de Aprendizagem (O.A.) que tenho desenvolvido como “fruto” da pesquisa realizada para dissertação. O foco estará na importância da utilização de O.A. para o aprendizado em nossos dias. Também exporei dados sobre o vídeo, que por mim tem sido feito, como: aplicativo utilizado, público alvo e estilo de abordagem.

### 5.1 TICS - VÍDEO

A utilização de objetos de aprendizagem tem se tornado cada vez mais comum nas escolas. Porém, ainda é grande o número de escolas desprovidas de materiais que permitem uma melhor qualidade para o ensino. Projetando a realidade que vivemos, possivelmente, daqui algumas décadas os TICs farão parte da vida escolar. Ciente disso, o mestrado, Profissional em História Ibérica da UNIFAL-MG, nos propõe a criação de uma ferramenta tecnológica para ensino e a minha será o vídeo. Mas por que vídeo e não outro TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação)?

Quando se fala sobre Tecnologia da Informação e Comunicação para escolas, dois problemas surgem: o de que muitas escolas não disponibilizam ferramentas tecnológicas para que os professores possam utilizar e o de que muitos professores desconheçam como usá-las quando são disponibilizadas. Porém, antes de aprofundar nesses pontos, creio ser necessário entender o que são TICs:

Chamamos Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos procedimentos, métodos e equipamentos para processar informação e comunicar que surgiram no contexto da Revolução Informática, Revolução Telemática ou Terceira Revolução Industrial, desenvolvidos gradualmente desde a segunda metade da década de 1970 e, principalmente, nos anos 90 do mesmo século. Estas tecnologias agilizaram e tornaram menos palpável o conteúdo da comunicação, por meio da digitalização e da comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações, que podem assumir a forma de texto, imagem estática, vídeo ou som. Considera-se que o advento destas novas tecnologias e a forma como foram utilizadas por governos, empresas, indivíduos e sectores sociais possibilitaram o surgimento da Sociedade da Informação (RAMOS, 2008, p. 5).

Por estarmos nessa “Sociedade da Informação” descrita por Ramos, um dos melhores meios para o aprendizado, talvez, seja fazer uso das TICs. Eis, algumas vantagens no uso de TICs:

- a) Suporte prático e veloz para os professores;
- b) Potencializa e dinamiza o processo de aprendizado, abrindo possibilidades;
- c) Gera interação entre o objeto e o aluno;
- d) E reutilizado em casa, dependendo do TIC e do interesse do aluno.

Considerando o modo como o ser humano aprende, torna-se ainda mais evidente a importância dos TICs. Para melhor compreensão, utilizarei dos dados de uma pesquisa. Segundo o autor, Betteto (2011, p. 23-24 e 26), entre todos os sentidos que temos, a visão é a que mais auxilia no aprendizado (83%), estando a audição em segundo lugar (11%). Onde 65% daquilo que ouvimos e vemos, fica guardado por mais de três dias, enquanto isoladamente, esses sentidos chegam a guardar nem a metade, 30%. Sendo assim, o vídeo é uma das ferramentas mais “poderosas” para o aprendizado. Se por um lado, apresento a realidade teórica disso, por outro, ao considerar os alunos do século XXI, “mergulhados na tecnologia”, não se pode imaginar que o mesmo estilo de ensino utilizado no século passado, conseguiria atingi-los.

Um desafio comum entre os professores desse século é manter os alunos interessados na matéria que estão lecionando. Existe uma “briga desigual” em sala de aula, professores Vs celular. Na frente estão os docentes buscando ensinar a matéria proposta pelo livro didático e na carteira os celulares que conectam o jovem estudante com o mundo para fora da classe, utilizando aplicativos como: *Facebook, Whatsapp, Twinter, Youtube, Instagram, Snapchat, etc.* A aula de caráter expositiva, dificilmente consegue fazer com que o aluno desprenda seu olhar do celular. Sendo assim, o Objeto de Aprendizagem pode ser de grande ajuda nessa “batalha”, onde a tecnologia torna-se auxílio para o aluno ter contato com a matéria.

Segundo Sancho (1998, p. 43), existem dois tipos de professores quando consideram essa problemática: tecnofílicos e tecnofóbos. Os tecnofílicos são aqueles que ao se depararem com a realidade encontrada em sala de aula, encontram na tecnologia o meio para auxiliá-los no ensino. Já os tecnofóbos não sabem como utilizar a tecnologia e não querem aprender, testar. Eles também têm medo de que com o uso da tecnologia, aos poucos eles percam seu espaço em sala de aula. Se os tecnofóbos têm um problema evidente, os tecnofílicos podem vir a tê-lo. Isso porque a tecnologia não pode ser vista como salvadora de todos os problemas. Se a tecnologia não for bem utilizada, ela poderá ser mais um passa tempo, do que um meio para o aprendizado. “A tecnologia na educação necessita de estratégias, metodologias e atitudes com o objetivo de

superação, pois uma aula mal estruturada mesmo com o uso do mais moderno recurso passa a não fazer sentido pedagógico para o aluno” (BETTETO, 2011, p. 15).

Para Almeida (2013, p. 2), não basta teorizar sobre a “Geração Net”<sup>205</sup>, é necessário que o estudado vá para além das discussões acadêmicas para cursos preparatórios de professores. Gostaria de ressaltar a importância de duas matérias ofertadas no currículo do Mestrado Profissional em História Ibérica da UNIFAL-MG. A primeira ofertada pelo professor Bressan, *Planejamento e Desenvolvimento de objetos de aprendizagem*, onde foi instruído para todos os alunos como criar um objeto tecnológico para o aprendizado. Segundo disciplina do professor Mariano, *Formação de Professores e ensino de História: pesquisas e práticas*, que ressaltou a importância do papel do educador no século XXI, foram de grande valia. Pois entender sobre O.A. e não entender sobre o aluno dos dias de hoje, torna-se um problema. Do mesmo modo que entender a realidade do aluno e não se aventurar em modificar o sistema de ensino, seja da escola ou do educador, não auxiliaria o estudante. Por isso, a ajuda do Bressan para minha escolha de fazer vídeo como O.A., foi somada ao auxílio do Mariano de como devo utilizá-lo. “É preciso introduzir, em cada momento, as ações que se adaptem às novas necessidades informativas que surgem constantemente” (ZABALA, 1998, p. 51).

## 4.2 OBJETO

A escolha do vídeo foi consequência do aprendizado durante o mestrado e as experiências vividas em sala de aula, mas como será esse vídeo? Ele é para todas as idades? Como fazer para que esse O.A. não se torne, apenas, “passa tempo” para os alunos?

Ciente da realidade exposta por Sá Filho e Machado, escolhi vídeo para ser meu objeto de aprendizagem, que depois será disponibilizado na internet pelo site do *Youtube*, pois, favorece para que vídeos possam ser divulgados em todo o mundo de modo gratuito.

O uso de repositórios de objetos de aprendizagem, devidamente identificados e catalogados, disponibiliza recursos didáticos, que podem ser compartilhados em qualquer parte do mundo que tenha acesso à Internet, usados em mais de uma situação e para objetivos diversos, e tornam o desenvolvimento de cursos, tutoriais e outras opções de ensino-aprendizagem, mais dinâmicos e mais simples de serem mantidos atualizados (SÁ FILHO; MACHADO, 2003, p. 6).

---

<sup>205</sup> Termo utilizado para designar as pessoas que nasceram no século XXI.

Para realização do meu objeto, fiz uso do programa *Movie Maker*, Windows, e dos aplicativos para celular *Talking Tom e Ben News*, *Talking Bem*, *Talking Tom* e *Talking Pierre*, além de uma infinidade de imagens retiradas do *Google Imagens*.

A Companhia de Jesus no Brasil, Filipe II<sup>206</sup> e União Ibérica são estudados durante o 7º ano do Ensino Fundamental II. Sendo assim, o vídeo que criei contém muitas ilustrações e brincadeiras que fazem parte do cotidiano dos alunos da faixa etária. Também pensando nos alunos que iriam fazer uso do meu material, dividi minha tese em três vídeos, correspondentes aos três primeiros capítulos do trabalho. Sendo assim:

- a) A Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1580;
- b) Filipe II, um ímpar sem par: 1527-1580;
- c) A Companhia de Jesus no Brasil no reinado de Filipe II durante a União Ibérica.

Essa divisão foi pensada de modo didático para facilitar na compreensão dos estudantes. Isso porque, por exemplo, não necessariamente quem deseja ver um vídeo sobre os jesuítas quer estudar sobre Filipe. Assim, os dois primeiros vídeos seriam independentes, enquanto para compreensão do último, por sua vez, seria necessário ter assistido os dois primeiros. Todos os vídeos têm anexados um questionário. No anexo existem dois tipos de perguntas: a primeira, são perguntas conteudistas que valorizam aspectos importantes a serem guardados pelos alunos; já a segunda são perguntas para promover a reflexão, onde o aluno precisa prestar atenção nos detalhes expostos, contando com o auxílio das respostas conteudistas para poder responder. Desde já, sugiro que nessa segunda parte, os professores promovam debates entre as respostas.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que já fiz uso de um dos vídeos elaborados em sala de aula.<sup>207</sup> Depois do vídeo, dei o tempo para que pudessem responder as perguntas, sendo a última delas: *O que você achou do vídeo? Ele te ajudou a aprender a matéria? No que ele poderia ser melhor?* Houveram críticas quanto a qualidade do som, algumas imagens de qualidade ruins, mas que foi um modo “legal” para ensinar a matéria. Uma aluna chegou a dizer que o vídeo auxiliou mais na compreensão do que as aulas expositivas. Prova disso é que ao corrigir as questões, a maioria deles acertaram todas dezessete questões.

Assim como o meu objeto de aprendizado, todos os demais O.A. do mestrado serão disponibilizados na internet. Desse modo, auxiliarão professores e alunos, pois, com maior banco de dados, mais propício será para se ter um espaço de aprendizado propício para os alunos dessa nova geração. Como endossa Fonseca:

---

<sup>206</sup> Importante ressaltar que quando citado no livro didático, o monarca o é apenas para introduzir a União Ibérica.

<sup>207</sup> O vídeo sobre Filipe II.

É cada vez mais recorrente, na prática de ensino de História, a criação de *blogs* coletivos; fóruns relacionados a temáticas da História; bate papo *on-line* sobre temas abordados em aula; criação e publicação de vídeos na internet sobre os assuntos estudados; produção de *slides* em *Power Point* para apresentação de seminários e a posterior divulgação na internet, assim como de CD-ROM específicos de História, videoconferências, montagem de banco de dados com documentos, imagens, textos e outros (2013, p. 371).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma trajetória foi percorrida nesta dissertação ao longo dos capítulos, sobre: a Companhia de Jesus, o rei Filipe II e a relação dos missionários com o monarca espanhol. O intuito do presente trabalho, que visava fazer uma compilação historiográfica desses assuntos, foi fielmente cumprido. Mas uma pergunta pode ter ficado na cabeça do leitor, qual a importância desses fatos para a historiografia? Qual a relevância dos capítulos apresentados para a história do Brasil Colônia? De que modo os missionários da Companhia no Brasil atuaram ante os Regimentos de Filipe? Não pretendo me utilizar de outros historiadores para responder essas questões, mas em meu entendimento pelos fatos pesquisados.

A primeira questão é que creio ser impossível pensar a realidade colonial brasileira sem se ater aos inicianos. Reduzir os missionários ao título de responsáveis da evangelização indígena é desconsiderar a história deles. Além de especialistas da missão entre os nativos, os jesuítas foram aqueles que:

- a) criaram gramática para o Tupi;
- b) trouxeram de modo mais forte o cristianismo para Terra de Santa Cruz;
- c) exerceram obediência aos reis lusos e, posteriormente, aos reis espanhóis sobre vigiar e comunicar o que acontecia na terra;
- d) atuaram, concomitantemente, como representantes dos interesses de Cristo e da Coroa;
- e) e, lutaram pelo fim da escravidão indígena.

Creio ser válido o pensamento dos senhores de engenho como responsáveis da formação da sociedade brasileira, desde que seja incluso que eles tinham nos jesuítas seus grandes opositores e que dessa relação entre colonos e religiosos surgiu o que conhecemos como sociedade durante o Brasil Colônia.

O segundo aspecto é que a presença dos reis espanhóis foi de fundamental importância para a compreensão de quem somos nós. O período Colonial brasileiro tem trezentos e vinte dois anos de história, sendo sessenta anos marcados pelo governo de monarcas hispânicos. Omitir esse período é deixar de dar vida a um período de transformações que modificaram, obviamente, nosso modo de ver o mundo. Se, por um lado, havia apresentado como a estrutura brasileira se modificava com a União das Coroas, por outro, a cosmovisão das pessoas que aqui viviam também. Qualquer cultura que tenha contato com a outra será por um processo dialético modificada por ela, ainda mais quando essa nova cultura exerce poder sobre a antiga.

O terceiro ponto é que dos reis da União Ibérica, Filipe II é a figura mais enigmática e interessante. Pelo trabalho não tem como chegar nessa conclusão, pois não foram apresentados seu filho, Filipe III, e seu neto, Filipe IV. Mas, como pesquisei sobre a União das Coroas e meu primeiro projeto era voltado para toda ela, o desejo do recorte sobre a imagem do rei Prudente foi por perceber que ele era diferenciado dos demais. Cheguei nessa conclusão ao perceber que em sua trajetória houve sempre forte jogo político, um *Game of Thrones*<sup>208</sup> do passado, aos moldes do *Príncipe* de Maquiavel. Bom jogador que era, Filipe adquire o trono luso como seu maior prêmio e, por consequência, as colônias que fariam dele o rei mais poderoso da terra. Para poder perpetuar o poder em sua família, além de ensinar seu filho, o que deveria ou não ser feito, fez aliança com os poderosos, em território luso e nas colônias.

Creio que pelos três parágrafos acima, consegui responder a importância deste estudo para historiografia e a importância de serem estudados quando o tema for Brasil Colônia. Porém, os parágrafos não respondem sobre qual foi a atuação dos missionários ante os Regimentos de Filipe II. Como apresentei no decorrer do trabalho, Filipe criou vários Regimentos para a Colônia brasileira. Dois pontos são importantes ressaltar sobre eles na vida dos membros da Companhia: a mudança do modo de proceder e a aparência de mudança no modo de proceder.

A mudança do modo de proceder dos jesuítas aconteceu desde o início da União Ibérica. Com as chegadas de outras ordens religiosas a Companhia perde o centro de missão na Colônia do Brasil, sendo assim, os inicianos precisam se redescobrir, ou melhor, se adequarem na nova realidade colonial. Corrobora com essas transformações a presença de Teles Barreto que, como apresentado, era inimigo declarado dos jesuítas. Contudo, foi nos Regimentos que Filipe II deixou evidente seu posicionamento sobre a Companhia de Jesus no Brasil. O monarca precisava dos missionários para seu projeto no Ultramar de catequização e dominação indígena, de poder e enriquecimento. Os missionários iriam evangelizar, doutrinar e criar novos súditos que estariam dispostos a obedecer ao rei hispânico que não conheciam, ainda que custasse a vida em defesa do território que fora deles. Como os jesuítas haviam perdido seu papel de destaque na missão, submeter-se aos desejos de Filipe era, além de obediência a Cristo na figura do rei pelo Padroado, retomar o poder que antes da União das Coroas tinham. Porém, não fariam mais como desejassem, mas estariam submissos às vontades reais. Chegando a depois de pacificar uma região e nela ser construído aldeamentos e vilas, serem passados para que as outras ordens cuidassem.

---

<sup>208</sup> Série da empresa televisiva HBO.

Já a aparência de mudança no modo de proceder dos missionários da Companhia de Jesus se deu pelo fato que os Regimentos, além de colocar os jesuítas como responsáveis de levar a cabo o projeto Ultramarino Filipino, rememorava, conseqüentemente, que o local da missionação da Companhia era entre os indígenas. Expus que devido os desgastes da missão entre os indígenas, os religiosos começaram a preferir a vida nos Colégios. O Regimento deveria fazer com que os missionários voltassem novamente o olhar para causa indígena e lutassem pelos desejos do rei, mas isso não aconteceu. Essa aparente mudança ficou ainda mais evidente no catálogo de 1598 que a historiadora Castelnau-L'Estoile explanou, e sucintamente apresentei.

Curioso perceber a similaridade entre a postura dos missionários da Companhia de Jesus no Brasil com a dos indígenas. Relembro que os jesuítas eram como camaleões que deveriam se adequar da melhor forma possível ao local em que se encontravam para poderem evangelizar e, conseqüentemente, salvar almas, sobretudo porque suas próprias almas estavam “em jogo”. Sendo assim, até mesmo regras que vinham dos superiores da Companhia em Roma poderiam ser desobedecidas caso não contemplassem a realidade da missão. Mas, fazer isso com os Regimentos que vinham do rei, era uma novidade, por mais que o Regimento trazido por Thomé de Souza ao Brasil colocava os missionários como responsáveis da causa indígena foram aos poucos sendo desobedecidos. Enquanto as diretrizes escritas por Dom João III, enviadas com primeiro Governador Geral, demorou anos para deixar de ser prioridade para os inacianos, os de Filipe nem sequer foram cumpridos à risca. Mas por que a similaridade dos inacianos com a postura dos indígenas? Pois assim como os nativos ouviam as novidades pelos missionários e prometiam cumpri-las, porém, permaneciam vivenciando o grosso de seus costumes, do mesmo modo, os jesuítas cumpriam aparentemente as regras do rei, indo aonde fossem enviados, mas com um grupo muito menor de missionários do que aqueles que ficavam nos Colégios. Ou seja, o foco não estava na obediência ao monarca, mas nos interesses da Companhia, que naquele período era em especial pelos Colégios.

Muitos historiadores veem as aldeias como o local dos jesuítas no século XVI. Creio ser difícil discordar dessas afirmações quando levado em consideração que eles foram enviados com essa missão e assumiram mesmo esse papel de responsáveis pela evangelização dos índios, mas no decorrer do cinquenta e um anos que estiveram no Brasil nesse século, o que se consegue perceber: a primeiro momento é todo desejo de missionação entre os nativos; depois o fracasso e a discussão sobre o papel dos inacianos para salvação das almas indígenas; o fortalecimento das estruturas entorno dos Colégios; e, por fim, a vida prioritariamente no Colégio. Sendo assim, creio que o local do jesuíta no século XVI não está na aldeia, mas no Colégio. Por mais

que existiam os Regimentos e as discussões entre os missionários no Brasil com os superiores em Roma sobre o modo de missionar nas aldeias, tudo era feito a partir dos Colégios. Até chegar ao ponto que ir para evangelização entre os indígenas era para aqueles vistos como inferiores na Companhia.

Estudar as transformações da Companhia de Jesus no Brasil, seja no reinado de Filipe III e de Filipe IV ou após o fim da União Ibérica, é algo que ainda pretendo fazer para o doutorado. Mas, como consequência desta dissertação, ainda desejo adentrar e aprofundar em artigos sobre discussões como:

- a) que relação de poder foi exercida entre o Filipe II e a Companhia de Jesus no Brasil;
- b) que tipo de classificação pode ser dada para relação dos jesuítas com os indígenas;
- c) que contribuição o rei espanhol Filipe deu para organização política do Brasil;
- d) que visão antropológica os missionários tinham dos nativos;
- e) que relação os senhores de engenho tinham com os ameríndios onde os missionários da Companhia não estavam;
- f) que postura os inicianos exerceram com os negros africanos.

Ressalto que esse trabalho foi inspirado pelo fato de não ser apresentado no livro didático, do 7º ano do Ensino Fundamental II da disciplina de História, a União Ibérica e ser pouco mencionado a existência dos jesuítas no Brasil Colonial. Por isso, fiz esta compilação para dar luz a essa parte de nossa história. Por essa razão, o trabalho teve caráter de revisão bibliográfica, utilizando de materiais publicados da historiografia. Porém, como a causa para dissertação estava em conduzi-la para sala de aula, vídeos foram criados com esse objetivo.

Faz parte do proposto pelo programa do Mestrado Profissional em História Ibérica da UNIFAL-MG a criação de Objeto de Aprendizagem. Sendo o O.A. a escolha de cada mestrando. No último capítulo apresentei o porquê escolhi o vídeo, mas, aqui, pretendo expor o que espero e qual a importância deles.

A faixa etária dos alunos no 7º ano é de 12 anos. Levando em consideração as dificuldades de prender a atenção desses estudantes para o aprendizado foi que escolhi o modo de fazer esses vídeos. Assim como eu, muitos professores já utilizam de tecnologia durante as aulas. Por isso, por meio de aplicativos de celular, muito conhecidos entre eles, criei as vídeo-aulas. Nelas, enquanto os “bichinhos” falam alguns aspectos centrais da dissertação, imagens cotidianas vão aparecendo e ilustrando o que está sendo falado.

Enquanto atenção do aluno está voltada para descobrir qual será a próxima imagem, ele se atenta ao que está sendo dito, pois as falas com as imagens auxiliam a memorizar melhor o conteúdo. Como um questionário é passado anteriormente para os estudantes, eles já sabem que

devem estar atentos a cada detalhe, de modo que nada se perca. Sendo assim, a chance de que a matéria dada alcance seu objetivo de aprendizado é muito maior.

Maior ainda é a chance de que todo o trabalho não fique em uma estante e nas nuvens sem ser visto. Transformar a dissertação em vídeo, facilita para que mais pessoas tenham contato com a síntese, ainda que simples, do trabalho. O vídeo auxilia o professor em sala de aula que facilita o aluno no aprendizado e pode ser disponibilizado para quem quiser nas nuvens, de modo que meu desejo de ajudar os discentes se tornará realidade.

## REFERÊNCIAS

ALBADEJO MARTÍNEZ, M. *Vestido y Contrarreforma en la corte de Felipe II: las virtudes del traje femenino español a través de la literatura de Trento*. Disponível em: <<https://goo.gl/7wEQui>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

ALMEIDA, A. C. P. Produção de vídeos em sala de aula: uma proposta de uso pedagógico de celulares e câmeras digitais. *Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, Canoas/RS, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2013.

ALMEIDA, M. R. C. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, M. R. C. Um Tesouro Descoberto: Imagens do Índio na Obra de João Daniel. *Revista Tempo do departamento de História da U.F.F.*, Rio de Janeiro, n. 5, p.147-160, 1998.

ALVAR EZQUERRA, A. *La España de los Austrias: la actividad política*. Madrid: Istmo, 2011.

ALVES FILHO, P. E. As traduções do jesuíta José de Anchieta para o tupi no Brasil Colonial. *Revista TradTerm*, v. 17, p. 11-30, 2010.

\_\_\_\_\_. *Tradução e sincretismo nas obras de José de Anchieta*. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-06112007-112448/pt-br.php>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ANCHIETA, J. Carta do Provincial José de Anchieta ao rei Filipe II. *Revista Nueva da España*, Hispania, n. 1, 1985.

\_\_\_\_\_. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J.: (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

\_\_\_\_\_. *Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Poesias*. São Paulo: EDUSP, 1989.

ARNAUT, C.; RUCKSTADTER, F. M. M. *Estrutura e organização das Constituições dos Jesuítas (1539-1540)*. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/2416/1696>>. Acesso em: 20 jul.2016.

ASSUNÇÃO, P. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ATARES, C. *Consejos de Felipe II a Felipe III*. Madrid, Imprenta y Editorial Maestre, 1953.

AZZI, R. *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. São Paulo: Paulinas, 1987.

BAETA NEVES, L. F. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

BETETTO, J. R. *O uso do vídeo como recurso pedagógico: conceitos, questões e possibilidades no contexto escolar*. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/JOELMA%20RIBEIRO%20BETETTO.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

BORIS, F. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

BOXER, C. R. *A Igreja e a Expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRUNETTO, C. J. C. La arquitectura en las fuentes coloniales brasileñas del tiempo de Felipe II José de Anchieta y Gabriel Soares de Sousa. *Revista de Estudo Brasileños*. v. 1, n. 1, p. 55-72, 2014.

CARDIM, F. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores – J. Leite & Cia., 1925.

CARDIM, P. *Política e Identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I*. In: Estudos em Homenagem a João Francisco Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, v. 1.

CARLAN, C. U. *Moeda e Poder em Roma: um mundo em transformação*. São Paulo: Annablume, 2013.

CARLOS LOSADA, J. *La reina sanguinaria*. Disponível em: <<http://www.estudiocriminal.eu/wp-content/uploads/2017/03/Maria-Tudor-La-reina-sanguinaria.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

*CARTAS Avulsas: 1550-1568*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

CASTELNAU-L'ESTOILE, C. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios – 1580-1620*. Bauru/SP: Edusc, 2006.

CLASTRES, H. *Terra sem mal*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COLÓN, C. *Relación del Tercer Viaje (1498)*. Madrid: Alianza Universidad, 1984.

*CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e Normas Complementares*. São Paulo: Loyola, 2004.

CONTRERAS, J. *Dios, casa y reinos: Felipe II, católico pero no romano*. Disponível em: <[http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih\\_13\\_4\\_003.pdf](http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_4_003.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2016.

COSTA, C. J.; MARTINS, F. J. S. *Análise histórica, religiosa e educacional sobre o catecismo do Santo Concílio de Trento*. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf5/texto3.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

CUNHA, S. Erasmo, Lutero e o Livre-arbítrio. *Revista Teológica Discente da Metodista*, v. 2, n. 2, p. 53-66, 2014.

DIAS, E. Os retratos de Maria Isabel e Maria Francisca de Bragança, de Nicolas-Antoine Taunay. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 11-43, 2011.

DICKENS, A. G. *A contra reforma*. Tradução: Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial verbo, 1972.

DORNELLES, B. P. *A cidade Colonial Brasileira*. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2371/1/430451.pdf>>. Acesso em: 05 jul.2016.

DUSSEL, E. *La história de la iglesia en América Latina: una interpretacion*. Tradução: José Lino Hack. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes. n. 18, 1982.

EDMOND, P. *A história secreta dos jesuítas*. Disponível em: <<https://forum.antinovaordemmundial.com/attachment.php?aid=2162>>. Acesso em: 10 out. 2016.

EISENBERG, J. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais e aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ELLIOTT, J. H. La conquista española y las colonias de América. In: BETHELL, L. (org.). *Historia de America Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, cap. 6, p. 129-165, 1990.

ESTRADA, J. C. T. El Padre Rubio y la enseñanza filosófica de los jesuitas en la Nueva España. *Cuyo - Anuario de Filosofía Argentina y Americana*, Mendonza, n. 13, p. 11-44, 1996.

FALCI, P. G. Os movimentos religiosos e a Legenda Áurea: uma análise do martírio imaginário de Domingos de Gusmão. *Revista Aulas*, São Paulo, n. 4, 2007.

FARIA, H. M. Bartolomeu de las Casas: o direito a serviço da vida do pobre. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 9-23, 2005.

FARIA, M. R. *A educação jesuítica e os conflitos de uma missão: um estudo sobre o lugar do jesuíta na sociedade colonial (1580-1640)*. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10774>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

FEBVRE, L. *Martinho Lutero: um destino*. Tradução: Dorothée de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FERNANDES, F. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~igor/wp-content/uploads/guerra.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

FERNANDES, L. E. O. O franciscanismo espanhol em terras americanas: os irmãos menores na Nova-Espanha do século XVI. *Revista Aulas*, São Paulo, n. 4. 2007.

FERREIRA, O. M. C.; SILVA JUNIOR, P. D. *Recursos audiovisuais para o ensino*. 3. ed. São Paulo: EPU, 1975.

FLORISTÁN SAMANES, A. *Historia moderna universal*. 3. ed., Barcelona: Ariel, 2005.

FONSECA, S. G. *Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas/SP: Papirus, 2013.

FRANZEN, B. V. *Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2005.

FUNARI, P. P. A.; CARLAN, C. U. *Arqueologia clássica e numismática*. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2007.

GANDAVO, P. M. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: EDUSP, 1980.

GARCÍA PRIETO, E. *La Infanta Isabel Clara Eugênia de Austria: la formación de una princesa europea y su entorno cortesano*. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/21475/1/T34474.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

GARCIA, E. F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007\\_GARCIA\\_Elisa\\_Fruhauf-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_GARCIA_Elisa_Fruhauf-S.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2017.

GOMES, R. A. “*Com que direito?*”: análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda – Valladolid, 1550 e 1551. Disponível em: <[http://server05.pucminas.br/teses/Direito\\_GomesRA\\_1.pdf](http://server05.pucminas.br/teses/Direito_GomesRA_1.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

GÓMEZ CANEDO, L. *Evangelización Y Conquista: Experiencia franciscana en Hispanoamérica*. México: Editorial Porrúa, 1977.

GONÇALVES, R. P. Ordens Religiosas e missões no vice-reino do Peru. *Revista Faz Ciência*, Francisco Beltrão/PR, v. 14, n. 20, p. 177-198, 2012.

GONZÁLES, J. L. *E até os confins da Terra: uma história ilustrada do Cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, 1995.

HANSEN, J. A. *Manuel da Nóbrega*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.

HERMANN, J. *1580-1600: o sonho da salvação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010.

HERNANDES, P. R. Meninos órfãos vindos do Reino para a América Portuguesa - mestiçagem cultural. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas/SP, v. 34, n. 66, p. 125-139, 2016.

HOLANDA, S. B. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

JORT HERNANDO, M. *Mónita secreta jesuíta*. Disponível em: <<https://lamjort.wordpress.com/2016/02/03/monita-secreta-jesuista-en-una-carta-de-1571/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

KAMEN, H. *Filipe da Espanha*. Tradução: Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KENISTON, H. *Garcilaso de la Vega: a critical study of his life and works*. New York: Hispanic Society of America, 1922.

KOHLER, A. *Carlos V: 1500-1558 - Una biografia*. Tradução: Cristina García Ohlrich. Madrid: Marcial Pons Ediciones Historia, 2000.

*LA carta de privilegio real*. Disponível em: <[http://www.revistacodice.es/codice\\_10/Carta\\_privilegio\\_pegalajar\\_memoria.pdf](http://www.revistacodice.es/codice_10/Carta_privilegio_pegalajar_memoria.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

LAGO, L. A. C. *A moeda metálica em perspectiva histórica: notas em torno de uma exposição*. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td481.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

LEITE, S. S. J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – 1538-1553*. v. 1. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1949.

\_\_\_\_\_. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil – 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

LEMOS, D. L.; ALVES, A. A quebra do elo: as consequências da reforma protestante para o fim das mediações sacerdotal. *Diálogos – Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade*, n. 8, 2013.

LÉRY, J. *Viagem à terra do Brasil*. Disponível em: <[http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno\\_10.pdf](http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_10.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015.

LOADES, D. *As Rainhas Tudor – o poder no feminino em Inglaterra (séculos XV-XVII)*. Tradução de Paulo Mendes. Portugal: Caleidoscópio, 2010.

LÓPEZ, D. *La política de Felipe II: memoria leída en el Ateneo de Madrid*. Madrid: Tipografía de Manuel Ginés Hernández, 1886.

LÓPEZ, J. I. J. C. *Os franciscanos na Nova Espanha: crônica de uma experiência humanista através do seu epistolário - 1523-1583*. Disponível em: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7038/arquivo1756\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7038/arquivo1756_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

LOURENÇO, M. P. M. Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da “sociedade da corte” (1640-1754). *Penélope*, n. 29, p. 49-82, 2003.

LOYOLA, I. *Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*. Braga: Apostolado da Oração, 2005.

LOZANO NAVARRO, J. J. *La Compañía de Jesús y el Poder en la España de los Austrias*. Madrid: Cátedra, 2005.

MAIA, L. O. Regulamento das Aldeias: da Missão ideal às experiências coloniais. *Outros Tempos – Dossiê Religião e Religiosidade*, v. 5, n. 6, p. 186-201, 2008.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução: Lívio Xavier. Bauru/SP: EDIPRO, 3. ed., 2010.

MARTINA, G. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias I - O Período da reforma*. Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MASSIMI, M. *Representações acerca dos índios brasileiros em documentos jesuítas do século XVI*. Disponível em: <  
<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos05/massimi03.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MIRANDA, M F. G. M. *Aspectos práticos de uma teoria absoluta: A monarquia e as Cortes na Espanha de Felipe II (1556-1598)*. Disponível em: <  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03112014-162317/pt-br.php>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

MONTAIGNE, M. *Os ensaios: livro I*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, A. M. *Ensino de História: das dificuldades e possibilidades de um fazer*. In: DAVIES, N. *Para além dos conteúdos no ensino de história*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

MOREAU, F. E. *Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Annablume, 2003.

MORENO, D. C. *Livro que dá razão do estado do Brasil – 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

MUÑOZ-ARRACO, J. M. P. P. Sobre las instituciones de gobierno de la Monarquía Hispánica en la segunda mitad del siglo XVI. *Anuario Jurídico y Económico Escurialense*. Madrid, n. 43, 2010.

NASCIMENTO, C. E. A Companhia de Jesus e a evangelização dos índios nos sete povos das missões. *Mimesis*, Bauru/SP, v. 34, n. 2, p. 155-164, 2013.

NEVES, C. M. *A vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

NÓBREGA, M. *Cartas do Brasil: 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

O'MALLEY, J. W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS; Bauru/SP: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, M. *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.

\_\_\_\_\_. *História da Igreja*. Lisboa: União Gráfica, 1952.

OLIVEIRA, P. H. *Moeda e propaganda ideológica em Dom Sebastião*. In: CARLAN, C. U. *As moedas e o conhecimento histórico*. Santos/SP: Artefato Cultural, 2017.

PARKER, G. *A igreja dividida*. In: *Emergência da Europa*. Rio de Janeiro: Time Life/Abril Livros, 1992.

PIERSON, P. *Felipe II de España*. Madrid: FCE, 1998.

RAMALHO, A. C. *A infanta D. Maria e o seu tempo*. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas37-38/06\\_Costa\\_Ramalho.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas37-38/06_Costa_Ramalho.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2016.

RAMOS, S. *Tecnologias da Informação e Comunicação – conceitos básicos*. Disponível em: <[http://livre.fornece.info/media/download\\_gallery/recursos/conceitos\\_basicos/TIC-Conceitos\\_Basicos\\_SR\\_Out\\_2008.pdf](http://livre.fornece.info/media/download_gallery/recursos/conceitos_basicos/TIC-Conceitos_Basicos_SR_Out_2008.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.

RODRIGUES, P. P. *Vida do Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Annaes da Bibliotheca Nacional, 1897.

ROMAG, D. *Compêndio da História da Igreja*. v. 3. Petrópolis/RJ: Vozes, 1941.

RUIZ, R. *São Paulo na monarquia hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004.

RUMEU DE ARMAS, A. Una carta del Apostol del Brasil, Beato Jose de Anchieta, al Rey Felipe II - La expedición de Diego Flores de Valdés a Magallanes. *Revista Española de Historia*, Hispania, tomo XLV, p. 5-32, 1985.

SÁ FILHO, C. S.; MACHADO, E. C. *O Computador como agente transformador da educação e o papel do objeto de aprendizagem*. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/seminario2003/texto11.htm>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SABEH, L. A. *Colonização salvífica: os jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)*. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2009/LuizSabeh.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. *Semeando um novo mundo - a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil*. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36450/R%20-%20T%20-%20LUIZ%20ANTONIO%20SABEH.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

SÁNCHEZ, F. *María Tudor*. Disponível em: <<https://clistenes.files.wordpress.com/2010/05/maria-tudor-bloody.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SÁNCHEZ, M. S. Los vínculos de sangre: la Emperatriz María, Felipe II y las relaciones entre España y Europa Central. *Parteluz*, Madrid, tomo 1.2, p. 777-793, 1998.

SANCHO, J. M. *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, B. M. *Os jesuítas no Brasil dos Felipes: encontros e desencontros de uma ordem plural*. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp081272.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Os jesuítas no Brasil no tempo dos Filipes: o impacto dos Colégios na ação missionária dos inicianos. *Editora da Universidade Federal de Ouro Preto*, Ouro Preto/MG, p. 01-14, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os Primeiros Jesuítas e o Trabalho Missionário No Brasil*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a7.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

SCHAUB, J. F. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SCHIMIDT, M. A.; CAINELLI, M. *Ensinar História*. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

SENCIÓN VILLALONA, A. *Historia dominicana: desde os aborígenes hasta la Guerra de Abril*. Santo Domingo: Editora Alfa & Omega, 2010.

SERRÃO, J. V. Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640. v. 336. *Nacional*, São Paulo, 1968.

SILVA, M. H. A. A utilização do pensamento medieval na criação do culto à Rainha Virgem Elizabeth I (1558-1603). *Revista Cantareira*, 22. ed., p. 163-177, 2015.

SILVA, M. M. *A chegada do protestantismo no Brasil*. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/download/162/269>>. Acesso em: 13 set. 2015.

SOUZA, J. B. A. Las Casas, Alonso de Sandoval e a defesa da escravidão negra. *TOPOI*, v. 7, n. 12, p. 25-59, 2006.

SOUZA, L. M. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Inferno Atlântico: demonologia e colonização - séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930.

STELLA, R. S. *Instituições e Governo Espanhol no Brasil*. v. 1. Madrid: Fundação Histórica Tavera, 2000.

THEVET, A. *As singularidades da França Antártica*. EDUSP, São Paulo, 1978.

THOMAS, G. *Política indigenista dos portugueses no Brasil (1500-1640)*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

THOMAS, H. *El señor del mundo: Felipe II y su imperio*. Tradução: Carmen Martinez Gimeno. Barcelona: Planeta, 2013.

TONER, J. J. *A Deliberação que deu origem aos jesuítas*. São Paulo: Loyola, 1974.

USÓ ESPINOSA, P. *Isabel De Valois: El Gran Amor de Felipe II*. Disponível em: <[http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/78028/forum\\_2008\\_12.pdf?sequence=1](http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/78028/forum_2008_12.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 set. 2016.

VAINFAS, R. *Do milenarismo idolátrico ao sabá tropical: a demononização das santidades brasílicas nos escritos jesuíticos (séculos XVI e XVII)*. In: COSTIGAN, Lúcia Helena (org.).

*Diálogos da conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco.* Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2005.

VALENTIN, I. F. A reforma protestante e a educação. *Revista de Educação do Cogeime*, ano 19, n. 37, p. 59-70, 2010.

VASCONCELOS, S. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. v. 1. Lisboa: Em casa do editor A. J. Fernandes Lopes, 1865.

WERMERS, M. M. Portugal no Concílio de Trento: o conflito Trento-Bolonha e a suspensão do Concílio. *Lusitania Sacra*, Lisboa, p. 205-228, 1956.

WIRNSBERGER, M. *Felipe Segundo*. Disponível em: <<http://www.markus-wirnsberger.de/media/dd6aed4aa15b4b71ffff8b3eac144225.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

WITTMANN, L. T. *A música nos primeiros anos de presença jesuítica no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/luisawittmann.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

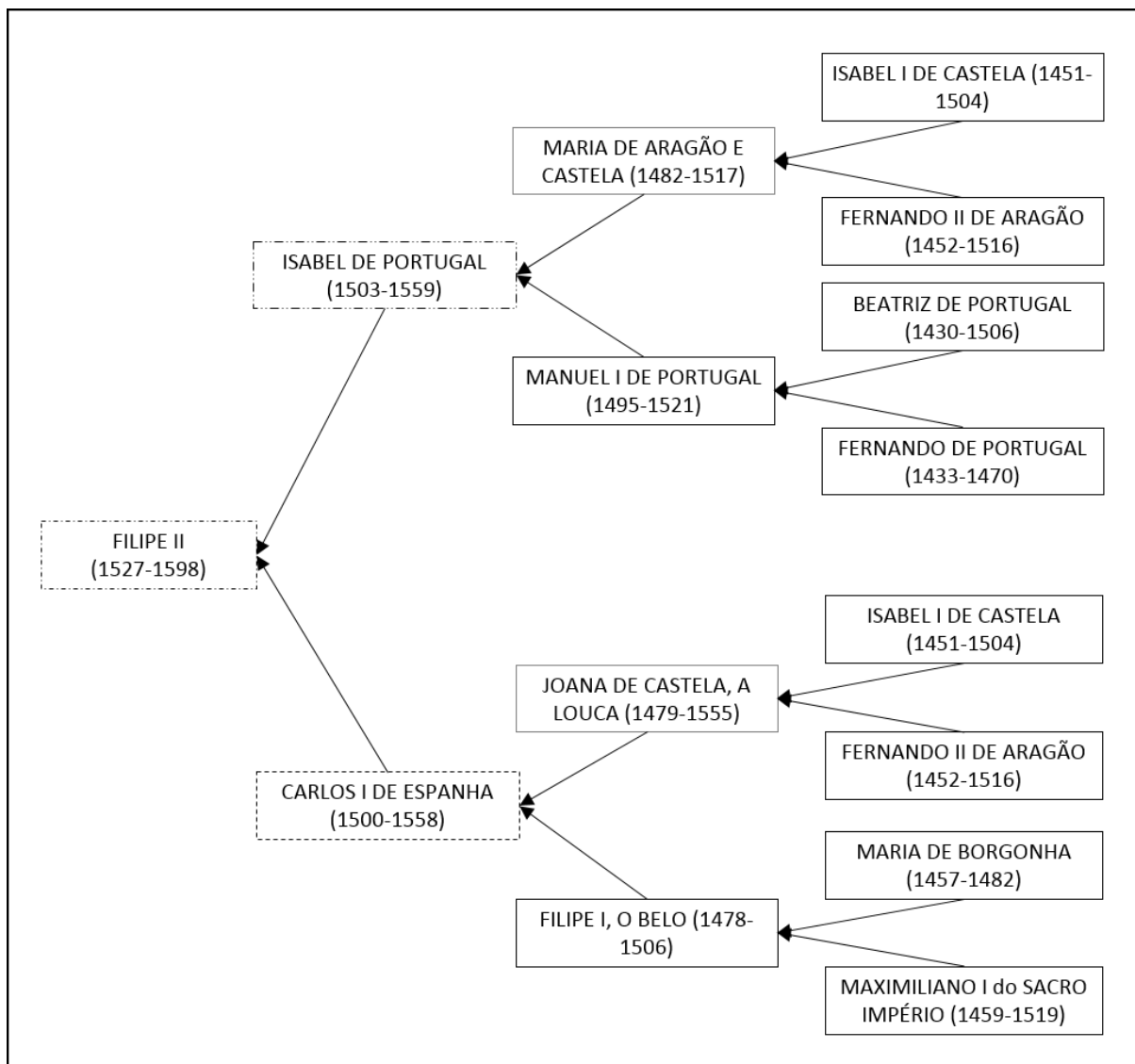
*YOUCAT: Brasil - catecismo jovem da Igreja Católica*. São Paulo: Paulus, 2011.

ZABALA, A. *A Prática Educativa: Como ensinar*. Reimpressão 2007 – Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZÚQUETE, J. P. *Grandes Chefes da História de Portugal*. Lisboa: Texto Editores, 2012.

## APÊNDICES

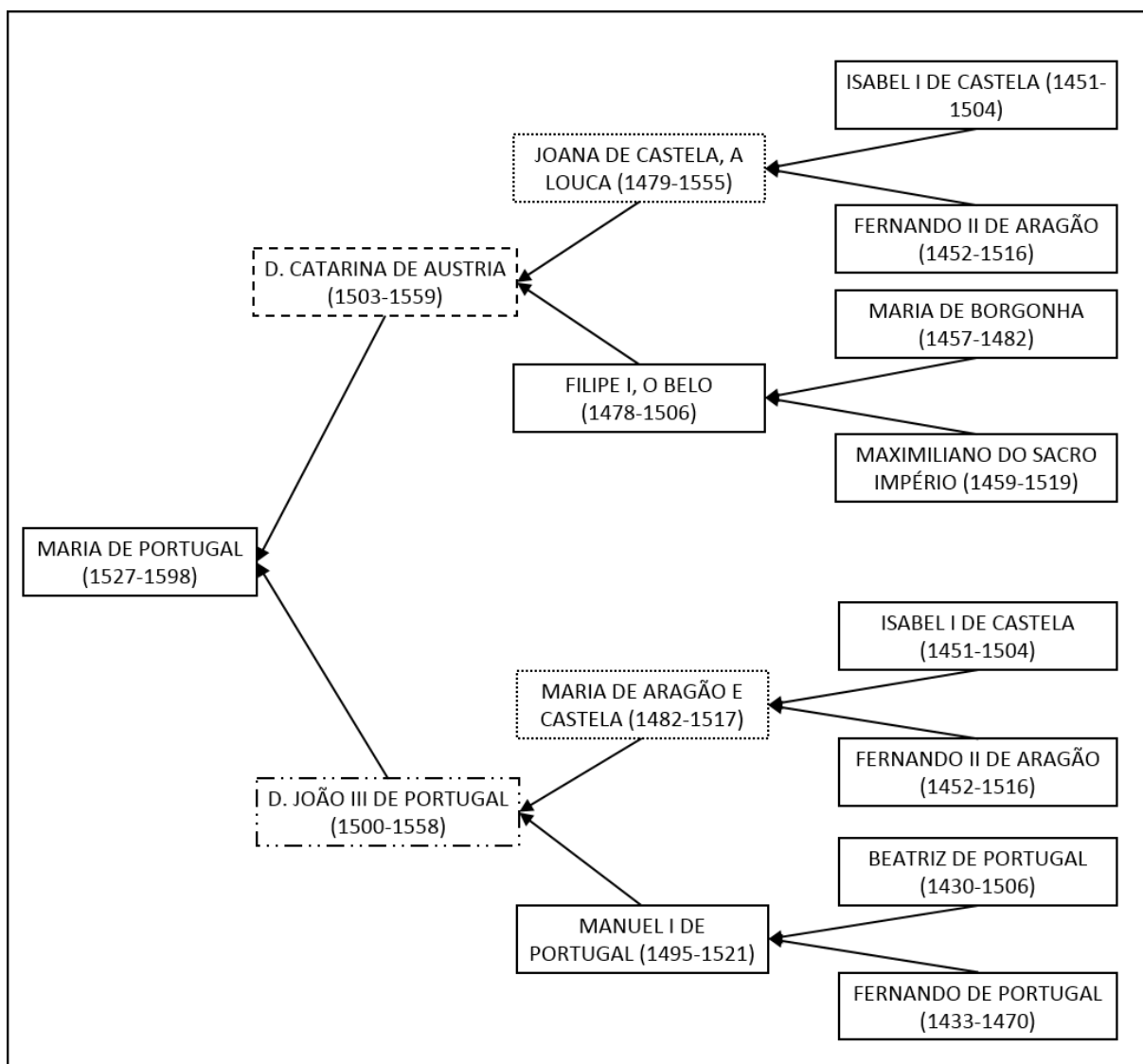
### APÊNDICE A – Árvore Genealógica<sup>209</sup> de Filipe II



Fonte: Do autor.

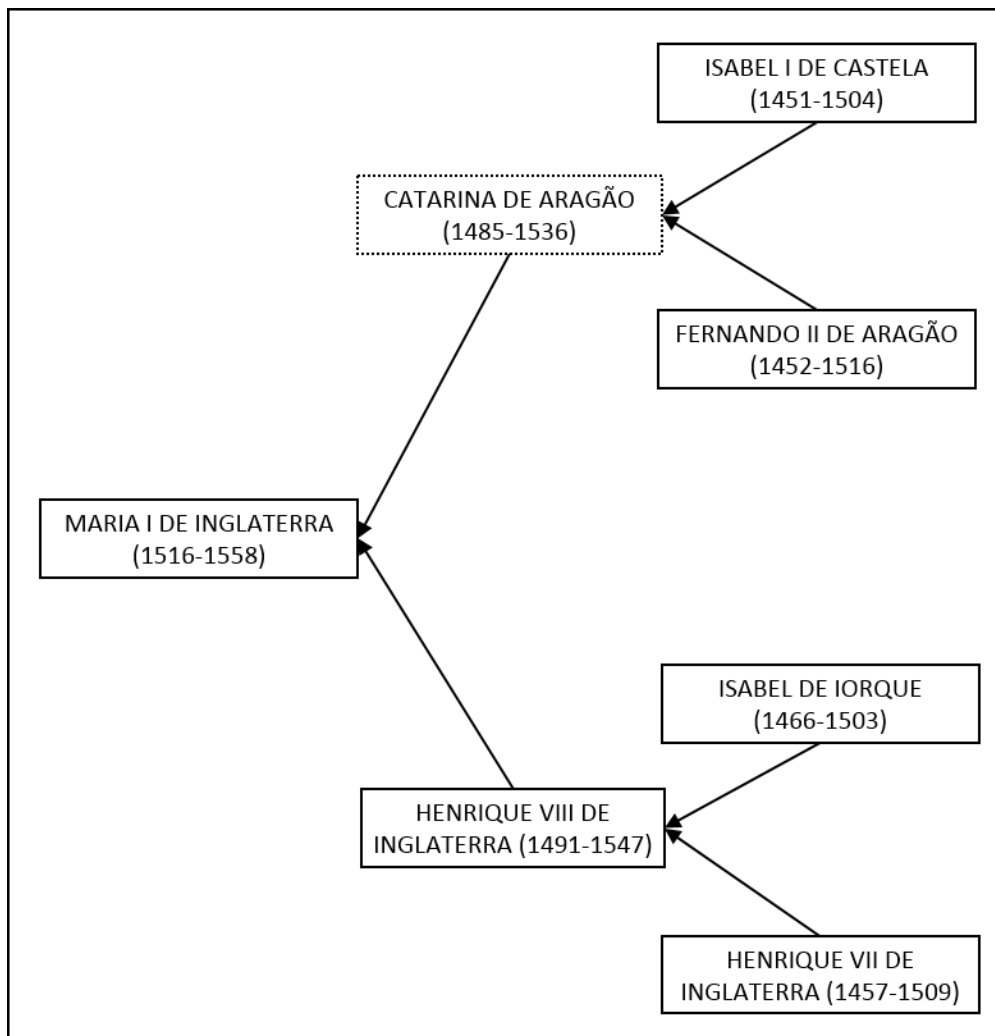
<sup>209</sup> A árvore genealógica visa apresentar o grau de parentesco entre os envolvidos em todo jogo dos tronos europeus. Não apresentei os filhos, pois não era esse o objetivo. Os “box” que estão iguais, exceto o tradicional fechado, representam que são irmãos.

APÊNDICE B – Árvore Genealógica de Maria de Portugal



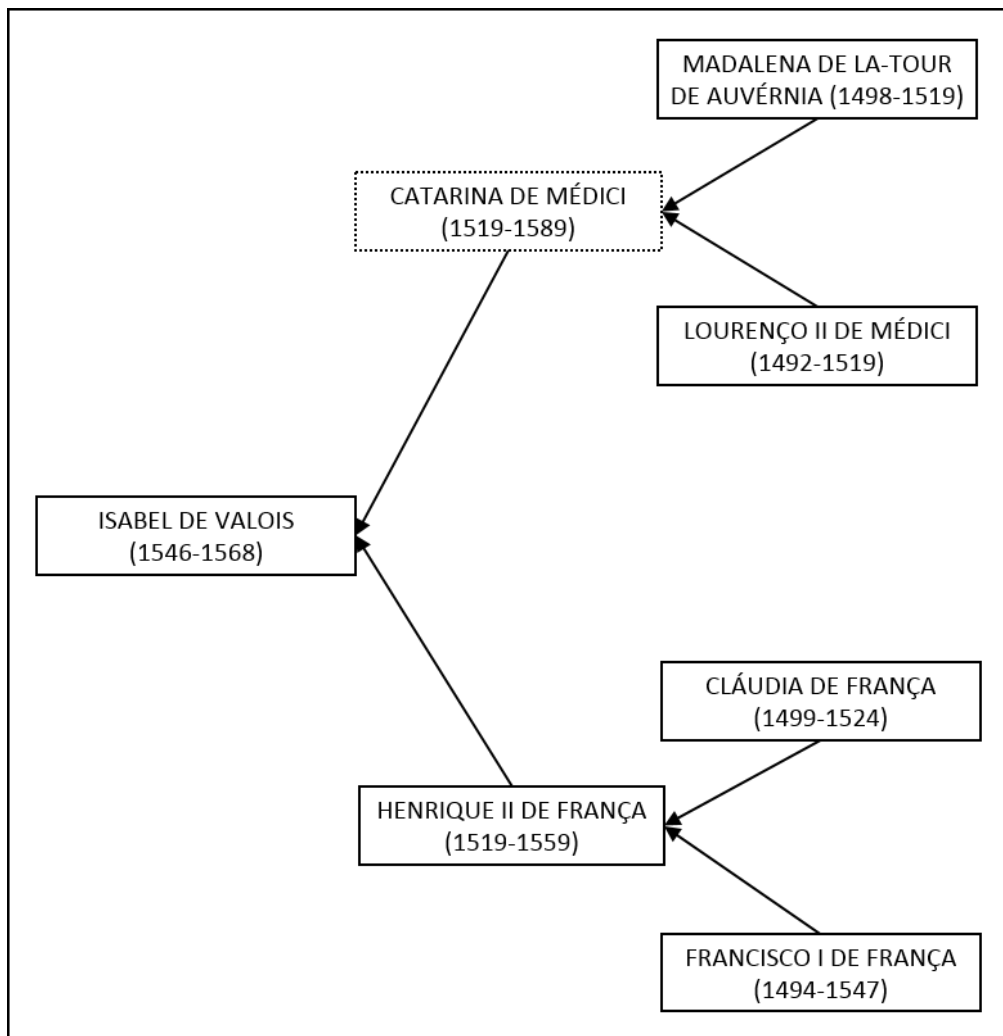
Fonte: Do autor.

## APÊNDICE C – Árvore Genealógica de Maria I de Inglaterra



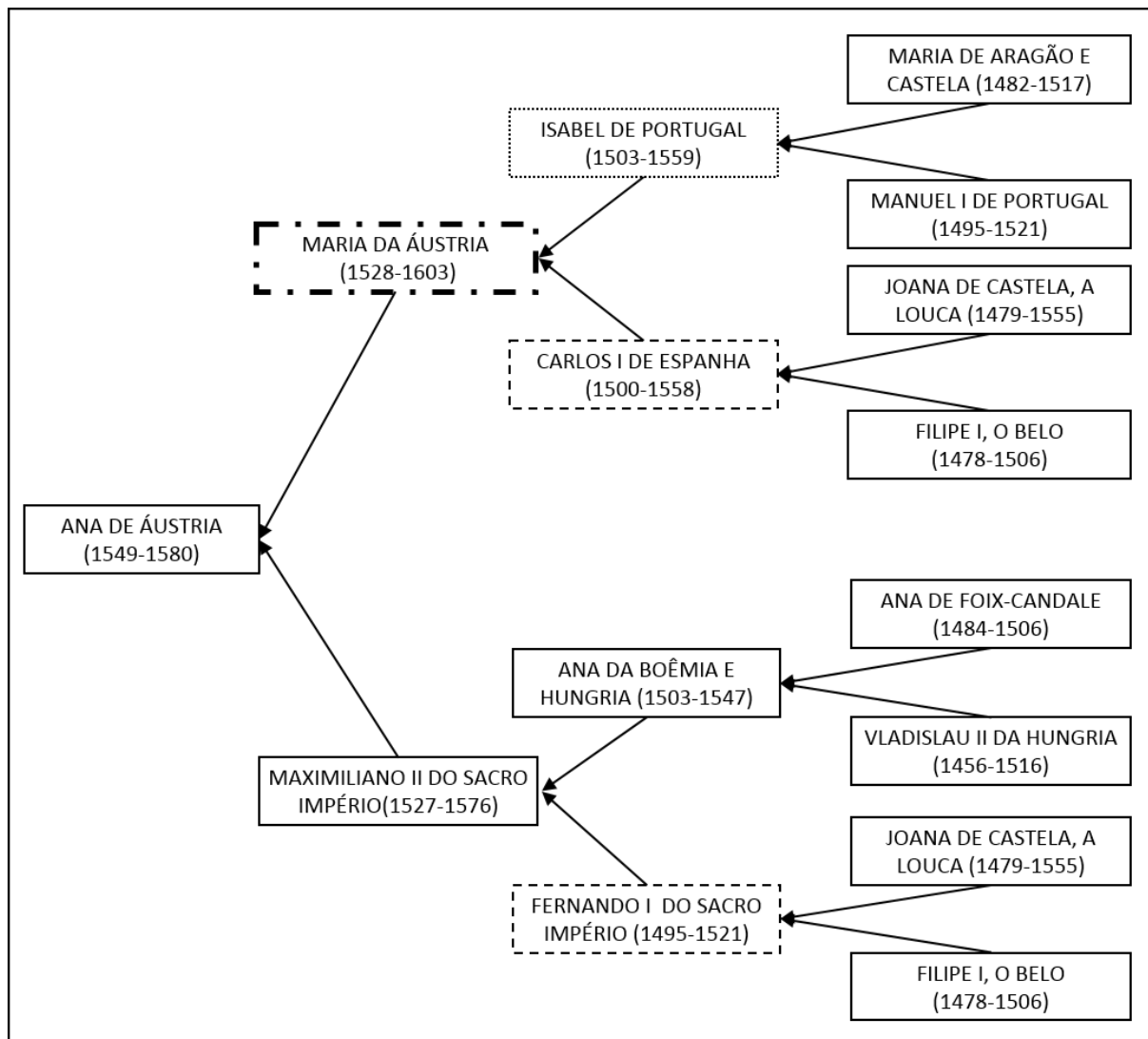
Fonte: Do autor.

## APÊNDICE D – Árvore Genealógica de Isabel de Valois



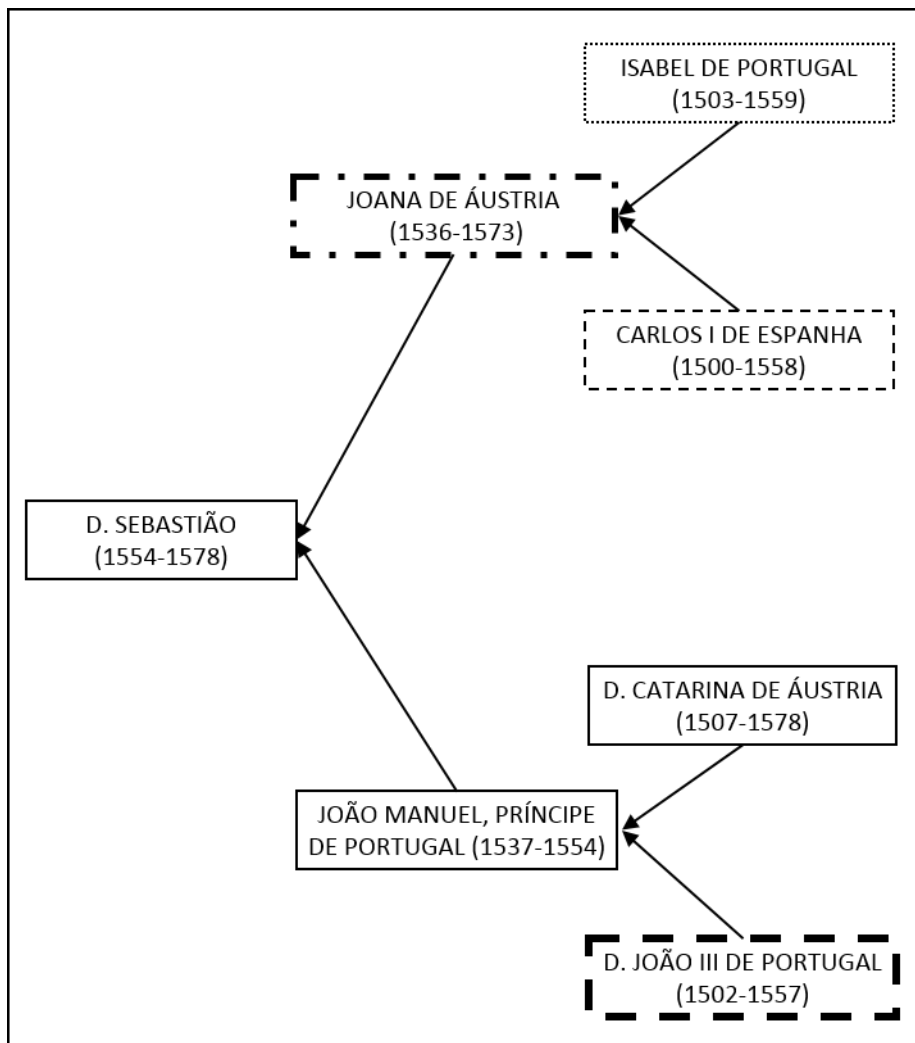
Fonte: Do autor.

APÊNDICE E – Árvore Genealógica de Ana de Áustria



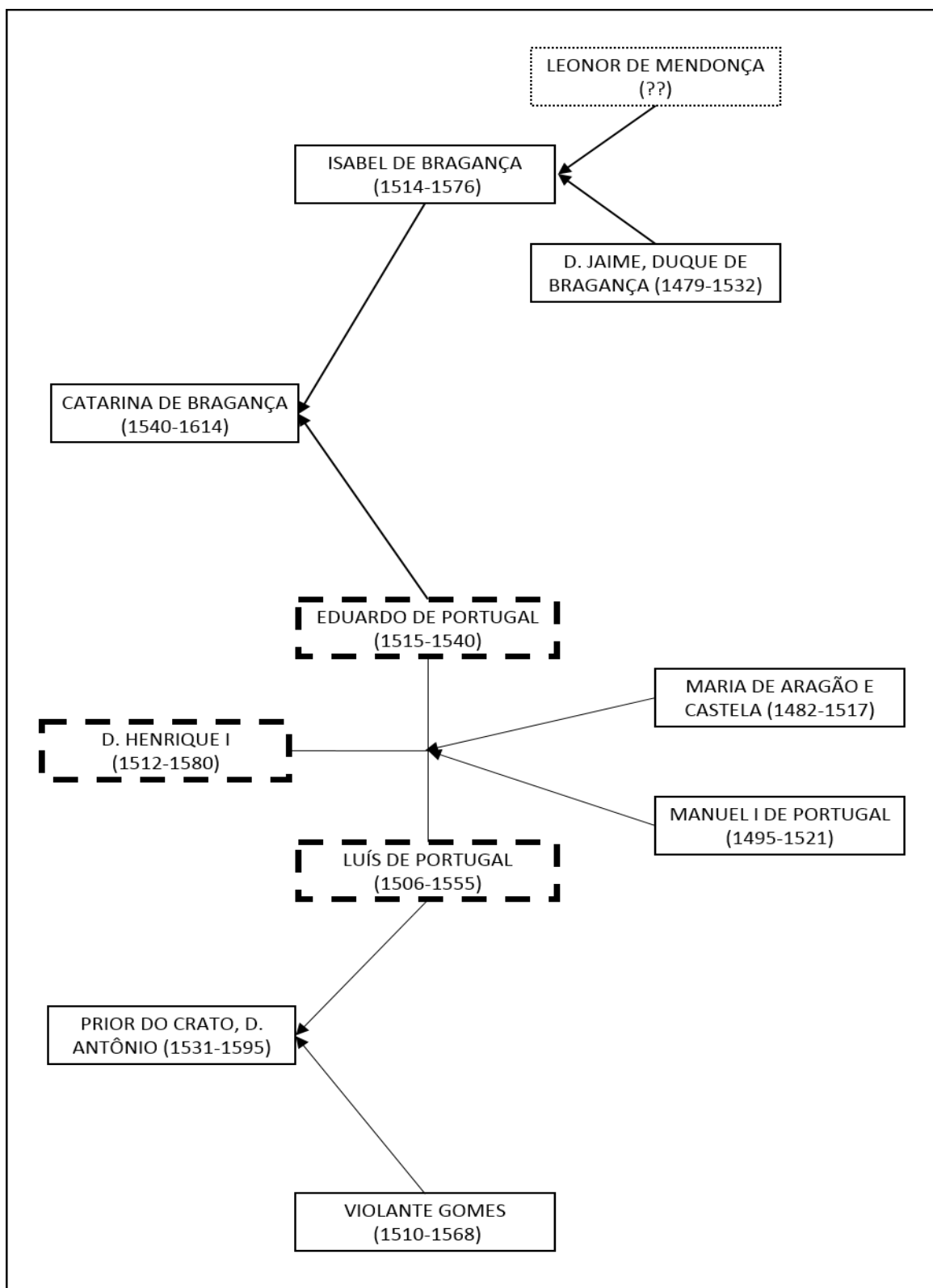
Fonte: Do autor.

## APÊNDICE F – Árvore Genealógica de D. Sebastião, o Desejado



Fonte: Do autor.

APÊNDICE G – Árvore Genealógica de D. Catarina de Bragança, do Cardeal D. Henrique e de D. Antônio, Prior do Crato



Fonte: Do autor.

## APÊNDICE G – Exercícios sobre o vídeo: A Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1580

NOME: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ SÉRIE: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. QUEM FUNDOU A COMPANHIA DE JESUS?
2. EM QUAL SÉCULO A COMPANHIA FOI FUNDADA?
3. QUAL FOI O PRIMEIRO PAÍS QUE ELA FOI EM MISSÃO?
4. EM QUE ANO ELES FORAM ENVIADOS PARA O BRASIL?
5. ELES FORAM ENVIADOS PARA O BRASIL COM QUAL MISSÃO?
6. QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES QUE OS JESUÍTAS ENCONTRARAM NA EVANGELIZAÇÃO?
7. COMO ERA A RELAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA COM OS COLONOS? E COM A IGREJA?
8. QUAL ERA O MEIO DE COMUNICAÇÃO UTILIZADO PELOS INACIANOS?
9. O QUE ERAM OS ALDEAMENTOS?
10. QUEM ERAM OS NATIVOS DA TERRA?
11. O QUE FOI A UNIÃO IBÉRICA E QUANDO ELA COMEÇOU?
12. QUAL A IMPORTÂNCIA, PARA O REI, DA VINDA DOS MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS PARA O BRASIL?
13. QUAL A IMPORTÂNCIA, PARA A IGREJA, DA VINDA DOS MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS PARA O BRASIL?
14. QUAL A IMPORTÂNCIA, PARA OS ÍNDIOS, DA VINDA DOS MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS PARA O BRASIL?
15. O QUE VOCÊ ACHOU DO VIDEO? ELE TE AJUDOU A APRENDER A MATÉRIA? NO QUE ELE PODERIA SER MELHOR?

## APÊNDICE H – Exercícios sobre o vídeo: Filipe II, um ímpar sem par: 1527-1580

NOME: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ SÉRIE: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1. QUAL O NOME DO REI ESPANHOL QUE O VIDEO CITA?
2. DE QUAL PAÍS ELE ERA?
3. DE QUEM ELE ERA FILHO?
4. QUANTOS CASAMENTOS ELE TEVE?
5. QUAL O NOME DO FILHO QUE HERDOU O SEU TRONO?
6. EM 1578, MORRE O REI DE PORTUGAL, SOBRINHO DESTA REI ESPANHOL, QUAL ERA O NOME DELE?
7. O QUE ACONTECEU PARA QUE ESTE SOBRINHO VIESSE A FALECER NA GUERRA?
8. EM 1580, ACONTECEU A CHAMADA UNIÃO \_\_\_\_\_. QUE FOI DE 1580 ATÉ \_\_\_\_\_. QUE TEVE \_\_\_\_\_ COMO REI.
9. QUAIS FORAM OS MEIOS UTILIZADOS PELO REI ESPANHOL, PARA CONQUISTAR O TRONO PORTUGUÊS?
10. AO SE TORNAR REI DE PORTUGAL, ESTE REI ASSUMIU TAMBÉM AS COLÔNIAS QUE LHE PERTENCIAM. QUAL COLÔNIA PORTUGUESA, QUE O REI ESPANHOL ASSUMIU QUE É PARA NÓS MAIS IMPORTANTE?
11. A HOJE CIDADE DE JOÃO PESSOA, TINHA ATÉ 1930 UM NOME EM HONRA A ESSE REI. QUAL FOI O NOME DADO A ESSA CIDADE EM 1588?
12. POR QUE SERÁ QUE ESTE REI SE CASOU TANTAS VEZES?
13. POR QUE O MONARCA ESPANHOL TINHA TANTO INTERESSE PELA COROA LUSA?
14. VOCÊ ACHA QUE OS PORTUGUESES GOSTARAM DE TER UM REI ESPANHOL QUE OS GOVERNASSE? EXPLIQUE.
15. O QUE VOCÊ ACHOU DO VIDEO? ELE TE AJUDOU A APRENDER A MATÉRIA? NO QUE ELE PODERIA SER MELHOR?

APÊNDICE I – Exercícios sobre o vídeo: A Companhia de Jesus no Brasil durante o reinado de Filipe II na União Ibérica

NOME: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ SÉRIE: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. NO QUE CONSISTIA A CRISE QUE OS JESUÍTAS ESTAVAM PASSANDO NO FIM DO SÉCULO?
2. QUAL O NOME DO REI ESPANHOL QUE COMEÇOU A UNIÃO IBÉRICA?
3. EM QUE ANO OS JESUÍTAS ABRIRAM MISSÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA? E NA AMÉRICA ESPANHOLA?
4. O REI HISPÂNICO AJUDOU OS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS DO MESMO MODO QUE OS REIS LUSOS FAZIAM?
5. O BRASIL FOI A COLÔNIA PORTUGUESA QUE O REI MAIS TEVE INTERESSE. POR QUE?
6. O REI ESPANHOL ERA CONTRA OU A FAVOR DA ESCRAVIDÃO INDÍGENA?
7. DURANTE A UNIÃO IBÉRICA, COMO FICOU A RELAÇÃO ENTRE OS JESUÍTAS E OS COLONOS?
8. O REGIMENTO QUE FOI CRIADO PELO MONARCA HISPÂNICO, FOI BOM OU RUIM PARA OS MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS?
9. QUAL O PAPEL DE UM VISITADOR NAS ORDENS RELIGIOSAS?
10. SEGUNDO O CATÁLOGO DOS INACIANOS, EM 1598, OS MISSIONÁRIOS ESTAVAM EM SUA MAIORIA MISSIONANDO ONDE?
11. COMO FORAM ENVIADOS PARA MISSÃO COM OS ÍNDIOS, A MAIORIA DOS MISSIONÁRIOS SABIAM A LÍNGUA INDÍGENA?
12. O QUE VOCÊ ACHA DO ENVIO DE OUTRAS ORDENS PARA PODER AJUDAR OS INACIANOS NA EVANGELIZAÇÃO?
13. A UNIÃO IBÉRICA FOI BOA PARA COMPANHIA DE JESUS? EXPLIQUE.
14. A UNIÃO IBÉRICA FOI BOA PARA O REI? EXPLIQUE.
15. O QUE VOCÊ ACHOU DO VIDEO? ELE TE AJUDOU A APRENDER A MATÉRIA? NO QUE ELE PODERIA SER MELHOR?